UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURA ALEMÃ

MARCELO VICTOR DE SOUZA MOREIRA

Estudos Funcionais da Tradução: rupturas e continuidades

(Versão corrigida)

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURA ALEMÃ

MARCELO VICTOR DE SOUZA MOREIRA

Estudos Funcionais da Tradução: rupturas e continuidades

*De acordo.
João Azeiteiro Jr.*

(Versão corrigida)

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MM838e
e Moreira, Marcelo Victor de Souza
Estudos Funcionais da Tradução: rupturas e
continuidades / Marcelo Victor de Souza Moreira ;
orientador João Azenha Júnior. – São Paulo, 2014.
253 f.

Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Língua e Literatura Alemã.

1. Tradução. I. Azenha Júnior, João, orient. II.
Título.

MOREIRA, Marcelo V. S. **Estudos Funcionais da Tradução:** rupturas e continuidades. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio moral, pela constante torcida e pelas extraordinárias paciência e compreensão durante a redação desse trabalho.

Ao Prof. Dr. João Azenha Júnior, pelo apoio, pela amizade, pelos ensinamentos e pela magnífica orientação, não apenas durante a presente pesquisa, mas também ao longo de toda a minha formação.

À Prof. Dr. Cristina Altman e à Prof. Dr. Tinka Reichmann, pelas valiosas contribuições dadas em ocasião do Exame de Qualificação.

Ao Prof. Dr. José Pedro Antunes, pelas contribuições em ocasião da defesa da dissertação de Mestrado, assim como pela correção deste trabalho.

Aos colegas da Graduação, em especial a Vinicius Martins, Giovanna Coan, Marcelo Rodrigues, Michele Lima, Maria Ângela Paschoal e Manuella Miki, por terem acompanhado o meu desenvolvimento como pesquisado e como profissional de Letras (e por toda a diversão ao longo do caminho).

Aos colegas da Pós-Graduação, em especial a Zsuzsanna Spiry, Silvia Cobelo, Lara Santana, Bruna Macedo, Thaís Sarmento, Adriano Roperio, Gisele Rosa, Raquel Santos, Alessandra Otero, Karina Mayer, Bianca Ferrari, Laura Prado, Anna Schaefer, David Farah, Flora Bonatto e muitos outros, por compartilharem comigo experiências e por ouvirem com paciência minhas frustrações.

Aos amigos (não ousou nomeá-los todos), por tolerarem meus momentos de ausência e por torcerem por mim em cada etapa do processo.

A todos que compareceram à defesa. Aqui, além daqueles mencionados acima, incluo Francine Camelim e Rafael Rodrigues, que, mesmo acompanhando de longe, nunca deixaram de dar o seu apoio.

Ao Prof. Dr. Thomas Sträter, pela recepção e pelo auxílio em Heidelberg.

À Prof. Dr. Christiane Nord, pela agradável recepção e instrutiva conversa em sua casa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã, pela oportunidade de desenvolver a presente pesquisa.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro ao longo da realização dessa pesquisa.

RESUMO

MOREIRA, Marcelo V. S. **Estudos Funcionais da Tradução: rupturas e continuidades**. 2014. 252f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

O tema desta dissertação é o Funcionalismo, uma abordagem teórica dos Estudos da Tradução que tem em Hans J. Vermeer seu fundador e principal teorizador. Partimos de duas hipóteses de trabalho: por um lado, pressupomos que, a despeito dos relatos historiográficos que enfatizam, com razão, o seu caráter “revolucionário”, a teoria tenha dado continuidade a importantes princípios de teorias de tradução precedentes. Por outro lado, somos da opinião de que o alicerce teórico tenha sido construído ao longo da década de 1980. Os textos publicados no âmbito da Teoria Funcional de Tradução após esse período consistiriam, assim, na aplicação desses fundamentos teóricos a diversas ramificações da atividade de tradução. Com base nos textos de Reiss e Vermeer (1984), Holz-Mänttari (1984) e Nord (1988), examinamos o processo de gênese da teoria e seu desenvolvimento ao longo dos anos de 1980, a partir do elenco de seus principais conceitos, com o objetivo de, por um lado, identificar rupturas e continuidades em relação a teorias antecessoras e, por outro, promover uma leitura crítica de textos funcionalistas, pautada em parâmetros bem definidos. Desse modo, adotamos para o presente estudo uma metodologia baseada em quatro etapas. Primeiramente, delimitamos o escopo do trabalho (período e hipóteses), na medida em que foi definido o *corpus* de análise principal. Posteriormente, descrevemos o contexto histórico, institucional e intelectual de emergência da Teoria Funcional, tendo-nos pautado primeiramente por relatos de testemunhos e crônicas desse tempo, advindos de fontes primárias e secundárias e, em seguida, com vistas à identificação, segundo parâmetros específicos, de conceitos caros a essas propostas, pela análise de textos teóricos anteriores à publicação dos componentes do *corpus* principal. Numa terceira etapa, lemos e analisamos as obras do *corpus* principal segundo os mesmos parâmetros utilizados para a análise dos predecessores teóricos, o que nos levou a um mapeamento do desenvolvimento dos conceitos-chave funcionalistas. Finalmente, contrastamos os conceitos funcionalistas e os conceitos defendidos por seus predecessores, o que nos permitiu identificar, com o uso de noções defendidas pela historiografia das ciências para a interpretação dos resultados, rupturas e

continuidades entre as duas vertentes. Esse processo nos levou à constatação de que, no plano teórico, as mudanças trazidas pelo Funcionalismo estão, por um lado, em conformidade com o clima intelectual dos estudos sobre a tradução em curso naquele momento e, por outro lado, seguem uma tendência observável no desenvolvimento das próprias teorias pré-funcionalistas de tradução. Ainda assim, constatamos que a vertente teórica trouxe inestimável contribuição no sentido de redefinir o lugar da tradução na Alemanha. A principal ruptura provocada pelo Funcionalismo, fomos levados a concluir, teria sido num plano que não o teórico, qual seja, a constituição de uma disciplina dedicada à tradução na Alemanha Ocidental. Quanto ao desenvolvimento da Teoria Funcional em si, vimos confirmada a hipótese inicial de que ela estabeleceu suas bases ao longo dos anos 1980. O fato de Nord, membro da assim chamada “Segunda Geração Funcionalista”, utilizar-se especialmente do quadro teórico formulado por Vermeer e Holz-Mänttari, fazendo por ajustar a retórica funcionalista a uma retórica menos revolucionária, é sinal de que chegara ao fim o momento de revolução, com a abordagem adentrando um estágio de “ciência normal”.

Palavras chave: Skopostheorie, Teoria da Ação Translacional, historiografia da tradução, Estudos da Tradução, abordagem linguística da tradução.

ABSTRACT

MOREIRA, Marcelo V. S. **Functional Translation Studies: departures e continuities.** 2014. 252f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The topic of this thesis is Functionalism, a theoretical approach to Translation Studies which was founded by Hans J. Vermeer, its main theorist. We take two hypotheses as our starting point: on the one hand, we assume that, despite the historiographic studies that rightly emphasize the theory's "revolutionary" character, it remained in continuity with important theoretical principles of preceding theories. On the other hand, it is our opinion that the theoretical foundation of Functional Translation Studies was established during the 1980s. The essays published in the context of Functional Theory afterward, therefore, would focus on the application of these theoretical principles to the practice of translation in many areas. With reference to the works of Reiss and Vermeer (1984), Holz-Mänttari (1984) and Nord (1988), we examine the process of the theory's formation and its developments during the 1980s, first determining its main concepts, aiming, on the one hand, to identify departures and continuities between this and prior theories; and, on the other hand, to promote a critical review of functionalistic texts, guided by well defined parameters. Thereby, we adopted a methodology for this study consisting of four stages: first, we established the scope of this study (period and hypothesis), by defining the body of functional theoretical essays to be analysed. Then, we described the historical, institutional and intellectual context in which the emergence of the functional approach took place. In doing so, we were guided firstly by narratives and testimonies of that time, gathered from primary and secondary sources, and also by the analysis of theoretical texts which came prior to the publication of the components of our main corpus, which involved the identification of concepts valuable to this theoretical proposition according to specific parameters. Later on, we read the components of our main body of theoretical texts, and analysed them according to the parameters laid out in the previous stage, thus mapping out the development of the key concepts of Functional Theory. Lastly, we contrasted functionalist concepts with those of the theory's predecessors and, as a result, we identified departures and continuities between both approaches, making use of premises from scientific historiography in order

to interpret the results. We found that, in regards to the theoretical field, the changes brought about with Functionalism were, on the one hand, consistent with the intellectual climate of Translation Studies at that time; yet, on the other hand, functional theories followed an observable trend of the further development of the pre-functionalist translation theories. Furthermore, we established that the functional approach provided an invaluable contribution in redefining the place of translation theories in Germany. The most significant change brought about by the functional theory, according to our conclusions, took place outside the theoretical field: the emergence of a new discipline dedicated to translation studies in West Germany. Concerning the development of Functional Theory itself, we came to the conclusion that it, in fact, established its foundations during the 1980s, as we predicted. The fact that Nord, a member of the so-called “second generation of functionalists” among scholars, made use of the theoretical framework laid out especially by Vermeer and Holz-Mänttari, yet adjusted the functionalist rhetoric to a less revolutionary one, is a sign that the first revolutionary phase was over, and that the approach was entering a new “normal science” stage.

Keywords: Skopostheorie, Theory of Translational Action, Translation Historiography, Translation Studies, Linguistic Approach to Translation

ZUSAMMENFASSUNG

MOREIRA, Marcelo V. S. **Funktionale Translatorische Studien: Brüche und Kontinuität.** 2014. 252f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Das Thema der vorliegenden Arbeit ist der Funktionalismus, theoretischer Ansatz der Translationswissenschaft, der von Hans J. Vermeer, seinem Haupttheoretiker, gegründet wurde. Unser Ausgangspunkt sind zwei Hypothesen: Einerseits gehen wir davon aus, dass der Funktionalismus trotz historiografischer Berichten, die den „revolutionären“ Charakter des Ansatzes betonen, und zwar zu Recht, wichtigen Prinzipien der vorherigen Übersetzungstheorien Kontinuität gegeben hätte. Andererseits sind wir der Meinung, dass die theoretische Grundlage des Funktionalismus im Laufe der 1980er Jahre gebaut wurde. Die nach den 1980er Jahren im Rahmen des Funktionalismus veröffentlichten Aufsätze bestehen also in der Einsetzung dieser Grundlage zur Erläuterung von Problemen in verschiedenen Bereichen der translatorischen Praxis. Durch die Analyse der Werke von Reiß und Vermeer (1984), Holz-Mänttari (1984) und Nord (1988) setzten wir uns mit dem Entstehungsprozess der funktionalistischen Theorie und ihrer Entwicklung im Laufe der 1980er Jahre auseinander, indem wir die theoretischen Schlüsselbegriffe identifizierten und versammelten, mit dem Ziel, auf der einen Seite, Brüche und Kontinuität gegenüber den vorherigen Übersetzungstheorien zu erkennen und, auf der anderen Seite, die funktionalistischen Texte kritisch und parameterorientiert zu lesen. Deswegen wählten wir für die vorliegende Studie eine vierstufige Methodologie aus: erstens, wir definierten den Rahmen unserer Untersuchung (untersuchte Zeit der theoretischen Produktion und Arbeitshypothesen), indem die primär zu analysierenden Texte ausgewählt wurden. Zweitens, wir beschrieben den historischen, institutionellen und intellektuellen Zusammenhang des Funktionalismus-Aufkommens. Dabei orientierten wir uns einerseits durch in Primär- und Sekundärquellen gefundene Chroniken und Berichten dieser Zeit und andererseits durch die Analyse von theoretischen Aufsätzen, die in vorfunktionalistischen Zeiten publiziert wurden, indem wir wichtige Begriffe dieser Theorien parametergemäß identifizierten. Drittens, wir lasen und analysierten auch parametergemäß die Texte des funktionalistischen Korpus und dadurch beobachteten wir den Vorgang von Schlüssel-

begriffen des funktionalen Ansatzes. Zuletzt kontrastierten wir funktionalistische und vorfunktionalistische Begriffe, um Brüche und Kontinuität zwischen beiden Ansätzen zu erkennen, wobei wir bestimmte Prämissen der Historiografie der Wissenschaften zur Interpretation von Ergebnissen verwendeten. Dadurch stellten wir bezüglich des theoretischen Bereiches fest, dass die sich aus dem Funktionalismus-Aufkommen ergebenden Änderungen, auf der einen Seite, im Einklang mit dem Zeitgeist der Translationswissenschaft in den 1980er Jahren und, auf der anderen Seite, mit einer Tendenz der Entwicklung der vorfunktionalistischen Übersetzungstheorien sind. Außerdem setzten wir auch fest, dass der funktionale Ansatz einen wertvollen Beitrag dazu gab, die Lage der Übersetzung im Rahmen der akademischen Forschung neu zu bestimmen. Durch den Funktionalismus, unserer Feststellung zufolge, trat eine Veränderung besonders außerhalb des theoretischen Feldes ein, nämlich in der Entstehung einer neuen, der Translationsproblematik gerichteten Disziplin in Westdeutschland. Hinsichtlich des Vorgangs der funktionalen Theorie selbst kamen wir zur Schlussfolgerung, dass sie tatsächlich ihren Grundlagen in den 1980er Jahren setzte, wie wir richtig schätzten. Dass Nord, Mitglied der sogenannten „zweiten Generation der Funktionalisten“, sich den von Vermeer und Holz-Mänttari gedachten theoretischen Rahmen zu ihrem methodologischen Rahmen nutzte und die funktionalistische Rhetorik etwas wenig revolutionär machte, zeigt sich als ein Zeichen der Endung der revolutionären Phase und der neuen Richtung des Ansatzes zu einer „Normalwissenschaft“.

Schlüsselwörter: Skopostheorie, Theorie des translatorischen Handelns, Historiografie der Übersetzung, Translationswissenschaft, linguistischer Ansatz der Übersetzung

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABS	<i>American Bible Society</i>
ALPAC	<i>Automatic Language Processing Advisory Committee</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
DAAD	<i>Deutscher Akademischer Austauschdienst</i>
EDT	Estudos Descritivos da Tradução
EUA	Estados Unidos da América
ESIT	<i>École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs</i>
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
IBM	<i>International Business Machines Corporation</i>
ISIT	<i>Institut Supérieur d'Interprétation et de Traduction</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RDA	República Democrática Alemã (Alemanha Oriental)
RFA	República Federativa da Alemanha (Alemanha Ocidental)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PARÂMETROS TEÓRICOS.....	23
3 METODOLOGIA.....	35
3.1 A seleção do <i>corpus</i> de análise principal.....	36
3.2 A descrição do contexto de emergência da Teoria Funcional	40
3.3 Leitura e análise do <i>corpus</i> principal.....	45
3.4 Síntese e identificação de rupturas e continuidades.....	46
3.5 Sobre as traduções empregadas neste trabalho	46
4 EXCURSO 1 – SUBSTRATOS PARA UMA ANÁLISE PRÉ-FUNCIONALISTA	49
4.1 Uma breve abordagem histórica	49
4.1.1 A tradução na Academia e as máquinas de traduzir.....	50
4.1.2 As teorias de tradução em ambos os lados da Cortina de Ferro.....	55
4.2 “Novas” abordagens do fenômeno linguístico.....	66
5 PRECURSORES TEÓRICOS: OS ANOS DE 1960 E 1970.....	80
5.1 Análise de teorias de tradução pré-funcionalistas.....	81
5.1.1 O ato de traduzir	84
5.1.2 O objeto de tradução	88
5.1.3 Procedimentos	94
5.1.4 Relações entre o texto de partida e o texto de chegada.....	100
5.1.4.1 A equivalência tradutória	100
5.1.4.2 A noção de equivalência nas teorias pré-funcionalistas	103
5.2 Síntese de teorias de tradução pré-funcionalistas	112
6 EXCURSO 2 – CONSTITUIÇÃO DOS ESTUDOS FUNCIONAIS DA TRADUÇÃO... 118	
6.1 Rumo a uma disciplina da tradução	118
6.1.1 O <i>status</i> da Ciência da Tradução.....	119
6.1.2 A formação de tradutores e intérpretes na Alemanha	123
6.1.3 As manifestações funcionalistas.....	128
6.2 Os Estudos Descritivos da Tradução	136
6.2.1 O eixo Leuven-Amsterdã	137
6.2.2 Teoria dos Polissistemas – Conexão Tel Aviv.....	140

6.2.3 Os Estudos Descritivos da Tradução nos anos de 1980.....	144
7 A ABORDAGEM FUNCIONAL	146
7.1 Análise das obras do <i>corpus</i> principal	147
7.1.1 Exemplar nº. 1: Reiss e Vermeer, 1984.....	147
7.1.1.1 O ato de transladar	151
7.1.1.2 O objeto de <i>translação</i>	154
7.1.1.3 Procedimentos	158
7.1.1.4 Relações entre o texto de partida e o texto de chegada	162
7.1.2 Exemplar nº 2: Holz-Mänttari 1984	171
7.1.2.1 O ato de transladar	175
7.1.2.2 O objeto de translação	182
7.1.2.3 Procedimentos	186
7.1.2.4 A relação entre o texto de partida e o texto de chegada	196
7.1.3 Exemplar nº 3: Nord 1988	199
7.1.3.1 O ato de transladar	202
7.1.3.2 O objeto de translação	205
7.1.3.3 Procedimentos	208
7.1.3.4 Relações entre o texto de partida e o texto de chegada	213
7.2 Síntese das teorias de tradução funcionalistas	219
8 CONCLUSÃO.....	229
REFERÊNCIAS	242

1 INTRODUÇÃO

O meu interesse pelo Funcionalismo surgiu da pesquisa e da escritura de um trabalho de iniciação científica desenvolvido entre os anos 2008 e 2009, sob orientação do Prof. Dr. João Azenha Jr., na área de tradução de língua alemã na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O projeto, intitulado “O reconto como categoria de tradução - aspectos da tradução/adaptação em literatura infantil” (MOREIRA, 2009), teve por objetivo investigar a dinâmica entre tradução e adaptação em publicações voltadas ao público infantil. Para tal, tomei como fundamento teórico a Teoria Funcional de Tradução, com especial atenção às considerações de Nord (1988, 1989, 1993, 1997). Tiveram papel fundamental na análise, mas sobretudo no trabalho de tradução que realizei como parte do projeto, tanto o conceito de *lealdade* em tradução formulado pela teorizadora, como sua tipologia tradutória.

O contato com estudiosos da tradução ligados a outros departamentos da FFLCH-USP e as reflexões em conjunto com o orientador permitiram-me constatar quão restrita é, entre nós, a difusão dessa corrente teórica, certamente devido à língua em que os textos foram publicados – quase sempre, o alemão. Embora o tema fique a demandar um estudo específico, uma pesquisa preliminar no banco de teses e publicações de instituições brasileiras revelou uma concentração de trabalhos que se valem dessa teoria sobretudo em institutos de pesquisa de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Nas demais regiões, o volume de trabalhos filiados à vertente da Teoria Funcional de Tradução parece consideravelmente menor. Cardozo (2009) observa que, no Brasil, no que diz respeito à circulação de obras relevantes para os Estudos da Tradução, as dificuldades são ainda maiores, e isso porque o contexto de circulação é marcado, ao mesmo tempo, por uma “estrutura de compartimentação nacional das áreas e departamentos nas instituições acadêmicas”, o que restringe a cooperação entre eles, e por uma “carência de empenhos regulares de tradução, para a língua portuguesa, da bibliografia técnica de nossa área” (CARDOZO, 2009, p. xiv).

O problema da circulação dos textos funcionalistas, contudo, não parece limitado aos Estudos da Tradução no Brasil. Inicialmente, a produção teórica funcionalista circulou em território alemão através de periódicos como o *Lebende Sprachen* [Línguas vivas] e nas monografias de seus teorizadores¹. A partir de 1986, os funcionalistas contavam também com o

¹ Cf. HÖNIG; KUSSMAUL, 1982; REISS; VERMEER, 1984; HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984; NORD, 1988, entre outros.

periódico *TextconText*, fundado, entre outros, por Vermeer e Holz-Mänttari e publicado pela Universidade de Heidelberg. Assim, eles passaram a dispor de meios para veicular o seu posicionamento teórico. Apenas mais tarde, outros teorizadores não vinculados aos Estudos Funcionais da Tradução fizeram sua própria descrição da teoria. Conforme conta Nord (2012), essas vieram a partir do início dos anos de 1990, muitas vezes em compêndios introdutórios. Por exemplo, em uma das edições revisadas de seu livro de 1979, Koller (1992) dedica duas páginas à *Skopostheorie*. Stolze (1994), por sua vez, foi mais generosa, dedicando dois capítulos inteiros de sua obra *Übersetzungstheorien* [Teorias de tradução] a uma apresentação da abordagem funcional, oferecendo consideravelmente mais detalhes do que seu antecessor. Ainda assim, na primeira edição do livro, ela refuta o status “funcionalista” da contribuição de Nord (1988), afirmando que a representação detalhada da análise textual da autora contradiz a Teoria Funcional, dados os diferentes valores atribuídos por Christiane Nord e pela *Skopostheorie* à coerência entre texto de chegada e texto de partida, bem como a pouca ênfase dada pela teorizadora à prática de tradução. Além disso, Stolze acrescenta uma citação de Peter Newmark, feroz opositor do Funcionalismo, na qual ele expõe os perigos de supersimplificação trazidos pela vertente teórica. Esse comentário foi suprimido em edições posteriores da obra; todavia, para Nord, o mal já estava feito: apesar da retratação, o que fora escrito naquela primeira edição teria moldado ainda por muitos anos a opinião de estudantes de tradução, com exceção daqueles que tenham tido contato direto com a teoria².

Da perspectiva de uma teorizadora funcionalista, Nord atribui a resistência com que alguns teóricos da tradução receberam a proposta funcionalista ao domínio, no campo de pesquisas, das teorias filológicas e/ou linguísticas baseadas na noção de equivalência³. Uma das críticas ao modelo vem de Koller (1995), que questiona a noção de tradução introduzida pela Teoria Funcional. Segundo Koller, os contornos da tradução enquanto objeto de estudo tornam-se “constantemente mais vagos e mais difíceis de verificar” (KOLLER, 1995, p. 193). Especialmente criticada pelo autor é a inclusão de diferentes formas de tradução que anteriormente não eram consideradas como tal. Com isso, a Teoria Funcional estaria, a seu ver, a transgredir os limites da tradução propriamente dita. Mas essa crítica está dirigida não apenas ao Funcionalismo, e sim ao conjunto de teorias consolidadas nos anos 1980, o que intensifica o tom “revolucionário” com que essas teorias são descritas.

² NORD, 2012, p. 27 et seq.

³ Ibid., p. 26.

Se, devido a uma resistência de seus predecessores, e dada a tradição filológica e linguística própria das teorias de tradução em vigência no país, a abordagem funcional enfrentou eventuais problemas de divulgação em território alemão, fora dele, o principal obstáculo enfrentado pelos funcionalistas ironicamente foi a língua. Digo “ironicamente” por tratar-se de teorias de tradução, supostamente elaboradas para auxiliar a prática tradutória a transpor barreiras como essa. Contra o Funcionalismo, contam o fato de a língua alemã não ser amplamente difundida e de o estilo acadêmico alemão ser bastante hermético e “academicista”, o que, mesmo em se tratando de pessoas para as quais a língua não representa um obstáculo, desencoraja a leitura dos textos teóricos “em seu original”⁴. De fato, durante os anos 1980, poucos foram os que se aventuraram a escrever em outro idioma. De acordo com Nord (2012), até o final da década tão somente era possível elencar duas publicações de Hans J. Vermeer em inglês (1987, 1989), uma em português (1986), uma tradução parcial de Reiss e Vermeer (1986) para o finlandês e, apenas dez anos depois, uma tradução para o espanhol (1996), à qual se seguiria a publicação de uma introdução ao Funcionalismo, escrita por ela própria, Nord (1997). A tradução da obra de Reiss e Vermeer para o inglês, também da autoria de Nord, veio apenas em 2013. Acrescido a isso, somente com o advento dos anos 1990 começaram a emergir publicações escritas por membros de outras comunidades linguísticas, publicações que discorressem sobre a abordagem funcional da tradução. Exceção é a China, que divulga desde 1987 a *Skopostheorie* em seu território. Assim, diferente de outras abordagens teóricas “nascidas” em língua inglesa, as teorias desenvolvidas em Heidelberg e Garmersheim demoraram a se propagar para além das fronteiras nacionais e linguísticas⁵.

Os efeitos do isolamento da Teoria Funcional em sua língua pátria vieram na década de 1990. Nord menciona o caso da descrição da teoria feita por Edwin Gentzler em sua introdução aos Estudos da Tradução, *Contemporary Translation Theories* (GENTZLER, 1993). Segundo Nord, Gentzler destina seis páginas de seu livro a abordar teorias alemãs de tradução, mencionando Wilss, a Escola de Leipzig, Neubert e Reiss e Snell-Hornby. Sobre a *Skopostheorie*, Gentzler faz a seguinte observação:

O trabalho de Reiss culmina no coautorial *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*, escrito junto com Hans J. Vermeer em 1984, no qual eles argumentam que a tradução deve ser governada primariamente pelo aspecto funcional predominante, ou, na nova terminologia, pelo “Skopos” do original (termo grego para intenção, objetivo, função) (REISS; VERMEER, 1984, p. 96). Sem insistir na tradução perfeita como objetivo, Reiss sugere que os tradutores precisam empenhar-se em

⁴ Cf. SNELL-HORNBY, 2006, p. 4.

⁵ NORD, 2012, p. 28.

busca das melhores soluções no interior das condições atuais existentes, argumentando que o texto recebido precisa ser coerente e que essa coerência depende do conceito que tradutor tem do “Skopos” do texto em questão (REISS; VERMEER, 1984, p. 114). Para que isso ocorra, é necessário, então, haver também coerência entre o texto-fonte e o texto-meta, ou o que ela chama de coerência intertextual. Escolhas “certas” ou “erradas” são então avaliadas de acordo com sua consistência com a concepção do todo unificado. Um conceito tradicional de fidelidade em que se baseia a análise é finalmente invocado; se a derivação é consistente com o Skopos original, ela é considerada fiel e aceita como boa tradução. Muito do trabalho de Reiss volta-se menos à teoria e mais ao desenvolvimento de padrões de avaliação a partir do qual ela pode determinar a qualidade do texto traduzido⁶. (GENTZLER, 1993, p. 71, tradução nossa)

Seu erro, como observa a teorizadora, foi atribuir a Katharina Reiss a autoria da *Skopos-theorie*, algo que persistiu em sua reedição do livro, em 2001. De minha parte, afirmo que, na descrição acima, há também problemas propriamente de compreensão da teoria, algo que ficará mais claro com as análises a serem descritas nos próximos capítulos.

Essa foi, segundo Nord, uma tendência entre livros introdutórios publicados fora da Alemanha, sobretudo na década de 1990: informações acerca do Funcionalismo vinham de fontes indiretas, por vezes fontes de terceira mão. Algumas dessas fontes, em vez de fazer uma clara e acurada apresentação da vertente teórica, faziam-no de forma tendenciosa. Assim, sem ter acesso ao texto alemão, muitos dos novos ingressantes nos Estudos da Tradução não tinham como confirmar as informações recebidas, nem mesmo avaliar o posicionamento do cronista perante o tema.

Ainda assim, nem tudo estaria perdido. Mais recentes para a historiografia dos Estudos da Tradução, Nord destaca duas contribuições que trazem, a seu ver, excelentes e confiáveis informações: o livro de Jeremy Munday, *Introducing Translation Studies* [Introduzindo os Estudos da Tradução] (MUNDAY, 2001) e a obra de Mary Snell-Hornby, *The Turns of Translation Studies* [As viradas dos Estudos da Tradução] (SNELL-HORNBY, 2006). A autora explica que, enquanto Snell-Hornby escreve da posição de testemunha das transformações do Funcionalismo durante sua estada em Heidelberg nos anos de 1980, Munday observa a abordagem de um ponto temporal mais distante, com o objetivo de fornecer um manual in-

⁶ Reiss’ work culminates in the co-authored *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*, written together with Hans J. Vermeer in 1984, in which they argue that translation should be governed primarily by the one functional aspect which predominates, or, in the new terminology, by the original’s “Skopos” (Greek for the intent, the goal, the function) (Reiss and Vermeer, 1984: 96). Without insisting upon one perfect translation as a goal, Reiss suggests that the translators need to strive towards optimal solutions within the existing actual conditions, arguing that the received text must be coherent, and that its coherence is dependent upon the translator’s concept of “Skopos” of the text in question (Reiss and Vermeer, 1984: 114). For this to occur, there must also be coherence between the source text and the target text, or what she calls intertextual coherence. “Right” and “wrong” choices are then judged according to their consistency with the concept of the unified whole. A traditional concept of fidelity upon which to base the analysis is finally invoked; if the derivation is consistent with the original Skopos, it is called faithful, and accepted as a good translation. Much of Reiss’ work is aimed less at theory and more at developing standards of evaluation from which she can judge the quality of the translated text.

trodutório para a formação de tradutores⁷. Ambas as obras me serviram também como fontes secundárias para o presente estudo.

O problema da circulação de textos teóricos, como vimos, resulta frequentemente numa recepção parcial das teorias e, conseqüentemente, numa interpretação equivocada ou, no mínimo, deslocada do contexto de produção. No caso do Funcionalismo, essas leituras parciais são muitas vezes reproduzidas em obras críticas de circulação mais ampla, transmitindo assim uma imagem distorcida da Teoria Funcional para um público ainda em formação. Por essa razão, pareceu-me importante e oportuno realizar um estudo que compreenda o Funcionalismo em seu momento de emergência, incluindo suas motivações, as circunstâncias em que a abordagem funcional teve origem e os caminhos por ela percorridos.

É certo que toda teoria corre o risco de uma recepção enviesada, e com o Funcionalismo não foi diferente. Observamos, contudo, que ao problema da recepção também está vinculado o problema de circulação da teoria – para cuja solução este trabalho pretende contribuir. Desse modo, este tem por objetivo analisar, com o auxílio do contexto histórico, intelectual e institucional de que tiveram origem, o desenvolvimento dos axiomas e dos conceitos teóricos sobre os quais os Estudos Funcionais da Tradução fundaram sua teoria, especificamente nos anos 1980. Parto principalmente em busca de uma definição mais clara das rupturas e continuidades observáveis nessa vertente teórica em relação a seus predecessores, bem como de uma noção mais palpável de como os preceitos funcionalistas se desenvolveram nessa mesma década. Desta última derivam outros objetivos de minha proposta, a saber:

- (1) investigar o momento de gênese da Teoria Funcional, observando o contexto teórico em que teve origem, bem como suas principais influências;
- (2) promover uma leitura aprofundada de obras essenciais ao desenvolvimento da teoria, entendendo-se por leitura aprofundada um estudo analítico que visa a reconhecer, com o auxílio de parâmetros de análise bem definidos, diferenças e semelhanças entre os conceitos; e
- (3) contribuir para a divulgação da teoria entre nós, tendo por base uma leitura menos parcial dos textos teóricos, vale dizer, produzir um trabalho em língua portuguesa que tematize a Teoria Funcional, mediante a consulta direta às obras e tendo em consideração o contexto dessa produção teórica.

⁷ NORD, 2012, p. 29 et seq.

Defino como ponto de partida duas hipóteses de trabalho: Em primeiro lugar, sou da opinião de que, ainda que os relatos históricos dos Estudos da Tradução (entre outros, MUNDAY, 2001 e SNELL-HORNBY, 2006) destaquem o caráter de ruptura do Funcionalismo em tradução, tenham sido mantidos princípios centrais de propostas teóricas produzidas no contexto intelectual imediatamente anterior. Em segundo lugar, pressuponho que, em seus primeiros dez anos, a produção teórica no âmbito do Funcionalismo em tradução tenha constituído a sua teoria geral, tendo cabido a estudos posteriores, portanto, definir os desdobramentos da Teoria Funcional em áreas mais específicas.

Este estudo é composto por oito capítulos, sendo dois deles excursos do corpo do trabalho. O capítulo segundo⁸ consiste na apresentação de nossos pressupostos teóricos, que são, sobretudo, modelos da historiografia das ciências, em especial da historiografia da linguística, a partir dos quais analisaremos a dinâmica interna da Teoria Funcional e sua relação com seus predecessores teóricos. Para introduzi-lo, há uma breve discussão acerca do trabalho historiográfico no âmbito dos Estudos da Tradução, com foco particular sobre a historiografia das *teorias* de tradução.

O capítulo terceiro apresenta a metodologia adotada no trabalho, consistindo na descrição de quatro etapas metodológicas: (1) a delimitação do escopo do trabalho mediante a seleção das obras que compõem o nosso *corpus* de análise principal; (2) a descrição do contexto de emergência da Teoria Funcional a partir do relato de testemunhos e crônicas acerca desse tempo, bem como a partir da análise das propostas de alguns de seus predecessores teóricos; (3) a leitura e análise das obras do *corpus* principal e, com isso, o exame do desenvolvimento dos conceitos centrais à abordagem funcional, e (4) a contraposição entre a síntese dos predecessores teóricos e da abordagem funcional, a fim de identificar rupturas e continuidades entre as duas vertentes, com referência aos contextos descritos. Há no final uma observação acerca da atitude tradutória adotada para as citações presentes no trabalho, cujo objetivo é desvelar o academicismo dos textos do período.

O capítulo quarto, primeiro excurso do trabalho, relata parte da história da Ciência da Tradução nos anos que antecederam a emergência do Funcionalismo, servindo de amparo para a análise subsequente das teorias desse período. Traduzida do termo alemão *Übersetzungswissenschaft*, a designação “Ciência da Tradução” é utilizada para identificar o cam-

⁸ O capítulo um é, dado o sistema de numeração estabelecido pela norma da ABNT NBR 6024, o presente capítulo, o qual, evidentemente, não descreveremos.

po de pesquisa do fenômeno tradutório anterior à constituição dos Estudos da Tradução⁹ enquanto campo disciplinar autônomo. A primeira parte do capítulo é dedicada a relatar eventos ligados à história das teorias de tradução desde os anos de 1950, quando a Linguística fez da tradução objeto de estudos. A segunda parte apresenta algumas teorias da Linguística e da Filosofia da Linguagem que foram decisivas no sentido de moldar a cara da Ciência da Tradução da década de 1970.

O capítulo quinto analisa os predecessores teóricos do Funcionalismo. Para tanto, foram reunidas onze propostas publicadas nas décadas de 1960 e 1970. Para a análise, foram definidos quatro parâmetros: o *ato de traduzir*, o *objeto de tradução*, os *procedimentos* metodológicos e as *relações entre o texto de partida e o texto de chegada*. Por meio do processo analítico, identificamos os principais conceitos definidos por essas teorias segundo os parâmetros de análise. Depois de completada a análise, fizemos uma síntese dessas teorias, contrapondo conceitos e identificando tendências para o avanço da Ciência da Tradução nessas duas décadas.

O capítulo sexto, segundo excursus do trabalho, busca descrever o contexto em que a abordagem funcional teve origem, servindo de substrato à análise das teorias funcionalistas. Na primeira parte, lançamos um olhar sobre a crise na Ciência da Tradução da década de 1970, tentando vislumbrar os efeitos dessa crise na formação de tradutores e intérpretes na Alemanha do período. Na segunda parte, dedicamos algumas páginas aos Estudos Descritivos da Tradução, de modo a mostrar algumas similaridades entre estes e a vertente teórica funcionalista. Cumpre esclarecer que os excursos foram assim denominados de modo a salientar a sua função complementar à análise dos textos teóricos, devolvendo, assim, o protagonismo à análise.

A análise dos textos funcionalistas é conduzida no capítulo sétimo, tendo sido escolhidas, para tal, as obras de Reiss e Vermeer (1984), Holz-Mänttari, (1984) e Nord (1988). A análise foi feita segundo os mesmos parâmetros estabelecidos para o estudo dos predecessores teóricos, a fim de identificar os principais conceitos teóricos dessas propostas. Também aqui, à análise se sucedem a síntese das teorias e a contraposição de conceitos.

O capítulo oitavo, por fim, reúne conclusões acerca dos temas discutidos ao longo do trabalho. As conclusões são tecidas, em especial, à luz dos pressupostos teóricos apresentados no capítulo dois e organizadas segundo as hipóteses levantadas para este estudo. Além de reu-

⁹ Aqui fazemos a associação entre “Estudos da Tradução”, tradução do termo introduzido por Holmes (1972) para o português, o qual designa o campo disciplinar no Brasil, e *Translationswissenschaft*, termo utilizado por Vermeer (1978) para designar o campo disciplinar na Alemanha.

nir nossas conclusões sobre o tema, o capítulo aponta possíveis desdobramentos para a pesquisa, sugerindo temas que ainda não foram explorados.

Por reunir uma grande concentração de informações em tão pouco espaço, que vão de relatos e resenhas a asserções teóricas e sobre teoria, ele não teria como escapar de todo a reduções e simplificações. Inúmeros tópicos da abordagem funcional ainda estão por ser explorados. Espero, no entanto, que o leitor encontre aqui informações úteis, com a certeza de que elas foram obtidas por meio de um estudo aprofundado e exaustivamente preocupado com a contextualização e com a acuidade.

2 PARÂMETROS TEÓRICOS

Embora os Estudos da Tradução tenham se constituído como um campo disciplinar autônomo há não mais do que quarenta anos, o ofício da tradução é milenar. Trata-se naturalmente de uma longa história com muitas passagens a serem ainda desveladas e outras, já contadas, à espera de revisão. Logo, é seguro afirmar que a história da tradução é um campo bastante fértil para o estudo historiográfico.

Nos últimos anos, o interesse pela história da tradução cresceu a olhos vistos. Segundo Santoyo (2006), a pesquisa histórica da tradução principiou com *Teoria e Storia della Traduzione*, publicado por Georges Mounin em 1965. Desde então, ela ganhou espaço em conferências, revistas e nos institutos de pesquisa, com a formação de grupos para a condução de ambiciosos projetos. Conforme a classificação de Woodsworth (1998), os estudos desenvolvidos e publicados na área dividem-se em (1) estudos predominantemente voltados à história da prática tradutória; (2) estudos predominantemente voltados à história da teoria de tradução; e (3) estudos que intercalam claramente as duas abordagens¹⁰.

A autora, todavia, aponta a necessidade de se desenvolverem modelos para a sistematização desses estudos – uma necessidade reiterada por St. André (2011). Como ponto de partida, Woodsworth (1998) sugere a busca por modelos em outras disciplinas¹¹:

Há muito ainda a se fazer para se formular modelos adequados. Outras disciplinas, tais como a Filosofia da Ciência, podem oferecer orientação (D'HULST, 1991). Os modelos podem ser tomados de empréstimo de outras histórias especializadas, dependendo de se buscamos construir a historiografia de uma disciplina ou a historiografia de uma prática ou performance: a história da linguística poderia ser apropriada ao primeiro caso e a história da literatura ou da música ao segundo¹². (WOODSWORTH, 1998, p. 101, tradução nossa)

¹⁰ Woodsworth (1998) e St. André (2011) atestam a diversidade de tempos, espaços e abordagens no tratamento da história da prática tradutória. Woodsworth enumera trabalhos como os de Delisle (1987) e Simon (1989), que abordam a tradução em território canadense, Delabastita e D'hulst (1993) sobre as traduções de Shakespeare na Europa ou uma série de artigos referentes à Escola de Toledo. St. André inclui ainda estudos como aqueles conduzidos por Wyler (2005) e Milton e Euzébio (2004) sobre a tradução no contexto brasileiro. No segundo caso, enquadram-se os trabalhos de Lefevere (1977) e Berman (1984) sobre a tradição alemã de teorias de tradução. Especificamente sobre o último caso, Woodsworth (1998) cita o exemplo dos trabalhos de George Steiner (*After Babel*, 1975), Louis Kelly (*The True Interpreter*, 1979) e Susan Bassnett (*Translation Studies*, 1980), que utilizam a história da tradução como meio para determinar as bases de uma teoria de tradução. Para as referências, cf. WOODSWORTH, 1998; ST. ANDRÉ, 2011.

¹¹ Nesse âmbito, Woodsworth (1998) aponta os trabalhos de D'hulst (1991), Lambert (1993) e Pym (1992). St. André (2011) menciona ainda as publicações de Berman (1984) e Bastin (2004), mas afirma que esses não vão além de definir o que é a história da tradução ou indicar a necessidade de mais estudos. A única exceção, a seu ver, seria o livro de Pym, *Method in Translation History* (1998). No tocante à historiografia da prática e da teoria de tradução, fomos confrontados em nosso estudo com o modelo metodológico de D'hulst (2001), o qual, no entanto, tem pouco valor como modelo teórico.

¹² Much work remains to be done in order to formulate adequate models. Other disciplines, such as the philosophy of science, can provide guidance (D'hulst 1991). Models can be borrowed from other specialized histories, depending on whether we are

Neste trabalho, acatamos a sugestão da teorizadora e recorremos a modelos advindos de outras disciplinas. Especialmente notório no campo da historiografia científica é o posicionamento de Thomas Kuhn (1962/2011). Com base na história das Ciências Naturais, ele se posiciona criticamente frente à visão de ciência de sua época, comumente considerada o mero acúmulo de “fatos, teorias e métodos” (KUHN, 2011, p. 20) que progridem numa linha reta e contínua. Para Kuhn, o desenvolvimento científico caracteriza-se pela alternância de períodos de *ciência normal* e momentos de *revolução científica*.

Por “ciência normal”, compreende-se a atividade de pesquisa baseada na suposição de que a comunidade científica sabe como é o mundo, suposição esta defendida a todo custo¹³. A pesquisa, portanto, pauta-se por realizações científicas passadas, reconhecida por essa mesma comunidade como fundamento para a prática científica de um dado tempo. De vital importância para a ciência normal é a noção de *paradigma*, definida como conjunto de realizações inovadoras o bastante para atrair novos partidários e ao mesmo tempo suficientemente abertas para contemplar todo tipo de problemas¹⁴.

Todavia, mesmo durante o período de ciência normal ocorrem eventos esporádicos que desafiam os pressupostos do paradigma correspondente, impondo, assim, a novidade. Esses eventos costumam tornar-se mais frequentes, até o ponto em que as “anomalias” não podem mais ser ignoradas. Nesse momento, como destaca Kuhn (2011, p. 24), “começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência¹⁵”. Esses momentos, o autor os denomina “revoluções científicas”.

O avanço científico constrói-se, portanto, através da constante troca de *paradigmas*. O termo é empregado a partir de uma concepção moderna de ciência, segundo a qual, salvo exceções, os campos de pesquisa são regidos por um modelo “universalmente aceito”. Esse modelo é comumente precedido por um *período pré-paradigmático*, marcado pela diversidade de abordagens e descrições de fenômenos, dada a carência de um corpo implícito de crenças metodológicas e teóricas¹⁶.

seeking to construct the historiography of a discipline or the historiography of a practice or performance: the history of linguistics would be appropriate in the first case, and the history of literature or music in the second.

¹³ KUHN, 2011, p. 24.

¹⁴ Ibid., p. 29 et seq.

¹⁵ And when it does – when, that is, the profession can no longer evade anomalies that subvert the existing tradition of scientific practice – then begin the extraordinary investigations that lead the profession at least to a new set of commitments, a new basis for the practice of science. (KUHN, 1970, p. 6)

¹⁶ KUHN, 2011, p. 35 et seq.

Para ser aceita como um paradigma, uma teoria deve parecer melhor que as outras competidoras. Ainda assim, ela não será capaz de oferecer respostas a todos os problemas com os quais for confrontada. Como explica Kuhn, “o sucesso de um paradigma [...] é, a princípio, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos¹⁷” (KUHN, 2011, p. 44). Caberia à ciência normal atualizar essa promessa, demonstrando que os fundamentos teóricos do paradigma são eficazes na resolução de problemas. O papel da ciência normal não é, pois, descobrir novidades; de fato, quando bem sucedida, ela não as encontra¹⁸.

E, no entanto, novos fenômenos continuam a surgir. Os fenômenos “anômalos” ao paradigma demandam uma nova forma de observar os fatos. No plano teórico, as anomalias podem conduzir a crises, a cuja consciência a comunidade científica chega gradualmente:

A emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal. Como seria de se esperar, essa insegurança é gerada pelo fracasso constante dos quebra-cabeças da ciência normal em produzir os resultados esperados. O fracasso das regras existentes é o prelúdio para uma busca de novas regras¹⁹. (KUHN, 2011, p. 95)

Em geral, um paradigma é substituído por outro anos depois de iniciada a crise, e isso ocorre não sem resistência. Como observa Kuhn, só há a substituição de um paradigma quando existe uma alternativa disponível. “Rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência²⁰” (KUHN, 2011, p. 109). Com a crise, experimenta-se o relaxamento das regras que governam o respectivo paradigma, abrindo portas para novas metodologias.

O modelo de desenvolvimento científico concebido por Kuhn rejeita as continuidades de forma quase integral. Mesmo nos casos em que alguns princípios do novo paradigma assemelham aos defendidos pelo paradigma anterior e por ele foram consolidados, os referidos princípios são revistos pela nova teoria a partir de pressupostos diferentes²¹. Associadas às novas teorias estão novas metodologias e novos conceitos. A elas igualmente se associam

¹⁷ The success of a paradigm [...] is at the start largely a promise of success discoverable in selected and still incomplete examples. (KUHN, 1970, p. 23s.)

¹⁸ KUHN, 2011, p. 77.

¹⁹ Because it demands large-scale paradigm destruction and major shifts in the problems and techniques of normal science, the emergence of new theories is generally preceded by a period of pronounced professional insecurity. As one might expect, the insecurity is generated by the persistent failure of the puzzles of normal science to come to a search for new ones. (KUHN, 1970, p. 67s.)

²⁰ To reject one paradigm without simultaneously substituting another is to reject science itself. (KUHN, 1970, p. 79)

²¹ Id., 2011, p. 116.

novas visões de mundo, levando o cientista treinado no âmbito de um paradigma divergente a reeducar sua concepção do respectivo campo de pesquisas²².

A adesão a um novo paradigma é geralmente maior entre as novas gerações de cientistas. Conforme Kuhn, a conversão de cientistas treinados no antigo paradigma ao novo é possível, embora consideravelmente mais difícil. A resistência ao novo é vista como algo perfeitamente natural, advindo do comprometimento com a ciência normal e inerente ao próprio desenvolvimento científico. Investigar como um pesquisador adere a um novo paradigma exigiria aprofundamento no âmbito da persuasão, um estudo que, segundo Kuhn, ainda não fora empreendido²³. Sabe-se, no entanto, que a crise de um paradigma exerce um importante papel nesse processo: sem ela, o indivíduo não estaria disposto a abandonar uma teoria consolidada em busca de algo novo, com base apenas na fé de que a nova teoria poderá elucidar questões que a teoria antiga falha em responder²⁴.

Embora esteja claro que o desenvolvimento científico é permeado por revoluções científicas, a imagem da ciência, sobretudo nos manuais reescritos a cada troca de paradigma, continua a ser cumulativa. Essa noção de progresso científico recebe de Kuhn uma crítica de cunho sociológico. Ele observa que ela persiste apenas porque a história costuma ser contada da perspectiva dos vencedores:

Aparentemente o progresso acompanha, na totalidade dos casos, as revoluções científicas. Por quê? Ainda uma vez poderíamos aprender muito perguntando que outro resultado uma revolução poderia ter. As revoluções terminam com a vitória total de um dos dois campos rivais. Alguma vez o grupo vencedor afirmará que o resultado de sua vitória não corresponde a um progresso autêntico? Isso equivaleria a admitir que o grupo vencedor estava errado e seus oponentes certos. Pelo menos para a facção vitoriosa, o resultado de uma revolução deve ser o progresso. Além disso, esta dispõe de uma posição excelente para assegurar que certos membros de sua futura comunidade julguem a história passada desde o mesmo ponto de vista²⁵. (KUHN 2011, 210s.)

O posicionamento de Kuhn não é recebido sem oposições. Hymes (1983) coloca em discussão a noção de “paradigma” no contexto da história da linguística, afirmando que Kuhn teria concebido, a fim de elucidar o passado das ciências, a noção de paradigma, a qual envol-

²² KUHN, 2011, p. 148.

²³ Ibid., p. 193 et seq.

²⁴ Ibid., p. 201.

²⁵ Why should progress also be the apparently universal concomitant of scientific revolutions? Once again, there is much to be learned by asking what else the result of a revolution could be. Revolutions close with a total victory for one of the two opposing camps. Will that group ever say that the result of its victory has been something less than progress? That would be rather admitting that they had been wrong and their opponents right. To them, at least, the outcome of revolution must be progress, and they are in an excellent position to make certain that future members of their community will see past history in the same way. (KUHN, 1970, p. 166)

veria também a própria natureza da ciência e o seu desenvolvimento. No entanto, ele não considera que a noção de paradigma possa ser aplicada para elucidar a natureza da linguística²⁶.

Hymes justifica sua constatação ao se opor à afirmação de Kuhn de que um paradigma, quando estabelecido, deteria a exclusividade do campo de pesquisa. Ao contrário, ele considera que a concomitância de paradigmas não é apenas possível, como recorrente:

No que concerne a seu aspecto político, cada abordagem reteve o domínio sobre periódicos, encontros de profissionais, manuais etc. Mas nenhuma delas reteve o domínio exclusivo da cena. Cada uma delas dominou o centro, mas não o todo. [...] Ao menos no caso da linguística, outras abordagens senão as dominantes continuaram e, às vezes, até mesmo emergiram contemporaneamente. [...] A comunidade paradigmática, entretanto, nunca veio a ser equivalente ao todo da disciplina. Tampouco isso foi devido apenas a membros remanescentes da comunidade anterior. Cada novo “paradigma” simplesmente não teve sucesso em estabelecer uma completa autoridade²⁷. (HYMES, 1983, p. 354, tradução nossa)

Significa dizer que, ao contrário do que Kuhn teria suposto, a mudança de paradigma não implica necessariamente uma “vitória total” sobre o precedente. Para designar o fenômeno, Hymes emprega termos como “cinosura”, “consciência de mudança revolucionária” e “comunidade paradigmática”²⁸.

Em vez de uma única perspectiva, a diversidade de pontos de vista. Essa diversidade tem causa em interesses e orientações variados, de modo que diferentes linhas de trabalho possam constituir uma mesma disciplina. A cinosura ou a comunidade paradigmática no centro da disciplina é apenas uma das comunidades e das áreas de interesse perseguidas por acadêmicos sérios num determinado tempo²⁹.

Embora seja de pouca ajuda para elucidar o caso da linguística, para Hymes, a noção de paradigma de Kuhn não deve ser rechaçada, posto que ela teria tocado em características essenciais das disciplinas científicas e acadêmicas. Em vez disso, o conceito deve ser criticamente analisado, sobretudo porque, mesmo tendo rompido com a imagem de progresso cumulativo da ciência, a proposta de Kuhn veicularia a supostamente falsa impressão de que a ciência está em constante revolução³⁰. Outra restrição à aplicação da proposta de Kuhn no exame da história da linguística é referente à abrangência conferida ao novo paradigma. Kuhn

²⁶ HYMES, 1983, p. 353.

²⁷ In their political aspect each approach in turn has dominated journals, professional meetings, textbooks, and the like. But neither has been exclusive holder of the stage. Each has had the center, but not the whole. (...) In the case of linguistics, at least, other approaches than the dominant ones continued, and indeed sometimes emerged, contemporaneously. (...) The paradigmatic community, however, has never come to be equivalent to the whole of the discipline. Nor has this been due to holdovers from the past alone. Each new ‘paradigm’ simply has not succeeded in establishing complete authority.

²⁸ HYMES, op. cit., p. 354.

²⁹ Ibid., p. 357.

³⁰ Ibid., p. 358.

teria estipulado que o novo paradigma não apenas oferece respostas a questões deixadas em aberto pelo paradigma anterior, como também inclui as soluções dadas pelo antigo paradigma. Segundo Hymes, o mesmo não pode ser dito acerca da linguística: as novas *cynosuras* não são portadoras plenas de ambas as propriedades, motivo pelo qual nenhuma teoria linguística obteve o comando total da disciplina³¹.

As questões de “troca de paradigmas” na linguística têm menos a ver com mudanças significativas das teorias do que com ideologia e retórica: “O cenário implícito para ter sucesso como *cynosura* parece frequentemente consistir tanto em desacreditar e esquecer e ignorar outros trabalhos, como em fazer novas descobertas e integrar o que já foi descoberto num novo fundamento³²” (HYMES, 1983, p. 360s., tradução nossa). Além disso, considerar um único paradigma como constituinte de um campo de pesquisa inteiro guarda ainda o risco da especialização extrema, levando o cientista a perder de vista o que já foi produzido no campo em questão e tratar uma “redescoberta” como se fosse uma novidade³³.

A mudança de *cynosura* deve ser encarada como um elemento entre vários na história de uma ciência. Fontes de pesquisa historiográfica há dentro e fora das disciplinas³⁴. Segundo Hymes, dois são os pré-requisitos para se escrever a história da linguística: definir um *corpus* de apoio como fonte básica de informações e estabelecer um ponto de observação que ultrapasse o discursar sobre obras e momentos desconexos da história. Com isso, ele propõe uma abordagem sociológica da história da linguística: “Em suma, a ocorrência de um paradigma – ou *cynosura* – será abordada como algo além de um feito intelectual; ela será abordada como um processo de mudança sociocultural³⁵” (HYMES, 1983, p. 365, tradução nossa).

Em busca de um modelo adequado à linguística, Koerner (1989) enumera uma série de modelos desenvolvidos dentro e fora da historiografia da linguística, pesando seus prós e contras. Não obstante, ele introduz a análise enumerando os benefícios do trabalho historiográfico para o campo disciplinar. Segundo Koerner, conhecer a história do campo de investigação (1) contribui para a formação do cientista, concedendo-lhe a flexibilidade necessária para agir em caso de problemas não previstos ou em caso de mudança na interpretação do objeto de investigação, (2) concede a consciência da verdade relativa de uma determinada teoria ou metodologia e a possível moderação da atitude do cientista para com teorias concorrentes, (3) pode

³¹ HYMES, 1983, p. 360.

³² The implicit scenario for succeeding as *cynosure* seems often enough to consist as much of discrediting, and forgetting or ignoring, other work, as of making new discoveries and of integrating what has already been discovered on a new foundation.

³³ HYMES, op. cit., p. 361.

³⁴ Ibid., p. 364.

³⁵ In sum, one will deal with the occurrence of a paradigm, or *cynosure*, as more than an intellectual accomplishment; one will deal with it as a process of sociocultural change.

ajudar a distinguir o que é, de fato, avanço no campo e o que é apenas variação de um mesmo tema e (4) pode abrir o horizonte do pesquisador, o qual vivencia hoje um momento de intensa especialização no ramo científico³⁶.

Antes disso, no entanto, é forçoso que a história da linguística estabeleça um quadro coerente e meios claros para a apresentação de ideias, eventos e períodos que tenham marcado a história do campo disciplinar. O trabalho, segundo Koerner, deve ser conduzido por membros do próprio campo de investigação em análise, com consulta direta às fontes, sem o intermédio do relato de terceiros e preferencialmente com consulta ao documento em sua língua original³⁷.

Quanto à concepção de um modelo historiográfico, embora reconheça que a história da filosofia e a história das Ciências Naturais possam oferecer contribuições ao exame do caso da linguística, Koerner não as considera suficientes. Para contornar o problema, encontra apenas duas alternativas: ou se aproveitam o máximo possível os modelos desenvolvidos por outras ciências, ou se desenvolve um novo modelo específico para o caso sobre o qual se está debruçado³⁸. Assim fazendo, explora a possibilidade de desenvolver modelos que auxiliem o historiógrafo a elucidar pontos de mudança significativa no desenvolvimento da linguística e a identificar os vários aspectos de necessária consideração em sua análise. A sua busca passa por diversos protótipos, sendo alguns antecipados por outros campos científicos.

O primeiro modelo, denominado “Modelo de progresso por acumulação”, representa a concepção de progresso científico combatida por Kuhn, segundo a qual a ciência acumularia conhecimento em linha reta. O modelo seguinte, por sua vez, parece uma variação da concepção de Hymes, a qual distingue diferentes correntes simultâneas. Assim, enquanto uma ocupa o *mainstream* do campo disciplinar, as demais correntes teóricas permanecem no *underground* (daí chamar-se “Modelo *mainstream versus underground*”). Koerner observa que, apesar de considerar a concomitância de teorias, esse modelo mantém sua unidirecionalidade³⁹.

Um terceiro modelo é sugerido a fim de explicar a alternância de ciosuras. Esse modelo, denominado “Modelo pendular”, descreve uma concepção de desenvolvimento científico caracterizado pela constante alternância entre abordagens contrastantes. O quarto modelo apresentado, o “Modelo de descontinuidades *versus* continuidades”, elucida casos em que

³⁶ KOERNER, 1989, p. 47 et seq.

³⁷ Ibid., p. 48.

³⁸ Ibid., p. 49 et seq.

³⁹ Ibid., p. 52.

uma teoria deixa de se desenvolver num dado local. Este, no entanto, não considera as alternâncias do “Modelo pendular”, o que leva alguns historiógrafos a fazer uso de ambos, terceiro e quarto modelos, de forma complementar. Por fim, o “Modelo do progresso relativo”, retoma o “Modelo pendular”, deixando claro, no entanto, que a teoria, em seu retorno ao *mainstream*, já não é a mesma que abandonou a posição central no passado, posto ter dado continuidade a sua linha de desenvolvimento⁴⁰.

Observados todos os modelos, Koerner constata uma falha fundamental: nenhum deles leva em conta os fatores externos determinantes para o avanço científico, tais como a influência de outros campos disciplinares, o contexto histórico e as relações entre os teorizadores⁴¹. Esse é o ponto a que confere mais destaque ao concluir: para um bom historiador não basta ter o conhecimento da área ou das fontes, tampouco “saber contar” a história, uma vez que lhe faltaria considerar os fatores internos e externos ao campo científico analisado⁴².

Embora o foco ainda se deposite sobre aspectos internos da história das ciências, nota-se que as propostas acima, em maior ou menor grau, salientam a importância de uma abordagem sociológica para o trabalho historiográfico. Abordagem essa desenvolvida por Murray (1994), que relata diversos estudos realizados com essa orientação. Segundo o teorizador, desde que Auguste Comte cunhou o termo “sociologia”, em 1843, a ciência é tema de estudos sociológicos. Contudo, embora a ciência tenha sido exaltada desde então como a “precursora do futuro racional da espécie”, o comportamento dos cientistas só passou a ser objeto de estudos na década de 1960⁴³.

Algumas das principais questões a ocupar essa vertente dizem respeito a como se formam os grupos de pesquisa e a que fatores contribuem para a vitória de uns sobre os outros. Uma das hipóteses levantadas é a de que pesquisas institucionalizadas tendem a ter mais sucesso sobre pesquisas isoladas do que o contrário. Segundo Shils (1970), citado por Murray, a institucionalização seria responsável por tornar um conjunto de ideias mais acessível a potenciais receptores, por gerar uma maior concentração de esforços e possibilitar maior interação entre os pesquisadores envolvidos⁴⁴. Mesmo reconhecendo que a institucionalização não é, sozinha, garantia de sucesso, pondera que ela tornaria mais provável a consolidação, a elaboração e a difusão de ideias⁴⁵.

⁴⁰ KOERNER, 1989, p. 53 et seq.

⁴¹ Ibid., p. 55.

⁴² Ibid., p. 56 et seq.

⁴³ MURRAY, 1994, p. 1.

⁴⁴ Cf. SHILS, Edward. Tradition, Ecology and Institution in the History of Sociology. *Daedalus* 99, 1970, p. 760-825.

⁴⁵ MURRAY, op. cit., p. 7.

A hipótese de Shils foi refutada por outros autores com alegações bastante contundentes. Especialmente criticada foi sua afirmação de que o progresso científico seria concebível apenas em universidades de elite, quando há exemplos de teorias mais bem-sucedidas que foram formuladas em instituições de menor prestígio. Murray ressalta ainda que a institucionalização de Shils não determina propriamente a inovação da pesquisa, mas sim, a sua difusão⁴⁶.

Outros historiógrafos destacaram o papel da comunicação informal entre cientistas, que eles supõem responsável pelo fortalecimento da produção de um dado grupo. Murray destaca, porém, os trabalhos de Griffith e Miller (1970) e de Mullins (1966, 1968, 1972, entre outros), que defendem posicionamentos um pouco diferentes. Tendo estudado diferentes ramos da psicologia, Griffith e Miller concluíram, por exemplo, que os cientistas, em média, não costumam ser particularmente engajados, sobretudo em atividades características de grupos coerentes. Assim, levantam a hipótese de que os elevados graus de interação e organização em ciência estariam mais relacionados (1) a um número limitado de instituições com instalações voltadas àquela pesquisa em particular, (2) a uma organização especializada que conteria a maioria dos pesquisadores de um dado campo, (3) à preponderância da relação professor-aluno, (4) a compromissos de longo prazo com a pesquisa e (5) ao fato de a área ser interesse principal de pesquisa da maior parte dos pesquisadores envolvidos⁴⁷. A observação geral, no entanto, pode ser resumida da seguinte forma:

Em geral, assim parece, “os níveis mais elevados de comunicação e organização são alcançados por grupos que, durante um período substancial de tempo, permanecem convictos de que estão em processo de formular uma organização conceitual radical na ciência” (GRIFFITH; MILLER, 1970, p. 139). “Ciência normal” pareceu diferir de “ciência revolucionária” através do grau maior de coerência dos grupos revolucionários⁴⁸. (MURRAY, 1994, p. 13s., tradução nossa)

Mullins (1966), também citado por Murray (1994), explora as condições que permitem a coesão dos grupos revolucionários. Segundo afirma, a transição entre paradigmas compõe-se de diversos estágios⁴⁹. O primeiro deles, o “estágio normal”, é caracterizado “por relações

⁴⁶ MURRAY, 1994, p. 9.

⁴⁷ Cf. Griffith, Belver C.; MILLER, A. J. Networks of Informal Communication among Scientifically Productive Scientists. In: NELSON, C; POLLOCK, D. **Communication among Scientists and Engineers**. Lexington, MA: Heath, 1970, p. 125-140. Ver também MURRAY (1994, p. 13).

⁴⁸ In general, it appears, “The highest levels of communication and organization are achieved by groups that remain convicted over a substantial period of time that they are in the process of formulating a radical conceptual organization within science” (Griffith and Miller 1970: 139). ‘Normal science’ appeared to differ from ‘revolutionary science’ in the greater coherence of revolutionary groups.

⁴⁹ Cf. MULLINS, Nicholas C. **Social Origins of an Invisible College: The phage group**. Ph. D. diss., Harvard University, 1966 (Published New York: Arno Dissertations in Sociology, 1980).

sociais escassas entre pesquisadores, que se espalham por institutos distantes, com normalmente não mais de um ou dois em cada lugar” (MURRAY, 1994, p. 14, tradução nossa). Nesse estágio, são poucas as ocorrências de coautoria, como é escassa a pesquisa sistemática acerca de um problema específico⁵⁰.

O surgimento de um líder intelectual é considerado sinal de uma potencial mudança de perspectiva. Com ele, surgem também declarações programáticas de novos parâmetros para o campo disciplinar ou um novo modelo com a promessa de novas possibilidades para trabalhos vindouros. Em torno do líder intelectual formam-se novos grupos de pesquisadores experientes dedicados a um problema comum. Nesse contexto, a liderança têm o papel de “convencer os cientistas de que há algo a ser feito em novas direções. Essa é a promessa que motiva a tentativa de formar um novo paradigma. Visto que uma tal promessa deve ser mais ou menos uma questão de fé, os líderes, em geral, são carismáticos⁵¹” (MURRAY, 1994, p. 15, tradução nossa). A circulação das novas ideias começa a atrair a atenção de pesquisadores com opiniões semelhantes e uma rede pode se construir a partir dessas relações. Recrutamentos são também essenciais para que a corrente teórica ganhe forças⁵².

No estágio seguinte, esses pesquisadores organizam-se em agrupamentos [*cluster*]. É o momento da busca por visibilidade, mesmo que ela se dê por meio de críticas. Ainda assim, não se pode dizer que o grupo tem posição assegurada no próprio campo de pesquisa: a reação à nova linha de trabalho determinará se a nova corrente se tornará uma corrente teórica de elite ou se continuará revolucionária – o que pode ou não resultar em seu fracasso⁵³.

Segue-se o “estágio de especialidade”, quando o grupo recebe validação institucional e, por vezes, até mesmo adquire organização formal. Os estudantes passam, eles mesmos, a ganhar destaque e a migrar para outros institutos. No último estágio do ciclo, o “estágio acadêmico”, o desafio do novo paradigma é superado e a corrente teórica torna-se “ciência normal”. Para Mullins, é nesse estágio que o carisma começa a fenecer, com a liderança passando a ser “tradicionalizada e racionalizada”. E encerra-se o ciclo⁵⁴.

⁵⁰ MURRAY, 1994, p. 14.

⁵¹ The task of leadership is to convince scientists that there is something to be done along new lines. It is this promise that motivates attempts to build a new paradigm. Since such a promise must be more or less a matter of faith, leaders often are charismatic.

⁵² MURRAY, op. cit., p. 15.

⁵³ Ibid., p. 16.

⁵⁴ Ibid., p. 17.

Para aplicar a teoria de Griffith-Mullins, Murray vê a necessidade de formalizá-la. Ele identifica na teoria dois componentes complementares: um modelo funcionalista⁵⁵, cujo objetivo é identificar os pré-requisitos para a formação de um grupo científico coeso, e um modelo de conflitos, empregado para distinguir as bases sociais de grupos revolucionários das bases sociais dos grupos cumulativos⁵⁶.

Haveria, de acordo com Griffith e Mullins, três requisitos para a constituição de grupos científicos coerentes: *boas ideias, liderança intelectual e liderança organizacional*⁵⁷. São consideradas boas ideias aquelas que, segundo a avaliação dos cientistas de um dado campo, solucionam questões pendentes ou abrem novas áreas de investigação. O critério de qualidade de uma determinada ideia é condicionado pelo momento histórico e avaliado pelos próprios cientistas. O sucesso de uma ideia depende da formação de um grupo que a defenda, a frente do qual esteja um líder intelectual. O seu papel é (1) definir as bases conceituais para uma linha de pesquisa, (2) explicar as implicações das “boas ideias” para o campo de pesquisas e (3) avaliar a qualidade do trabalho de outros componentes do grupo, bem como seu alinhamento ao quadro teórico específico. Além disso, ele também pode (4) produzir manifestos programáticos, especificando as diretrizes daquela vertente teórica e (5) conduzir uma pesquisa exemplar no âmbito dessa mesma vertente. O líder organizacional, por sua vez, tem a missão de estabelecer horários, arrecadar fundos e organizar os meios para a pesquisa, para a comunicação de descobertas e apontamentos àqueles que conduzem suas pesquisas com a validação do líder intelectual⁵⁸. Como afirma Murray, “sem os três fatores, nenhum grupo científico emergirá. Todos são necessários, nenhum é suficiente [isoladamente]”⁵⁹ (MURRAY, 1994, p. 23, tradução nossa).

Diferentemente do modelo funcionalista de pré-requisitos, o modelo de conflitos estabelece a clara cisão entre grupos que alegam realizar rupturas radicais e grupos que defendem a continuidade. Visto que (1) há sempre continuidades cognitivas e pressuposições compartilhadas entre o novo e o velho paradigma, (2) que não há um indicador absoluto que determine o grau de continuidade entre os paradigmas e (3) que as alegações de novidade parecem ter consequências mais sérias para o conflito entre as gerações de pesquisadores do que as próprias descontinuidades, Murray relativiza a noção de revolução científica e passa a falar de

⁵⁵ Ressaltamos que a designação “funcionalista” empregada por Murray não corresponde propriamente aos princípios estabelecidos pela Teoria Funcional, objeto desse estudo. O termo refere-se aos requisitos e à função de cada um na constituição de grupos científicos.

⁵⁶ MURRAY, 1994, p. 20s.

⁵⁷ Ibid., p. 22.

⁵⁸ Ibid., p. 23.

⁵⁹ Without all three factors, no scientific group will emerge. All are necessary, no one is sufficient.

“retórica revolucionária”. A retórica revolucionária caracteriza-se por alegações de rupturas com as ideias e os pressupostos fundamentais de teorias anteriores. A escolha da retórica depende da filiação do indivíduo a alguma elite (social, acadêmica, institucional ou paradigmática), da idade profissional (estudante/pesquisador certificado) e do acesso ao reconhecimento (isto é, o acesso aos meios de publicação científica)⁶⁰.

No dizer de Murray (1994, p. 24), “o acesso notadamente restrito ao reconhecimento, o recrutamento de estudantes em detrimento da tentativa de convencer contemporâneos ou predecessores e a localização em instituições periféricas levam à retórica revolucionária⁶¹” (tradução nossa). O tipo ideal de grupo revolucionário seria portador dessas características, as quais contrastam com o tipo ideal de grupo cumulativo, caracterizado pelo acesso amplo ao reconhecimento, pela adesão de pesquisadores reconhecidos e pela localização em instituições de elite⁶².

Mesmo advindas da historiografia de outras áreas, as propostas compiladas nesse capítulo são de irrefutável valor para se estudar a história dos Estudos da Tradução. Enquanto as primeiras são particularmente elucidativas quanto o estágio de evolução que ocupa o campo disciplinar no período abordado pelo presente trabalho, as teorias reunidas no artigo de Murray oferecem instrumentos valiosos para compreender as relações entre os autores das obras que compõem o nosso *corpus* de análise, permitindo, assim, compreender os fatores determinantes para o percurso evolutivo da abordagem funcional. Uma vez expostos os parâmetros teóricos, no capítulo seguinte estarão em pauta os parâmetros metodológicos que nortearam a nossa busca e as nossas constatações.

⁶⁰ MURRAY, 1994, p. 23.

⁶¹ Perceived blocked access to recognition, recruitment of students in preference to trying to convince agemates or elders, and the location at peripheral institutions lead to revolutionary rhetoric.

⁶² MURRAY, op. cit., p. 26.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos abordados no presente capítulo foram estabelecidos segundo o objetivo de identificar rupturas e continuidades na relação entre a vertente funcionalista dos Estudos da Tradução e seus predecessores teóricos. Uma pesquisa dessa natureza, voltada a avaliar graus de rupturas e continuidades em momentos de transição, não pode prescindir de uma detalhada descrição contextual dos momentos anterior e posterior à emergência de uma vertente teórica. Ao mesmo tempo, a identificação de conceitos centrais da nova abordagem, bem como dos efeitos que a adição dessa abordagem teve sobre o campo disciplinar desempenham papel precípuo na busca por resultados.

Assim, elaboramos uma metodologia baseada em quatro etapas: (1) a delimitação do escopo do trabalho (período e hipóteses) por meio da seleção do *corpus* de análise principal; (2) a descrição do contexto de emergência da Teoria Funcional, por um lado, a partir do relato de testemunhos e crônicas desse tempo e, por outro, a partir da análise de propostas teóricas anteriores e da identificação de conceitos caros a essas propostas; (3) a leitura e análise das obras do *corpus* principal, com vistas a um mapeamento da evolução dos conceitos-chave funcionalistas; e (4) a contraposição dos conceitos funcionalistas e dos conceitos defendidos por seus predecessores, com a identificação de rupturas e continuidades entre as duas vertentes, tendo como referência os contextos descritos e à luz do modelo teórico fornecido pela historiografia das ciências.

A análise e o cotejamento de conceitos teóricos ocupam o cerne de nossa metodologia. Entretanto, como vimos no capítulo anterior, contar a história de uma disciplina tão somente de um ponto de vista interno, baseado no estudo de suas obras seminais, não é suficiente para compreender inteiramente a razão pela qual uma teoria ascende ao *mainstream*, enquanto outra se torna marginal em seu próprio campo disciplinar. Assim, procuramos conciliar duas perspectivas diferentes: a visão “de dentro”, a partir da análise e da contraposição de conceitos, e a visão “de fora”, a partir da análise dos contextos histórico, intelectual e institucional das teorias de tradução. Com isso, objetivamos uma visão do conjunto (núcleo e entorno) da abordagem funcional. Aqui, trata-se de duas atitudes que se complementam.

Cada uma das etapas será descrita de forma pormenorizada. Dada a natureza do capítulo, voltado para os procedimentos em uso, abdicamos de detalhes na descrição de conceitos e obras nele referidas, também porque eles serão esmiuçados nos capítulos seguintes.

3.1 A seleção do *corpus* de análise principal

O ponto de partida para a pesquisa foi a seleção do *corpus* de análise principal. Sem ela, não haveria como tomar outras importantes decisões para a condução da pesquisa, tais como estabelecer o período posto em foco ou determinar o contexto histórico, intelectual e institucional a ser descrito. Dessa forma, chegamos a um *corpus* de análise composto por três textos funcionalistas seminais, listados, como segue, de acordo com a ordem de publicação:

- REISS, Katharina; VERMEER, Hans Josef. **Grundlegung einer allgemeinen Translations-theorie**. Tübingen: Max Niemeyer, 1984.
- HOLZ-MÄNTTÄRI, Justa. **Translatorisches Handeln**. Theorie und Methode. Helsinki: Soumalainen Tiedeakatemia, 1984.
- NORD, Christiane. **Textanalyse und Übersetzen**. Theorie, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse. Heidelberg: Julius Gross, 1988.

A seleção dessas obras pautou-se por fontes secundárias. Trata-se, no caso, de estudos historiográficos dos avanços recentes dos Estudos da Tradução, reconhecidos e positivamente valorados pelo campo disciplinar, que destacam o papel da abordagem funcional para o crescimento da área. Circunstanciando o primeiro procedimento metodológico a nortear nossa escolha, relatamos, na sequência, o que as referidas fontes secundárias têm a dizer acerca das obras acima elencadas. Vale salientar que as descrições abaixo refletem opiniões alheias às nossas e que os conceitos e princípios teóricos apresentados por essas asserções ficam por ser definidos e esmiuçados mais adiante, especialmente no capítulo 7 desta dissertação.

Publicado em 1984, *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie* [Fundamentos de uma teoria geral de translação] é considerado, entre os pesquisadores em Estudos da Tradução, como o “manifesto” funcionalista⁶³, reunindo preceitos teóricos formulados por Katharina Reiss⁶⁴ e Hans J. Vermeer ao longo de suas carreiras, preceitos esses distribuídos entre duas seções distintas, respectivamente denominadas “Teoria básica” e “Teorias especiais”⁶⁵. Segundo Munday (2001), a primeira seção concentra os princípios gerais da *Skopos-*

⁶³ SNELL-HORNBY, 2006, p. 52.

⁶⁴ Em alemão, a grafia do sobrenome da teorizadora é *Reiß*. Aqui, no entanto, optamos por *Reiss*, como comumente ocorre em publicações em inglês e em espanhol, nas quais, assim como no português, não há a letra *ß*. O mesmo procedimento será adotado com outros nomes em que haja o mesmo problema.

⁶⁵ SNELL-HORNBY, op. cit., p. 52.

theorie de Hans Vermeer, enquanto que a segunda contém a tipologia textual desenvolvida por Katharina Reiss desde o final da década de 1960⁶⁶.

Em que pese o *status* de manifesto, a *Skopostheorie* não teria sido introduzida pelo livro de Reiss e Vermeer. Conforme os relatos historiográficos, o texto inaugural da Teoria Funcional foi publicado por Hans J. Vermeer seis anos antes, num artigo intitulado “Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie” [Um quadro para uma teoria geral de tradução] (VERMEER, 1978)⁶⁷. Nele, Vermeer define o propósito com que a tradução é recebida pelo público alvo como o critério fundamental para o processo tradutório. Ele se refere a esse propósito pelo termo *skopos* (do gr. “propósito”), termo que dá nome a sua proposta teórica. O *skopos* de uma tradução, como conta Snell-Hornby (2006), é determinado sobretudo pelas expectativas e necessidades do receptor do texto traduzido (para a noção de *skopos*, v. tópico 7.1)⁶⁸.

A definição do *skopos* como critério procedimental e avaliativo da tradução é, em parte, resultado da releitura de fundamentos da Teoria da Ação, feita pela Teoria Funcional com o intuito de aplicá-la ao caso da tradução. Para Stolze (2005), é na relação entre as duas vertentes que está o caráter inovador da abordagem⁶⁹. Pym (2010), por sua vez, defende que a concepção de tradução que a *Skopostheorie* advoga seja resultante da radicalização do funcionalismo previamente existente em outras teorias de tradução, ao substituir a visão retrospectiva fossilizada por uma visão mais prospectiva. Além disso, ele ressalta o fato de Vermeer ter trazido à baila fatores importantes do cotidiano profissional, tais como o papel do cliente, a importância de se receberem informações claras sobre o objetivo da tradução e, em especial, o princípio geral de que um texto pode ser traduzido de diferentes formas⁷⁰.

A partir das funções da linguagem descritas por Karl Bühler (1934), Reiss distingue três tipos textuais básicos: “tipo expressivo”, “tipo informativo” e “tipo operativo”. Haveria ainda um quarto tipo, o “texto áudio-medial” ou “texto multimedial”⁷¹, para o qual confluiria uma variedade de recursos semióticos (v. tópico 7.1.1.4)⁷². Não são poucos os trabalhos a sugerir o pioneirismo de Katharina Reiss ao incluir a função do texto entre os critérios de tradução. Ainda assim, Pym (2010) e Munday (2001) alegam que o modelo de Reiss, mesmo na

⁶⁶ MUNDAY, 2001, p. 79.

⁶⁷ Cf. STOLZE, 2005, p. 173.

⁶⁸ SNELL-HORNBY, 2006, p. 54.

⁶⁹ STOLZE, op. cit., p. 177.

⁷⁰ PYM, 2010, p. 49; cf. MUNDAY, op. cit., p. 80.

⁷¹ Cf. REISS, 1971, 1976.

⁷² MUNDAY, op. cit., p. 73 et seq.

publicação conjunta com Vermeer, sempre esteve bem fundamentado sobre o conceito de equivalência (v. discussões sobre a equivalência nos capítulos 5 e 7)⁷³.

O ano de 1984 foi também o ano de publicação de *Translatorisches Handeln. Theorie und Methode* [Ação translacional: teoria e método], livro de Justa Holz-Mänttäri escrito com base em sua experiência profissional como tradutora e como docente da Universidade de Turku e da Universidade de Tampere, ambas na Finlândia. Em seu livro, Holz-Mänttäri sistematiza a sua “Teoria da Ação Translacional”, em vários aspectos similar à *Skopostheorie* de Vermeer: a tradução definida como uma complexa forma de ação, um meio de viabilizar a comunicação intercultural, situado num dado contexto social e orientado por uma meta específica. O tradutor, no caso, exerce a função social de especialista na comunicação intercultural, com a tarefa de produzir “portadores de mensagem” capazes de transmitir uma mensagem para além das fronteiras culturais⁷⁴. Como explica Munday (2001), por “portador de mensagem” entende-se um material textual que pode conter outras dimensões semióticas, como figuras, sons e gestos⁷⁵.

Na proposta de Holz-Mänttäri, o tradutor, como especialista na produção de textos, assume a responsabilidade pelo produto final. O processo tem início quando o tradutor recebe de seu cliente a tarefa de traduzir, o material textual a ser traduzido e informações sobre o objetivo do texto no futuro contexto de recepção. De posse dessas informações, ele especifica o produto final e mobiliza os meios necessários para a realização do trabalho. Snell-Hornby (2006) observa que o trabalho do tradutor é representado como um sistema de cooperação entre indivíduos, no qual tomam parte o cliente, o produtor do texto de partida e o receptor do texto de chegada, além, é claro, do tradutor⁷⁶.

Um dos principais benefícios da contribuição de Holz-Mänttäri à abordagem funcional, de acordo com Munday (2001), está em situar a tradução (ou ao menos a tradução profissional não literária) em de seu contexto sociocultural, que inclui a interação entre tradutor e cliente⁷⁷. Snell-Hornby (2006) destaca que, embora parecesse “exótica e excêntrica”, a proposta de Holz-Mänttäri refletia (e ainda reflete) bem a rotina do tradutor profissional⁷⁸. Apesar disso, a sua “Teoria da Ação Translacional” sempre esteve envolta em polêmicas: uma das mais significativas, como apontam Pym (2010) e Munday (2001), diz respeito à posição da

⁷³ PYM, 2010, p. 47; MUNDAY, 2001, p. 72.

⁷⁴ SNELL-HORNBY, 2006, p. 54.

⁷⁵ MUNDAY, op. cit., p. 77.

⁷⁶ SNELL-HORNBY, op. cit., p. 59.

⁷⁷ MUNDAY, op. cit., p. 79.

⁷⁸ SNELL-HORNBY, op. cit., p. 57 et seq.

autora face ao texto de partida, com a observação de que, para ela, o tradutor poderia eventualmente prescindir do texto de partida e redigir um novo texto baseado tão somente nas informações providas pelo cliente e por especialistas⁷⁹.

Essa posição é também rebatida por Christiane Nord em seu livro *Textanalyse und Übersetzen* [Análise Textual e Tradução] de 1988, onde ela apresenta seu modelo de tradução e defende o respeito não apenas às exigências do cliente, que chama de *iniciador*, e às expectativas do leitor do texto traduzido, mas também à (possível) intenção do autor do texto de partida. O respeito entre os parceiros da comunicação intercultural, conforme relata Stolze (2005), recebe de Nord a denominação de “lealdade”⁸⁰.

O modelo de análise textual de Nord envolve a análise de diversas características intratextuais e extratextuais do texto de partida⁸¹. Alguns teorizadores comentaram o destaque dado por Nord ao texto de partida, consideravelmente maior do que nas abordagens de Vermeer e Holz-Mänttari. Para Stolze (2005), a proposta de Nord é um “limitador” da *Skopostheorie*, enquanto Pym (2010) afirma que o funcionalismo de Nord não difere muito dos conceitos de equivalência, tal como definidos por Nida (1964) ou Koller (1979)⁸² (a serem discutidos no tópico 5.1.4).

Inquestionável, porém, é o papel de Christiane Nord como principal divulgadora das teorias desenvolvidas pela Escola de Heidelberg. Marco dessa divulgação foi a publicação de *Functional Approach Explained* (1997), primeira obra integral em inglês a desenhar um panorama da vertente teórica para fins de introdução. Além de sua extensa publicação teórica, das contribuições para manuais e enciclopédias especializadas (NORD, 1998, 2005, 2010) e de palestras por todo o mundo, Nord traduziu recentemente a obra seminal de Reiss e Vermeer para a língua inglesa, intitulando-a *Towards a General Theory of Translational Action* [Rumo a uma teoria geral da Ação Translacional] (2013).

De posse das informações acima, provenientes das fontes secundárias, passamos à seleção das obras, tomando como parâmetro a representatividade das mesmas para a história da Teoria Funcional. Com os textos escolhidos, e acima elencados, temos o tripé sobre o qual se sustenta o Funcionalismo: a **teoria**, a **prática** e a **didática** da tradução. Embora todos abordem individualmente cada um desses temas, não é na mesma proporção que o fazem: Reiss e Vermeer (1984) propõem, como indica o próprio título do livro, fundamentos para um quadro

⁷⁹ PYM, 2010, p. 57; MUNDAY, 2001, p. 79.

⁸⁰ STOLZE, 2005, p. 191.

⁸¹ MUNDAY, op. cit., p. 82.

⁸² STOLZE, op. cit., p. 198; PYM, op. cit., p. 48.

teórico geral; o mesmo faz Holz-Mänttari (1984), com a diferença de que, além da teoria, ela também destaca a prática profissional de tradutores e intérpretes; enquanto Nord (1988), ao expandir o quadro teórico proposto por Reiss e Vermeer, propõe um modelo para o ensino de tradução.

Estabelecido o *corpus* de análise, definimos os anos de 1980 como o período a ser estudado, acreditando que, nesse período, a teoria básica tenha se solidificado, de modo a ramificar-se posteriormente em teorias específicas, vale dizer, de modo a aplicar seus princípios básicos à análise de casos específicos da tradução. Comprovar essa hipótese, no entanto, foge ao escopo deste trabalho, devendo ser objeto de investigação futura.

3.2 A descrição do contexto de emergência da Teoria Funcional

Tendo em vista os objetivos estabelecidos para este estudo, a análise foi orientada por uma hipótese: somos da opinião de que, apesar da ênfase dada pelas obras de referência a seu caráter de ruptura, a Teoria Funcional também se constitui de continuidades. Assim, é imprescindível que a análise se fundamente numa descrição consistente dos contextos histórico, intelectual e institucional deram origem à abordagem.

Para tanto, reunimos um *corpus* de análise paralelo, destinado à descrição do contexto intelectual que precedeu o surgimento da Teoria Funcional. No que se segue, listamos artigos e publicações das décadas de 1960 e 1970, escritos no âmbito da abordagem linguística da tradução:

- KOSCHMIEDER, Erwin. Das Problem der Übersetzung. 1965. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 48-59.
- KADE, Otto. Kommunikationswissenschaftliche Probleme der Translation. 1968. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 199-218.
- NEUBERT, Albrecht. Pragmatische Aspekte der Übersetzung. 1968. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 60-75.
- PAEPCKE, Fritz. Sprach-, text-, und sachgemäßes Übersetzen. Ein Thesenentwurf. 1971. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 112-119.
- VERNAY, Henri. Elemente einer Übersetzungswissenschaft. 1974. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 236-249.

- KOLLER, Werner. Anmerkungen zu Definitionen des Übersetzungs„vorgangs“ und zur Übersetzungskritik. 1974. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 263-274.
- HOUSE, Juliane. **A Model for Translation Quality Assessment**. 2. ed. (1. ed. 1977) Tübingen: Gunter Narr, 1981.
- WILSS, Wolfram (1977): **Übersetzungswissenschaft: Probleme und Methoden**. Stuttgart: Ernst Klett.
- COSERIU, Eugenio. Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie / O falso e o verdadeiro na Teoria da Tradução. 1978. In: HEIDERMANN, Werner (Org.). 2010, p. 252-289.
- FREIGANG, Karl-Heinz. Überlegungen zu einer theoretisch-linguistisch fundierten Methodologie der Übersetzungswissenschaft. 1978. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 150-170.
- DILLER, Hans-Jürgen; KORNELIUS, Joachim. **Linguistische Probleme der Übersetzung**. Tübingen: Max Niemeyer, 1978.

O *corpus* de análise paralelo consiste, portanto, de textos teóricos, e não de crônicas ou testemunhos, ainda que se encontrem neles elementos característicos de crônicas e testemunhos. Em sua maioria, os textos selecionados estão reunidos na antologia compilada por Wolfram Wilss (1981), fundamental para a organização da produção teórica numa área que, à época, padecia da falta de uma orientação comum e de um projeto de investigação científica sistemática (v. tópico 6.1.1). O que o levou a reunir esses textos, afirma Wilss (1981), foi o desenvolvimento do campo com o crescente interesse pela tradução. A antologia teria então o objetivo de transmitir aos interessados em questões teóricas da tradução uma perspectiva diferenciada sobre o desenvolvimento do campo teórico a partir do final da década de 1950, bem como de evidenciar as dificuldades em compreender cientificamente o processo e o produto da tradução⁸³.

Dos textos compilados na antologia, selecionamos apenas aqueles que foram originalmente publicados em língua alemã entre as décadas de 1960 e 1970, e cuja abordagem contemplasse a tradução de modo geral, isto é, que não ficasse restrita a um par linguístico específico. As obras de House (1977/1981) e Diller e Kornelius (1978) foram incluídas no *corpus* paralelo devido ao destaque é a elas conferido por Reiss e Vermeer (1984) (v. Capítulo 7). A monografia de Wilss (1977) completa o *corpus*.

Resenhamos abaixo, de modo sucinto, cada um dos componentes do *corpus* paralelo, não a partir da consulta a comentadores, mas sim, da consulta direta aos textos. A exemplo

⁸³ WILSS, 1981, p. X et seq.

das demais resenhas incluídas neste capítulo, as que se seguem tangem apenas o conteúdo dos textos; uma abordagem mais detalhada encontra-se no capítulo 5 desta dissertação.

O artigo publicado por Erwin Koschmieder (1965), eslavista e ex-docente da Universidade de Munique, objetiva sistematizar a problemática da tradução enquanto objeto de pesquisa da linguística (al. *Sprachwissenschaft*) de sua época, dedicando especial atenção à questão da traduzibilidade. Para o autor, a tradução não consiste numa transposição substitutiva, mas num processo semasiológico e onomasiológico (tomamos de empréstimo os termos empregados por COSERIU, 1978). Ele considera toda e qualquer mensagem passível de expressão em quaisquer idiomas, mesmo que eles não disponham do exato vocábulo correspondente a um determinado conceito.

Otto Kade (1968), à época docente da Universidade de Leipzig, Alemanha, propõe-se a abordar a tradução sob uma perspectiva comunicativa, segundo a qual traduzir consiste num processo de comunicação com o envolvimento de dois sistemas linguísticos diferentes. Esse processo está estruturado em três etapas: a comunicação entre o emissor do texto em língua de partida e o tradutor, a transcodificação do conteúdo textual e a comunicação do tradutor com o receptor do texto em língua de chegada. Na descrição e na análise do processo, Kade procura isolar os aspectos “previsíveis” de fatores “imprevisíveis”, quase sempre ligados às capacidades cognitivas dos indivíduos participantes da comunicação bilíngue.

Albrecht Neubert (1968), então colega de Kade em Leipzig, opta por abordar a problemática da tradução através de outro ponto de vista: o da Pragmática. Ele define o traduzir como um uso linguístico por meio do qual se obtém um texto em língua de chegada a partir de um texto em língua de partida. O seu sucesso depende do entendimento, por parte do tradutor, do conteúdo e da pragmática do texto em língua de partida. Não obstante, conforme alerta o teorizador, o tradutor deve também considerar outros fatores, sobretudo aqueles relacionados à dimensão pragmática do texto em língua de chegada.

Fritz Paepcke (1971), então docente na Universidade de Heidelberg, examina o processo tradutório segundo o modelo hermenêutico. Para ele, a tradução pressupõe que o tradutor compreenda o texto “original”, sendo ele, assim, caracterizado como a instância gestora do processo de tradução, cabendo-lhe tomar as decisões tradutórias.

Henri Vernay (1974) tenta descobrir o lugar da “Ciência da Tradução” [*Übersetzungswissenschaft*] na constelação das ciências, especialmente em sua relação com a linguística e demais ciências afins. Vernay afirma que a Ciência da Tradução só terá legitimidade quando dispuser dos fundamentos teóricos e metodológicos necessários para descrever adequadamente o traduzir, constatar limites e possibilidades para a traduzibilidade e fornecer

ao tradutor a orientação metodológica necessária para o seu trabalho. O tradutor, no interior da proposta de Vernay, deve almejar a “equivalência informativa” entre os textos em língua de partida e em língua de chegada. Para alcançá-la, seria forçoso observar as normas e as necessidades da(s) comunidade(s) comunicativa(s) envolvidas no processo de tradução. Por integrar princípios de outros campos disciplinares, Vernay define a Ciência da Tradução como uma ciência interdisciplinar.

Com passagens em Heidelberg, Alemanha, e Bergen, Noruega, Werner Koller (1974) descreve o processo tradutório e suas condicionantes. A exemplo de Koschmieder (1965), ele compreende o traduzir como um processo bifásico em que se pressupõem a compreensão do “intencionado” no texto em língua de partida e a sua reprodução em língua de chegada. Descrever o processo de tradução não é, contudo, o objetivo primeiro estabelecido para o artigo, mas sim, criar o fundamento para um modelo de crítica tradutória estruturado, respectivamente, em três fases: a crítica textual (a análise do texto em língua de partida), a comparação tradutória (o cotejamento entre “original” e tradução) e a avaliação (a crítica tradutória propriamente dita).

Em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Toronto, Canadá, Juliane House (1977), à época docente na Universidade de Bochum, Alemanha, também propõe um modelo de análise e crítica de traduções. Seu modelo baseia-se na Pragmática, na Teoria dos Atos de Fala e na Linguística Textual, a tradução sendo definida como substituição de um texto em língua de partida por um texto em língua de chegada que, no tocante à semântica e à pragmática, seja um equivalente do primeiro. A fim de mensurar a equivalência entre os textos, o modelo proposto por House encerra procedimentos de análise linguística e procedimentos de análise de um “perfil textual”, no qual estão relacionados fatores ligados ao uso linguístico e ao falante da língua.

Wolfram Wilss (1977), docente em Saarbrücken, manifesta no prefácio de seu livro a intenção de estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática da tradução. Visando a oferecer materiais para a formação de tradutores, para a conscientização das semelhanças estruturais entre idiomas em aulas de língua estrangeira e para a tradução automática, Wilss (1977) concebe uma obra panorâmica, abordando diversas questões referentes à tradução e à interpretação. Porém, sua abordagem pretende ser empírico-indutiva, ou seja, menos holística e mais focada em pares linguísticos específicos. Embora afirme ser a tradução um processo de análise e verbalização do conteúdo e do estilo de um texto em outra língua, em conformidade com parâmetros de equivalência comunicativa, Wilss reconhece a indefinição do termo “equivalência” e a necessidade de um modelo para investigar melhor suas propriedades.

Em seu artigo, Eugenio Coseriu (1978), então docente na Universidade de Tübingen, repensa as teorias de tradução de seu tempo, voltando a atenção para questionamentos, presentes nessas teorias, que considera “falsos”. De modo específico, Coseriu detém-se em quatro deles: a seu ver, (1) procura-se esclarecer à problemática da tradução como se ela dissesse respeito às línguas em si (*langue*); (2) a Teoria da Tradução presume que houvesse uma tradução “perfeita”, portanto, “impossível” na teoria ou na prática; (3) não se distingue claramente a tradução, atividade do tradutor, da “transposição”, isto é, da busca por correspondências entre línguas; e (4) a tradução orienta-se por um conceito abstrato de invariância. Para Coseriu, o objetivo da tradução é expressar o mesmo conteúdo textual – o mesmo “sentido” – em outra língua. Os limites da tradução, por sua vez, não deveriam mais ser estabelecidos de forma teórica ou abstrata, mas sim, de forma empírica.

O modelo de análise tradutória de Karl-Heinz Freigang (1978), cuja trajetória inclui passagens por Heidelberg e Saarbrücken, destoa dos demais por voltar-se para a tradução com critérios investigativos, não avaliativos. Nele, Freigang aplica princípios da linguística com o intuito de examinar o fenômeno tradutório. O exame, no entanto, seria dificultado pelo fato de o processo de tradução ocorrer, como ele alega, quase com exclusividade na mente do tradutor, havendo de concreto apenas o texto em língua de partida e o texto em língua de chegada.

Por fim, Hans-Jürgen Diller e Joachim Kornelius (1978) pretendem explorar determinadas questões referentes ao traduzir, em especial questões de natureza semântica, sintática e estilística. Fundamentados pela Teoria dos Atos de Fala, Diller e Kornelius condicionam a adequação de uma tradução à igualdade entre atos proposicionais e atos ilocucionais de que se constituem ambos os textos. O conceito de igualdade empregado, conforme explicam, é similar ao conceito de equivalência em tradução, aplicado aos aspectos semânticos, estilísticos e pragmáticos dos textos.

Em cada texto, os conceitos centrais foram identificados, e esses foram agrupados segundo quatro parâmetros, a saber, o *ato de traduzir*, o *objeto de tradução*, *procedimentos* tradutórios e a *relação entre o texto em língua de chegada e o texto em língua de partida*. Após o agrupamento, os conceitos foram contrastados, com o propósito de identificar semelhanças entre eles. Em nossa opinião, a delimitação de parâmetros trouxe alguns benefícios metodológicos à pesquisa: (1) a delimitação de parâmetros tornou possível a seleção dos aspectos mais relevantes de cada uma das propostas para o nosso trabalho; (2) possibilitou também observar como conceitos de diferentes teorias, mas relativos à mesma instância do processo de tradução, relacionavam-se entre si; e (3) forneceu um procedimento metodológico para etapas pos-

teriores do trabalho. Dos conceitos descritos, especial atenção foi dedicada à *equivalência*, ao mesmo tempo tão presente nas teorias de tradução e tão difusa quanto a seu significado.

Além de delinear o contexto intelectual precedente ao Funcionalismo mediante a análise do *corpus* paralelo, testemunhos e relatos de indivíduos que vivenciaram as mudanças na área até a constituição do campo disciplinar foram empregados no esboço do contexto institucional nas universidades alemãs, revelando informações significativas sobre (1) o *status* da Ciência da Tradução nas décadas de 1960 e 1970, (2) o ensino de tradutores e intérpretes e (3) a organização dos teorizadores num grupo de pesquisadores.

3.3 Leitura e análise do *corpus* principal

Após a contextualização do momento de emergência da Teoria Funcional, passamos à análise dos componentes do *corpus* principal. Os procedimentos adotados são bastante semelhantes àqueles empregados na etapa anterior: os textos foram cuidadosamente lidos e fichados, os conceitos mais relevantes para o presente estudo foram identificados e analisados de acordo com os parâmetros definidos para a análise do *corpus* paralelo. Todavia, se na primeira etapa os conceitos foram agrupados segundo os parâmetros de análise e as diferenças entre as propostas teóricas foram identificadas, aqui optamos por discutir cada livro individualmente, opção essa motivada pelo interesse em verificar de que modo esses conceitos se articulam no interior de cada obra. Além disso, diferentemente da abordagem linguística, na qual cada nova teoria define o seu próprio corpo de conceitos, na abordagem funcional os conceitos definidos por um teorizador são utilizados por outro com a mesma definição. É o que acontece, por exemplo, em Nord (1988), que incorpora o conceito de função de Reiss e Vermeer (1984), reiterando, assim, a posição desse de alicerce para a abordagem funcional no período especificado.

A análise de cada componente de nosso *corpus* principal foi introduzida por uma descrição sua, acrescida de informações sobre respectivos autor e o ano de publicação, bem como sobre os objetivos estabelecidos em cada uma das obras, o pano de fundo que a terá motivado, os fundamentos teóricos em que se sustenta e sua organização estrutural. O exame dos conceitos centrais, assim como a busca por rupturas e continuidades em face do contexto previamente descrito, teve por objetivo verificar, pelo tratamento que recebem nas obras, a evolução

mesma desses conceitos. A execução desses procedimentos está relatada no capítulo 5 desta dissertação.

3.4 Síntese e identificação de rupturas e continuidades

Ao processo analítico seguiu-se a síntese, pela qual foi possível descrever, no período estipulado, as evoluções dos conceitos empregados pela Teoria Funcional. A etapa final do trabalho norteou-se pela contraposição da síntese subsequente aos processos analíticos executados nas etapas 2 e 3, com a finalidade de verificar a extensão das rupturas e das continuidades entre as vertentes, bem como de apresentar hipóteses para os possíveis caminhos tomados pela vertente teórica depois de 1988. Os resultados dessa contraposição foram interpretados à luz dos modelos historiográficos apresentados no capítulo anterior.

As informações obtidas por meio desse procedimento e um exame de tudo o que foi relatado e abordado na dissertação compõem o nosso capítulo de conclusão. Especial atenção foi dedicada às informações referentes à organização dos pesquisadores em grupos e à dinâmica das propostas teóricas, essenciais para a compreensão do que motivou a Teoria Funcional a defender esses e não outros posicionamentos, bem como da razão pela qual a teoria tomou esse e não outro caminho evolutivo.

3.5 Sobre as traduções empregadas neste trabalho

Fazemos aqui uma breve nota marginal acerca da tradução das citações incluídas no trabalho. As traduções de nossa autoria foram apostas às respectivas citações, segundo a norma da ABNT NBR 10520. No caso, a atitude translacional adotada privilegia uma “forma documental” de tradução. Para Christiane Nord (1989, p. 102), a função da tradução documental se define por “documentar uma ação comunicativa que foi efetuada na cultura P [cul-

tura de partida] sob determinadas condições situacionais e aproximar do receptor de chegada determinados aspectos desse processo comunicativo anterior⁸⁴.”

A opção, no caso, foi ditada pelo intuito de representar o discurso construído nos textos, considerando que, no caso da Teoria Funcional, a própria conceituação tenha por objetivo marcar uma posição diferente de seus antecessores. Se, com a mudança do léxico, os funcionalistas estão a pontuar uma mudança da grade conceitual, que assim se distancia dos sentidos canonicamente atribuídos aos termos, a estrutura sintática, por sua vez, orienta a argumentação.

A tradução documental visa, então, a recuperar/registrar esse momento de passagem no próprio modo como ele se espelha e se reflete na língua, com a vantagem de nos permitir discorrer acerca de uma determinada retórica acadêmica. No caso dos textos funcionalistas, esse é um tópico de extrema relevância, dado o grau de academicismo observável em seus textos. Significa que a linguagem empregada na conceituação e na discussão reflete o desejo férreo de fazer a Teoria Funcional se alçar definitivamente à condição de ciência. Segundo Wilss (1999), essa era uma característica comum às teorias de tradução elaboradas naquele período:

A vasta literatura especializada das últimas décadas (com milhares de títulos) permite a constatação de que os Estudos da Tradução⁸⁵ aprenderam a desprender-se de suas amarras teológicas e filológicas (da linguagem) e tornou compreensível a interação dos fatores envolvidos no processo tradutório. Contudo, não se pode negar que, com isso, como geralmente ocorre na linguística moderna, às vezes falam-se asneiras e cultiva-se uma forma de expressão repleta de jargões, que levam alguns de dentro e de fora do campo a franzir o cenho, uma vez que não está claro o que se pretende com isso. É inconfundível que, em determinados círculos da Ciência da Tradução, existe a tendência de estar-se entre os seus, de mover-se e articular-se numa sociedade fechada⁸⁶. (WILSS, 1999, p. 155, tradução nossa)

Embora desconhecedor das causas que motivavam o emprego desse estilo em textos teóricos do período, Wilss faz por atribuí-lo à falta de interesse do público não especializado

⁸⁴ Die dokumentarische Übersetzung hat die Funktion, eine Kommunikationshandlung, die in der Kultur A unter bestimmten situationellen Bedingungen stattgefunden hat, zu dokumentieren und dem Zielempfänger bestimmte Aspekte dieser vergangenen Kommunikationshandlung nahezubringen.

⁸⁵ Embora Wilss empregue o termo “Übersetzungswissenschaft”, posto que o texto a que pertence o excerto data de 1999, ele claramente inclui reflexões acerca de uma época em que os Estudos da Tradução já haviam sido constituídos. No entanto, o emprego de “Translationswissenschaft” ainda não é unânime entre os teorizadores da tradução na Alemanha.

⁸⁶ Die umfangreiche Fachliteratur der letzten Jahrzehnte (mit Tausenden von Titeln) läßt erkennen, daß die Übersetzungswissenschaft gelernt hat, sich aus ihrer theologischen und (sprach-)philosophischen Umklammerung zu lösen und das Zusammenspiel der am Übersetzungsprozeß beteiligten Faktoren sichtbar zu machen. Allerdings ist nicht zu leugnen, daß dabei, wie generell in der modernen Linguistik, manchmal leeres Stroh gedroschen wird und eine jargonhafte Ausdrucksweise kultiviert wird, die fachintern und fachextern Stirnrunzeln auslöst, weil unklar ist, was damit bezweckt werden soll. Unverkennbar ist, daß in bestimmten Kreisen der Übersetzungswissenschaft die Tendenz besteht, unter sich zu sein, sich in einer geschlossenen Gesellschaft zu bewegen und zu artikulieren.

pelas teorias de tradução. Terá sido esse, em nossa opinião, um dos prováveis obstáculos para a recepção da Teoria Funcional no momento aqui circunscrito. Mesmo pretendendo exemplificar de que modo esse academicismo se manifesta na abordagem funcional, a tradução documental aplica-se a todas as citações contidas nesta dissertação.

Os excertos em língua estrangeira, sobretudo quando é nossa a tradução, foram incluídos, para confrontação do leitor, em notas no rodapé da página correspondente. A indicação de autoria da tradução segue a norma da ABNT NBR 10520: as nossas traduções sinalizadas ao final de cada citação, como foi dito, e as de outros tradutores indicada no final do trabalho, junto com a respectiva referência bibliográfica.

4 EXCURSO 1 – SUBSTRATOS PARA UMA ANÁLISE PRÉ-FUNCIONALISTA

Este é o primeiro de dois excursos incluídos neste trabalho, formulados com o objetivo de contextualizar o estado de coisas em que foram formuladas as teorias referidas nos capítulos de análise subsequentes. Embora consistam em temas de importância fundamental para o nosso estudo, são tópicos complementares aos temas abordados nos capítulos 5 e 7. A opção por separar a contextualização da análise propriamente dita teve por objetivo evitar que a primeira assumisse o destaque que a metodologia estabelecida para o presente trabalho confere à segunda.

Dado o acúmulo de informações em tão pouco espaço, foi conscientemente que assumimos o risco de reduções e simplificações. Sendo inevitável que ocorram, elas não representarão obstáculos ao nosso principal intento neste capítulo: identificar a tônica das discussões e o cenário teórico dos estudos sobre a tradução a partir de 1950. Em outras palavras, dividido em duas partes, o presente capítulo tem o objetivo de preparar o terreno ou, ao menos, introduzir alguns tópicos relevantes para as etapas metodológicas posteriores. Na primeira parte, relataremos os primórdios da abordagem linguística da tradução, com especial atenção às pesquisas em tradução automática e aos caminhos percorridos pelas teorias de tradução humana no contexto da Guerra Fria. Na segunda parte, apresentaremos algumas teorias surgidas no campo da linguística e da Filosofia da Linguagem, que deram inestimável contribuição tanto para os novos rumos da linguística como, posteriormente, para a Ciência da Tradução.

4.1 Uma breve abordagem histórica

As décadas de 1960 e 1970 foram anos de transição entre dois momentos emblemáticos para a investigação acadêmica do fenômeno tradutório: os anos 1950 contemplaram o crescimento exponencial do interesse pela tradução e a criação de novas ramificações da abordagem acadêmica do tema; já nos anos 1980, os Estudos da Tradução emergiram como um campo disciplinar autônomo. Entre momentos tão díspares, as décadas de 1960 e 1970 despontam como um período de grandes transformações. Mas para entender o impacto desse período na história das teorias de tradução, há que entender, antes, como a Ciência da Tradução chegou ao ponto em que o nosso exame se inicia.

A seguir, teceremos algumas considerações sobre a história antes da história. Cumpre salientar que não se trata de um relato exaustivo, e nem era nosso objetivo que viesse a sê-lo. É, isso sim, um panorama formulado tão somente com o propósito de contextualizar os procedimentos analíticos ulteriores, em especial a análise de teorias “pré-funcionalistas” conduzida no próximo capítulo.

4.1.1 A tradução na Academia e as máquinas de traduzir

A história da tradução começa em tempos imemoriais, desde as primeiras interações entre os povos. Paralelamente a essa atividade milenar, numerosas reflexões teóricas sobre o traduzir foram escritas, compondo assim um acervo de proporções extraordinárias e de incalculável relevância histórica. Segundo Koller (2004), esse acervo contém (1) manifestações aforísticas sobre o traduzir, as quais, ainda que façam menção a problemas fundamentais, teriam contribuído pouco para a elucidação do processo tradutório; e (2) asserções e reflexões aprofundadas sobre o traduzir, quase sempre formuladas por tradutores acerca de sua própria experiência prática. Essas duas categorias recebem de Koller, respectivamente, as designações *teorias implícitas* e *teorias explícitas da tradução*⁸⁷. Embora a relevância histórica das teorias implícitas seja indiscutível, especialmente no que concerne ao *status* da tradução num determinado momento histórico e a sua consequente crítica tradutória, as teorias explícitas recebem destaque no trabalho historiográfico.

Naturalmente, não nos cabe relatar o percurso milenar das teorias de tradução, relato esse que ultrapassa o escopo deste trabalho. É necessário dizer, no entanto, que, salvo raras exceções, até a metade do século XX, teorizar sobre a tradução era uma atividade conduzida por tradutores de forma preponderantemente assistemática, consistindo com frequência em relatos de experiências e na defesa de suas decisões tradutórias; são, portanto, reflexões não desenvolvidas de um tradutor para o outro⁸⁸.

Segundo numerosos trabalhos, a pesquisa sistemática do processo tradutório no âmbito acadêmico teria principiado no pós-guerra. Snell-Hornby (2006), porém, vê a cronologia de forma diferente: para ela, a tradução literária fora tema de reflexões no âmbito da Literatura

⁸⁷ KOLLER, 2004, p. 34.

⁸⁸ Ibid., p. 45.

Comparada antes mesmo do eclodir da Segunda Guerra Mundial em 1939, com especial menção aos trabalhos de Roman Jakobson no âmbito do Círculo Linguístico de Moscou e do Círculo Linguístico de Praga. Em 1928, Jakobson e Iuri Tinianov teriam desenvolvido o conceito de literatura como um “sistema de sistemas”, que viria a exercer influência decisiva sobre os Estudos Descritivos da Tradução (ver tópico 6.2). Em Praga, mais adiante, Jakobson teria abordado a natureza da linguagem poética e os problemas da tradução lírica, questão por ele retomada em 1960. Mas foi apenas nos EUA, para onde emigrou, enfim, depois de fugir da invasão das tropas nazistas em Praga e refugiar-se na Escandinávia, que ele escreveu o seu texto mais difundido nos Estudos da Tradução: “On Linguistic Aspects of Translation” [Aspectos linguísticos da tradução] (JAKOBSON, 1959). Nesse artigo, o foco está posto menos sobre os aspectos literários e mais sobre os aspectos linguísticos da tradução.

O percurso de Roman Jakobson pela tradução sintetiza o percurso dos estudos sobre a tradução em geral: até o término da Segunda Guerra, pouco se dizia sobre a tradução de textos de especialidade. Uma possível justificativa para a primazia do texto literário encontramos em Friedrich Schleiermacher. Em sua famosa palestra “Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens” [Sobre os diferentes métodos de tradução] (1813), ele distingue dois domínios da tradução entre línguas naturais diferentes: o domínio do intérprete (al. *Dolmetscher*), o qual “efetivamente exerce o seu ofício no domínio da vida comercial”, e o do “tradutor genuíno” (al. *der eigentliche Übersetzer*), que se concentra “preferencialmente no domínio da ciência e da arte”⁸⁹ (SCHLEIERMACHER, 1813/2010, p. 41). Segundo Schleiermacher, a principal distinção entre os dois domínios está no caráter transitório e “quase mecânico” da interpretação comercial, em oposição ao caráter duradouro e transcendente da tradução de textos científicos e literários. Assim, enquanto estes demandam do tradutor a habilidade do artífice e abundantes recursos linguísticos e conhecimentos específicos, o ofício do intérprete caracteriza-se por determinado grau de automatismo e pela pouca necessidade de recursos de quaisquer tipos. Desse modo, Schleiermacher eleva o texto literário e o texto científico-filosófico acima do texto pragmático.

E no entanto, a tradução de textos de especialidade também alçou à condição de objeto de estudos acadêmicos. Como mencionamos anteriormente, considera-se que o despertar da Academia para a tradução de textos não literários tenha coincidido com o término da Segunda Guerra Mundial, momento em que, segundo Wilss (1999), se iniciaram uma nova fase multi-

⁸⁹ Der Dolmetscher nämlich verwaltet sein Amt in dem Gebiete des Geschäftslebens, der eigentliche Übersetzer vornämlich in dem Gebiete der Wissenschaft und Kunst. (SCHLEIERMACHER, 1813/2010, p. 40)

língua da mediação linguística e uma crescente demanda por intérpretes e tradutores. Além dos esforços em fortalecer a diplomacia por meio de organizações internacionais de cunho regional (OTAN, Pacto de Varsóvia, Comunidades Europeias) e mundial (ONU e suas divisões), desenvolveram-se uma “cultura internacional da informação” e a tentativa de profissionalização do trabalho do mediador linguístico⁹⁰. Fleischmann (2006) acrescenta a esse panorama o crescimento extraordinário das relações comerciais e da troca de mercadorias entre as nações e, principalmente, das necessidades comunicativas nos campos da economia e da ciência.

Próximo à metade do século XX, a tradução e a interpretação, aliadas ao desenvolvimento tecnológico, haviam se transformado num grande negócio. Os primórdios dessa parceria, no entanto, datam da década de 1920. Antes disso, a forma mais comum de interpretação em grandes conferências era a interpretação consecutiva, que, no dizer de Bowen et al. (2003) passou a ser considerada terrivelmente incômoda, sobretudo quando havia mais de duas línguas envolvidas. Assim, a *International Business Machines Corporation* (IBM) desenvolveu um equipamento composto por microfones e fones de ouvido, capaz de permitir que o intérprete falasse quase simultaneamente ao discurso a ser interpretado. Surgia, assim, a interpretação simultânea. Embora empregado anteriormente em esporádicas ocasiões, o sistema ganhou notoriedade e expandiu-se a partir do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, entre 1945 e 1946, criado com o propósito de julgar os líderes sobreviventes do Eixo por crimes de guerra. A organização da mediação linguística ficou a cargo do Coronel Léon Dostert, oficial franco-estadunidense com ampla experiência em interpretação militar. O sistema, que, mesmo transcorridas duas décadas desde sua criação, ainda não havia sido aperfeiçoado, foi remodelado para a ocasião pelo canadense Aurèle Pilon, ex-piloto de bombardeio da RAF e engenheiro de som, tendo sido ele a projetar a complexa fiação que ligava microfones e fones de ouvido. O sucesso da interpretação simultânea em Nuremberg foi tamanho que atraiu a atenção das Nações Unidas e logo passou a ser o sistema padrão de interpretação na organização⁹¹.

Na década seguinte, o desenvolvimento tecnológico alterou também os rumos da tradução. As pesquisas em tradução automática, iniciadas em 1949, conquistaram a atenção de um público maior após a demonstração pública de um sistema simples de tradução desenvolvido por engenheiros da IBM com a colaboração de Dostert, agora totalmente integrado ao

⁹⁰ Cf. WILSS, 1999, p. 75 et seq.

⁹¹ BOWEN et al., 2003, p. 262 et seq.

corpo docente da Universidade de Georgetown, EUA. Na demonstração, feita em Nova Iorque no dia sete de janeiro de 1954, uma amostra cuidadosamente selecionada de frases originalmente escritas em língua russa, compostas por um vocabulário restrito e por um espectro limitado de estruturas gramaticais, foi vertida para a língua inglesa. Apesar de sua simplicidade e, de acordo com Hutchins (2006), de seu modesto valor científico, a demonstração foi suficientemente impressionante para estimular, nos Estados Unidos, o financiamento de pesquisas nessa área. Cientistas e institutos governamentais de outros países também se aventuraram no campo da tradução automática, sobretudo a poderosa rival dos Estados Unidos no leste: a União Soviética⁹².

Optar por verter frases do russo para o inglês não foi, de modo algum, uma escolha ingênua ou ocasional: a polarização do mundo em duas grandes zonas de influência trouxe consigo momentos de constante insegurança política: Em busca de hegemonia, EUA e URSS destinaram ao longo dos anos de Guerra Fria boa parte de seus investimentos ao desenvolvimento de tecnologias que concedessem a cada um deles vantagem sobre o rival; um instrumento que permitisse a rápida decodificação de informações vindas detrás de “linhas inimigas” teria, nesse contexto, valor inestimável. Assim, órgãos do governo estadunidense ligados à Segurança Nacional não pouparam despesas ao investir em pesquisas e aperfeiçoamento de sistemas de tradução automática em desenvolvimento nos principais institutos de tecnologia do país.

Além das pesquisas no âmbito da tradução computadorizada, membros de departamentos de Linguística em diversas partes do globo também se debruçaram sobre a tradução não literária, aplicando métodos e teorias da Linguística Contrastiva. Snell-Hornby observa que, durante os anos de 1960, a área esteve dominada pela Gramática Gerativa Transformacional de Noam Chomsky, sobretudo após a publicação de *Syntactic Structures* (1957) e *Aspects of the Theory of Syntax* (1965). A proposta de Chomsky teria sido recebida pela comunidade científica como uma grande revolução e considerada até mesmo “uma séria candidata a uma teoria adequada da linguagem humana⁹³” (SNELL-HORNBY, 2006, p. 36, tradução nossa). O otimismo efusivo provocado pela proposta gerativista contaminou teorizadores dedicados à tradução tanto no âmbito da linguística geral como no âmbito da linguística computacional, no qual eram desenvolvidos os sistemas de tradução automática, com a diferença de

⁹² HUTCHINS, 2006, p. 376.

⁹³ As a system of language analysis [...] was then thought revolutionary, and it was even considered “a serious candidate for an adequate theory of human language” as a whole. (Citação extraída por Snell-Hornby das linhas introdutórias do primeiro número da revista *Linguistic Inquiry*, de 1971)

que a área de linguística computacional recebia investimentos astronômicos, na mesma proporção em que se elevavam as expectativas de retorno desses investimentos.

A possibilidade de que as pesquisas em tradução automática não tivessem o resultado esperado havia sido levantada já por Warren Weaver e Bar-Hilell, que apontavam para a inviabilidade de uma tradução automática de qualidade sem a intervenção humana⁹⁴. Ainda assim, ao longo da década de 1960, o sonho de uma tradução completamente automática de qualidade tomava proporções cada vez maiores. Daí o choque com que o mundo recebeu o relatório de 1966 do *Automatic Language Processing Advisory Committee* (ALPAC), comitê convocado pelo Ministério da Defesa, pelo *National Science Foundation* e pela *Central Intelligence Agency* (CIA), agência de inteligência do governo dos Estados Unidos da América.

A ALPAC foi convocada com o objetivo de apoiar a pesquisa em tradução automática, a fim de obter um sistema que possibilitasse uma drástica redução de custos com tradução e representasse uma melhora significativa no desempenho dos sistemas de tradução automática até então desenvolvidos. Naturalmente, o foco incidiu sobre as necessidades do governo e do exército estadunidense em analisar e escanear documentos escritos em língua russa. Orientados por esses objetivos, a avaliação da ALPAC concentrou-se em três tópicos: velocidade, custos e qualidade⁹⁵.

O comitê chegou à conclusão de que as pesquisas até então conduzidas nas instituições estadunidenses haviam fracassado no tocante a todos os três aspectos. Por um lado, para se obter uma tradução “de boa qualidade”, era necessário que os textos fossem pré- e/ou pós-editados; logo, além dos gastos com a pesquisa, havia ainda os gastos com a edição de textos, o que encarecia o resultado final. Além disso, houve a alegação do comitê de que o tempo da tradução feita por computadores, somado ao tempo da edição dos textos, excedia o tempo de uma tradução humana. Por outro lado, sem a preparação do texto, o produto da tradução automática era consideravelmente menos legível, o que estendia o tempo de leitura. Desse modo, o comitê concluiu que ainda não haveria um sistema de tradução automática que atendesse às necessidades de seus usuários num futuro próximo. A publicação do relatório resultou numa redução drástica dos investimentos na área, sobretudo por parte do governo dos EUA⁹⁶.

A resolução da ALPAC não deixa de ser controversa, principalmente entre aqueles que continuam a investir nessa linha de pesquisas. Para Hutchins (1996), ainda que a tradução automática daquela época realmente oferecesse um produto de pouca qualidade e que não

⁹⁴ Cf. SNELL-HORNBY, 2006, p. 35.

⁹⁵ Cf. HUTCHINS, 1996, p. 2 et seq.

⁹⁶ Ibid., p. 4.

justificasse o investimento massivo do governo estadunidense, o relatório pecou em não considerar outros interesses que não os daqueles que a financiaram, tais como, por exemplo, as necessidades mais amplas de um comércio e de uma indústria que já naquele tempo caminhavam rumo à globalização⁹⁷. Não obstante, é fácil reconhecer que, em face do contexto histórico aqui apresentado, para os departamentos que financiaram os projetos as necessidades de comércio exterior eram menos imediatas. Seja como for, o “fracasso” decretado pelo Relatório ALPAC de 1966 teve impacto sobre as pesquisas em geral, levando muitos pesquisadores a mudar a abordagem científica da tradução.

4.1.2 As teorias de tradução em ambos os lados da Cortina de Ferro

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo assistiu à ascensão de duas superpotências – os Estados Unidos e a União Soviética – a pleitear a hegemonia sobre as demais nações. Essa disputa de poder permeou as diversas esferas da atividade humana e redefiniu a relação entre os países. Sobretudo na Europa foram sentidos os efeitos da polarização política: o continente foi dividido em zonas de influência, segregadas por uma metafórica “Cortina de Ferro”.

Nesse contexto, devemos destacar a posição especial ocupada pela Alemanha. A fim de evitar a influência mútua de ordem política, econômica e militar, a divisão territorial do país em zonas de ocupação deu origem, em 1949, a dois Estados distintos: as zonas de ocupação britânica, francesa e estadunidense deram lugar à República Federativa da Alemanha (RFA ou Alemanha Ocidental), enquanto da zona de ocupação soviética originou-se a República Democrática Alemã (RDA ou Alemanha Oriental). Mas o verdadeiro símbolo do conflito foi construído apenas em 1961: um muro, erguido pelo governo soviético, que circundou Berlim Oriental e encerrou a população em seus limites.

A divisão da Europa em blocos e o consequente isolamento político e social fatalmente afetaram os demais planos de ação humana, inclusive a produção acadêmico-científica. Consequentemente, as teorias de tradução na Alemanha Ocidental e na Alemanha Oriental orientaram-se de acordo com os respectivos núcleos de influência política, científica e ideológica.

⁹⁷ HUTCHINS, 1996, p. 7.

Um levantamento preliminar da produção acadêmica no âmbito da Tradutologia na União Soviética e nos países sob influência dos Estados Unidos demonstra, porém, que as abordagens e as questões sobre as quais os teóricos se debruçavam a partir da segunda metade do século XX diferiam menos do que se poderia supor. É o caso, por exemplo, da tradução automática. Conforme relatamos aqui, a tradução automática atraiu a atenção de cientistas e de governos de diversas nações, inclusive dos Estados Unidos e da União Soviética, que viam nessa tecnologia uma vantagem estratégica sobre suas respectivas concorrentes. Ela se constituiu, a princípio, com base em diversas ramificações do Estruturalismo Linguístico, norteadas pela semelhança entre estruturas linguísticas:

A tradução pode ser definida como o processo de transformar signos ou representações em outros signos ou representações. Visto que os signos originais são dotados de uma determinada significação, é necessário que suas imagens também sejam dotadas da mesma significação, ou, dito de forma mais realista, o mais próximo possível de sua significação. Manter a significação invariante é o problema central de se traduzir de uma língua natural para outra.

A tradução interlingual pode ser definida como a reposição de elementos de uma língua, o domínio da tradução, por elementos *equivalentes* da outra língua, seu limite [da tradução]⁹⁸. (OETTINGER, 1960⁹⁹ apud KOLLER, 2004, p. 90, tradução nossa, grifo do autor)

A definição acima, formulada por A. G. Oettinger, pesquisador da área de linguística computacional da Universidade de Harvard, nos EUA, enfoca o processo tradutório exclusivamente a partir de seu aspecto linguístico: traduzir é substituir elementos de uma língua de partida por elementos de uma língua de chegada, de modo que os significados desses elementos sejam correspondentes. Koller (2004) observa que o conceito de tradução proposto reflete o otimismo em torno da tradução automática durante os anos 1950 e 1960. Ele nota ainda que fatores como o texto e o receptor, bem como aspectos comunicativos e pragmáticos do processo tradutório, são negligenciados ou de todo ignorados¹⁰⁰.

Na União Soviética, conforme relata Švejcer (1987), foi grande a influência da Linguística Estrutural no desenvolvimento das teorias de tradução, sobretudo a partir das pesquisas em tradução automática, atraindo muitos linguistas a questões relativas ao processo tradu-

⁹⁸ Translating may be defined as the process of transforming signs or representations into other signs or representations. If the originals have some significance, we generally require that their images also have the same significance, or, more realistically, as nearly the same significance as we can get. Keeping significance invariant is the central problem in translating between natural languages. (p. 104)

Interlingual translation can be defined as the replacement of elements of one language, the domain of translation, by *equivalent* elements of another language, the range. (p. 110)

⁹⁹ OETTINGER, Anthony G. **Automatic Language Translation**. Lexical and Technical Aspects, with Particular Reference to Russian. Cambridge/Mass. (=Harvard Monographs in Applied Science, 8).

¹⁰⁰ KOLLER, 2004, p. 90.

tório. Švejcer destaca o trabalho de Revzin & Rozencvejg (1963), que assumiram a tarefa de estabelecer uma ponte entre as teorias que embasavam as pesquisas em tradução automática e a teoria “tradicional” de tradução. Teriam sido eles dois dos primeiros teorizadores a incluir a teoria da tradução na linha evolutiva da linguística ao transportar termos e aplicar modelos da Linguística Estrutural na resolução de problemas da teoria tradicional de tradução¹⁰¹.

Revzin e Rozencvejg (1963) identificam semelhanças fulcrais entre o estudo da língua e o estudo da tradução. Segundo afirmam, “o objeto da teoria da tradução está muito próximo do objeto mesmo da análise linguística estrutural, visto que a investigação estrutural da língua persegue o objetivo de identificar as regras ou regularidades para a organização de enunciados linguísticos através do sistema linguístico.”¹⁰² (REVZIN; ROZENCVEJG, 1963¹⁰³ apud ŠVEJCER, 1987, p. 35s., tradução nossa). O estudo linguístico traria, assim, benefícios para a constituição de procedimentos de tradução. Todavia, Švejcer observa que essa abordagem não permite que a análise extrapole os limites da estrutura da língua. Para ele, embora seja inegável sua importância para a tradução automática, essa abordagem pouco contribui para esclarecer o processo de tradução conduzido por um tradutor humano. Revzin e Rozencvejg teriam assumido conscientemente o risco da simplificação em prol da sistematização, descartando de seu objeto os elementos relacionados à realidade extralinguística. Para Švejcer, no entanto, “um modelo do processo tradutório que renuncia a um momento tão importante quanto à relação com a realidade, com a situação real, não pode, assim, de modo algum contribuir para a elucidação dos problemas”¹⁰⁴ (ŠVEJCER, 1987, p. 37, tradução nossa). Ele acrescenta que na comunicação estão envolvidos elementos extralinguísticos – tais como, por exemplo, as informações prévias evocadas por um determinado texto – sem os quais não se pode compreender uma mensagem.

Neste ponto, fica evidente que, em ambos os lados da Cortina de Ferro, as abordagens da tradução automática foram consideradas igualmente inadequadas para lançar luz sobre o processo da tradução humana, e isso por uma razão precisa: de acordo com a opinião de seus críticos, as teorias e os princípios que fundamentam a tradução automática apoiavam-se na busca por regularidades no interior dos sistemas linguísticos e na semelhança existente entre

¹⁰¹ ŠVEJCER, 1987, p. 34.

¹⁰² [...] der Gegenstand der Übersetzungstheorie dem Gegenstand der strukturellen Sprachanalyse selbst sehr nahe steht, denn die strukturelle Erforschung der Sprache verfolgt das Ziel, die Regeln bzw. Gesetzmäßigkeiten für die Organisation sprachlicher Äußerungen durch das sprachliche System zu erfassen.

¹⁰³ REVZIN, I. I.; ROZENCVEJG, V. J. *Osnovy obščego i mašinogo perevoda*. Moskau, 1963, p. 22.

¹⁰⁴ Ein Modell des Übersetzungsprozesses, das auf so ein wichtiges Moment verzichtet, wie es der Bezug auf die Wirklichkeit, auf die reale Situation ist, kann deshalb in keiner Weise zur Erhellung der Probleme beitragen.

as regularidades de diferentes línguas naturais, enquanto elementos ligados à realidade extralinguística eram negligenciados ou de todo descartados da investigação científica.

A busca por regularidades teria sido a tônica da tradutologia soviética desde os anos de 1950, segundo afirma Švejcer (1987). Ele destaca a “Teoria das Correspondências Regulares” (al. *Theorie der gesetzmäßigen Entsprechungen*) de J. I. Recker (1950), que, além de se fundamentar em princípios da Linguística Estrutural para suas asserções, apoia-se no “rico inventário de experiências” da prática tradutória¹⁰⁵ (ŠVEJCER, 1987, p. 25) e em princípios da Linguística Contrastiva. Recker examina as correspondências entre a linguagem do texto “original” e a língua de chegada na esfera do léxico, da fraseologia, da sintaxe e do estilo textual. A partir de suas próprias investigações, ele propõe uma classificação que distingue três formas de correspondência entre as línguas: (1) equivalências (al. *Äquivalente*), isto é, as correspondências monossêmicas constantes, independentemente do contexto em que o componente ou conjunto específico de componentes é empregado; (2) analogias (al. *Analogie*), relativa aos casos em que, para uma unidade polissêmica de uma língua há diversas unidades correspondentes numa outra língua; e (3) substituições adequadas (al. *adäquate Ersetzungen*), quando não há unidades correspondentes de uma língua em outra e o tradutor deve, assim, partir do todo para encontrar a solução para um problema de tradução.

Segundo a proposta de Recker (1950), em casos em que não há unidades linguísticas equivalentes ou análogas entre as línguas, seriam necessários procedimentos específicos de tradução para se garantir a adequação. Recker identifica quatro procedimentos: (a) a concretização de conceitos abstratos ou indistintos, através da qual a unidade linguística de uma determinada língua é explicitada em outra ou substituída por seus hipônimos ou por seu hiperônimo; (b) a dedução lógica de conceitos, pela qual a ideia expressa numa língua é reformulada em outra a partir de recursos linguísticos capazes de expressar aquela ideia de outra perspectiva; (c) a tradução antonímica, pela qual uma ideia de uma língua é expressa em outra pela negação de seu antônimo; e (d) a compensação, quando se emprega o elemento de uma língua por um elemento de outra que contém apenas parte da informação do primeiro¹⁰⁶.

Ao introduzir a discussão acerca de procedimentos de tradução, Recker teria ido além do campo de cotejamento entre línguas. Švejcer (1987) e Fleischmann (2006) ressaltam que a proposta de Recker não se restringe à busca de correspondentes entre itens lexicais nas duas

¹⁰⁵ Cf. RECKER, J. I. O zakonomernych sootveststvijach pri perevode na rodnoj jazyki. V sb: **Voprosy teorii i metodiki učebnogo peredova**. Moskau, 1950.

¹⁰⁶ ŠVEJCER, 1987, p. 28 et seq.

línguas, senão que também descreve “transformações lexicais” (FLEISCHMANN, 2006, p. 6) e mudanças sintagmáticas na transferência de um texto de uma língua para outra.

Um aporte semelhante, também com fundamentos na Linguística Contrastiva, surgiu no final da década de 1950 com a análise estilística comparativa de Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet, publicada em 1958 no livro *Stylistique comparée du français et de l'anglais* [Estilística comparada do francês e do inglês]. De acordo com o relato de Munday (2001), embora o estudo tenha se restringido ao par linguístico francês-inglês, foi muito além a sua influência. Como observa Venuti (2000), a *Stylistique comparée* de Vinay e Darbelnet foi, dentre os estudos sobre tradução desenvolvidos na época, o mais influente, tendo oferecido a base teórica para uma variedade de métodos de tradução e orientado programas de formação de tradutores por quatro décadas.

Vinay e Darbelnet (1995) distinguem dois métodos gerais de tradução, a *tradução direta* ou *literal* e a *tradução oblíqua*. Distribuídos entre eles estão sete procedimentos, os quais comporiam o espectro geral de procedimentos de tradução possíveis. Em casos de tradução direta, são três os procedimentos possíveis: (a) *empréstimo* (fr. *emprunt*), a transferência direta de uma palavra de uma língua para outra, a fim de preencher uma lacuna semântica na língua de chegada; (b) *decalque* (fr. *calque*), pelo qual uma língua toma de empréstimo uma expressão de outra língua, mas traduz literalmente cada um de seus componentes, sem lhe alterar a estrutura sintagmática dessa expressão; (c) *tradução literal* (fr. *traduction littérale*) ou tradução “palavra por palavra”, que consiste na transferência direta de um texto em língua de partida para a língua de chegada, cujo critério predominante é a conformação gramatical do texto na língua de chegada.

Ainda de acordo com Munday (2001), embora a tradução literal seja na opinião dos autores a prescrição da “boa tradução”, eles reconhecem sua insuficiência. Reduzir a descrição a esses três procedimentos tornaria a proposta teórica apenas incipiente:

Nos métodos anteriores, a tradução não envolve quaisquer procedimentos estilísticos especiais. Se esse fosse sempre o caso, então o presente estudo careceria de justificação e a tradução careceria de um desafio intelectual, na medida em que poderia ser reduzida a uma transferência isenta de ambiguidades da LP para a LC.¹⁰⁷ (VINAY; DARBELNET, 1995/2000, p. 87, tradução nossa)

¹⁰⁷ In the preceding methods, translation does not involve any special stylistic procedures. If this were always the case then our present study would lack justification and translation would lack an intellectual challenge since it would be reduced to an unambiguous transfer from SL to TL.

Vinay e Darbelnet demonstram clara consciência de que a tradução direta está longe de abranger todos os contextos de tradução, observando que, em certos casos, a tradução direta (a) dá sentido diferente a uma proposição, (b) resulta numa frase que não tem qualquer sentido na língua de chegada, (c) é estruturalmente impossível, (d) não encontra uma expressão correspondente no interior da experiência metalinguística do texto de chegada ou (e) encontra uma expressão correspondente, mas que difere da expressão na língua de partida no nível de linguagem¹⁰⁸. Nesses casos, fazem-se necessários procedimentos de tradução oblíqua. São quatro os procedimentos dessa natureza: (a) a *transposição* (fr. *transposition*), que consiste na substituição de uma palavra por outra de classes diferente, sem que com isso seja alterado o significado (ex. a nominalização de verbos); (b) a *modulação* (fr. *modulation*), isto é, a mudança de perspectiva de uma proposição (ex. o uso da voz passiva no lugar da voz ativa ou a substituição de uma expressão pela negação de seu antônimo); (c) a *equivalência* (fr. *équivalence*), ou seja, a descrição de uma mesma situação por recursos estilísticos ou estruturais diferentes (ex. o uso de fraseologismos de naturezas diferentes e que, no entanto, expressam ideias similares); e (d) a *adaptação* (fr. *adaptation*), utilizada quando a situação na língua de partida é desconhecida na língua de chegada. Nesses casos, os tradutores devem criar um novo tipo de situação, que, em maior ou menor grau, corresponda à situação descrita pelo texto de partida. Esse é, de acordo com os autores, o limiar da tradução¹⁰⁹.

A partir da descrição dos procedimentos de tradução oblíqua fazem perceber que eles são menos motivados por diferenças estruturais entre as línguas do que por diferenças estilísticas e idiomáticas. Por trás dos procedimentos está o reconhecimento de que há fatores que agem na construção do sentido e que escapam à esfera da estrutura linguística. É o primeiro passo para que, à tradução, se possam relacionar fatores de outra ordem, tais como, por exemplo, o uso linguístico.

A despeito da Cortina de Ferro, a Teoria das Correspondências Regulares de Recker e a Estilística Contrastiva de Vinay e Darbelnet trilharam caminhos paralelos, amparadas pela Linguística Contrastiva, e tendo, desse modo, chegado a alguns resultados comuns. O mais representativo deles foi reconhecer que a tradução não pode se apoiar apenas na semelhança entre as estruturas linguísticas, uma vez que a correspondência entre estruturas de duas línguas naturais distintas ocorre (muitas vezes de forma bastante ocasional) em apenas parte dos casos de tradução. O reconhecimento que a mera substituição de elementos de uma língua por

¹⁰⁸ VINAY; DARBELNET, 1995/2000, p. 87.

¹⁰⁹ Ibid., p. 90.

elementos supostamente correspondentes em outra língua não compreende a totalidade do ato tradutório levou os pesquisadores a, por um lado, refletir acerca de outros procedimentos de tradução e, por outro, a identificar no processo tradutório outros fatores decisivos para que, em última instância, haja uma tradução.

Se a busca por regularidades ditou a tônica da pesquisa soviética a partir da década de 1950, no chamado “Mundo Ocidental”, por mais de duas décadas, a teoria gramatical de Noam Chomsky orientou uma grande parte das pesquisas desenvolvidas na área da linguística, conferindo destaque especial ao campo da Sintaxe. Com *Syntactic Structures* [Estruturas sintáticas] (1957), Chomsky apresenta à comunidade acadêmica sua Gramática Gerativa, defendendo a tese de que as infindáveis combinações sintagmáticas de uma língua têm sua origem em meios finitos, não apenas de natureza fonética e morfológica, mas também de natureza sintática. Caberia, pois, à Sintaxe descrever os mecanismos de geração de frases por meio da construção de uma gramática¹¹⁰.

Uma gramática, segundo Chomsky, compõe-se de regras de organização sintagmática, pelas quais se constroem as frases. A constituição de uma gramática deve ser amparada por uma teoria que, se por um lado seja passível de aplicação a uma língua qualquer, por outro, não pode resultar numa gramática extremamente complexa e “pouco reveladora” (CHOMSKY, 1980, p. 38). Depois de testar dois modelos de estrutura da língua – um modelo teórico da comunicação, baseado na concepção de língua como um processo de Markov, e um modelo sintagmático, baseado na análise dos constituintes imediatos – e concluir que nenhum deles oferece uma fundamentação teórica adequada para a construção de uma gramática do inglês –, ele propõe um modelo próprio, segundo o qual uma gramática é constituída de três segmentos: uma *estrutura sintagmática* (in. *phrase structure*) em que operam as regras de geração de frases mais elementares de uma língua, das quais se obtêm as denominadas “frases nucleares” (in. *kernel sentences*); uma estrutura *morfofonológica* (in. *morphophonemics*) que inclui as regras de organização dos fonemas e morfemas de uma língua; e uma *estrutura transformacional* (in. *transformational structure*), intermediária entre as duas anteriores, composta por regras de organização sintagmática responsáveis por transformar as frases nucleares em frases mais complexas.

Da proposta gerativista, os desenvolvimentos teóricos subsequentes ganham expressão em *Aspects of the Theory of Syntax* [Aspectos da teoria da sintaxe], de 1965, livro no qual Chomsky circunscreve melhor o seu objeto por meio dos conceitos de *competência* e *perfor-*

¹¹⁰ Cf. CHOMSKY, 1957/2002, p. 11.

mance. Para ele, a competência engloba o conhecimento linguístico de que dispõe o falante-ouvinte de uma língua determinada, conhecimento, no caso, sendo compreendido como uma predisposição genética à linguagem; a performance, por sua vez, define-se como o uso efetivo que o falante faz de sua língua. Nesse contexto, a tarefa da linguística é descrever, por meio da performance, a competência intrínseca dos falantes de uma língua. Chomsky reconhece que essa distinção está relacionada à distinção saussuriana *langue-parole*, ainda que, a seu ver, a competência esteja muito mais próxima da concepção humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos gerativos¹¹¹.

O elemento estrutural da competência linguística possui três componentes: (1) o componente sintático, que reúne em si as regras de combinação sintagmática dos elementos formativos da língua pelas quais se formam as frases; (2) o componente fonológico, que determina a forma fonética que terá uma frase gerada pelas regras sintáticas; e (3) o componente semântico, que determina a interpretação semântica de uma frase¹¹². O componente fonológico e o componente semântico devem ser compreendidos como componentes independentes da sintaxe.

Como vimos, considera-se que uma gramática seja composta por uma estrutura sintagmática, à qual Chomsky se refere como a *base* do componente sintático. Essa base guarda as regras geradoras de *frases de base* (in. *basic strings*), sequências estruturais absolutamente elementares da língua. A relação entre a base do componente sintático e o componente semântico constitui a *estrutura profunda* (in. *deep structure*) de uma frase. A partir da estrutura profunda, as frases são geradas por subcomponentes sintáticos *transformacionais*. Por fim, obtém-se a *estrutura superficial* (in. *surface structure*) da frase através da relação do componente sintático com o componente fonológico¹¹³. Diferente do componente sintático, de natureza *gerativa*, os componentes fonológico e semântico são definidos como componentes *interpretativos*, isto é, eles *interpretam* a estrutura sintática constituída. Em outras palavras, de acordo com a proposta gerativa, o componente sintático determina, por um lado, a sequência de fonemas e, por outro, a sequência de marcadores semânticos que compõem a frase.

É certo que a posição prestigiosa da proposta gerativista fez reverberar, em especial durante os anos de 1960 e 1970, seus princípios fundamentais em áreas de interesse da linguística, inclusive nas teorias de tradução – e aqui não nos referimos apenas à tradução automática. Todavia, apesar do emprego dado à Gramática Gerativa na esfera do traduzir, a pro-

¹¹¹ CHOMSKY, 1965, p. 4.

¹¹² Ibid., p. 16.

¹¹³ Id., ibid.

posta teórica de Noam Chomsky nunca esteve destinada a elucidar a relação entre duas ou mais línguas naturais; antes, foi formulada com o propósito de descrever os mecanismos das línguas de forma individual¹¹⁴.

Ainda assim, encontramos diversas aplicações desses preceitos para o caso da tradução. Uma das aplicações mais exemplares foi feita por Eugene Albert Nida, linguista e tradutor estadunidense afiliado à *American Bible Society* (ABS), organização dedicada à tradução, à publicação e à distribuição de exemplares da Bíblia nos Estados Unidos e em outros países. Em *Toward a Science of Translating* [Rumo a uma ciência do traduzir] (1964), Nida descreve o processo de tradução da seguinte forma:

Em vez de tentar realizar transferências de uma língua para outra formulando longas séries de estruturas formais equivalentes que são supostamente adequadas para “traduzir” de uma língua para outra, é mais eficiente, tanto científica como pragmaticamente, (1) reduzir o texto-fonte a seus núcleos estruturalmente mais simples e semanticamente mais evidentes, (2) transferir o significado da língua-fonte para a língua do receptor em um nível estruturalmente mais simples, e (3) gerar as expressões equivalentes tanto semanticamente como estilisticamente na língua do receptor. (NIDA, 1964, p. 68, tradução nossa)¹¹⁵

A descrição do processo é aprofundada no artigo “Science of Translation” [Ciência da Tradução] de 1969. Assim como antes, aqui o processo tradutório também se compõe de três etapas, respectivamente denominadas “análise” (in. *analysis*), “transferência” (in. *transfer*) e “reestruturação” (in. *restructuring*). O processo é sintetizado pelo esquema a seguir:

Figura 1 – esquema representativo do processo tradutório segundo Nida (1969, p. 484, tradução nossa)

¹¹⁴ Gentzler (2001, p. 3) chama a atenção para esse problema, incentivando o estudioso da tradução a questionar a adequação de um modelo da linguística, como é o caso da Gramática Gerativa de Chomsky, para uma teoria de tradução. De acordo com Gentzler, além de Nida, Wilss teria também aplicado preceitos chomskianos em sua teorização.

¹¹⁵ Instead of attempting to set up transfers from one language to another by working out long series of equivalent formal structures which are presumably adequate to “translate” from one language into another, it is both scientifically and practically more efficient (1) to reduce the source text to its structurally simplest and most semantically evident kernels, (2) to transfer the meaning from source language to receptor language on a structurally simple level, and (3) to generate the stylistically and semantically equivalent expression in the receptor language.

Como descreve Nida (1969), a análise constitui-se de três processos: (1) o estudo das relações sintáticas entre as unidades linguísticas empregadas na construção de uma mensagem; (2) o estudo dos significados denotativos (referenciais) das mesmas unidades linguísticas, e; (3) o exame do valor conotativo (emotivo) da estrutura formal de comunicação¹¹⁶. De modo geral, a análise consiste no inverso da noção de transformações sintáticas introduzida pela proposta gerativista: em vez de gerar frases, o mecanismo de análise decompõe-as em frases nucleares ou num estágio próximo. Ainda assim, Nida (1969) alerta para a necessidade de se guardar a relação significativa entre as frases nucleares, e de não tomá-las isoladamente¹¹⁷.

À análise, segue-se o processo de transferência. O teorizador enumera duas razões para que a transferência ocorra no nível das estruturas nucleares: em primeiro lugar, pois nesse nível as relações entre unidades linguísticas estariam mais bem marcadas; em segundo lugar, pois as línguas, a seu ver, tendem a apresentar mais semelhanças estruturais no nível das estruturas nucleares do que comumente ocorre no nível das estruturas de superfície. Ele alega que a transferência do conteúdo referencial leva em conta menos as palavras utilizadas na construção da mensagem e mais os significados que elas transmitem¹¹⁸.

O processo de reestruturação, por sua vez, está ancorado em estruturas da língua do receptor da mensagem traduzida. Trata-se, de acordo com o teorizador, de um processo particularmente difícil de ser executado se comparado aos processos anteriores. Duas dimensões do processo são tidas como particularmente decisivas para uma tradução bem-sucedida, a saber, a dimensão formal e a dimensão funcional (ou dinâmica) da reestruturação. Enquanto a dimensão formal está relacionada ao estilo e ao gênero literário, a dimensão funcional refere-se principalmente ao receptor da mensagem¹¹⁹. Para Nida, o receptor tem um papel decisivo no processo, na medida em que o critério de adequação de uma tradução está intimamente ligado à qualidade da resposta do receptor à mensagem¹²⁰.

Para a reestruturação, sobretudo, são relevantes as noções de equivalência formal (in. *formal equivalence*) e equivalência dinâmica (in. *dynamic equivalence*), orientações básicas defendidas por Nida no livro de 1964 – e, sem dúvida, a parte mais citada de sua proposta teórica. Segundo o autor, a equivalência formal deposita foco sobre a mensagem propriamente

¹¹⁶ NIDA, 1969, p. 491.

¹¹⁷ Ibid., p. 486.

¹¹⁸ Ibid., p. 492.

¹¹⁹ Ibid., p. 493.

¹²⁰ Ibid., p. 495.

dita, tanto no tocante à forma quanto ao conteúdo¹²¹. Orientada pelo contexto da língua-fonte, ela se volta à manutenção de características formais e do conteúdo do “original”, o que inclui a reprodução das unidades gramaticais, da consistência do emprego das palavras e dos significados do texto-fonte.

Em contrapartida, a equivalência dinâmica ou *equivalência funcional* estrutura-se sobre o “princípio do efeito equivalente” (NIDA, 1964, p. 159). Nesse caso, o foco estaria depositado sobre a naturalidade da expressão, adaptando-se o texto (1) à língua e à cultura do receptor, (2) ao contexto da mensagem e (3) às necessidades do receptor. Consequentemente, os ajustes feitos no texto tendem a ocultar os traços de estrangeiridade, ainda que “nenhuma tradução que tente superar uma grande distância cultural pode ter esperanças em eliminar todos os traços do cenário estrangeiro¹²²” (NIDA, 1964, p. 167). A naturalidade (parcial) da expressão não é apenas uma questão lexical, mas também sintática e estilística. Nida insiste que o estilo empregado pelo autor de um texto reflete o seu ponto de vista, devendo, assim, ser mantido na tradução.

A influência da proposta gerativa na teorização de Nida deflagra, como viemos reiterando, a localização da Gramática Gerativa Transformacional de Noam Chomsky no *mainstream* da linguística de seu tempo. Como observa Gentzler (1993), além da legitimidade de que desfruta no campo da linguística, a Gramática Gerativa conferiu credibilidade e influência à “ciência do traduzir” de Eugene Nida. Segundo afirma, “com a adoção das premissas teóricas de Chomsky, suas regras transformacionais e sua terminologia, a teoria de Nida solidificou-se e o resultado – *Toward a Science of Translating* – tornou-se a “Bíblia”, não apenas para a tradução da Bíblia, mas para as teorias de tradução em geral¹²³” (GENTZLER, 1993, p. 44, tradução nossa). Segundo nosso entendimento, a influência de Chomsky sobre a proposta de Nida tem menos um caráter teórico do que um caráter procedimental.

Surpreendentemente, uma breve introdução acerca dos principais conceitos defendidos por Chomsky e Nida pode ser encontrada no primeiro capítulo do livro de Švejczer (1987), originalmente publicado em língua russa em 1973. Assim, temos indícios de que, a despeito do isolamento político entre as zonas de influência estadunidense e soviética, havia alguma circulação de textos teóricos, se não nas duas direções, ao menos em direção à União Soviética. Consequentemente, as semelhanças que identificamos acima, para além das aspirações

¹²¹ NIDA, 1964, p. 159.

¹²² No translation that attempts to bridge a wide cultural gap can hope to eliminate all traces of foreign setting.

¹²³ With the adoption of Chomsky’s theoretical premise, his transformational rules, and his terminology, Nida’s theory solidified, and the result – *Toward a Science of Translating* – has become the “Bible” not just for Bible translation, but for translation theory in general.

comuns de um determinado clima intelectual, podem ter sido motivadas, ao menos em parte, pelo contato com a produção teórica da Ciência da Tradução norte-americana e europeia. Esse, no entanto, é um tema que foge ao escopo deste trabalho, ficando como sugestão para futuras pesquisas.

De volta ao “Ocidente”, encontramos um novo cenário de mudanças. Veremos a seguir que, apesar do prestígio da Gramática Gerativa, ideias divergentes floresceram e trouxeram, com o tempo, um novo olhar sobre a linguagem: não apenas o sistema, como os usos da linguagem tornaram-se objeto de investigação da linguística.

4.2 “Novas” abordagens do fenômeno linguístico

Antes de passar ao relato dos desenvolvimentos recentes dos Estudos da Tradução, Snell-Hornby (2006) dedica alguns parágrafos a determinados aportes teóricos do campo da linguística que, ao mesmo tempo, tenham indicado uma direção alternativa para a linguística e contribuído para posteriores mudanças nas teorias de tradução¹²⁴. Neste tópico, elencaremos alguns desses aportes e descreveremos alguns preceitos teóricos por eles defendidos. Reiteramos, no entanto, que, em se tratando de um retrato panorâmico para efeito de contextualização, prescindiremos de detalhes.

Um dos autores mencionados por Snell-Hornby foi Eugenio Coseriu, linguista romeno conhecido sobretudo por seu trabalho em línguas românicas na Universidade de Tübingen, Alemanha. Dentre as suas muitas contribuições, destaca-se o ensaio “Sistema, norma y habla” [Sistema, norma e fala], publicado originalmente em 1952. Nesse estudo, Coseriu repensa a dicotomia saussuriana *langue-parole*, e propõe, em seu lugar, uma distinção tripartida da linguagem.

Desde a publicação do *Cours de Linguistique Générale* [Curso de linguística geral] de Ferdinand de Saussure, numerosas foram as tentativas de redefinição dos conceitos de “língua” e “fala”, com graves divergências entre si. Para o linguista romeno, a razão para as divergências está nos diferentes pontos de vista e nos diversos graus de abstração adotados para a definição desses mesmos conceitos¹²⁵. Ele não pressupõe que isso se deva a uma contradi-

¹²⁴ SNELL-HORNBY, 2006, p. 35 et seq.

¹²⁵ COSERIU, 1973, p. 38 et seq.

ção intrínseca aos preceitos de Saussure, mas sim, a dificuldades de interpretação de uma obra que o mestre genebrino não teve oportunidade de terminar¹²⁶. A seu ver, as principais causas para as dificuldades estão (1) em circunscrever os conceitos de fala e língua através de mais de um ponto de vista, a saber, a oposição entre concreto e abstrato e entre social e individual; (2) na rigidez da dicotomia, ao, por um lado, desconsiderar o ponto de encontro entre língua e fala, perdendo-se de vista o que na fala é propriamente *fato da fala* e o que é *fato da língua*; e, por outro lado, em não considerar o que, ainda que não sistemático, é *normal* numa dada comunidade; (3) em deslocar noção do individual da noção do coletivo, o que, de certo modo, cerceia a interdependência entre *langue* e *parole* tão necessária para a constituição mesma da língua¹²⁷.

Ao sistematizar sua proposta de tripartição, Coseriu caracteriza a linguagem como atividade linguística, isto é, como o *falar concreto*. Trata-se, portanto, da linguagem tomada em sua realidade concreta. Paralelamente, ele introduz os conceitos de *norma* e *sistema*, definindo “norma” como a linguagem em sua virtualidade, enquanto “substrato” do falar concreto, e “sistema” como a linguagem enquanto *abstração*¹²⁸.

Esses são, segundo o teorizador, três diferentes pontos de vista de um mesmo fenômeno, que variam quanto à abrangência numa dada comunidade e ao grau de abstração. Assim, “sistema” é visto como um conjunto de possibilidades, um “conjunto de liberdades”. Nesse sentido, “[...] mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece, proporcionando-lhe os meios para a sua expressão inédita, mas ao mesmo tempo, compreensível, para os que utilizam o mesmo sistema.¹²⁹” (COSERIU, 1979, p. 74). Norma, por sua vez, é compreendida como a realização “coletiva” desse sistema, agregando a ele elementos “não pertinentes” do ponto de vista funcional. Ainda que seja visto como realização coletiva do sistema, Coseriu afirma também haver uma *norma individual*, constituída de elementos de repetição próprios do falante. Por fim, define o falar como a realização individual-concreta da norma, contendo a própria norma e a originalidade do indivíduo¹³⁰.

Esses são conceitos fundados na noção de fala como ato linguístico concreto. Língua, no entanto, é um conceito que requer cuidados em sua aplicação. Segundo alerta Coseriu, *lín-*

¹²⁶ COSERIU, 1973, p. 43 et seq.

¹²⁷ Ibid., p. 54 et seq.

¹²⁸ Ibid., p. 92 et seq.

¹²⁹ [...] más bien que imponerse al individuo, el sistema se le ofrece, proporcionándole los medios para su expresión inédita, pero, al mismo tiempo, comprensible para los que utilizan el mismo sistema. (COSERIU, 1973, p. 98)

¹³⁰ COSERIU, op. cit., 97 et seq.

gua é um conceito definido na generalização “em amplitude”, não “em profundidade”. O alerta diz respeito ao equívoco de se igualar “língua” a “sistema” e “norma”:

Com efeito, os aspectos comuns duma série de atos lingüísticos são necessariamente *normais* e, num plano superior de formalização, *funcionais*: podemos, por conseguinte, falar de *norma* e *sistema* referindo-nos a uma *língua* (sistema de isoglossas), em vez de referirmo-nos exclusivamente ao *falar*. Só que a *língua* se estende não apenas na comunidade e no espaço, mas também no tempo: trata-se de um conceito *histórico* (cf. “A língua espanhola de suas origens até os nossos dias”), enquanto que *sistema* e *norma* são conceitos *estruturais* e, por isso mesmo, *sincrônicos* (ainda que possam ser considerados diacronicamente, em sua evolução, que é a passagem de um sistema a outro sistema, de uma norma a outra norma); isto é, a *língua* é continuidade, enquanto o *sistema* e a *norma* são estaticidade [...] ¹³¹. (COSERIU, 1979, p. 78, grifos do autor)

Sistema e norma corresponderiam, portanto, a um “estado de língua”, um recorte a partir de uma abstração científica do “perpétuo movimento da *língua*” (COSERIU, 1979, p. 78, grifos do autor).

A proposta de tripartição da linguagem de Coseriu tem o mérito de subverter a dicotomia saussuriana *langue-parole*, que moldou a pesquisa e a teorização no campo da linguística muitos anos depois da publicação do *Curso de linguística geral*, elevando a fala a seu lugar de direito. Ademais, Snell-Hornby (2006) destaca o estabelecimento da noção de *norma*, que, posta num contexto consideravelmente mais amplo, terá sido, a seu ver, central também para os Estudos da Tradução: primeiro por Levý (1963), responsável pelo estabelecimento da distinção entre norma “reprodutiva”, que exigiria fidelidade com base na compreensão do texto, e norma “artística”, que exigiria o cumprimento de critérios estéticos ¹³²; depois, como norma social e cultural, na abordagem funcional de Vermeer e Nord (v. capítulo 7); e, por fim, como termo cunhado pelos Estudos Descritivos da Tradução (TOURY 1995) (v. tópico 6.2). No entanto, a autora reconhece o valor do conceito no interior mesmo do campo linguístico, considerando-o um conceito linguístico mais dinâmico do que o conceito de *sistema*:

Enquanto o sistema linguístico oferece uma fonte de possibilidades abstratas governadas por regras, a norma é a realização concreta e socialmente aceita do sistema:

¹³¹ En efecto, los aspectos comunes de una serie de actos lingüísticos son necesariamente *normales* y, en un plano superior de formalización, *funcionales*: podemos, por consiguiente, hablar de *norma* y *sistema* refiriéndonos (sic!) a una *lengua* (sistema de isoglossas), en lugar de referirnos exclusivamente al *hablar*. Sólo que la *lengua* se extiende, no solo en la comunidad y en el espacio, sino también en el tiempo: se trata de un concepto *histórico* (cf. “La lengua española desde los orígenes hasta nuestros días”), mientras que *sistema* y *norma* son conceptos *estructurales* y, por eso mismo, *sincrónicos* (aunque puedan considerarse diacrónicamente, en su evolución, que es el pasaje de un sistema a otro sistema, de una norma a otra norma); es decir que la *lengua* es continuidad, mientras que el *sistema* y la *norma* son estaticidad (...). (COSERIU, 1973, p. 103)

¹³² Cf. SNELL-HORNBY, 2006, p. 22.

um é um código, o outro é comportamento, é parte de uma cultura com todas as suas restrições sociais¹³³. (SNELL-HORNBY, 2006, p. 37, tradução nossa)

Se por um lado podemos, através da fala, examinar o sistema de uma língua, por outro lado, para além de sua estruturação sistemática, a fala pode, ela mesma, ser objeto de estudo. Nesse sentido, estudos exemplares foram conduzidos no âmbito da Filosofia da Linguagem, em especial por John Langshaw Austin e John Rogers Searle.

Austin e Searle deram continuidade às reflexões de Ludwig Wittgenstein, que, em seus últimos quinze anos de vida, dedicou-se a ponderar acerca da relação entre a realidade, o pensamento e a linguagem. Em um dos frutos de suas reflexões, a obra *Philosophische Untersuchungen* [Investigações filosóficas], publicada postumamente em 1953, o filósofo contempla a linguagem no cotidiano de seus falantes. Ele se posiciona contra a assertiva de que o significado de uma palavra é real e imutável, ao declarar que “o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 1953/2012, p. 38 §43). Com isso, ele afirma o compromisso da filosofia linguística de “construir uma ordem no nosso conhecimento do uso da linguagem” (WITTGENSTEIN, 1953/2012, p. 76, §132), examinando o seu uso efetivo em seu contexto situacional.

Em 1962 foi publicada no Reino Unido a obra póstuma de John Austin, *How To Do Things With Words* [Como fazer coisas com palavras¹³⁴]. Nela estão reunidas conferências por ele proferidas na Universidade de Harvard entre os anos de 1952 e 1954, e que foram compiladas com o auxílio de notas do próprio autor e de alguns de seus ouvintes.

O filósofo britânico inicia sua arguição com a observação de que, além de assertar, isto é, produzir enunciações com o fim de descrever um estado de coisas, a língua permite também, por meio da enunciação de frases, e satisfeitas as condições necessárias, realizar determinadas ações. Essas frases recebem a denominação *enunciações performativas* (in. *performative utterances*). Segundo Austin, o emprego da designação “performativo” indica que “a emissão da enunciação é a realização de uma ação – normalmente não se considera que se está apenas dizendo algo¹³⁵.” (AUSTIN, 1962, p. 6s.) As asserções, por sua vez, são denominadas *enunciações constativas* (in. *constative utterances*)¹³⁶. Trate-se de asserções ou de performativos, a situação de enunciação tem papel fundamental:

¹³³ Whereas the language system provides a fund of rule-governed abstract possibilities, the norm is concrete, socially accepted realization of the system: the one is a code, the other is behaviour, part of a culture with all its social constraints.

¹³⁴ No Brasil, a obra recebeu uma tradução com o título *Quando dizer é fazer* (AUSTIN, 1990).

¹³⁵ it indicates that the issuing of the utterance is the performing of an action – it is not normally thought of as just saying something.

¹³⁶ AUSTIN, 1962, p. 6 et seq.

Concluindo, vemos que, para explicar o que pode dar errado com as asserções, não podemos nos concentrar apenas na proposição em questão (seja ela qual for), como se tem feito tradicionalmente. Devemos considerar a situação toda em que se realiza a enunciação – isto é, o ato de fala como todo – para que se possa perceber o paralelismo que há entre asserções e enunciações performativas, e como cada um deles pode dar errado. Talvez de fato não haja grande distinção entre asserções e enunciações performativas¹³⁷. (AUSTIN, 1962, p. 52, tradução nossa)

Essa, no entanto, não é a única semelhança entre enunciações performativas e constativas. Após comparar os critérios de validade tanto de asserções como de performativos, Austin encontra indícios de que os critérios que definem a validade de um podem, em certa medida, também servir ao outro:

Consideremos agora o ponto em que estamos: começando com o suposto contraste entre enunciações performativas e constativas, encontramos indicações suficientes de que a infelicidade, apesar de tudo, parece caracterizar ambos os tipos de enunciação, não apenas as performativas; e que a exigência de adequação aos fatos, ou de se ter alguma relação com eles, diferentes em diferentes casos, parece caracterizar também os performativos, em acréscimo à exigência de serem felizes, de modo similar ao que é característico dos supostos constativos¹³⁸. (AUSTIN, 1962, p. 90s., tradução nossa)

Desse ponto em diante há uma clara mudança de escopo. Dado que, de certa maneira, dizer já pode ser considerado fazer alguma coisa, indaga-se Austin, o que se poderia entender por “fazer algo em dizer algo”? A fim de encontrar uma resposta à questão, ele enumera três sentidos para o “dizer”: (a) desempenhar o ato de enunciar determinados sons; (b) desempenhar o ato de enunciar determinadas palavras ou vocábulos; e (c) desempenhar o ato de usar essas palavras ou vocábulos com um sentido mais ou menos definido e uma referência mais ou menos definida. Reunidos, esses três atos constituem um *ato locucional* (in. *locutionary act*)¹³⁹.

Executar um ato locucional, no entanto, envolve também a execução de um *ato ilocucional* (*illocutionary act*). Atos locucionais diferem-se de atos ilocucionais na medida em que se realiza, no primeiro caso, o ato *de* dizer algo, enquanto que, no segundo caso, se age *ao*

¹³⁷ In conclusion, we see that in order to explain what can go wrong with statements we cannot just concentrate on the proposition involved (whatever that is) as has been done traditionally. We must consider the total situation in which the utterance is issued-the total speech-act – if we are to see the parallel between statements and performative utterances, and how each can go wrong. Perhaps indeed there is no great distinction between statements and performative utterances. (cf. AUSTIN, 1990, p. 56)

¹³⁸ Now let us consider where we stand for a moment: beginning with the supposed contrast between performative and constative utterances, we found sufficient indications that unhappiness nevertheless seems to characterize both kinds of utterance, not merely the performative; and that the requirement of conforming or bearing some relation to the facts, different in different cases, seems to characterize performatives, in addition to the requirement that they should be happy, similarly to the way which is characteristic of supposed constatives. (cf. AUSTIN, 1990, p. 82)

¹³⁹ AUSTIN, 1962, p. 92 et seq.

dizer algo (p. ex. faz-se uma pergunta, dá-se uma informação etc.). Se há uma ação na realização de um ato ilocucional, isso se deve a uma determinada *força* da enunciação (a força de perguntar, de afirmar, de sentenciar), que Austin denomina *força ilocucional* (in. *illocutionary force*)¹⁴⁰.

Além do ato locucional e do ato ilocucional, há ainda um terceiro ato de fala: o *ato perlocucional* (in. *perlocutionary act*). O termo refere-se ao efeito de um ato ilocucional sobre os sentimentos, pensamentos ou ações do interlocutor, do falante ou de outras pessoas. A distinção entre atos ilocucionais e atos perlocucionais envolve, segundo Austin, a distinção entre ações e consequências. Para ele, “a menos que se obtenha determinado efeito, o ato ilocucional não terá sido realizado de forma feliz e bem-sucedida. Isso é diferente de dizer que o ato ilocucional é a obtenção de um determinado efeito¹⁴¹” (AUSTIN, 1962, p. 115, tradução nossa). Desse modo, distingue-se o ato locucional por conter um significado, o ato ilocucional por conter uma força, e o ato perlocucional como realização de um determinado efeito ao se dizer algo¹⁴².

Estabelecidas as diferenças, Austin retoma a discussão anterior acerca do que caracteriza enunciações performativas e enunciações constativas. Dada as semelhanças entre elas, Austin explica que, com enunciações constativas, utiliza-se uma noção extremamente simplificada de correspondência com os fatos, abstraindo do ato ilocucional aspectos do ato de fala, enquanto que com enunciações performativas, o foco estaria na força ilocucional da enunciação, abstraindo do ato ilocucional a dimensão de correspondência com os fatos¹⁴³. Esse, porém, é classificado como um problema específico no interior de uma teoria geral firmada sobre a distinção entre atos locucionais, ilocucionais e perlocucionais¹⁴⁴.

Os passos seguintes para o desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala de Austin foram dados por John Searle. Em *Speech Acts* [Atos de Fala], Searle (1969) alicerça sua teoria na hipótese de que a linguagem é uma forma de comportamento regido por regras, e os atos de fala, a base da comunicação linguística:

A razão para concentrar-se no estudo dos atos de fala é simplesmente esta: toda a comunicação linguística envolve atos linguísticos. A unidade da comunicação linguística não é, como geralmente se supõe, o símbolo, palavra ou frase, ou mesmo a expressão do símbolo, palavra ou frase, mas sim, a produção ou emissão do símbolo

¹⁴⁰ AUSTIN, 1962, p. 99.

¹⁴¹ Unless a certain effect is achieved, the illocutionary act will not have been happily, successfully performed. This is to be distinguished from saying that the illocutionary act is the achieving of a certain effect. (cf. AUSTIN 1990: 100)

¹⁴² AUSTIN, op. cit., p. 120.

¹⁴³ Ibid., p. 144 et seq.

¹⁴⁴ Ibid., p. 177.

ou palavra ou frase na execução do ato de fala.¹⁴⁵ (SEARLE, 1969, p. 16, tradução nossa)

Não obstante, Searle argumenta que, malgrado o que se poderia pensar, um estudo adequado dos atos de fala consistiria num estudo da *langue*. Ele defende seu posicionamento ao afirmar que o estudo semântico de uma frase e o estudo de um ato de fala são, em princípio, o mesmo estudo: o significado de uma frase implica sua enunciação num dado contexto, constituindo-se assim um ato de fala; de mesmo modo, através de um ato de fala enuncia-se uma frase num dado contexto que possui, por seu turno, um dado significado¹⁴⁶.

Outra noção cara à sua concepção de linguagem ganha forma através do princípio da “expressividade” (in. *principle of expressibility*), mediante o qual Searle retoma a tese de Jakobson (1959) – essa, por si só, um eco do pensamento de Wilhelm von Humboldt – de que “tudo que se quer dizer pode ser dito”, isto é, de que haveria em qualquer língua os meios para se expressar algo ou, pelo menos, a possibilidade de se criar os meios necessários, caso a língua em questão não disponha deles (v. tópico 5.1.4.1). Todavia, o filósofo estadunidense alerta para o fato de nem sempre ser possível encontrar uma forma de expressão que produza no ouvinte todos os efeitos almejados ou, quando menos, uma forma de expressão que seja compreendida pelo interlocutor¹⁴⁷.

O cerne de sua arguição, contudo, está na formulação dos atos de fala. Searle retoma a distinção estabelecida por Austin (1962) com algumas mudanças. Para Searle, os atos de fala são basicamente três:

- (1) atos de enunciação (*utterance acts*): a enunciação de palavras e frases;
- (2) atos proposicionais (*propositional acts*): referir e predicar;
- (3) atos ilocucionais (*illocutionary acts*): afirmar, perguntar, prometer, etc.

Segundo o autor, embora não sejam ações independentes, trata-se de atos distintos, de modo que um mesmo ato proposicional pode ser realizado por diferentes atos de enunciação e o mesmo ato proposicional pode dar origem a diferentes atos ilocucionais: “Atos de enunciação consistem simplesmente em enunciar sequências de palavras. Atos ilocucionais e proposi-

¹⁴⁵ The reason for concentrating on the study of speech acts is simply this: all linguistic communication involves linguistic acts. The unit of linguistic communication is not, as has generally been supposed, the symbol, word or sentence, or even the token of the symbol, word or sentence, but rather the production or issuance of the symbol or word or sentence in the performance of the speech act.

¹⁴⁶ SEARLE, 1969, p. 17 et seq.

¹⁴⁷ Ibid., 19 et seq.

cionais consistem propriamente em enunciar palavras em frases em certos contextos, sob determinadas condições e com determinadas intenções [...]”¹⁴⁸.” (SEARLE, 1969, p. 24s., tradução nossa) Além dos três atos de fala mencionados, incluem-se aqui também os *atos perlocucionais*, voltados aos efeitos ou consequências dos atos ilocucionais¹⁴⁹.

Posto que, paralelamente às noções resgatadas da proposta de Austin (1962), a noção de “ato proposicional” foi introduzida por Searle, essa é vista com mais detalhes. Conforme exposto, um ato proposicional constitui-se de dois outros, *referir* e *predicar*. Com “referir”, Searle designa a identificação de um “objeto” ou “entidade” ou “indivíduo”. As expressões que servem para identificar um elemento em particular (um evento, ação, processo etc.), recebem a denominação de “expressão referencial”. O que se diz sobre o referente é, por sua vez, denominado “predicação”. “Predicar”, nesse contexto, tem um significado diferente daquele que é comumente atribuído ao termo em filosofia: em primeiro lugar, predicam-se expressões, não universais; em segundo lugar, uma predicação não ocorre apenas em asserções, mas em outras formas de atos ilocucionais¹⁵⁰.

Vimos que Searle defende a hipótese de que os atos de fala são uma forma de comportamento regida por regras. Para embasar essa hipótese, ele esclarece a própria noção de regras. Conforme explica, há dois tipos de regras: regras reguladoras (in. *regulative rules*) e regras constitutivas (in. *constitutive rules*):

Regras reguladoras regulam uma atividade pré-existente, uma atividade cuja existência é logicamente independente das regras. Regras constitutivas constituem (e também regulam) uma atividade cuja existência é logicamente dependente das regras¹⁵¹. (SEARLE, 1969, p. 34, tradução nossa)

Ao levantar a hipótese de que falar uma língua é desempenhar atos de fala segundo regras específicas convencionadas socialmente, ele estaria afirmando que a estrutura semântica de uma língua pode ser vista como a realização convencional de uma série de regras constitutivas e que a execução dos atos de fala se pautam por essas mesmas regras¹⁵². Presume-se, portanto, a existência de convenções na execução de atos de fala – sobretudo no caso dos atos ilocucionais – sem as quais não seria possível reconhecer qual ato está sendo executado¹⁵³.

¹⁴⁸ Utterance acts consist simply in uttering strings of words. Illocutionary and propositional acts consist characteristically in uttering words in sentences in certain contexts, under certain conditions and with certain intentions [...].

¹⁴⁹ Cf. AUSTIN, 1962.

¹⁵⁰ SEARLE, 1969, p. 26 et seq.

¹⁵¹ Regulative rules regulate a pre-existing activity, an activity whose existence is logically independent of the rules. Constitutive rules constitute (and also regulate) an activity the existence of which is logically dependent on the rules.

¹⁵² SEARLE, op. cit., p. 36.

¹⁵³ Ibid., p. 37.

Segundo Searle, o que diferencia o ato ilocucional de uma mera enunciação de sons ou de símbolos gráficos é a presença de um significado¹⁵⁴. O papel do significado na comunicação entre interlocutores é descrito da seguinte forma:

Do lado do falante, dizer algo e querer dizer algo estão estreitamente conectados com tencionar produzir determinados efeitos no ouvinte. Do lado do ouvinte, compreender a enunciação do falante está estreitamente conectado com reconhecer suas intenções. No caso de enunciações literais, a ponte entre o lado do falante e o lado do ouvinte é dada pela sua língua comum¹⁵⁵. (SEARLE, 1969, p. 48, tradução nossa)

Ao dizer algo, o falante tenciona que o ouvinte conheça não apenas um determinado estado de coisas, mas também, com o amparo das regras e convenções que regulam os atos de fala, suas intenções ao enunciar uma frase. A compreensão da frase pelo ouvinte é a realização dessas intenções, mediante o conhecimento do significado da frase e das convenções e regras nas quais a enunciação se baseia. As intenções do falante estariam, portanto, associadas a certas convenções, as quais permitiriam que o ouvinte as reconhecessem¹⁵⁶.

A Teoria dos Atos de Fala de Austin e Searle foi, segundo Snell-Hornby (2006), uma das principais forças propulsoras da “virada pragmática”, que, supõe, teve continuidade com a inclusão de aspectos sociais e comunicativos da linguagem no campo disciplinar da linguística¹⁵⁷. Contudo, aqui se faz necessário evitar o equívoco: embora tenhamos introduzido as propostas de Coseriu, Austin e Searle como “novas abordagens ao fenômeno linguístico”, elas são, de fato, contemporâneas à Gramática Gerativa de Chomsky, tendo sido ofuscadas por ela em seu momento de emergência e adquirido o devido reconhecimento, tanto no âmbito dos Estudos da Tradução como no próprio âmbito da linguística, apenas num momento posterior.

Outra especial contribuição, tanto para a virada pragmática como para assegurar o desenvolvimento dos Estudos da Tradução, teria vindo, segundo Snell-Hornby, da Linguística Textual. Como observa a teorizadora, com a Linguística Textual, a frase deixou de ser o limite máximo para os estudos linguísticos, o que teria levado a linguística a um salto quântico. Ela destaca, a partir da perspectiva de seu tempo, dois trabalhos provenientes dessa área: a

¹⁵⁴ SEARLE, 1969, p. 42.

¹⁵⁵ On the speaker's side, saying something and meaning it are closely connected with intending to produce certain effects on the hearer. On the hearer's side, understanding the speaker's utterance is closely connected with recognizing his intentions. In the case of literal utterances the bridge between the speaker's side and the hearer's side is provided by their common language.

¹⁵⁶ SEARLE, op. cit., p. 48.

¹⁵⁷ SNELL-HORNBY, 2006, p. 37.

Gramática Sistemico-Funcional de M. A. K. Halliday, no mundo anglófono, e a introdução à linguística textual de Beaugrande e Dressler (1981), no mundo germanófono¹⁵⁸.

De Halliday, destacamos a descrição das funções da linguagem. Em artigo publicado em 1970, ele aborda a correlação entre estrutura linguística e usos da linguagem, alegando que há na língua uma organização funcional inerente ao sistema gramatical¹⁵⁹. Por função, ele compreende “os usos generalizados da língua, os quais, posto que parecem determinar a natureza do sistema linguístico, necessitam ser incorporados a nossas considerações daquele sistema¹⁶⁰” (HALLIDAY, 1970, p. 325, tradução nossa). Desse modo, não é possível estudar a estrutura linguística sem também examinar os seus usos.

Halliday (1970) descreve três (meta)funções da linguagem:

- (1) *função ideacional* (in. *ideational function*): a função de expressar um conteúdo, referente à experiência que o falante possui do mundo real;
- (2) *função interpessoal* (in. *interpersonal function*): a função, por meio da língua, de determinar quais papéis exercem os falantes numa situação comunicativa;
- (3) *função textual* (in. *textual function*): a função de conceber uma textura para o texto, uma forma particular, que é operacional num dado contexto.

De modo análogo, o significado de uma frase inclui também componentes derivados dessas funções: “Uma enunciação geralmente incorpora um elemento de conteúdo, ‘é o que tenho a dizer’; um elemento do envolvimento do falante, ‘é aqui que entro’; e um terceiro elemento, ‘esse é o tipo de mensagem que quero’, que confere à enunciação o status de texto.¹⁶¹” (HALLIDAY, 1970, p. 326, tradução nossa) Num caso típico, a estrutura conteria amide os três elementos ao mesmo tempo.

O objetivo central do artigo, no entanto, é demonstrar como as funções linguísticas determinam não apenas componentes do significado de uma frase, mas mesmo estruturas gramaticais. Após examinar as formas modais do inglês, Halliday (1970) constata que elas têm a função de assinalar a participação do sujeito no evento discursivo, isto é, uma função interpessoal¹⁶². Do mesmo modo, a organização dos elementos da frase, a relação entre informa-

¹⁵⁸ SNELL-HORNBY, 2006, p. 39.

¹⁵⁹ HALLIDAY, 1970, p. 324.

¹⁶⁰ Rather, the functions are to be understood as generalized uses of language, which, since they seem to determine the nature of the language system, require to be incorporated into our account of that system.

¹⁶¹ An utterance usually embodies an element of content, 'this is what I have to say'; an element of speaker's involvement, 'this is where I come in'; and a third element, 'this is the kind of message I want', which gives the utterance the status of a text.

¹⁶² HALLIDAY, op. cit., p. 335.

ção nova e informação dada, bem como entre tema e rema, derivam da função textual¹⁶³. Da função ideacional derivam, por exemplo, os sistemas de transitividade (a construção do mundo da experiência num conjunto de processos, tais como a descrição de ações e seus sujeitos)¹⁶⁴.

O que aqui descrevemos é uma porção bastante pequena da concepção de Gramática Sistemático-Funcional de Halliday, tanto menor se considerarmos o inteiro conjunto de sua produção. Em especial, a noção de coesão introduzida por Halliday reverbera na constituição de uma Linguística Textual. Essa e outras noções foram sistematizadas por Beaugrande e Dressler em *Introduction to Text Linguistics* [Introdução à Linguística Textual], livro por eles publicado em 1981.

Resultado da reformulação e da ampliação da obra de Dressler (1972¹⁶⁵) em língua inglesa, o livro foi pensado com o objetivo de elucidar o funcionamento dos textos no âmbito da linguagem humana. Nesse contexto, Beaugrande e Dressler definem texto como “uma *ocorrência comunicativa* que satisfaz a sete padrões de *textualidade*”¹⁶⁶, (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 3, tradução nossa, grifos no original). Uma parte significativa do livro está dedicada a apresentar os “padrões” ou “critérios de textualidade”, considerados pré-requisitos para que um texto seja comunicativo e, assim, para que um texto seja propriamente um texto. Sete são os critérios de textualidade: coesão (in. *cohesion*), coerência (in. *coherence*), intencionalidade (in. *intentionality*), aceitabilidade (in. *acceptability*), informatividade (in. *informativity*) situacionalidade (in. *situationality*) e intertextualidade (in. *intertextuality*).

Segundo Beaugrande e Dressler, para que se satisfaça o critério de coesão, é necessário que os componentes da superfície textual, isto é, as palavras de que se constrói o texto, estejam “mutuamente ligados e em sequência” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 3). Eles explicam que a relação entre os componentes da superfície textual é determinada por certo grau de convenção gramatical e, respeitada essa convenção, assegurada está a coesão do texto. Com isso, na proposta de Beaugrande e Dressler, a sintaxe desempenha um papel muito especial na manutenção da coesão textual¹⁶⁷.

O critério de coerência, por seu turno, estipula que os componentes do “mundo textual”, ou seja, a configuração de *conceitos* e *relações* subjacentes à superfície textual, sejam “mutuamente acessíveis e relevantes” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 4). Nesse

¹⁶³ HALLIDAY, 1970, p. 360.

¹⁶⁴ Cf. HALLIDAY, 1970, p. 327; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 170.

¹⁶⁵ DRESSLER, Wolfgang. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1972.

¹⁶⁶ A TEXT will be defined as a COMMUNICATIVE OCCURRENCE which meets seven standards of TEXTUALITY.

¹⁶⁷ BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 48.

contexto, compreende-se “conceito” como o conhecimento (conteúdo cognitivo) que pode ser recuperado ou ativado mentalmente, ao passo que “relações” são as ligações entre os conceitos, as quais podem estar manifestas (na forma de preposições, conjunções etc.) ou implícitas no texto¹⁶⁸.

Beaugrande e Dressler observam que expressões linguísticas isoladas podem ter significados diversos, “significado” (in. *meaning*) sendo aqui definido como o potencial de uma expressão linguística em representar e transmitir conhecimento. Ainda assim, haveria no texto apenas um sentido. Por sua vez, compreende-se “sentido” (in. *sense*) como o conhecimento efetivamente transmitido pelas expressões linguísticas que formam um texto. Nesse contexto, um texto só “faz sentido” por haver uma *continuidade de sentidos* em meio aos conhecimentos ativados pelas expressões do texto. Essa continuidade de sentidos, semelhante à ideia de um fio condutor, é, ela mesma, definida como o fundamento da *coerência textual*¹⁶⁹.

Não obstante, como afirmam Beaugrande e Dressler, “um texto não faz sentido sozinho, mas sim, através da interação do CONHECIMENTO PRESENTE NO TEXTO com o CONHECIMENTO DE MUNDO ARMAZENADO pelas pessoas¹⁷⁰” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 6s., tradução nossa, grifos dos autores). Desse modo, se um texto não “faz sentido” para alguém, é porque há um descompasso entre a configuração de conceitos e relações expressas no texto (o “mundo textual”) e o conhecimento prévio do receptor. O receptor assume, assim, um papel fundamental na atribuição de sentido, posto que ele é quem, em última medida, atribui sentido ao texto.

Coesão e coerência são, no âmbito da linguística textual, noções centradas no texto, designando operações voltadas a materiais textuais. A essas duas, Beaugrande e Dressler acrescentam noções centradas nos usuários. Os critérios de *intencionalidade* e *aceitabilidade* referem-se respectivamente às atitudes do produtor e do receptor do texto. Para que um texto possa ser utilizado na interação comunicativa, é necessário que haja, por parte do produtor, a intenção de constituir um texto e, por parte do receptor, a disposição em aceitá-lo como tal. Intencionalidade e aceitabilidade, no entanto, presumem certo grau de tolerância quanto a distúrbios de coesão e coerência textuais – e, por parte do receptor, certo grau de *inferência*¹⁷¹.

¹⁶⁸ BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 4.

¹⁶⁹ Ibid., p. 84.

¹⁷⁰ Coherence already illustrates the nature of a science of texts as human activities. A text does not make sense by itself, but rather by the interaction of text-presented knowledge with people’s stored knowledge of the world [...].

¹⁷¹ BEAUGRANDE; DRESSLER, op. cit., p. 7 et seq.

O quinto critério de textualidade, a *informatividade*, diz respeito à novidade ou surpresa de uma informação para o seu receptor. Todo texto pode ser considerado, em maior ou menor grau, informativo. Entretanto, supõe-se que quanto menos informativo o texto, ou seja, quanto menos os conhecimentos veiculados pelo texto diferirem daqueles que o receptor porta em sua mente, mais provável o desinteresse do receptor¹⁷². Não por acaso, conforme observam os teorizadores, a noção de *atenção* é central para estabelecer a informatividade de um texto¹⁷³.

O sexto critério de textualidade, a *situacionalidade*, envolve os fatores que tornam um texto relevante numa dada *situação* de ocorrência. Com a situação, cria-se o contexto de produção e recepção textual, que interfere diretamente na compreensão do mesmo. Na medida em que produtor e receptor lidam com o texto em face da situação comunicativa, Beaugrande e Dressler observam que ela, ao estabelecer pressupostos para o texto, pode afetar até mesmo os meios de coesão¹⁷⁴.

Por fim, Beaugrande e Dressler introduzem o critério de intertextualidade, referente à extensão do conhecimento, por parte do produtor e do receptor do texto, de outros textos. Têm-na os autores como responsável pela evolução dos tipos textuais, sobretudo nos casos em que ela é a razão de ser de um dado tipo textual, como é o caso das paródias, resenhas, resumos etc.¹⁷⁵

Beaugrande e Dressler definem os critérios de textualidade, utilizando termos semelhantes àqueles cunhados por Searle (1969), menos como “princípios reguladores” e mais como “princípios constitutivos” da comunicação textual. Segundo explicam, os critérios de textualidade definem e criam a forma de comportamento identificada como tal; caso se infringam esses princípios, ela corre o risco de entrar em colapso. Isso não significa, porém, que não haja também critérios reguladores. Conforme observam os teorizadores, são critérios responsáveis pelo controle da comunicação, como, por exemplo, a *eficiência* (o uso do texto na comunicação de modo a exigir do interlocutor o mínimo de esforço), a *efetibilidade* (a capacidade do texto de deixar impressões marcantes e criar condições favoráveis para se chegar a um objetivo) e a *apropriabilidade* (o acordo entre a configuração textual e os meios de realização desses critérios)¹⁷⁶.

¹⁷² BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 8 et seq.

¹⁷³ Ibid., p. 139.

¹⁷⁴ Ibid., p. 9 et seq.

¹⁷⁵ Ibid., p. 10.

¹⁷⁶ Ibid., p. 11.

Com base na exposição acima, concluímos que as “novas teorias” – que, de acordo com Snell-Hornby (2006), ditaram os caminhos da linguística durante a década de 1970 – foram bem-sucedidas em redefinir a relação entre estrutura e uso linguísticos e, com isso, também em criar ramificações para a pesquisa na área. Como vimos, Coseriu (1973) e a Teoria dos Atos de Fala de Austin (1962) e Searle (1969) caracterizam a linguagem como atividade. Nesse contexto, a língua é estudada não apenas em sua estrutura, como em seus usos. De fato, a Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (1970) comprova a interdependência entre estudo estrutural e estudo pragmático, uma vez que determinados elementos estruturais da língua têm nos usos a sua razão de ser, de acordo com a função desses elementos na linguagem.

Com a mudança de direção, a pesquisa linguística passou a incluir níveis mais amplos de abordagem. O texto em especial passou a ser examinado tanto em sua microestrutura como em sua macroestrutura. Graças a estudos como aqueles conduzidos por Beaugrande e Dressler (1981), o texto deixou de ser visto como um compêndio de palavras e frases. Em vez disso, ele passou a ser visto como uma unidade comunicativa, dotada de propriedades gerais que fazem de um texto, em última instância, texto.

Neste ponto, é forçosa uma ressalva: ao mencionar as transformações na linguística advindas das “novas teorias”, não queremos dizer que, com essas teorias, o campo da linguística inteiro tenha se transformado, mas sim, que ele criou novas ramificações, paralelas às aquelas que já existiam e, assim, novos objetos e novas orientações. Como exemplos, temos os campos da Pragmática, da Sociolinguística, da Linguística Textual, entre outros.

O destaque conferido por essas teorias ao aspecto pragmático e textual da língua trouxeram benefícios consideráveis para os estudos sobre o processo e o produto da tradução, como veremos nos próximos capítulos.

5 PRECURSORES TEÓRICOS: OS ANOS DE 1960 E 1970

Na seção anterior, vimos que, apesar de sua história milenar, a tradução enquanto objeto de estudo sistemático veio a adentrar os domínios da Academia apenas nas primeiras décadas do século XX, com estudos realizados no âmbito da Literatura Comparada. Com o final da Segunda Guerra Mundial e as transformações decorrentes desse evento – e aqui os planos econômico e social e, acima de tudo, o político exerceram influência decisiva para a mudança de panorama – a tradução atraiu a atenção de diversos ramos da sociedade.

Com o desenvolvimento de sistemas de tradução automática baseados em preceitos do Estruturalismo linguístico, a tradução alcançou definitivamente o *status* de objeto de estudo acadêmico, atraindo para o tema cientistas em todo o mundo. Em 1966, porém, a ALPAC, agência estadunidense responsável por avaliar os progressos do campo da linguística computacional, decretou o “fracasso” da tradução computadorizada, o que levou o campo da tradução a buscar novos rumos. Ainda assim, as teorias de tradução perseveraram nos caminhos pavimentados pela linguística, seja no lado oriental, seja no lado ocidental da Cortina de Ferro. A despeito da polarização política, constatamos que, no que diz respeito às teorias de tradução, há mais semelhanças do que a princípio, dado o contexto político de isolamento, poderíamos estimar, em parte devido ao clima intelectual, em parte devido ao contato direto, por parte da URSS, com a teorias formuladas no Ocidente.

Vimos ainda que, desde a década de 1960, novas teorias surgiram no campo da linguística. Com elas, igualmente se abriram novas possibilidades para a área, como os estudos focados nos usos linguísticos e numa proposta de análise mais abrangente. O texto passou a ser visto como unidade, como um objeto de estudos com mérito próprio e dotado de propriedades distintivas.

Resta ainda saber se a tradução continuou a avançar sob a égide das teorias linguísticas de seu tempo e, caso essa tendência se comprove, como essas novas propostas ecoaram nas teorias de tradução do período. São essas as questões ventiladas neste capítulo. Para tanto, exploraremos definições do traduzir formuladas no ambiente de expressão alemã durante as décadas de 1960 e de 1970.

5.1 Análise de teorias de tradução pré-funcionalistas¹⁷⁷

Os conceitos e métodos abordados a seguir constituem uma parte representativa do corpo teórico dos estudos sobre a tradução publicados no mundo germanófono entre 1960 e 1980. Trata-se das propostas teóricas de Erwin Koschmieder (1965), Otto Kade (1968), Albrecht Neubert (1968), Fritz Paepcke (1971), Werner Koller (1974), Henri Vernay (1974), Wolfram Wilss (1977), Juliane House (1977), Karl-Heinz Freigang (1978), Hans-Jürgen Diller & Joachim Kornelius (1978) e Eugenio Coseriu (1978). Para fins de sistematização, reunimo-las todas sob a designação “teorias pré-funcionalistas”. Afora a proposta de House (1977), essas teorias foram publicadas em língua alemã entre 1965, data de publicação da teoria mais antiga de nosso *corpus*, e 1978, ano de publicação do texto inaugural do Funcionalismo (VERMEER, 1978). Com a designação “pré-funcionalista”, não queremos afirmar que os preceitos defendidos por essas teorias tenham perecido com a emergência do Funcionalismo em tradução. Queremos apenas dizer que se trata de posicionamentos teóricos prevalentes nas teorias de tradução de cultura germanófona até a década de 1980. Os desdobramentos das teorias pré-funcionalistas depois desse período fogem completamente ao escopo deste trabalho.

Ao longo da análise, esperamos encontrar uma variedade de conceitos e de pontos de vista. Consideramos pouco provável haver coesão entre as propostas, posto não serem produtos de uma escola teórica¹⁷⁸; ainda assim, estimamos encontrar ao menos similaridades entre elas. Em nossa investigação, partiremos de definições de tradução formuladas por esses autores, dispostas abaixo em ordem cronológica:

[...] com tradução não se pode designar uma transposição substitutiva, na qual toda forma do original corresponde sempre a uma forma da tradução e toda palavra do original corresponde a uma da tradução [...].¹⁷⁹ (KOSCHMIEDER, 1965/1981, p. 48s., tradução nossa)

Quanto a essa questão [à questão da traduzibilidade], deve tratar-se unicamente [...] da reprodução do conteúdo *intelectual* de enunciados.¹⁸⁰ (KOSCHMIEDER, 1965/1981, p. 53, tradução nossa)

¹⁷⁷ Uma versão sintetizada do estudo reunido nessa seção, com apenas parte das obras que compõem o presente *corpus* foi previamente publicada na forma de artigo por Moreira (2013).

¹⁷⁸ Mesmo as propostas de Kade (1968) e Neubert (1968), membros da chamada *Escola Translatológica de Leipzig*, podem revelar diferenças. Como observa Heidermann (2009), a denominação “Escola” aplicada à Escola de Leipzig é justificada pela tríade “cátedras, revistas e congressos”. No entanto, não se trata de uma doutrina homogênea e uniforme (HEIDER-MANN, 2009, p. ix).

¹⁷⁹ [...] mit Übersetzung [kann] nicht eine substitutive Transposition bezeichnet werden [...], in der jeder Form des Originals immer eine Form der Übs. und jedem Wort des Originals ein Wort der Übs. entspricht [...].

¹⁸⁰ Dabei soll es sich aber nur [...] um die Wiedergabe des *intellektuellen* Inhalts von Äußerungen handeln.

Do ponto de vista da ciência da comunicação, a translação é uma especificidade da comunicação humana com recursos linguísticos, cuja peculiaridade constrói o paralelismo das atividades enunciativas receptivas e reprodutivas com a utilização simultânea de duas línguas dentro de um ato comunicativo. [...]

Compreendemos por translação num sentido mais amplo aquele processo alocado numa comunicação bilíngue (e, portanto, também em uma estrutura complexa de condicionantes sociais de fatores linguísticos e extralinguísticos), o qual se inicia com a recepção de um texto na língua de partida (= original; texto numa determinada língua L_1) e termina com a realização de um texto na língua de chegada (= translatado; texto numa determinada língua L_2).¹⁸¹ (KADE, 1968/1981, p. 199, tradução nossa)

Em primeira instância, *traduzir* significa *pragmaticamente*: expandir o círculo de receptores ou, mais exatamente: desencadear relações potenciais entre os falantes da língua de partida e da língua de chegada [...].¹⁸² (NEUBERT, 1968/1981, p. 64, tradução nossa)

Traduzir é, portanto, aquela forma de mediação que aponta o caminho que desvenda o texto, e em cujo processo o tradutor se envereda na direção almejada pelo próprio texto e recria a informação investida nele em outro texto na forma linguística apropriada.¹⁸³ (PAEPCKE, 1971/1981, p. 113s., tradução nossa)

Elas [as definições citadas] oferecem apenas uma definição superficial do que é uma tradução: um texto que é a versão de um texto original em outra língua, através do que se pode constatar empiricamente que o efeito comunicativo, a compreensão do texto, na língua de chegada corresponde em certo grau ao efeito comunicativo do texto de partida.¹⁸⁴ (KOLLER, 1974/1981, p. 264, tradução nossa)

Para obtermos uma resposta a essa questão [os objetivos da “ciência da tradução”], devemos nós mesmos definir o conceito de traduzir, a saber, como o ato de transmitir uma determinada informação em uma língua A para uma língua B, de modo que o volume de informações relevantes obtidas em uma língua B seja idêntico ao volume de informações codificadas na língua A. Assim, consideramos a tradução um ato comunicativo bilíngue, através do qual dois sistemas linguísticos com suas diferentes possibilidades de realização entram em contato de uma forma bastante especial.¹⁸⁵ (VERNAY, 1974/1981, p. 237, tradução nossa)

Nesse caso, pode-se, em primeiro lugar, atestar que traduzir não significa meramente substituir ocorrências de signos de uma língua de partida (LP) por ocorrências de signos de uma língua de chegada (LC), mas reproduzir o conteúdo de um texto na

¹⁸¹ Aus kommunikationswissenschaftlicher Sicht ist die Translation ein Spezifikum der menschlichen Kommunikation mit sprachlichen Mitteln, deren Besonderheit die Parallelität von rezeptiver und reproduktiver Redetätigkeit bei gleichzeitiger Benutzung zweier Sprachen innerhalb eines Kommunikationsaktes bildet. [...]

Wir verstehen unter Translation im weiteren Sinne jenen in einen zweisprachigen Kommunikationsrecht (und damit zugleich in ein komplexes gesellschaftliches Bedingungsgefüge sprachlicher und außersprachlicher Faktoren) eingebetteten Prozeß, der mit der Aufnahme eines AS-Textes (= Original; Text in einer gegebenen Sprache L_1) beginnt und mit der Realisierung eines ZS-Textes (= Translat; Text einer gegebenen Sprache L_2) endet.

¹⁸² Übersetzen heißt pragmatisch zunächst: den Empfängerkreis erweitern oder exakter: potentielle Beziehungen zwischen AS- und ZS-Sprechern [...] knüpfen.

¹⁸³ Übersetzen ist also jene Weise der Vermittlung, welche den Weg aufzeigt, den der Text eröffnet, wobei sich der Übersetzer in die vom Text selbst intendierte Richtung hineinstellt und die im Text investierte Information in einer dem Text angemessenen Sprachgestalt nachbildet.

¹⁸⁴ Sie geben eine recht äußerliche Bestimmung dessen, was eine Übersetzung ist: nämlich ein Text, der die anderssprachliche Fassung eines Originaltextes ist, wobei man empirisch feststellen kann, daß der kommunikative Effekt, das Verstehen des Textes, in der ZS in etwa dem kommunikativen Effekt des AS-Textes entspricht.

¹⁸⁵ Um auf diese Frage eine Antwort zu erhalten, müssen wir den Begriff des Übersetzens selbst zu definieren, und zwar als den Akt, der eine in einer Sprache A gegebene Information so in eine Sprache B überträgt, daß die in Sprache B erhaltene, relevante Informationsmenge mit jener in Sprache A identisch ist. Wir betrachten also das Übersetzen als einen zweisprachigen Kommunikationsakt, bei dem zwei Sprachsysteme mit ihren unterschiedlichen Realisierungsmöglichkeiten auf eine besondere Art und Weise miteinander in Berührung kommen.

LP por meio de recursos de outra língua. Ao mesmo tempo, trata-se de constatar uma equivalência informativa de um texto na LC com um texto na LP. Para isso, é necessário um *tertium comparationis* no nível dos conteúdos, através do qual tanto o texto em LP como o texto em LC possam ser mensurados.¹⁸⁶ (VERNAY, 1974/1981, p. 239, tradução nossa)

Traduzir é um processo de assimilação e verbalização textual que parte de um texto em língua de partida e conduz a um texto em língua de chegada o mais equivalente possível e pressupõe a compreensão do conteúdo e do estilo do texto original. Por conseguinte, traduzir é um processo em si estruturado, que compreende duas fases fundamentais: uma fase de compreensão, na qual o tradutor analisa o texto em língua de partida a partir de suas intenções quanto ao sentido e a intenção do texto, e uma fase de reconstrução linguística, na qual o tradutor reproduz o texto analisado conteudístico e estilisticamente, com consideração máxima à perspectiva da equivalência comunicativa.¹⁸⁷ (WILSS, 1977, p. 72, tradução nossa)

A essência da tradução está na preservação do “significado” [*meaning*] através de duas línguas diferentes.¹⁸⁸ (HOUSE, 1977/1981, p. 25, tradução nossa)

Tradução é a substituição de um texto na língua fonte por um texto equivalente semântica e pragmaticamente na língua meta.¹⁸⁹ (HOUSE, 1977/1981, p. 29s., tradução nossa)

Tradução é a reprodução de um texto da língua de partida na língua de chegada, de modo que o *significado* do original também se mantenha na tradução.¹⁹⁰ (DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 6, tradução nossa)

Uma tradução será então adequada quando nela forem realizadas uma referência, uma predicação e um ato ilocucional iguais aos realizados no original.¹⁹¹ (DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 10, tradução nossa)

Traduzir nada mais é do que uma especificidade do dizer.¹⁹² (COSERIU, 1978/2010, p. 255)

[...] uma tradução não é um dicionário e nem um estudo lexicológico. Ela é, sim, um falar com uma língua diferente e com um conteúdo pré-determinado.¹⁹³ (COSERIU, 1978/2010, p. 265)

A fim de sistematizar o estudo dos conceitos, estabelecemos quatro parâmetros de análise: o *ato de traduzir*, o *objeto de tradução*, *procedimentos de tradução* e *relações entre texto*

¹⁸⁶ Dabei ist es zunächst einmal festzustellen, daß Übersetzen nicht einfach bedeutet, Zeichenvorkommen einer Ausgangssprache (AS) durch Zeichenvorkommen einer Zielsprache (ZS) zu ersetzen, sondern den Inhalt eines AS-Textes mit den Mitteln einer anderen Sprache wiederzugeben. Zugleich dreht es sich darum, die informative Äquivalenz eines ZS-Textes mit einem AS-Text festzustellen. Dazu bedarf es eines *tertium comparationis* auf der Inhaltsebene, an dem sowohl AS-Text wie ZS-Text gemessen werden können.

¹⁸⁷ Übersetzen ist ein Textverarbeitungs- und Textverbalisierungsprozeß, der von einem ausgangssprachlichen Text zu einem möglichst äquivalenten zielsprachlichen Text hinüberführt und das inhaltliche und stilistische Verständnis der Textvorlage voraussetzt. Übersetzen ist demnach ein in sich gegliederter Vorgang, der zwei Hauptphasen umfaßt, eine Verstehensphase, in der der Übersetzer den ausgangssprachlichen Text auf seine Sinn- und Stilintention hin analysiert, und eine sprachliche Rekonstruktionsphase, in der der Übersetzer den inhaltlich und stilistisch analysierten ausgangssprachlichen Text unter optimaler Berücksichtigung kommunikativer Äquivalenzgesichtspunkte reproduziert.

¹⁸⁸ The essence of translation lies in the preservation of “meaning” across two different languages.

¹⁸⁹ Translation is the replacement of a text in the source language by a semantically and pragmatically equivalent text in the target language.

¹⁹⁰ Übersetzen ist die Wiedergabe eines Textes der Ausgangssprache (AS) in der Zielsprache (ZS) und zwar so, daß die *Bedeutung* des Originals auch in der Übersetzung erhalten bleibt.

¹⁹¹ Eine Übersetzung gilt dann als adäquat, wenn in ihr die gleiche Referenz, die gleiche Prädikation und der gleiche illokutionäre Akt vorgenommen werden wie im Original.

¹⁹² [...] beim Übersetzen – das ja eine besondere Art des Sprechens ist [...] (COSERIU, 1978/2010, p. 254)

¹⁹³ [...] eine Übersetzung aber ist kein Wörterbuch und keine lexikologische Studie, sondern ein Sprechen mit einer anderen Sprache und mit einem vorgegebenen Inhalt. (COSERIU, 1978/2010, p. 264)

de partida e texto de chegada, com especial atenção ao conceito de equivalência empregado nas formulações teóricas. A seguir, veremos os conceitos defendidos por essas teorias segundo cada um dos parâmetros acima, a começar pelo “ato de traduzir”.

No entanto, antes de passarmos à análise, gostaríamos de fazer um breve comentário sobre a linguagem empregada no discurso pré-funcionalista, no exemplo das citações acima. A organização frasal em longos períodos, a frequente nominalização de verbos e seu uso como conceito, a recorrente redução de orações relativas através do uso da forma participial do verbo – que, em alemão, é interposta entre o artigo e o substantivo retomados pela oração relativa –, são características do discurso acadêmico alemão, destinadas a conferir legitimidade ao conteúdo teórico em exposição. Essas observações serão retomadas no capítulo 7 desta dissertação.

5.1.1 O ato de traduzir

A compilação de definições acima desvela diferentes pontos de vista a partir dos quais se pode abordar o ato de traduzir. Koschmieder (1965), por exemplo, opõe-se à concepção redutora de tradução como uma “transposição substitutiva” de elementos morfolexicais de uma língua por supostos correspondentes da língua de chegada, definindo a tradução como a “reprodução do conteúdo intelectual” dos enunciados que compõem o “texto original”.

Diller e Kornelius (1978), por sua vez, compreendem a tradução como a “reprodução de um texto” de uma língua em outra, orientada pela preservação do “significado do original”. Posteriormente, norteados pela Filosofia da Linguagem, inserem o conceito de *significado* no escopo da Teoria dos Atos de Fala¹⁹⁴, estabelecendo a “identidade” entre os atos ilocucionais e os atos proposicionais¹⁹⁵ de que se constroem os dois textos como o critério essencial de adequação.

Em ambos os casos, o termo *Wiedergabe* (pt. *reprodução*) é utilizado para designar a natureza do texto de chegada e sua relação com o texto de partida. O termo é composto pelo prefixo “wieder-” (pt. novamente, outra vez) e pela forma substantivada do verbo “geben” (pt. dar, oferecer, conceder). O *Deutsches Wörterbuch von Jakob Grimm und Wilhelm Grimm*

¹⁹⁴ Cf. AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969.

¹⁹⁵ Cf. SEARLE, op. cit., *passim*.

oferece, dentre as demais acepções para o verbete, a definição “‘darstellung, widerspiegelung’ mit sprachlichen mittel” (‘representação, reflexo’ com recursos linguísticos), que julgamos mais significativa para o caso.

Reproduzir implicaria, assim, em oferecer um texto na língua de chegada de modo que ele represente o seu respectivo texto de partida “de igual forma” em sua própria língua. Para tanto, segundo as propostas acima, é necessário que ambos possuam uma dada propriedade textual (ou propriedades textuais) de igual valor, que, para fins de designação e exclusivamente para o estudo conduzido neste capítulo, denominaremos “objeto de tradução” (v. tópico 5.1.2 deste capítulo).

Embora Koschmieder (1965) contraponha “reprodução” a “substituição”, House (1977) emprega o segundo termo (in. *replacement*) de modo bastante semelhante ao uso observado do primeiro. Segundo House, em vez de palavras ou unidades sintagmáticas, substitui-se um texto por outro, de modo que entre os dois, o texto substituto e o texto substituído, haja uma relação de equivalência semântica e pragmática.

Até o momento, as definições de Koschmieder (1965), House (1977) e Diller e Kornelius (1978) tentaram representar a natureza da tradução e a relação entre o texto de partida e o texto de chegada. No entanto, pouco foi dito acerca do processo tradutório propriamente dito. O foco dessas definições está, em geral, restrito ao *produto* da tradução. Para Koller (1974), definições como essas, que concebem a tradução como a versão de um texto em outra língua e adotam a correspondência de efeito comunicativo como critério, tocam apenas a superfície do processo tradutório. Em vez disso, ele descreve a tradução como um complexo de procedimentos de análise textual e síntese num texto em língua de chegada, realizado a partir de uma “grandeza semântica” que pode ganhar contornos próprios nas duas línguas¹⁹⁶.

Em sua definição, Wilss (1977) também defende uma concepção do processo tradutório fundamentado em apenas duas etapas: (1) a compreensão do texto em língua de partida por meio de procedimentos de análise textual e; (2) a verbalização do texto em língua de chegada. Para ele, os aspectos textuais relativos ao conteúdo e ao estilo têm predominância na tradução.

Algo bastante similar é proposto por Kade (1968), que compreende a tradução e a interpretação (condensadas pelo termo “translação”, al. *Translation*¹⁹⁷) como um processo iniciado pelo tradutor/intérprete na recepção do texto em língua de partida e por ele concluído com a realização do texto em língua de chegada. O motivo pelo qual o autor circunscreve o proces-

¹⁹⁶ KOLLER, 1974/1981, p. 263 et seq.

¹⁹⁷ Para a tradução do termo, cf. CARDOZO; HEIDERMAN; WEININGER, 2009.

so tradutório apenas em torno do raio de ação do tradutor/intérprete, nós o atribuímos à preocupação do teorizador, manifesta em algumas passagens de seu artigo, em definir um objeto concreto, passível de investigação científica¹⁹⁸ – o que, por sua vez, refletiria a preocupação de tornar a “Ciência da Tradução” uma disciplina reconhecidamente válida.

Kade recorre à Teoria da Comunicação a fim de elucidar o fenômeno translacional, salientando a natureza especial da translação em meio ao conjunto de formas de comunicação humana, dada a premissa de que o ato translacional envolve o uso de dois sistemas linguísticos diferentes num mesmo ato comunicativo¹⁹⁹. A translação, portanto, consiste numa comunicação composta por duas etapas: a primeira delas tem início com a produção, por parte do emissor, do texto em língua de partida; a segunda, com a produção, por parte do tradutor ou intérprete, do texto em língua de chegada.

Se as definições formuladas por Koschmieder (1965), House (1977) e Diller e Kornelius (1978) enfocam o produto da tradução, as definições formuladas por Kade (1968), Koller (1974) e Wilss (1977) destacam o *processo* tradutório, nas quais a tradução é comumente descrita como uma forma de transferência (al. *Transfer*). Do latim, o termo é composto pelo prefixo “trans-” (pt. além de, para lá de, depois de) e do verbo *ferre* (pt. levar, trazer), e indica o transporte de um texto para outro sistema linguístico, pelo qual, apesar da mudança de código, o objeto de tradução permanece estável. De acordo com House (1977), tal como foram formulados por Kade (1968), por exemplo, os modelos comunicativos de tradução efetivamente representam um avanço na compreensão teórica da tradução como *processo*; mas pouco teriam a dizer sobre a tradução como *produto*²⁰⁰. Com efeito, no entender desses autores, uma perspectiva excluiria a outra. A nosso ver, contudo, longe de se excluírem, elas se complementam (v. adiante).

A divisão estabelecida até o momento não pode, no entanto, ser abordada em termos absolutos. A definição de Coseriu (1978), por exemplo, pode ser alocada numa posição intermediária às duas. Para Coseriu, traduzir é uma especificidade do dizer, não por envolver dois códigos linguísticos, mas porque o dizer tem um conteúdo pré-estabelecido pelo texto de partida. Nesse sentido, a tradução pode ser percebida antes como ação do que como processo, mais especificamente, o ato de “falar”, numa outra língua, o conteúdo textual de um texto escrito em um determinado idioma (v. tópico 4.2, quando Coseriu define o *falar* como uma atividade).

¹⁹⁸ Cf. observação sobre fatores casuais e regulares in KADE, 1968/1981, pp. 205; 211.

¹⁹⁹ KADE, op. cit., p. 199.

²⁰⁰ HOUSE, 1977/1981, p. 1 et seq.

Vernay (1974) oferece duas definições: uma destaca o produto; a outra, o processo. Assim como Koschmieder, Vernay igualmente opõe “reproduzir” a “substituir” ao definir o traduzir como “o ato de transmitir uma determinada informação em uma língua A para uma língua B”; em sua segunda definição, contudo, ele o define como “constatar uma equivalência informativa de um texto na língua de chegada com um texto na língua de partida”, descrevendo, assim, a natureza desse texto comparativamente ao primeiro.

Neubert (1968) e Paepcke (1971) introduzem ainda uma terceira perspectiva pela qual é possível abordar a tradução: a tradução como *mediação* (al. *Vermittlung*). Segundo o *Deutsches Wörterbuch von Jakob Grimm und Wilhelm Grimm*, “vermitteln” significa “interpor algo entre duas outras coisas inicialmente não ligadas para assim aproximá-las” e, desse modo, “trazer para próximo, em contato”.

“Mediação” foi o termo escolhido por Paepcke (1971) para designar o ato de traduzir, segundo o qual o tradutor serve como ponte entre o texto e a tradução e, conseqüentemente, entre emissor e receptor. Como observa Paepcke, pela interpretação do texto de partida e sua recriação na língua de chegada, o tradutor pode indicar ao receptor o caminho para o texto.

Neubert (1968) também identifica na tradução o papel de “ponte” entre indivíduos, ao localizar, no traduzir, a propriedade de “desencadear relações potenciais entre os falantes da língua de partida e da língua de chegada”. Para ele, por meio da tradução, um texto torna-se acessível a outros falantes, “expandindo”, assim, sua pragmática. Todavia, essa expansão seria apenas potencial, posto que, conforme observa (NEUBERT, 1968), o texto em língua de partida passaria a estar também destinado a um público para o qual, em princípio, não foi pensado²⁰¹.

A noção de “mediação”, presente nas propostas de Paepcke e Neubert, tende a enfatizar o elemento humano, embora nem sempre na mesma proporção. Paepcke destaca o *tradutor* e caracteriza-o como um mediador de *textos*, enquanto Neubert concebe no ato de traduzir em si um ato de mediação entre *emissor* e *receptor*. De todo modo, o foco está depositado não sobre o produto, nem sobre o processo, mas sim, sobre as *relações* entre os componentes do processo tradutório, as quais, em última instância, resultam na comunicação entre as partes.

A descrição de um fenômeno e sua síntese num conceito passam pelo crivo da observação, que, por sua vez, está condicionada a uma perspectiva específica. De acordo com a perspectiva adotada, determinados atributos do objeto de observação serão destacados em detrimento de outros. As diferentes perspectivas descritas até o momento são reveladoras no

²⁰¹ NEUBERT, 1968/1981, p. 64.

que concerne ao olhar do teorizador e, principalmente, às conceituações que fundamentam a sua observação. Uma dimensão mais próxima do grau de divergência entre essas perspectivas, no entanto, somente podemos obtê-la depois de ter abordado a natureza do objeto de tradução, os procedimentos tradutórios e a relação entre o texto de partida e o texto de chegada na descrição de cada proposta teórica.

5.1.2 O objeto de tradução

Compreende-se a tradução como um processo escorado num constante e delicado equilíbrio entre diferenças e semelhanças. Em comum, as teorias abordadas nesse capítulo identificam na diferença entre as línguas a razão de ser da tradução. Nas semelhanças, entretanto, encontram-se os principais pontos de divergência entre as propostas. Vejamos o que, no tópico anterior, denominamos “objeto de tradução”.

Koschmieder (1965) localiza no “conteúdo intelectual” de um enunciado o seu objeto de tradução. Diferentemente de seus contemporâneos, ele identifica o enunciado (al. *Äußerung*) como a unidade de tradução, embora não indique claramente quais seriam os seus limites. Seus exemplos, no entanto, apontam para unidades não mais longas do que a frase.

Uma vez que se determina a extensão da unidade de tradução, determina-se também a esfera de construção de sentido. Ao conceber o texto como a unidade de tradução, Kade (1968), Neubert (1968), Paepcke (1971), Koller (1974), Vernay (1974), Wilss (1977), House (1977), Freigang (1978), Diller e Kornelius (1978) e Coseriu (1978) reconhecem o texto não apenas como uma compilação de frases, mas de frases que estão em relação umas com as outras – e que, articuladas, compõem a mensagem. Uma possível causa para a ênfase conferida ao texto por esses autores estaria na expansão da Linguística Textual. Como observam Beaugrande e Dressler (1981, p. 14, tradução nossa), “considerando que há não mais que dez anos a noção de ‘linguística textual’ era familiar tão somente a alguns pesquisadores, agora podemos olhar para trás e vislumbrar uma quantidade substancial de trabalhos²⁰²” (v. tópico 4.2 do capítulo anterior). Pesa contra essa hipótese, contudo, o fato de, até o final dos anos de

²⁰² Whereas only ten years ago the notion of “text linguistics” was familiar to few researchers, we can now look back on a substantial expanse of work.

1970, o quadro formado por esses trabalhos ser “difuso e diversificado”, dada a falta de uma base metodológica comum²⁰³.

Quanto ao objeto de tradução, Koschmieder define como “conteúdo intelectual” o “intencionado” (al. *das Gemeinte*) de um enunciado. As línguas naturais, conforme Koschmieder (1965), constituem-se de três bases, a saber, o *signo linguístico* (al. *Zeichen*), o “designado” (al. *das Bezeichnete*) e o *intencionado*²⁰⁴. Embora ele próprio não os tenha definido nesse artigo, cada um dos conceitos acima pode ser elucidado pela descrição da estrutura linguística de Louis Hjelmslev: o signo linguístico seria então compreendido como “um todo formado por uma expressão e um conteúdo” (HJELMSLEV, 2006, p. 53); o designado, por sua vez, corresponderia à “forma do conteúdo” dos signos de uma língua; o intencionado por fim, estaria associado à “substância do conteúdo” dessa mesma língua, isto é, aos limites estabelecidos por essa mesma língua na “massa amorfa do pensamento”²⁰⁵. Para Koschmieder (1965), a validade e a correção de uma tradução dependem da semelhança entre os intencionados dos enunciados. Nesse sentido, diferenças são admissíveis, contanto que isso não incorra em diferenças essenciais para o conteúdo, isto é, contanto que a tradução continue a veicular a mesma “mensagem”²⁰⁶.

Koller (1974) emprega o termo “intencionado” de modo bastante similar, concebendo-o como uma “dimensão semântica”, reconstruída com o auxílio do inventário de signos e das ligações entre eles; trata-se, portanto, da forma pela qual o texto se relaciona com “objetos” e fatos extralinguísticos²⁰⁷. Para Koller, o tradutor deve visar à preservação do “efeito comunicativo” (al. *kommunikativer Effekt*) do texto, isto é, à compreensão do intencionado. Nesse processo, o receptor, a realidade extralinguística e o sistema linguístico, dentre outros fatores, exercem, segundo o teorizador, função determinante²⁰⁸.

Embora não tenha formulado, ele próprio, uma definição do ato tradutório, Freigang (1978) identifica, a exemplo de Koschmieder (1965), o intencionado como objeto de tradução. Em sua proposta, o “intencionado” é comparável ao construto de uma “estrutura textual profunda” (al. *Texttiefenstruktur*), na qual as informações semânticas e pragmáticas subjacentes ao texto estão representadas²⁰⁹. Para ele, a mensagem de um texto se constrói por meio de uma complexa estrutura de proposições elementares. A forma dada a essas expressões na su-

²⁰³ BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 14.

²⁰⁴ KOSCHMIEDER, 1965/1981, p. 50.

²⁰⁵ Cf. HJELMSLEV, 2006, p. 57.

²⁰⁶ KOSCHMIEDER, op. cit., p. 51.

²⁰⁷ KOLLER, 1974/1981, p. 265.

²⁰⁸ Ibid., 264 et seq.

²⁰⁹ FREIGANG, 1978/1981, p. 153.

perfície do texto é, contudo, preponderantemente determinada por fatores de natureza pragmática, manifestos sobretudo por meio de marcações estilísticas no texto²¹⁰. Freigang observa ainda que o bloco de informações pragmáticas é também composto por determinados componentes extratextuais, relativos sobretudo à situação comunicativa e às expectativas do emissor e do receptor²¹¹.

Outro termo bastante recorrente na designação do objeto de tradução é “informação”, obviamente implícito em seus derivados. Kade (1968) nomeia “teor informativo” (al. *Informationsgehalt*) o objeto de tradução, definindo-o como “o valor comunicativo de uma enunciação linguística” (KADE, 1968/1981, p. 208), representado pela correspondência (não absoluta) entre a intenção comunicativa do emissor e o efeito comunicativo potencial desse texto sobre o receptor²¹². Dito de outra forma, o teor informativo consiste na realização linguística da intenção comunicativa do emissor (a mensagem verbalizada), que pode, em maior ou menor grau, corresponder ao efeito comunicativo (a compreensão da mensagem) do texto no receptor. Trata-se, assim, de uma dimensão textual relativa ao conteúdo.

Colega de Kade em Leipzig, Neubert (1968) aborda a tradução não apenas da perspectiva da Teoria da Comunicação, mas principalmente do ponto de vista da Pragmática, ramificação da linguística dedicada a estudar “a seleção de (F) através de M (= falante ou escritor), assim como a classificação correspondente de (F) através de M (= ouvinte ou leitor)²¹³” (NEUBERT, 1968/1981, p. 60, tradução nossa). Aqui, “F” refere-se aos elementos formais de uma determinada língua natural (al. *Formative*) e “M” a seu respectivo usuário (al. *Sprachbenutzer*). Conforme Neubert, mesmo em usos linguísticos nos quais o conteúdo de um texto se mantém estável, a seleção e a organização dos elementos formais do texto podem variar mediante alterações no conjunto dos usuários da língua ou das situações comunicativas nas quais esses usuários se inserem²¹⁴.

No tocante à tradução, a troca de código linguístico envolve também uma mudança no grupo receptor. Entretanto, segundo Neubert, a despeito das mudanças de código e de grupo receptor (e, portanto, de elementos formais e de usuários), a mensagem, aqui denominada “informação intelectual” (al. *intellektuelle Information*), se mantém constante o suficiente para operar como “elemento invariante da pragmática” (NEUBERT, 1968/1981, p. 61). Mes-

²¹⁰ FREIGANG, 1978/1981, 155 et seq.

²¹¹ Ibid., p. 158.

²¹² KADE, 1968/1981, p. 201.

²¹³ Die Pragmatik studiert die Selektion von (F) durch M (= Sprecher oder Schreiber) sowie die entsprechende Einordnung von (F) durch M (= Hörer oder Leser).

²¹⁴ NEUBERT, 1968/1981, p. 60.

mo assim, o aspecto pragmático do texto não é o objeto de tradução, nem pode sê-lo, posto não ser, como a definição mesma de traduzir indica, um aspecto invariável do processo tradutório²¹⁵.

Paepcke (1971) também emprega o termo “informação” em referência a seu objeto de tradução. Segundo Paepcke, o tradutor deve, por meio de sua compreensão, identificar no texto a informação nele investida e trazê-la de modo condizente à língua de chegada²¹⁶. Ainda que não fique claro o que ele compreende por “informação”, presume-se que o termo esteja relacionado à mensagem do texto. Os caminhos para compreender a informação do texto passam pela estrutura textual e pela intenção com que o texto foi escrito²¹⁷. Sobre a estrutura textual, Paepcke observa que, embora a língua não interfira no conteúdo da informação, é através dela que a informação se constrói no texto, não devendo, portanto, ser negligenciada²¹⁸. A intenção, por seu turno, é um dado referente ao contexto sociocultural em que o texto foi produzido. Além da intenção, há outros fatores contextuais relevantes para a compreensão, tais como os objetivos e as funções do texto²¹⁹. Conforme o teorizador, é imprescindível que a informação seja, ao mesmo tempo, concebível e provável em seu contexto sociocultural.

Assim como Neubert (1968), Vernay (1974) aborda a relação entre os participantes do processo tradutório, com especial atenção à correlação entre os destinatários do texto de partida e os receptores do texto de chegada. Ele define como objeto de traduzir o “volume de informações” (al. *Informationsmenge*), isto é, a relação entre as informações expressas verbalmente no texto e as informações prévias necessárias para a compreensão do todo²²⁰. Nesse contexto, Vernay (1974) introduz o conceito de “comunidades comunicativas” (al. *Kommunikationsgemeinschaften*), constituídas por “um número de pessoas entre as quais há a necessidade de se estabelecer a troca mútua de informações²²¹” (VERNAY, 1974/1981, p. 240, tradução nossa). Embora não seja composta integralmente por membros de uma mesma comunidade linguística, uma comunidade comunicativa, segundo Vernay, compartilha de um mesmo conhecimento prévio numa determinada área. Cabe ao tradutor, portanto, avaliar se o grupo receptor da tradução pertence à mesma comunidade comunicativa do grupo ao qual o texto originalmente se destina, e se se trata de uma comunidade homogênea, isto é, se é segu-

²¹⁵ NEUBERT, 1968/1981, p. 62 et seq.

²¹⁶ PAEPCKE, 1971/1981, p. 113.

²¹⁷ Ibid., p. 114.

²¹⁸ Ibid., p. 117.

²¹⁹ Ibid., p. 115.

²²⁰ VERNAY, 1974/1981, p. 237.

²²¹ Zunächst einmal ist eine Kommunikationsgemeinschaft eine Anzahl von Menschen, bei denen das Bedürfnis und die Notwendigkeit besteht (sic), miteinander in einen Informationsaustausch zu treten.

ro afirmar que seus membros dispõem do conhecimento prévio necessário para compreender o texto²²².

Em sua definição, Wilss (1977) enfatiza não apenas os atributos semânticos, mas também os atributos estilísticos do texto. Segundo Wilss (1977), “o ponto de partida de todas as reflexões na Ciência da Tradução é, em última análise, o fato de o objetivo da integração textual interlingual não ser apenas de ordem semântica, mas também de ordem estilística²²³” (WILSS, 1977, p. 82, tradução nossa). No caso, enquanto a “ordem semântica” está ligada à mensagem veiculada pelo texto, a “ordem estilística” está ligada a sua forma. Wilss observa que o componente estilístico, além de caracterizar o texto, pode contribuir para a construção do sentido. É o caso, por exemplo, do texto literário, o que justifica concentrar-se o estudo da dimensão estilística do texto nos domínios da tradução literária²²⁴.

House (1977) opta por utilizar o termo “significado” (in. *meaning*) para designar o seu objeto de tradução. O significado, no caso, é dotado de três aspectos: (a) o aspecto semântico – a relação entre as unidades linguísticas e seus referentes “num mundo possível”, seja ele real ou imaginado; (b) o aspecto pragmático – a relação entre unidades linguísticas e seus usuários, bem como as condições do mundo real sob a qual uma oração encontra uso; (c) o aspecto textual – a relação entre elementos co-textuais²²⁵. Visto que o modelo de Juliane House fundamentou-se de modo considerável na Gramática Sistêmico-Funcional de M. A. K. Halliday, em sua concepção de significado podemos distinguir similaridades com os componentes do significado na formulação do linguista britânico. Os aspectos semântico, pragmático e textual da noção de significado de House podem assim associar-se, respectivamente, aos componentes ideacional, interpessoal e textual da noção de significado concebida por Halliday (v. tópico 4.2).

A partir da distinção acima, House demonstra que a relação entre o falante e a língua é constitutiva do significado, deste não podendo, assim, ser dissociada. Visto que o texto é tomado no contexto de uma situação, House chega a afirmar que a tradução é, a princípio, uma reconstrução pragmática de um texto de partida²²⁶.

Diller e Kornelius (1978) também recorrem ao termo “significado” (al. *Bedeutung*) para designar o objeto de tradução. Aqui, o conceito de significado estaria atrelado à noção de

²²² VERNAY, 1974/1981, p. 240 et seq.

²²³ Ausgangspunkt aller übersetzungswissenschaftlichen Überlegungen ist letztlich die Tatsache, daß das Ziel interlingualer Textintegration nicht nur semantischer, sondern auch stilistischer Art ist.

²²⁴ WILSS, 1977, p. 89.

²²⁵ HOUSE, 1977/1981, p. 25 et seq.

²²⁶ Ibid., p. 28.

“valor de verdade”: “Duas frases [...] têm significados iguais exatamente quando, e apenas quando, uma delas é verdadeira se a outra também for verdadeira [...]. Os lógicos dizem num caso assim: ambas as frases têm igual valor de verdade²²⁷” (DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 7, tradução nossa). Determinar o valor de verdade das frases, no entanto, demanda conhecer as condições de uso linguístico; apenas assim é possível conhecer o significado de uma expressão²²⁸. Ante tal concepção de significado, podemos constatar que a mensagem não está isolada no texto, mas correlacionada à situação comunicativa.

Essa correlação é reiterada pela inclusão da Teoria dos Atos de Fala em seu arcabouço teórico. Conforme apontam Diller e Kornelius, uma tradução é adequada apenas quando os atos proposicionais e ilocucionais que a compõem são *iguais* àqueles que compõem o “original”²²⁹. Como vimos, a Teoria dos Atos de Fala estipula que um dos requisitos para o sucesso de uma ação enunciativa é uma situação de enunciação propícia a um ato particular. A proposta estabelece um requisito para a adequação de uma tradução, qual seja, que seus atos proposicionais e ilocucionais sejam igualmente válidos no novo contexto situacional.

Coseriu (1978), por sua vez, resgata da Linguística Estruturalista a definição de “significado”, a saber, o conceito atrelado a uma imagem acústica de uma língua natural específica: trata-se, portanto, de um “conteúdo textual monolingual”, restrito a uma única língua e, assim, não passível de tradução. Dado o seu grau de abstração, o significado pode ser compreendido como um conteúdo textual situado no nível do sistema (v. tópico 4.2). O linguista romeno considera que, para o processo tradutório, o conteúdo de um texto deve ser permeável às barreiras da língua; ele deve, portanto, ser um “conteúdo textual supra-idiomático”²³⁰.

Para Coseriu, são conteúdos supra-idiomáticos a *designação* (al. *Bezeichnung*), isto é, a relação entre o elemento linguístico e a “realidade” – seja ela existente ou imaginada, sejam textos ou a própria língua – e o *sentido* (al. *Sinn*), definido como “o conteúdo especial de um texto ou de uma unidade textual, na medida em que esse conteúdo não coincida com o significado e com a designação” (COSERIU, 1978/2010, p. 263). Segundo comenta, em vez de um mesmo significado ou de uma mesma designação, a tarefa do tradutor deveria ser reproduzir o mesmo sentido em outra língua²³¹. Assim, a princípio a designação e, posteriormente, o sentido são definidos como objetos de tradução.

²²⁷ Zwei Sätze [...] haben die gleiche Bedeutung genau dann, wenn der eine Satz immer dann und nur dann wahr ist, wenn auch der andere wahr ist [...]. Die Logiker sagen in einem solchen Fall: Beide Sätze haben den gleichen Wahrheitswert.

²²⁸ DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 8.

²²⁹ Ibid., p. 10.

²³⁰ COSERIU, 1978/2010, p. 261.

²³¹ Ibid., p. 263.

Embora por “objeto de tradução” as teorias estejam constantemente se referindo à mensagem referencial de um texto ou de um enunciado, a presente abordagem nos diz claramente que a “manutenção da mensagem” deixa de ser o único critério, posto que mesmo os conceitos utilizados para designá-la adquirem noções multifacetadas, as quais incluem elementos advindos da forma do texto, da relação entre os interlocutores e da situação comunicativa. Vejamos a seguir se a dinamicidade do objeto de tradução interfere também na seleção de procedimentos.

5.1.3 Procedimentos

A Ciência da Tradução frequentemente recorre a esquemas para representar o processo tradutório e suas etapas constituintes. Os esquemas são formas modelares e ideais de representação, concebidos com a finalidade de abstrair a realidade do objeto de estudos e levantar hipóteses sobre esse objeto. Embora ofereça um panorama compreensível do traduzir e de suas etapas, a representação esquemática não pode contemplar o processo em sua total complexidade; ela deve, portanto, ser tomada apenas como uma representação simplificada do objeto empírico²³².

Os procedimentos descritos pela compilação de teorias reunidas neste estudo podem ser agrupados em duas formas prototípicas de representação do processo tradutório, denominadas “esquema bifásico” (al. *Zweischrittschema*) e “esquema trifásico” (al. *Dreischrittschema*)²³³. O esquema bifásico, representado adiante (figura 2), identifica na tradução, como o próprio nome indica, duas etapas constituintes. Durante a primeira fase do processo, o texto de partida é analisado e o objeto de tradução é circunscrito. A partir do resultado do processo analítico da primeira fase, o texto de chegada é verbalizado na língua de chegada, constituindo-se assim a segunda etapa do traduzir. Dentre os autores abordados na presente investigação, Koschmieder (1965), Koller (1974), Vernay (1974), Wilss (1977) e Coseriu (1978) utilizam-se dessa forma de representação.

²³² Cf. FREIGANG, 1978/1981, p. 151.

²³³ Cf. WILSS, 1977, p. 95.

Figura 2 – esquema bifásico segundo Wilss (1977, p. 96, tradução nossa)

Segundo Wilss (1977), o esquema bifásico de representação foi concebido sob influência analítico-estrutural de Koschmieder (1965)²³⁴. A proposta de Koschmieder consiste primeiramente em identificar o “intencionado” do enunciado a partir das unidades linguísticas que o compõem. Aqui, apenas o conteúdo da mensagem dissociado de outros fatores é significativo para o processo. A tradução resulta de um procedimento sintético, através do qual se identificam na língua de chegada os signos correspondentes ao intencionado do enunciado “original”²³⁵.

Koller (1974) propõe um modelo bastante semelhante: o processo analítico resulta não apenas na identificação, mas na compreensão do intencionado. Depois, por meio da síntese, o texto de chegada ganha forma. Aqui, no entanto, fatores de ordem pragmática e estilística desempenham um papel tão importante para a tradução quanto o conteúdo²³⁶.

A cadeia de procedimentos introduzida por Wilss (1977) diferencia-se das anteriores na medida em que esmiúça o processo analítico²³⁷. Ele propõe um modelo de análise textual útil para traduzir e para avaliar traduções, centrado nos níveis sintático, semântico e estilístico do texto de partida. Segundo Wilss, o modelo de análise visa a identificar possíveis dificuldades de tradução e planejar procedimentos de compensação. Segue-se então o processo de verbalização do texto de chegada, para o qual são considerados os dados obtidos pela análise. O processo é então concluído por uma breve avaliação da equivalência entre os textos. O traduzir, entretanto, não é o objetivo primário do processo analítico descrito. Como afirma Wilss, ele foi pensado, primariamente, como instrumentário para abordar a questão da equivalência²³⁸.

²³⁴ WILSS, 1977, p. 95.

²³⁵ KOSCHMIEDER, 1965/1981, p. 50 et seq.

²³⁶ KOLLER, 1974/1981, p. 263 et seq.

²³⁷ WILSS, op. cit., p. 186.

²³⁸ Ibid., p. 182 et seq.

O processo descrito por Vernay (1974) é ainda mais rico em etapas intermediárias: em primeiro lugar, o texto em língua de partida é tomado em seu contexto comunicativo. Com base em suas propriedades textuais, identifica-se o tipo textual a que ele pertence. Em seguida, as unidades linguísticas de que se compõe o texto em língua de partida é composto são analisadas semasiologicamente, com vistas à descrição do conteúdo. A partir das categorias semânticas identificadas, constitui-se um metatexto, o qual servirá de *tertium comparationis* para o processo de síntese. Deste ponto em diante, os procedimentos são repetidos em ordem inversa na língua de chegada: identificam-se as unidades linguísticas adequadas para expressar o conteúdo do metatexto; distinguem-se as normas e convenções textuais correspondentes ao tipo textual do texto em língua de chegada, produzindo-se o texto segundo essas mesmas normas e atentando-se ao contexto comunicativo correspondente²³⁹.

O esquema concebido por Coseriu (1978), por sua vez, parece ainda mais simples do que os demais: durante o processo semasiológico, os significados são analisados e as designações deduzidas, para depois, durante o processo onomasiológico, novos significados correspondentes às designações serem encontrados na língua de chegada. Ao longo do processo, devem ser considerados fatores ligados à situação comunicativa e ao receptor²⁴⁰.

Em contraposição aos esquemas bifásicos, os esquemas trifásicos, representados abaixo (figura 3), incluem uma etapa de transferência, posta entre as etapas analítica e sintética. Esse esquema se assemelha ao proposto por Nida (1964, 1969), desenvolvido com base no modelo gerativo de Chomsky, discutido no capítulo anterior. Dentre os autores abordados aqui, Kade (1968), Neubert (1968, 1973) e Diller e Kornelius (1978) utilizam-se dessa forma de representação.

Figura 3 – esquema trifásico segundo Wilss (1977, p. 95, tradução nossa)

²³⁹ VERNAY, 1974/1981, p. 243 et seq.

²⁴⁰ COSERIU, 1978/2010, p. 265.

Para Kade (1968), o processo translacional (tradução e interpretação) começa com a recepção e a decodificação do texto em língua de partida. Segue-se a transcodificação, durante a qual os signos de uma são repostos por signos de outra língua. A etapa final, a realização do texto de chegada, pode destacar aspectos formais ou semânticos do texto de partida²⁴¹.

Semelhante a esse é o esquema defendido por Diller e Kornelius (1978). Eles propõem uma etapa inicial de decomposição do texto de partida em unidades menores de tradução. A definição dessas unidades menores pauta-se pelas unidades lexicais correspondentes da língua de chegada, que podem ser segmentos de frases, palavras e até morfemas. Depois, substituem-se essas unidades por unidades correspondentes na língua de chegada. Conclui-se com a opção por um dos correspondentes possíveis, construindo-se, assim, o texto de chegada. É forçoso ressaltar, no entanto, que, a despeito do valor atribuído ao componente pragmático na proposta teórica de Diller e Kornelius, os procedimentos de tradução são baseados na mera substituição de unidades morfológicas de uma língua por correspondentes de outra²⁴². Assim, além de reproduzir o texto de partida na língua de chegada, de modo que os atos proposicionais e ilocucionais que formam o texto de chegada sejam iguais aos do texto de partida, Diller e Kornelius parecem afirmar que o mesmo deva ser almejado em relação ao ato *locucional*, ainda que tenhamos uma mudança de língua no processo.

Já Neubert (1973) identifica no texto uma “estrutura superficial” e uma “estrutura profunda”. Ao longo da tradução, a estrutura superficial do texto em língua de partida, constituída de segmentos textuais e do valor pragmático do texto, é submetida a procedimentos cognitivos e interpretativos, por meio dos quais é revelada a estrutura profunda do texto. Esta engloba elementos monolinguísticos e supraidiomáticos. No nível da estrutura profunda ocorre a transferência entre línguas, levando-se em conta aspectos relativos ao conteúdo e à pragmática do texto. A partir dessa estrutura profunda é constituído o texto em língua de chegada, processo em que este adquire suas próprias estruturas de superfície²⁴³. Nota-se que esse é um procedimento bastante semelhante àquele estabelecido por Nida (1969), descrito no tópico 4.1.2 desta dissertação.

Destoante das demais propostas abordadas, as quais parecem reiterar a linearidade do processo, Paepcke (1971) propõe uma noção de traduzir descrita de modo mais apropriado pela imagem da espiral: o tradutor empenha-se na construção linguística do texto e, com base em seu “horizonte de experiência e compreensão” (PAEPCKE, 1971/1981, p. 112), opta por

²⁴¹ KADE, 1968/1981, p. 203 et seq.

²⁴² DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 20 et seq.

²⁴³ NEUBERT, 1973/2006, p. 262.

um caminho interpretativo, pelo qual obtém do texto uma “compreensão difusa”. Essa é posta à prova até que o tradutor tenha dado à tradução a forma apropriada, de acordo com a informação e a intenção do texto²⁴⁴.

É importante destacar, contudo, o papel da interpretação na proposta de Paepcke. Amparado pela Hermenêutica, ele observa que, longe de serem antagônicas, compreensão e tradução são etapas de um mesmo processo: “A tradução, que se ratifica ‘na continuação e na conclusão bem sucedida de um processo emancipatório de compreensão’ (Jürgen Habermas), é a comprovação de que intenção e função do texto são compreendidas de modo qualificado²⁴⁵” (PAEPCKE, 1971/1981, p. 116). Entender, segundo o autor, pressupõe uma análise do texto e um enfoque crítico, o que torna as decisões tradutórias atos ponderados – e que guarda uma correlação fundamental entre o traduzir, a crítica e o cotejamento de traduções²⁴⁶.

Conforme observa Snell-Hornby (2006), os preceitos teóricos de Fritz Paepcke baseiam-se particularmente em conceitos e métodos de Hans-Georg Gadamer, com quem teria tido contato pessoal²⁴⁷. O texto, segundo Gadamer, é interlocutor de um diálogo hermenêutico. Não obstante, diferente do que ocorre numa conversa entre duas pessoas, textos são “expressões de vida fixadas permanentemente” (GADAMER, 1960/2010, p. 245) que devem ser compreendidas. É apenas através de outro interlocutor do diálogo hermenêutico, o intérprete (al. *der Interpret*), que o texto ganha voz. Para tanto, como num diálogo qualquer, um diálogo hermenêutico pressupõe comunicação e compreensão mútuas:

Isso, no entanto, significa que os próprios pensamentos do intérprete estão sempre incluídos no reavivamento do sentido do texto. Nesse ponto, o horizonte do intérprete é determinante, mas não como um ponto de vista próprio que se defende ou se impõe, senão como uma opinião e uma possibilidade que são postas em jogo e as quais contribuem para [o intérprete] se apropriar verdadeiramente do que foi dito no texto. Outrora o descrevemos [o processo] como fusão de horizontes. Aqui reconhecemos a *forma de proceder do diálogo*, no qual uma coisa ganha expressão, e que não é só minha ou de meu autor, mas sim, uma coisa comum a ambos²⁴⁸. (GADAMER, 1960/2010, p. 245s., nossa revisão²⁴⁹, grifo no original)

²⁴⁴ PAEPCKE, 1971/1981, p. 113.

²⁴⁵ Die Übersetzung, die sich „in der gelingenden Fortsetzung und Vollendung eines emanzipatorischen Verstehensprozesses“ (Jürgen Habermas) bestätigt, ist der Nachweis darüber, daß Intention und Funktion des Textes qualifiziert verstanden sind.

²⁴⁶ PAEPCKE, op. cit., p. 116.

²⁴⁷ SNELL-HORNBY, 2006, p. 32.

²⁴⁸ Das bedeutet aber, daß die eigenen Gedanken des Interpreten in die Wiedererweckung des Textsinnes immer schon mit eingegangen sind. Insofern ist der eigene Horizont des Interpreten bestimmend, aber auch er nicht wie ein eigener Standpunkt, den man festhält oder durchsetzt, sondern mehr wie eine Meinung und Möglichkeit, die man ins Spiel bringt und aufs Spiel setzt und die mit dazu hilft, sich wahrhaft anzueignen, was in dem Texte gesagt ist. Wir haben das oben als Horizontverschmelzung beschrieben. Wir erkennen darin jetzt die *Vollzugsform des Gesprächs*, in welchem eine Sache zum Ausdruck kommt, die nicht nur meine oder die meines Autors, sondern eine gemeinsame Sache ist. (GADAMER, 1960/2010, p. 246)

²⁴⁹ Tradução feita por Fabrício Coelho, com alterações feitas a partir de nossa revisão, dadas divergências terminológicas e de expressão.

A tradução, para Gadamer, não pode ser considerada uma reprodução, posto que “não é um simples re-despertar do processo psicológico original da escrita” (GADAMER, 1960/2010, p. 241), mas sim, uma recriação do texto mediante a compreensão dele por parte do tradutor. Ao traduzir, o tradutor precisa enfatizar, do texto, um aspecto que considera importante em detrimento de outros, o que fatalmente ocasiona irremediável perda²⁵⁰. Se a distância entre tradutor e “original” nunca pode ser superada, o tradutor deve procurar um meio termo, num constante “vai-e-vem” em busca da melhor solução. Para tanto, não pode separar conteúdo e expressão linguística: “Só o tradutor que confere expressão ao que é proposto pelo texto poderá recriá-lo verdadeiramente, isto é, só aquele que encontra uma linguagem que não é só sua, mas também adequada ao original²⁵¹” (GADAMER, 1960/2010, p. 243, nossa revisão).

As semelhanças entre as propostas de Gadamer (1960) e Paepcke (1971) são evidentes no tocante à ênfase dada à necessidade de compreensão do texto por parte do tradutor e à natureza recursiva dos procedimentos: ambos estabelecem a tônica do percurso interpretativo do tradutor, no qual ele se serve de seu próprio “horizonte de experiência e compreensão”. Mesmo o constante movimento de retrospecção e prospecção e o enveredar-se na construção linguística do texto em busca do *sentido* são identificáveis como procedimentos de ambas as propostas.

Apesar das discrepâncias apontadas entre os preceitos teóricos abordados no presente processo analítico, os esquemas retratam ainda assim um processo tradutório unidirecional, cujo ponto de origem é o texto de partida, sendo o texto de chegada o ponto de conclusão. Além disso, ainda que já tivessem reconhecido que a tradução é um fenômeno da fala [*parole*], os teorizadores parecem ter dificuldades, que no entanto se mostram mais tênues ao longo do percurso, em não incluir a análise linguístico-sistêmica aos procedimentos de traduzir.

²⁵⁰ GADAMER, 1960/2010, p. 241.

²⁵¹ Nur ein solcher Übersetzer wird wahrhaft nachbilden, der die ihm durch den Text gezeigte Sache zur Sprache bringt, d. h. aber: eine Sprache findet, die nicht nur die seine, sondern auch die dem Original angemessene Sprache ist. (GADAMER 1960/2010: 242)

5.1.4 Relações entre o texto de partida e o texto de chegada

Neste ponto em que nos encontramos, é seguro afirmar que as definições dadas e os procedimentos descritos, todos eles, fazem menção a uma relação particular entre o texto de partida (ou elementos desse texto) e o respectivo texto de chegada (ou elementos desse texto). De fato, para uma teoria de tradução, tão importante quanto determinar o objeto de traduzir e, assim, o vínculo entre os textos é caracterizar a natureza desse vínculo. Por longos séculos, ela foi descrita pela noção de *fidelidade*. Nos anos 1950, com o advento da abordagem acadêmica sistemática do fenômeno tradutório, a noção de fidelidade foi substituída pela noção de *equivalência*, especialmente significativa até o final da década de 1970, período sobre o qual nos debruçamos neste capítulo.

No que se segue, dada a relevância do conceito de equivalência (e de suas variantes) para a Ciência de Tradução dos anos 1960 e 1970, discorreremos a seguir acerca de asserções feitas sobre a aplicação do termo, no próprio âmbito da historiografia das teorias de tradução. Ato contínuo, examinaremos como cada um dos textos abordados nesse capítulo articula o conceito de equivalência em sua proposta teórica.

5.1.4.1 A equivalência tradutória

Embora a equivalência seja um dos conceitos mais recorrentes das teorias de tradução ocidentais, trata-se também de um dos conceitos mais difusos e controversos. Como atestam diversos teorizadores (BARBOSA, 2012; GERZYMISCH-ARBOGAST, 2001; PYM, 2007; WILSS, 1977, entre outros), o termo foi frequentemente empregado para designar uma relação entre o texto de partida e o texto de chegada, pela qual ambos compartilham do mesmo valor (lat. *aequivalens, entis* ‘que tem igual valor’) em algum nível²⁵². O nível textual e o grau de ‘igualdade’ de valores, no entanto, são redefinidos em cada uma das formulações.

De acordo com Barbosa (2012) e Wilss (1977), Jakobson (1959) foi o primeiro a empregar o termo num texto teórico sobre a tradução. Pym (2007), no entanto, afirma que a noção de igualdade de valores já se encontra, por exemplo, em asserções de Cícero e Horácio

²⁵² Cf. PYM, 2007, p. 272.

sobre o tema, ainda que nunca tenham, eles mesmos, empregado o termo. Essa noção permeou a história da reflexão sobre a tradução através dos séculos. Como aponta Pym, antes da invenção da imprensa, a noção de equivalência era inconcebível, visto que não havia propriamente a noção de um texto-fonte fixo. Ele observa, no entanto, que mesmo posteriormente era através do conceito de “fidelidade” que se caracterizava a relação entre o texto “original” e a tradução²⁵³.

Equivalence in difference – assim define Jakobson (1959) o problema cardinal da linguística e, por conseguinte, o problema cardinal da tradução. Nesta, contudo, a equivalência se concentra no nível do conteúdo, posto que, como afirma o linguista, “a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes²⁵⁴” (JAKOBSON, 2010, p. 82). Ele bem que reconhece não haver equivalência absoluta entre as unidades linguísticas de diferentes línguas naturais, todavia defende que as línguas são dotadas de recursos suficientes para superar as diferenças estruturais entre elas, fato a que Searle (1969) se refere como “princípio da expressividade” (v. tópico 4.2 do capítulo anterior). Nesse sentido, “as línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar²⁵⁵” (JAKOBSON, 2010, p. 87, grifos do autor).

Barbosa (2012) confere à abordagem jakobsoniana da equivalência, centrada no plano do sistema linguístico, a denominação “enfoque linguístico tradicional”. A este sucedeu um segundo momento da evolução do conceito, denominado “enfoque científico”, com um gradual deslocamento do plano linguístico para o plano da fala, acompanhado por uma conceituação mais dinâmica de equivalência. Nessa linha estaria situado Nida (1964), que, como vimos anteriormente, distingue duas instâncias da equivalência, a *equivalência formal* e a *equivalência dinâmica* (v. tópico 4.2). Outro exemplo seria a distinção estabelecida por Catford (1965) entre correspondência formal (in. *formal correspondence*) e equivalência textual (in. *textual equivalence*)²⁵⁶. Segundo Catford, um equivalente textual é “qualquer forma da LM [língua-meta] (texto ou porção de texto) que se observe ser o equivalente de determinada forma da LF [língua-fonte] (texto ou porção de texto)” (CATFORD, 1965/1980, p. 29). Um correspondente formal, por sua vez, é definido como “qualquer categoria da LM que se possa dizer que, tão aproximadamente quanto possível, ocupa na economia da LM o ‘mesmo’ lugar que a categoria considerada da LF ocupa na LF” (CATFORD, 1965/1980, p. 35, grifo do au-

²⁵³ PYM, 2007, p. 272 et seq.

²⁵⁴ Thus translation involves two equivalent messages in two different codes. (JAKOBSON, 1959/2000, p. 114)

²⁵⁵ Languages differ essentially in what they *must* convey and not in what they *may* convey. (Ibid. 116)

²⁵⁶ BARBOSA, 2012, p. 14 et seq.

tor). A equivalência textual demarca, assim, uma relação entre textos ou unidades textuais, enquanto a equivalência formal consiste propriamente na relação entre sistemas linguísticos²⁵⁷.

Aos casos mencionados por Barbosa (2012), Munday (2001) inclui a dicotomia formulada por Newmark (1981) entre “tradução comunicativa”, que “visa a produzir em seu leitor um efeito tão próximo quanto possível for daquele causado nos leitores do original”, e “tradução semântica”, voltada a “verter o exato significado contextual do original, tão próximo quanto permitirem as estruturas semânticas e sintáticas da segunda língua²⁵⁸” (NEWMARK, 1984, p. 39, tradução nossa). Munday menciona ainda os cinco “quadros de equivalência” de Werner Koller (1979) – sobre este último, todavia, discorreremos mais adiante nesse capítulo.

As diferenças entre os princípios do traduzir sempre estiveram presentes na história das teorias de tradução. Jumpselt (1961) e Savory (1969) enumeram uma série de princípios encontrados em textos teóricos dedicados à tradução literária, esses, em certa medida, contraditórios uns aos outros²⁵⁹. Segundo Wilss (1977), o motivo de tamanha controvérsia estaria no fato de a Ciência da Tradução não ter, até então, desenvolvido um inventário de fatores detalhado o bastante para avaliar a equivalência entre o texto em língua de partida e o texto em língua de chegada e, assim, formular um conceito de equivalência com bases teóricas e empíricas seguras. Além do conceito, os usos terminológicos também estariam longe de serem unívocos. Como observa Wilss, termos como “*Gleichwertigkeit*” (igualdade de valores), “*Wirkungsgleichheit*” (igualdade de efeito), “*Invarianz*” (invariância), “*congruence*” (congruência) e “*Intentionsadäquatheit*” (adequação à intenção) já foram igualmente usados para designar a noção de equivalência em tradução.

Tendo em vista a discussão acima, podemos afirmar que a equivalência em tradução, enquanto princípio, foi moldada, ao longo dos anos, pela imprecisão conceitual e terminológica. A seguir, temos a possibilidade de verificar empiricamente os efeitos da imprecisão do conceito, bem como de avaliar sua evolução ao longo de duas décadas.

²⁵⁷ Cf. MUNDAY, 2008, p. 60.

²⁵⁸ Communicative translation attempts to produce on its readers an effect as close as possible to that obtained on the readers of the original. Semantic translation attempts to render, as closely as the semantic and syntactic structures of the second language allow, the exact contextual meaning of the original. [Cf. MUNDAY, 2001, p. 44]

²⁵⁹ Cf. WILSS, 1977, p. 156; REISS; VERMEER, 1984, p. 40.

5.1.4.2 A noção de equivalência nas teorias pré-funcionalistas

“Equivalência”, “invariância”, “igualdade” – muitos foram os termos utilizados para designar a relação entre o texto de partida e o texto de chegada nos textos abordados neste capítulo. Cada um deles guarda, a sua maneira, uma noção própria, nela interferindo fatores específicos como a relação entre conteúdo e forma, a relação entre os interlocutores do processo de comunicação e a situação comunicativa.

Conforme já mencionado, Koschmieder (1965) define o intencionado ($\mathfrak{M}$), propriedade de linguística relativa ao conteúdo do enunciado, o seu objeto de tradução. Ele é partidário da ideia de que todas as línguas, mesmo com suas diferenças, podem expressar essencialmente o mesmo intencionado, dado que “a linguagem humana foi construída de tal modo que, para cada $\mathfrak{M}$, ela é capaz de conceber um Z [signo linguístico] ou um conjunto de Zs das mais diferentes extensões, contanto apenas que esse $\mathfrak{M}$ seja *reconhecido*”²⁶⁰ (KOSCHMIEDER, 1965/1981, p. 54, tradução nossa, grifo do autor) Em outras palavras, ele afirma que um intencionado pode ser expresso em qualquer língua, desde que seja compreensível (al. *verständlich*) a seus falantes²⁶¹. Não por acaso, Koschmieder descreve o traduzir como um explicar, argumentando que os limites entre os dois são de difícil reconhecimento²⁶².

Kade (1968), por sua vez, define a “equivalência potencial do teor informativo” como a “invariância” (al. *Invarianz*) da translação (KADE, 1968/1981, p. 207). Por invariância, ele entende a intersecção entre algumas variáveis determinantes para o processo comunicativo. Trata-se da identidade de código entre os interlocutores, desempenho enunciativo e diferentes efeitos comunicativos de uma enunciação sobre diferentes receptores. Essas variáveis, segundo Kade, interferem não apenas na comunicação bilíngue, mas também na comunicação monolíngue²⁶³. A comprovação de que há, de fato, uma invariância no processo comunicativo está no fato mesmo de que, apesar das diferenças, ainda há comunicação entre as duas partes.

No ato de comunicação bilíngue, o “tradutor” (al. *Translator*), isto é, o tradutor ou o intérprete, exerce ora o papel de receptor, ora o papel de emissor. Ele está sujeito às mesmas variáveis que os demais parceiros da comunicação, sobretudo quando elas dizem respeito às competências e performances de emissor e receptor. Desse modo, a equivalência do teor in-

²⁶⁰ Die Menschensprache ist so gebaut, daß sie befähigt ist, für jedes $\mathfrak{M}$ ein Z oder eine Z-Gruppe von verschiedenster Ausdehnung zu bauen, wenn nur dieses $\mathfrak{M}$ *erkannt* wird.

²⁶¹ KOSCHMIEDER, 1965/1981, p. 54.

²⁶² Ibid., p. 49.

²⁶³ KADE, 1968/1981, p. 201 et seq.

formativo de cada uma das etapas da comunicação bilíngue pode ser apenas potencial²⁶⁴. Kade destaca que o problema da invariância em tradução consiste sobretudo em elucidar a questão do que pode e do que não pode permanecer invariante ao longo do processo.

Para essa questão, Kade propõe algumas respostas, segundo afirma, formuladas de modo em esboço. Ele define a preservação da informação denotativa como o requisito mínimo para que um texto seja considerado o “translató” (al. *Translat*) de outro. A manutenção da invariância na tradução pressupõe que se possam evocar em todos os indivíduos os mesmos elementos de representação da dita realidade objetiva, o que o teorizador afirma ser comprovável ao menos no nível denotativo. O significado conotativo, por sua vez, não poderia ser preservado em toda a sua amplitude, em razão das diferenças entre as estruturas semânticas das línguas e a influência de fatores pragmáticos da comunicação. Algo semelhante pode ser dito dos níveis textuais formais, que foram denominados “invariantes facultativos” (KADE, 1968/1981, p. 210), posto que, de acordo com o que observa o autor, não podem nem ser preservados em todos os casos e em nem todos os casos precisam ser preservados. Quanto ao nível pragmático da comunicação, segundo Kade, almeja-se a invariância entre a reação ao texto dos receptores do texto de partida e dos receptores do texto de chegada, reação essa motivada psicológica e sociologicamente. Embora afirme que a tradução perfeita devesse contemplar todas as invariantes, Kade observa que a escolha de quais invariantes devem ser realmente preservadas diferem de acordo com o objetivo com que o translató será utilizado²⁶⁵.

De todas as considerações anteriores, podemos constatar que, para Kade, embora os diversos níveis do texto constituam objetos de invariância, há, de fato, uma preponderância do conteúdo denotativo sobre os demais. Ele é, afinal, definido como pré-requisito para uma translação adequada.

Neubert (1968) enfoca a questão da traduzibilidade dos textos a partir da Pragmática. Como vimos, ele define a tradução como a expansão do círculo de receptores; a traduzibilidade está, portanto, condicionada às possibilidades de se expandir o grupo receptor, o que, por sua vez, depende da pragmática do texto. Para abordar o problema, Neubert propõe uma tipologia tradutória que contempla quatro situações: (1) quando um texto de partida *não é especificamente voltado ao receptor de partida* – como é o caso, por exemplo, de manuais de instrução e artigos científicos; (2) quando um texto de partida *é especificamente voltado ao receptor de partida* – como, por exemplo, leis e notícias locais; (3) quando um texto de partida

²⁶⁴ KADE, 1968/1981, p. 206.

²⁶⁵ Ibid., p. 209 et seq.

é voltado ao receptor de partida, mas não apenas a ele – como ocorre, por exemplo, com as obras literárias; (4) quando um texto de partida *é especificamente voltado ao receptor de chegada* – é o caso dos textos especificamente formulados para tradução. A tradução de cada um dos tipos textuais segue, assim, um determinado grau de traduzibilidade e tem, ela mesma, características próprias²⁶⁶.

Ainda assim, mesmo em face das diferentes relações entre texto e interlocutor, a “informação intelectual” opera como “invariante da pragmática” (NEUBERT, 1968/1981, p. 61). Logo, independentemente da tipologia do texto, o conteúdo se mantém estável. Podemos, portanto, afirmar que, embora reconheça e saliente a importância do fator pragmático, bem como aborde o grau de correspondência entre os receptores do texto de partida e do texto de chegada, Neubert define a mensagem como objeto final de invariância.

Até o momento, vimos que Paepcke (1971) descreve o traduzir como o meio pelo qual o tradutor identifica e compreende, com ancoragem numa dada situação comunicativa, a informação contida num texto em língua de partida, recriando-a posteriormente na língua de chegada. Ele observa que a tradução não resguarda o texto por completo, apenas a sua informação, de modo refletido e relativo: a estrutura linguística do texto de partida é sobrepujada na tradução pelas normas linguísticas e estilísticas da língua de chegada. Essas têm grande importância na constituição do texto em língua de chegada e, ainda assim, não têm prevalência sobre a informação²⁶⁷. Desse modo, embora destaque o papel da situação comunicativa para a compreensão da informação por parte do tradutor, a relação entre texto e tradução baseia-se na recriação, mediada pelo crivo de sua interpretação, especificamente da informação contida no texto. O fundamento dessa relação é, portanto, a mensagem.

Koller (1974), de outro modo, estabelece como o objetivo do traduzir a correspondência entre o “efeito comunicativo” do texto “original” e o efeito comunicativo da tradução. Para tanto, destaca dessa relação outros componentes textuais, a saber, os *componentes pragmáticos* (al. *pragmatische Komponente*), isto é, as relações entre texto, emissor e receptor; os *componentes conteudísticos* (al. *inhaltliche Komponente*), referentes à relação do texto com a realidade extralinguística, e os *componentes linguofuncionais* (al. *sprachfunktionale Komponente*) ou *componentes linguístico-estilístico-formais* (al. *sprachlich-stilistisch-formale Komponente*), referentes às relações entre texto e sistema linguístico²⁶⁸.

²⁶⁶ NEUBERT, 1968/1981, p. 70 et seq.

²⁶⁷ PAEPCKE, 1971/1981, p. 116 et seq.

²⁶⁸ KOLLER, 1974/1981, p. 265 et seq.

A concepção mais difundida de equivalência formulada por Koller, no entanto, veio apenas em 1979, com a publicação de *Einführung in die Übersetzungswissenschaft* [Introdução à Ciência da Tradução]. Ele identifica, em diversas definições de tradução, o emprego de equivalência dos mais diferentes tipos, concluindo que a equivalência, menos que um conceito concreto, consiste numa descrição genérica da relação entre os textos em língua de partida e em língua de chegada²⁶⁹. O conceito de equivalência seria definido, assim, de acordo com a propriedade do texto à qual ele se refere. Koller enumera cinco dessas referências essenciais do conceito de equivalência: (1) referência à realidade extralinguística; (2) referência ao tipo de verbalização de conotações; (3) referência às normas linguísticas e textuais; (4) referência ao receptor; (5) referência a atributos formais e estilísticos do texto²⁷⁰.

Desse modo, descreve cinco tipos de equivalência, respectivamente:

- (1) Equivalência denotativa (al. *denotative Äquivalenz*): relacionada com o conteúdo extralinguístico veiculado por um texto²⁷¹. De maneira geral, a investigação da equivalência denotativa concentra-se na descrição de equivalentes em pares linguísticos específicos e está focada no nível do léxico²⁷². Ela se volta, portanto, à identificação de termos ou expressões que designam os mesmos objetos da realidade extralinguística.
- (2) Equivalência conotativa (al. *konnotative Äquivalenz*): menos do que a correspondência entre pares linguísticos, a equivalência conotativa está relacionada, segundo Koller, à seleção e à organização de termos e expressões, em referência sobretudo ao valor conotativo dessas unidades²⁷³.
- (3) Equivalência textual-normativa (al. *textnormative Äquivalenz*): relacionada às normas de organização dos diversos gêneros e tipos textuais²⁷⁴.
- (4) Equivalência pragmática (al. *pragmatische Äquivalenz*): estabelece como parâmetro o receptor em sua situação comunicativa²⁷⁵.
- (5) Equivalência formal-estética (al. *formal-ästhetische Äquivalenz*): relacionada à forma estética do texto, isto é, a uma correspondência do efeito estético entre os textos de língua de partida e de língua de chegada²⁷⁶.

²⁶⁹ KOLLER, 1979/2004, p. 215.

²⁷⁰ Ibid., p. 216.

²⁷¹ Ibid., loc. cit.

²⁷² Ibid., p. 228.

²⁷³ Ibid., p. 240 et seq.

²⁷⁴ Ibid., p. 247.

²⁷⁵ Ibid., p. 248.

Koller (1979) ressalta a necessidade de se priorizar cada uma dessas referências do conceito de equivalência, isto é, determinar uma hierarquia de valores na tradução de cada texto ou segmento textual. Para tanto, ele salienta a importância de uma análise textual relevante à tradução²⁷⁷.

Por sua vez, o conceito de equivalência para Vernay (1974), como fica claro em sua definição, projeta-se sobretudo no plano do conteúdo do texto. Para o autor, na tradução, o volume de informações, isto é, a relação entre as informações do texto e as informações prévias necessárias para compreendê-lo, deve ser observado. Vernay descreve a relação entre o texto de partida e o texto de chegada com base num modelo inspirado pelo modelo de Bühler (1934), que relaciona o signo linguístico aos objetos e fatos da realidade, bem como ao emissor e ao receptor (v. tópico 7.1.2.2). Assim como para os demais autores, a equivalência, no caso, incide sobre o conteúdo, mas este em relação com o grupo de receptores do texto em língua de partida e com o grupo de receptores do texto em língua de chegada. De fato, Vernay observa que, embora a esfera semântica tenha prevalência, ela abriga ainda uma dimensão pragmática²⁷⁸. Quanto às estruturas das línguas, a correspondência entre elas deve ser identificada não no plano das unidades singulares, mas em função do texto como um todo²⁷⁹.

A equivalência ocupa uma posição de destaque nas considerações de Wilss (1977), cuja definição de tradução prescreve que o texto de chegada respeite o princípio de equivalência comunicativa, o que parece contemplar duas propriedades do texto de partida: o estilo e o conteúdo. No entanto, o tema envolve outras questões. Para Wilss, como vimos, a Ciência da Tradução ainda não teria sido, em sua época, capaz de formular uma definição de equivalência que fosse explícita teoricamente e assegurada por comprovações empíricas, muito menos de levantar um inventário detalhado de fatores para mensurar a equivalência entre textos de partida e suas respectivas traduções²⁸⁰. O conceito de equivalência tradutória está, assim, baseado em premissas difusas. Além disso, Wilss observa que a equivalência consiste num “fato empírico” (WILSS, 1977, p. 171), assumindo diferentes formas caso a caso. Em muitos desses casos, o tradutor deve se confrontar com grandes desafios de tradução, sobretudo no tocante ao conteúdo e ao estilo, o que o levaria a um constante processo de seleção entre diversas alternativas similares.

²⁷⁶ KOLLER, 1979/2004, p. 252 et seq.

²⁷⁷ Ibid., p. 266.

²⁷⁸ VERNAY, 1974/1981, p. 246.

²⁷⁹ Ibid., p. 245.

²⁸⁰ WILSS, 1977, p. 157.

Desse modo, Wilss admite que uma definição de equivalência igualmente válida para todos os casos é absolutamente inviável, não sendo esse, porém, um motivo para desistir da busca por uma objetivação melhor do princípio:

A tarefa que a Ciência da Tradução deve assumir aqui para ir além de seu atual estado epistemológico é o desenvolvimento empírico de parâmetros de equivalência verificáveis. Esses devem ser constituídos de modo a possibilitarem, ao menos, (1) elucidar o conjunto de todas as propriedades *objetivamente* identificáveis de um texto a ser traduzido sob a perspectiva da equivalência tradutória; (2) organizar esse conjunto por meio de procedimentos de análise e síntese exaustivos, que abarcam todas as características textuais relevantes; e (3) precisar o conceito de *tertium comparationis* [...] ²⁸¹. (WILSS, 1977, p. 182s., tradução nossa, grifos do autor)

Ele propõe, assim, um modelo de análise textual com foco na construção sintática, lexical e estilística do texto, a fim de identificar problemas de tradução e elaborar estratégias compensatórias, e o faz motivado pela perspectiva de, no futuro, viabilizar o desenvolvimento de uma tipologia textual e de definições válidas de equivalência a cada um dos respectivos tipos textuais ²⁸².

Como fica claro em sua definição de tradução, House (1977) estabelece a equivalência nos níveis semântico e pragmático, defendendo que o primeiro requisito para uma equivalência semântica e pragmática é a correspondência entre a “função” da tradução e a do texto-fonte ²⁸³. Função, por sua vez, define-se como “a aplicação (cf. LYONS, 1969, p. 434 ²⁸⁴) ou uso que o texto tiver no contexto particular de uma situação ²⁸⁵” (HOUSE, 1977/1981, p. 37, tradução nossa). Assim como a natureza tripartida do conceito de significado proposto por House, também a noção de função aqui adotada remete à definição de função feita por Halliday (1970, v. tópico 4.2).

Visto que todo texto está alocado numa determinada situação, House propõe um modelo de análise do texto-fonte e do texto-meta focada em duas categorias de propriedades do texto, a saber, propriedades relativas ao “uso linguístico” e propriedades relativas ao “usuário da língua” ²⁸⁶. Por meio da análise, obtém-se um “perfil textual”. A qualidade de uma tradução

²⁸¹ Die Aufgabe, die die Übersetzungswissenschaft hier in Angriff nehmen muß, um über ihren derzeitigen Erkenntnisstand hinauszugelangen, ist die empirische Entwicklung von kontrollierbaren Äquivalenzmaßstäben. Diese müssen so beschaffen sein, daß man damit wenigstens die Gesamtheit aller *objektiv* faßbaren Merkmale eines zu übersetzenden Textes unter dem Gesichtspunkt der Übersetzungsäquivalenz durchleuchten und anhand erschöpfender, alle relevanten Textmerkmale erfassender Analyse- und SyntheseprozEDUREN aufbauen und den Begriff des *tertium comparationis* präzisieren kann [...].

²⁸² WILSS, 1977, p. 183 et seq.

²⁸³ HOUSE, 1977/1981, p. 29 et seq.

²⁸⁴ LYONS, J. **Introduction to Theoretical Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

²⁸⁵ [...] the function of a text is the application (cf. Lyons 1969:434) or use which the text has in the particular context of a situation.

²⁸⁶ HOUSE, op. cit., p. 41.

está atestada somente quando o perfil textual do texto-meta for correspondente ao perfil textual do texto-fonte, tendo-se em vista o novo público e situação comunicativa²⁸⁷.

Por meio da comprovação empírica de seu modelo, House rejeita a proposta de desenvolver uma tipologia textual pautada em diferentes tipos de equivalência ou mesmo em diferentes tipos textuais, optando, antes, por uma em que distingue basicamente dois tipos tradutórios: a tradução “overt” (in. *overt translation*) e a tradução “covert” (in. *covert translation*). Considera-se uma tradução *overt* aquela “em que os destinatários do TM [texto-meta] não são, de modo bastante ‘claro’ [*overtly*], os destinatários diretos. Assim, uma tradução overt é aquela que só pode ser claramente uma tradução, e não como se fosse um ‘segundo original’²⁸⁸” (HOUSE, 1977/1981, p. 189). Trata-se normalmente da tradução de textos com forte ancoragem na cultura e na comunidade falante da língua-fonte, mesmo que consista num texto de potencial interesse para outras comunidades linguísticas²⁸⁹. Nesses casos, não é possível a equivalência funcional, dada a falta de correspondência entre a função do texto-fonte e a função do texto-meta; apenas uma equivalência funcional de segunda ordem é possível, contanto que a tradução resgate parcialmente determinados fatores relativos às dimensões do usuário e do uso que porventura se perdessem mediante a mudança de função²⁹⁰.

Considera-se uma tradução *covert*, por sua vez, aquela “que desfruta ou desfrutou o *status* de um TF [texto-fonte] original na cultura-meta. A tradução é *covert* por *não* estar marcada pragmaticamente como um TM de um TF mas pode, dentro do possível, ter sido criada com seus próprios méritos²⁹¹” (HOUSE, 1977/1981, p. 194, tradução nossa, grifo no original). As traduções *covert* consistem em traduções não ancoradas numa cultura ou numa comunidade específica; o texto-fonte e o texto-meta tendem, nesses casos, a ter propósitos equivalentes e a servir a públicos comparáveis, de modo que “é tanto possível como desejável manter a função do TF equivalente no TM²⁹²” (HOUSE, 1977/1981, p. 195). Para tanto, o tradutor deverá considerar as diferenças culturais entre as duas comunidades; deverá, portanto, colocar um “filtro cultural” (in. *cultural filter*) entre o texto-fonte e o texto-meta, mirando o primeiro a partir da perspectiva de um membro da cultura-meta²⁹³.

²⁸⁷ HOUSE, 1977/1981, p. 49 et seq.

²⁸⁸ An *overt* translation is one in which the TT addressees are quite “overtly” not being directed addressed; thus an overt translation is one which must overtly be a translation, not, as it were, a “second original”.

²⁸⁹ HOUSE, op. cit., p. 188 et seq.

²⁹⁰ Ibid., p. 192.

²⁹¹ A *covert* translation is a translation which enjoys or enjoyed the status of an original ST in the target culture. The translation is covert because it is *not* marked pragmatically as a TT of a ST but may, conceivably, have been created in its own right.

²⁹² In the case of covert TTs, it is thus both possible and desirable to keep the function of ST equivalent in TT.

²⁹³ HOUSE, op. cit., p. 196 et seq.

Freigang (1978) também avalia a equivalência de uma tradução por meio de um *tertium comparationis*. No entanto, em vez de um “perfil textual”, como propõe House, recomenda utilizar o “intencionado” textual, que se constitui de algo semelhante a uma “estrutura textual profunda”, à qual subjazem as propriedades semânticas e pragmáticas do texto. Essas propriedades seriam descritíveis por meio de atributos do próprio texto, embora também se componham de fatores pragmáticos extratextuais, tais como a situação comunicativa, as expectativas do emissor e as do receptor²⁹⁴. Desse modo, podemos afirmar que a equivalência na proposta de Freigang, ainda que estudada por meio das propriedades linguísticas do texto, incluem não apenas o aspecto textual semântico, mas também o aspecto textual pragmático – este, por sua vez, composto de elementos estilísticos (estando, portanto, também relacionada à esfera linguístico textual) e de elementos referentes à situação comunicativa e à relação entre os parceiros da comunicação.

Já Diller e Kornelius (1978) optam pela designação “de igual significado” (al. *bedeutungsgleich*) ao descrever a relação entre o texto em língua de partida e a tradução “adequada”. Eles observam que, na Ciência da Tradução, “equivalência” ficou sendo o termo consagrado, especialmente para indicar que, na tradução, está em jogo mais do que o “mero significado” ou que a mera identidade semântica. Conforme abordado anteriormente, no entanto, o termo *significado* para Diller e Kornelius inclui, além do componente semântico, também componentes de ordem pragmática e estilística, dessa forma, não correspondendo, na opinião dos autores, à concepção tradicional de significado defendida pelas demais teorias de tradução²⁹⁵.

Não obstante, eles também entendem haver mais de um propósito na tradução. À questão “para que se traduz?”, eles oferecem duas respostas: “(1) para estabelecer uma comunicação entre um emissor-LP e um receptor-LC; e (2) para informar um receptor-LC acerca de uma comunicação entre o emissor-LP e o receptor-LP²⁹⁶” (DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 3, tradução nossa). No primeiro caso, o receptor do texto de chegada é considerado como *receptor primário*; no segundo, o receptor do texto de chegada é considerado como *receptor secundário*. Desse modo, ficam por eles nomeados os dois tipos de tradução, a saber, “tradução primária” (al. *primäre Übersetzung*) e “tradução secundária” (al. *sekundäre Übersetzung*).

²⁹⁴ FREIGANG, 1978/1981, p. 158.

²⁹⁵ DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 16.

²⁹⁶ [...] (1) um eine Kommunikation zwischen einem AS-Sender und einem ZS-Empfänger herzustellen; (2) um einem ZS-Empfänger eine Kommunikation zwischen AS-Sender und AS-Empfänger mitzuteilen.

Cada um dos tipos de tradução tem suas próprias exigências e satisfaz a um objetivo diferente²⁹⁷.

Princípios defendidos pelas teorias de tradução desde os anos 1950 são postos em questão por Coseriu (1978). Segundo o autor, as teorias de tradução de seu tempo se fundaram sobre questionamentos *falsos*, o que prejudica a investigação do objeto. Dentre os supostos questionamentos falsos estariam a exigência de reproduzir na tradução tudo aquilo que foi intencionado no texto de partida, bem como o estabelecimento de um critério de invariância abstrata ideal para a tradução²⁹⁸.

Em sua arguição, Coseriu defende, do ponto de vista linguístico, que se reproduza o sentido do texto de partida com os meios da língua de chegada²⁹⁹. Não obstante, observa que mesmo o sentido não pode ser critério absoluto de invariância, visto que o traduzir é caracterizado como uma “atividade fim e historicamente condicionada, de modo que o ótimo pode ser diferente de caso para caso, dependendo do receptor, do tipo de texto e da função da tradução³⁰⁰” (COSERIU, 1978/2010, p. 285). A decisão *a priori* acerca da invariância, baseada em fatores como o tipo textual e aplicadas ao texto todo, poderia resultar na negligência de outros fatores imprescindíveis ao processo, tais como o receptor da tradução e a situação comunicativa. Além disso, conforme Coseriu, não existe a “melhor tradução” de modo absoluto; o que existe é a melhor tradução para receptores específicos, com um determinado propósito e no interior de uma determinada situação³⁰¹.

Não definir um critério absoluto de invariância, ponderar a tradução caso a caso e reconhecer que o receptor, o tipo textual e a função da tradução podem pesar nas decisões tradutórias: todas essas propostas ocupam posição central no rol das diretrizes que fundamentam a Teoria Funcional. Assim, podemos afirmar que Coseriu, a partir de suas reflexões, pavimentou o terreno para a constituição do Funcionalismo (v. capítulo 7). No capítulo de conclusão, teremos uma noção mais clara de como isso ocorreu. Por ora, é momento de examinar os dados obtidos na análise.

²⁹⁷ DILLER; KORNELIUS, 1978, p. 3 et seq.

²⁹⁸ COSERIU, 1978/2010, p. 255 et seq.

²⁹⁹ Ibid., p. 263.

³⁰⁰ Das Übersetzen ist nämlich eine finalistische und historisch bedingte Tätigkeit, so daß das Optimale von Fall zu Fall je nach den Adressaten, der Art des Textes und dem Zweck der Übersetzung verschieden sein kann. (COSERIU, 1978/2010, p. 284)

³⁰¹ COSERIU, op. cit., p. 289.

5.2 Síntese de teorias de tradução pré-funcionalistas

Confirmando a previsão, a análise revelou uma pluralidade de conceitos e perspectivas, com cada proposta teórica possuindo seu próprio modo de definir a tradução. Igualmente se confirmou a hipótese de encontrar, em meio às diferenças, semelhanças bastante reveladoras.

Antes, no entanto, é importante frisar que, neste capítulo, nos deparamos com propostas teóricas que, embora afiliadas à abordagem linguística da tradução, se orientaram por pressupostos teóricos diferentes: Koschmieder (1965) escreve suas reflexões no âmbito do Estruturalismo linguístico; Kade (1968), além de pautar-se pela Teoria da Comunicação, escreve sua teoria orientado pela tradição soviética da busca por regularidades (v. tópico 4.1.2); Neubert (1968, 1973) examina a tradução do ponto de vista da pragmática, adotando, contudo, elementos da proposta de Nida (1964, 1969) para a descrição de procedimentos. Nos anos de 1970, Paepcke (1971) alinha suas reflexões acerca da tradução à Hermenêutica de Gadamer (1960); Vernay (1974) integra elementos esporádicos das Ciências Sociais à sua proposta teórica; House (1977) propõe um modelo de análise textual estruturado pela noção de “função” introduzida por Halliday (1970), bem como por sua distinção das funções da linguagem; Diller e Kornelius (1978) recorrem à Teoria dos Atos de Fala para definir os critérios de uma tradução “adequada”; Coseriu (1978), por fim, traz elementos de sua semântica estrutural para abordar a problemática da tradução.

As definições de tradução, quando tomadas isoladamente, desvelam, a princípio, menos diferenças conceituais e do que de pontos de vista. Ao longo do processo analítico, fomos confrontados com definições de tradução feitas de três perspectivas diferentes: definições de tradução como “reprodução”, definições de tradução como “transferência” e definições de tradução como “mediação”. Apesar das diferenças de pontos de vista que as distanciam, há uma ideia a uni-las: a existência de um texto de partida que deve, mesmo com a mudança de língua, ter sua essência preservada. Como reprodução, o texto resultante da tradução deve representar, isto é, substituir o texto de partida em ao menos algum aspecto. Como transferência, a tradução consiste na reverbalização de um texto noutro código linguístico. Como mediação, enfim, a translação deve aproximar dois grupos de receptores, tornando-os receptores, *essencialmente*, do mesmo texto. Em quase todos os casos, o que divide os grupos de receptores é a diferença entre línguas.

Quanto à unidade de tradução, com a exceção de Koschmieder (1965), as propostas teóricas analisadas compreendem o traduzir como uma atividade que recai sobre textos em vez de frases ou palavras, ainda que os textos possam ser decompostos em unidades menores ao longo do processo analítico. A valorização do texto nas teorias de tradução é, a nosso ver, ao menos em parte resultante do desenvolvimento da linguística textual na década de 1970.

Encontramos outros exemplos da influência das “novas” teorias linguísticas no campo de estudos sobre a tradução ao verificarmos o que cada teoria define como “objeto de tradução”. Para House (1977), por exemplo, o processo tradutório deve visar à preservação do significado do texto. Segundo a teorizadora, o significado possui três componentes, cuja distinção é feita segundo as metafunções da linguagem descritas por M. A. K. Halliday (1970). Diller e Kornelius (1978), por sua vez, aproximam a noção de significado da Teoria dos Atos de Fala formulada por Austin (1962) e Searle (1969), contexto no qual traduzir significa realizar atos proposicionais e atos ilocucionais iguais àqueles realizados no texto de partida. Coseriu (1978), por sua vez, localiza o traduzir na esfera da fala, consistindo assim em atividade (*energeia*), com três diferentes tipos de conteúdo textual: o *significado*, a *designação* e o *sentido*. A discrepância entre “significado” e “designação” é uma contribuição de sua Semântica Estrutural (COSERIU, 1977): enquanto o significado é visto como uma instância da significação propriamente linguística, a designação é uma referência a um objeto ou “estado de coisas” extralinguístico³⁰². Traçando um paralelo com a tripartição da língua proposta por Coseriu (1973), enquanto o significado pertence aos domínios da língua (aqui se entende língua como sistema de isoglossas), aproximando-se, assim, dos níveis mais abstratos da linguagem (sistema e norma), a designação aproxima-se dos níveis mais concretos da linguagem (falar concreto). Como explica Coseriu:

A esse respeito, é necessário, antes de tudo, alertar ao fato que só se traduzem *significações da fala* (acepções): os significados (significações da língua) como tais não se traduzem, nem se podem traduzir, como, naturalmente, tampouco se traduzem os “estados de coisas” que, como tais, não são sequer linguísticos. A tarefa que é própria à tradução é, assim, a de *designar* os mesmos “estados de coisas” por meio de outra língua, ou seja, a de dizer “o mesmo” – como significação da fala – por meio de significados em princípio diferentes³⁰³. (COSERIU, 1977, p. 208, tradução nossa, grifos do autor)

³⁰² COSERIU, 1977, p. 187.

³⁰³ A este respecto hay que advertir ante todo que sólo se traducen *significaciones de habla* (acepciones): los significados (significaciones de lengua) como tales no se traducen ni pueden traducirse, como, naturalmente, tampoco se traducen los “estados de cosas” que, como tales, no son siquiera lingüísticos. La tarea propia de la traducción es, pues, la de *designar* los mismos “estados de cosas” por medio de otra lengua, o sea, la de decir “lo mismo” – como significación de habla – por medio de significados en principio diferentes.

Em geral, considera-se a mensagem do texto como sendo o objeto de tradução. Quando dispomos as teorias cronologicamente, verificamos, no entanto, que os objetos de tradução se tornam gradativamente mais complexos. Koschmieder (1965) define o objeto de tradução como uma dimensão única e exclusivamente semântica do enunciado (o “intencionado”); Kade (1968) também define a dimensão semântica do texto como o objeto de tradução, sobretudo por ser essa uma dimensão mais mensurável, portanto, regular de um dado texto; Neubert (1968) perpassa os domínios da Pragmática e reconhece a importância da relação entre os participantes do processo comunicativo, mas acaba por recorrer à dimensão semântica ao definir o seu objeto de tradução. Paepcke (1971) também centra sua atenção na informação do texto, embora reconheça que a situação comunicativa pode afetar a interpretação dessa informação; Vernay (1974) destaca sobretudo a relação entre os grupos receptores do texto de partida e do texto de chegada, no tocante ao volume de informações compartilhadas entre eles; Koller (1974), a exemplo de outros teorizadores, define a dimensão semântica como o objeto de tradução, mas chama a atenção para o fato de outros fatores, como o receptor, a realidade extralinguística e o sistema linguístico, interferirem na compreensão desse conteúdo textual. Wilss (1977) elege a forma e o conteúdo do texto seu objeto de tradução; House (1977) identifica no significado textual uma instância semântica, uma instância pragmática e uma instância textual-estrutural, destacando as três instâncias de forma equilibrada; ao evocar a Teoria dos Atos de Fala, Diller e Kornelius (1978) salientam o vínculo da dimensão semântica do texto com a situação comunicativa; Freigang (1978) também destaca a dimensão semântica, reconhecendo, contudo, que as relações do conteúdo textual com fatores de ordem estrutural e pragmática são fundamentais à tradução; Coseriu (1978), por fim, também concentra as suas atenções na dimensão semântica do texto, destacando a relação entre os textos e as representações da realidade extralinguística de que esse texto se compõe. Assim, embora isso não transcorra de forma uniforme, o conteúdo textual tende, de forma mais acentuada na década de 1970, a agregar outros fatores, tais como a relação entre os interlocutores e a situação de produção e recepção do texto, bem como questões relativas ao estilo textual e às funções/ usos do texto nas diferentes situações comunicativas.

A análise dos procedimentos revela a preponderância de duas formas de representação esquemática do processo tradutório, as quais recebem as denominações “esquema bifásico” – adotada por Koschmieder (1965), Vernay (1974), Koller (1974), Wilss (1977) e Coseriu (1978) – e “esquema trifásico” – adotada por Kade (1968), Neubert (1968, 1973) e Diller e Kornelius (1978). As duas formas de representação diferenciam-se essencialmente pelo acréscimo de uma fase intermediária nos esquemas trifásicos, a fase de transferência do conteúdo

textual entre línguas. Ao acrescentar uma etapa intermediária entre a análise e a síntese, os teorizadores reconhecem que, a despeito da minúcia com que é conduzida a análise, a transferência do conteúdo textual entre línguas não ocorre com a fluidez sugerida pelo esquema bifásico. Por outro lado, a inclusão de uma etapa não torna o processo necessariamente mais complexo. Algumas representações bifásicas, como a de Vernay (1974) e Wilss (1977), descrevem um processo de tradução rico em procedimentos; na outra direção, determinadas representações trifásicas, como a de Kade (1968), falham em considerar aspectos relativos aos participantes do processo comunicativo bilíngue e à situação comunicativa. De todas, porém, destaca-se a descrição de procedimentos feita por Paepcke (1971), na medida em que ela desafia a linearidade das demais representações.

Dentre os parâmetros, a relação entre o texto de partida e o texto de chegada é o que nos parece mais sintomático das mudanças ocorridas no âmbito das teorias de tradução. Como vimos, a Ciência da Tradução costuma designar essa relação pelo termo “equivalência”. Ainda que nas propostas analisadas concomitantemente outros termos tenham sido empregados, as mudanças a que nos referimos têm menos a ver com as discrepâncias terminológicas e mais com o modo com que se caracteriza a mencionada relação textual.

Em nossa análise, notamos que, se em princípio a equivalência parece estruturar-se em torno da mensagem do texto, dissociada ao menos parcialmente de outros fatores constituintes, com o decorrer da década de 1960 e, de modo ainda mais representativo, durante a década de 1970, o conceito ganhou novos contornos: ele gradualmente deixou de ser um critério fundamentalmente semântico, passando assim a incluir outros fatores textuais. Partimos, assim, de uma concepção de equivalência puramente semântica (KOSCHMIEDER, 1965), que passou a agregar gradativamente aspectos pragmáticos (KADE 1968; NEUBERT 1968; VERNAY 1974; KOLLER 1974; HOUSE 1977) e estilísticos (PAPECKE 1971; WILSS 1977; DILLER; KORNELIUS, 1978; FREIGANG, 1978). De fato, os limites entre Pragmática e Estilística parecem difusos nas teorias de tradução, uma vez que, segundo alguns teorizadores (p. ex., NEUBERT, 1968; FREIGANG, 1978), é através da conformação do texto que se obtêm dados sobre o emissor e a situação comunicativa.

Além de novos contornos, o conceito de equivalência ganhou flexibilidade, a ponto de Coseriu (1978) afirmar que, em face das variáveis, é impossível estabelecer um critério absoluto e imutável de invariância, posto que cada tradução tem as suas próprias determinações. Ou mesmo a ponto de Koller (1979), impelido pela variedade de funções com que um texto pode ser empregado entre os receptores de língua de chegada, distinguir diferentes formas de equivalência entre os textos, cada qual a orientar procedimentos diversos de tradução.

De modo geral, atribuímos a causa das transformações mencionadas até o presente momento às mudanças pelas quais passava a linguística nesse período, relatadas, embora de forma parcial, no tópico 4.2 desta dissertação. Vimos que algumas das teorias da linguística de que falamos no referido tópico serviram como pressupostos teóricos para determinadas teorias pré-funcionalistas de tradução, introduzindo, nas teorias de tradução, noções bastante significativas para o desenvolvimento observado, tais como o conceito de função de Halliday, a valorização do texto como unidade de investigação (e, portanto, de tradução), o estudo da língua através de seus usos, entre outros.

Ainda como causa provável, mencionamos também uma consciência gradativamente maior do papel do outro no processo tradutório. Na proposta de Koschmieder (1965), a inclusão do outro dizia respeito apenas ao cuidado, por parte do tradutor, de verificar se o conteúdo de uma determinada enunciação era *compreensível* ao receptor. Embora parte de desempenhos “ideais”, Kade (1968) reconhece que o desempenho dos participantes da comunicação bilíngue também são fatores, ainda que não objetivos, que interferem no processo comunicativo. De fato, ele observa que toda comunicação constrói-se em torno da relação entre o signo linguístico e usuário, o que justificaria um aprofundamento nas investigações desse aspecto pragmático, embora ele mesmo não tenha empreendido esse tipo de investigação. Neubert (1968), por sua vez, vislumbra a tradução do ponto de vista da Pragmática. A tradução deixa de ser vista, assim, como a ligação entre duas línguas e passa a ser a ligação entre dois indivíduos. Aspectos do processo comunicativo bilíngue que antes não eram considerados passaram a sê-lo: as necessidades e objetivos da tradução e a experiência de leitura do receptor. Juntos, eles determinam o tipo de tradução a ser empregado.

Nos anos de 1970, as teorias de tradução continuam a seguir esse mesmo rumo. Para Vernay (1974), o mero fato de uma tradução ser feita por um grupo receptor numa língua de chegada não garante que a informação nele contida seja “intersubjetivamente compreensível”. Antes, é necessário avaliar se o grupo receptor do texto de partida e da tradução pertence a uma mesma comunidade comunicativa. House (1977) identifica o componente pragmático como o principal aspecto a se considerar no processo. Assim, tanto o receptor como a situação comunicativa em que está inserido oferecem parte das diretrizes para a tradução e para sua avaliação. Também Coseriu (1978/2010) ressalta o aspecto comunicativo da tradução (“traduzir como especificidade do dizer”), cuja prerrogativa é a presença de um locutor e de um interlocutor, a quem se quer comunicar algo. Além disso, o receptor e a situação comunicativa compõem em sua proposta teórica o corpo de condicionantes para o elemento invariante da tradução, caso a caso.

Naturalmente, alguns preceitos mantiveram-se estáveis ao longo desse percurso. Como discutimos, o processo de tradução continua a ser um processo unidirecional, pautado pelo modelo constituído pelo texto de partida. Além disso, apesar da ascensão da Pragmática e da Linguística Textual no âmbito da Linguística Geral, a abordagem estruturalista da tradução não foi de todo superada. Nota-se ainda, sobretudo pela análise dos procedimentos, uma necessidade de decompor o texto em estruturas semânticas menores ou mesmo de descrever o elemento pragmático por um mapeamento da estrutura linguística. Não obstante, não devemos menosprezar as mudanças de orientação no tocante ao objeto de tradução, às noções de equivalência e à inclusão do receptor. Nos próximos capítulos, veremos como e em que medida essas mudanças aproximaram a abordagem linguística da abordagem funcional de tradução.

6 EXCURSO 2 – CONSTITUIÇÃO DOS ESTUDOS FUNCIONAIS DA TRADUÇÃO

O presente capítulo pretende examinar as circunstâncias de emergência da Teoria Funcional. Para tanto, abordaremos, em primeiro lugar, o status da Ciência da Tradução, em especial durante a década de 1970. Nesse processo, daremos destaque ao estado de indeterminação do campo teórico e aos efeitos desse estado sobre o ensino de tradução. Em seguida, descreveremos, a partir de testemunhos de personagens marcantes dessa história, as relações entre os idealizadores da abordagem funcional, a fim de determinar como essas relações interferiram na constituição da vertente teórica. Por fim, discorreremos brevemente acerca de outra vertente teórica fundamental para a mudança de orientação nos Estudos da Tradução: os *Estudos Descritivos da Tradução* (EDT).

Com o seguinte desdobramento, pretendemos evidenciar a crise na Ciência da Tradução e como essa crise levou à formulação da Teoria Funcional, vale dizer, quais fatores contribuíram para esse fim. Além de retratar o estado de coisas no plano teórico da Ciência da Tradução e nas instituições alemãs de formação de tradutores e intérpretes, intencionamos também mostrar que a nova orientação das teorias de tradução – voltadas menos para o texto de partida e para uma atitude de preservação de uma matriz prévia, e mais para o contexto situacional de recepção do texto de partida e da determinação, caso a caso, de como proceder tradutoriamente – era algo já experimentado no clima intelectual daquele período.

6.1 Rumo a uma disciplina da tradução

Neste tópico, veremos quais condições propiciaram a constituição dos *Estudos da Tradução* no ambiente de expressão alemã nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, examinaremos, num primeiro momento, que status ostentava a Ciência da Tradução segundo os próprios teorizadores. Em seguida, faremos algumas considerações acerca da relação entre teoria e didática da tradução nas instituições alemãs de formação de tradutores e intérpretes. Por fim, com o objetivo de compreender quais fatores motivaram a formulação da *Skopostheorie*, observaremos as relações entre os principais nomes do Funcionalismo, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980.

6.1.1 O *status* da Ciência da Tradução

Nos capítulos 4 e 5, percorremos parte da história da Ciência da Tradução, em especial as décadas de 1960 e 1970. Desse percurso veio o reconhecimento de um caráter multifacetado desse campo teórico, cujo vínculo com a linguística não foi suficiente para conferir-lhe alguma unidade. De fato, as divergências quanto às noções de traduzir, aos conceitos empregados e aos fundamentos teóricos e metodológicos impuseram questionamentos quanto ao *status* mesmo da Ciência da Tradução. Alguns chegaram até a pôr em dúvida a sua existência. Diller e Kornelius (1978), por exemplo, afirmam que, a despeito do volume de teorias publicadas, não há em sua época uma Ciência da Tradução propriamente dita, posto que lhe falta a necessária validação empírica. Eles alegam que, por um lado, o material de estudo é insuficiente para considerar a Ciência da Tradução uma ciência válida e, por outro, não se chegou a um consenso quanto aos critérios para a sua validação³⁰⁴.

Wilss (1977) também manifesta dúvidas quanto ao desenvolvimento de uma concepção “clara, fundamentada teórica e metodologicamente” (WILSS, 1977, p. 58) de Ciência da Tradução. A causa, pondera o autor, está na juventude do campo de pesquisas, tão jovem quanto a tradução automática. Embora reconheça haver reflexões escritas sobre a tradução desde a Antiguidade Clássica, Wilss afirma que as indagações feitas pela Ciência da Tradução se distinguem daquelas feitas ao longo da história, e isso por haver em seu tempo tanto uma preocupação metodológica como uma compreensão mais precisa de sua problemática³⁰⁵.

Vernay (1974), por sua vez, não expressa quaisquer reservas quanto à existência de uma Ciência da Tradução, questionando, no entanto, sua adequação. No seu entender, apenas adotar uma linguagem científica num dado campo de estudos não basta para torná-lo científico, sendo necessário pôr em questão não só o lugar e os limites desse campo em sua relação com as demais ciências, como os benefícios por ele trazidos às ciências afins e ao campo científico como um todo³⁰⁶.

Opinião semelhante é defendida por Paepcke (1971). Ele estima que a Ciência da Tradução, com o suporte da linguística e a contribuição de outras áreas, possa se constituir como ciência, contanto que ela se pense como tal: “O diálogo e a cooperação entre a Ciência da Tradução e suas disciplinas afins serão possíveis apenas quando a própria Ciência da Tradu-

³⁰⁴ DILLER; KORNELIUS, 1978, p. vii.

³⁰⁵ WILSS, 1977, p. 58.

³⁰⁶ VERNAY, 1974/1981, p. 236.

ção se entender e se constituir como ciência³⁰⁷” (PAEPCKE, 1971/1981, p. 112, tradução nossa).

Com frequência, esses autores colocam em questão o papel da linguística para o desenvolvimento do campo disciplinar tradutológico. Freigang (1978) reconhece que a linguística moderna, salvo pesquisas no âmbito da tradução automática, pouco fez para elucidar a problemática da tradução. Contudo, essa não é a tarefa da linguística: “Antes, ela consiste em desenvolver processos para a descrição de línguas naturais (como também do uso linguístico)³⁰⁸” (FREIGANG, 1978/1981, p. 151, tradução nossa). Ele afirma que, se a linguística não pôde até então fazer o mesmo pela tradução, a culpa é tão somente das próprias teorias de tradução. Para Freigang, a tarefa da Ciência da Tradução é “determinar suas próprias necessidades e, a partir delas, verificar em quais outras disciplinas científicas foram desenvolvidos processos e modelos que possam contribuir para uma fundamentação teórica da Ciência da Tradução³⁰⁹” (FREIGANG, 1978/1981, p. 151, tradução nossa).

Albrecht (1973) declara que os limites do campo de operação da linguística não estão suficientemente claros para se afirmar se a tradução consiste ou não num objeto de estudo da linguística, posto que cada escola teórica redefine, nas respectivas teorias, o papel da linguística. Para ele, no entanto, a decisão acerca de se a tradução é ou não objeto da linguística depende, a princípio, do papel da Semântica em determinada concepção teórica. Embora considere inquestionável o fato de a Semântica pertencer aos domínios da linguística, observa que até então não se formulou um modelo único de significado³¹⁰.

Wilss (1977), por seu turno, defende a abordagem linguística do fenômeno tradutório, porém tendo em mente uma noção primariamente comunicativa da linguística, liberta “dos violentos grilhões do Gerativismo” (WILSS, 1977, p. 7). Com o apoio da linguística, ele opina, a tradução ganha, enfim, uma abordagem objetiva, se comparada às teorias tradicionais de tradução, menos fundadas em fatos e mais em opiniões³¹¹.

Enquanto alguns estabelecem uma clara distinção entre a linguística e a Ciência da Tradução e outros favorecem o intercâmbio entre elas, há quem localize a Ciência da Tradução no interior da linguística (ou no interior de uma de suas ramificações). Coseriu (1978)

³⁰⁷ Der Dialog und die Kooperation zwischen der Übersetzungswissenschaft und ihren Nachbardisziplinen ist nur dann möglich, wenn sich die Übersetzungswissenschaft selbst als Wissenschaft versteht und konstituiert.

³⁰⁸ Vielmehr geht es ihr darum, Verfahren zur Beschreibung natürlicher Sprachen (wie auch der Sprachverwendung) zu entwickeln.

³⁰⁹ Ihre Aufgabe ist es, die eigenen Bedürfnisse zu bestimmen und davon ausgehend zu prüfen, in welchen anderen wissenschaftlichen Disziplinen Verfahren und Modelle entwickelt wurden, die zu einer theoretischen Fundierung der Übersetzungswissenschaft beitragen können.

³¹⁰ ALBRECHT, 1973, p. 1.

³¹¹ WILSS, 1977, p. 7.

considera que a dificuldade em se formular questionamentos corretos no âmbito da investigação tradutória está no fato de a teoria da tradução enquanto campo de pesquisa pertencer à Linguística Textual, a qual, em seu tempo, ainda estava em desenvolvimento³¹². Sob outra perspectiva, Vernay (1974) conclui que a Ciência da Tradução tem o seu próprio lugar na Linguística Aplicada, mas que essa relação tem limites, posto que, a seu ver, não se trata unicamente do estudo da língua como língua. Consequentemente, haveria de se empregar métodos e critérios de outras ciências não linguísticas, tais como a antropologia, a sociologia e a etnologia, bem como métodos da Sociolinguística e da Psicolinguística:

Logo, a Ciência da Tradução revela-se como uma disciplina interdisciplinar. Como tal, recorre, em primeira instância, à linguística geral, ela porém depende também do auxílio dos estudos da comunicação, da sociologia, da psicologia e de outras áreas científicas³¹³. (VERNAY, 1974/1981, p. 248, tradução nossa)

Através da afinidade entre seus respectivos objetos de investigação, a Ciência da Tradução buscou em outros campos disciplinares já consolidados os conhecimentos teóricos, metodológicos e terminológicos necessários para construir sua base teórica³¹⁴. Esses não estariam restritos à linguística e suas ramificações. Kade (1968), por exemplo, destaca o papel da Ciência da Comunicação para a identificação de fatores relevantes do processo tradutório e para a integração de outras áreas ao campo tradutológico³¹⁵.

A identificação de fatores, no entanto, é orientada por uma diretriz epistemológica característica das Ciências Exatas, a qual também foi incorporada pela linguística em sua constituição: a definição de um objeto concreto de investigação. Desse modo, vemos Kade isolar do processo tradutório apenas as *regularidades* (v. capítulo 5):

Os processos objetivos (independentes do indivíduo e de sua consciência) na translação são determinados primeiramente por fatores que resultam dos fatos das línguas enquanto código. Sistemas de signos linguísticos demonstram, graças à sua convencionalidade subjacente, um grau elevado de estabilidade, de modo que as relações de equivalência entre as diversas línguas são também sistêmicas e seu efeito na translação tem caráter bastante regular³¹⁶. (KADE, 1968/1981, p. 211, tradução nossa)

³¹² COSERIU, 1978/2010, p. 253 et seq.

³¹³ Demnach stellt sich die Übersetzungswissenschaft dar als ein interdisziplinäres Fach. Als solches greift sie in erster Linie zurück auf die allgemeine Sprachwissenschaft, ist aber auch angewiesen auf die Hilfe der Kommunikationswissenschaft, der Soziologie, der Psychologie und anderer wissenschaftlicher Bereiche.

³¹⁴ Cf. WILSS, 1977, p. 76.

³¹⁵ KADE, 1968/1981, p. 200.

³¹⁶ Die objektiven (nicht vom Individuum und dessen Bewußtsein abhängigen) Vorgänge in der Translation werden zunächst einmal von den Faktoren bestimmt, die aus den Gegebenheiten der als Kode dienenden Sprachen resultieren. Sprachliche Zeichensysteme weisen dank der ihnen zugrundeliegenden Konvention eine hohe Stabilität auf, so daß die zwischen verschiedenen Sprachen bestehenden Äquivalenzbeziehungen ebenfalls systemhaft sind und ihr Wirken in der Translation weitgehend gesetzmäßigen Charakter hat.

Com o decorrer dos anos de 1970, as limitações trazidas pela abordagem estritamente linguística da tradução tornaram-se cada vez mais flagrantes. Como afirma Wilss:

Os problemas de objetivação levantados aqui encontram explicação, em primeira instância, no fato de que não se pode designar tradução, como supostamente ocorreu mediante a influência da tradução automática, como operação “puramente linguística” (FEDEROV, 1958), mas sim, deve ser compreendida como processo psicolinguístico e sociolinguístico, que só a muito custo pode ser perscrutado através de uma representação científica exaustiva³¹⁷. (WILLS, 1977, p. 76, tradução nossa)

Os diferentes posicionamentos apresentados desvelam um acentuado problema de identidade do campo disciplinar, a ponto de sua própria existência ser questionada. Embora o objeto de investigação da Ciência da Tradução tenha um inegável aspecto linguístico, a função atribuída a esse aspecto varia a cada nova proposta teórica. Ademais, a filiação da Ciência da Tradução à linguística não representa qualquer unanimidade, e mesmo entre aquelas propostas que referenciam o vínculo entre os dois campos de estudo não conseguem, de modo inequívoco, identificar a que ramificação da linguística a Ciência da Tradução estaria, de fato, vinculada.

Kaindl (2004) faz observações de natureza semelhante. Ele constata que, embora tenham sido alvo de exames de diversas disciplinas, a tradução e a interpretação nunca ocuparam o centro do interesse de qualquer uma delas:

Um panorama dos (des)caminhos dos Estudos da Tradução nas diversas disciplinas trouxe os seguintes resultados: por muito tempo, os temas de interesses da Ciência da Tradução e da Ciência da Interpretação foram, em certo grau, tratados “de modo paralelo” pelas mais diversas disciplinas; as pesquisas foram conduzidas de acordo com os respectivos interesses de cada uma das áreas, sem se aspirar a um olhar do objeto como um todo; a integração e o posicionamento da Ciência da Tradução no interior de outras disciplinas – sobretudo da linguística – nunca foram realmente inequívocos³¹⁸. (KAINDL, 2004, p. 320, tradução nossa)

As causas para o presente quadro estão, conforme Kaindl, na falta de uma organização institucional. Isenta de uma orientação comum, a Ciência da Tradução esteve sujeita às

³¹⁷ Die auftretenden Objektivierungsprobleme erklären sich vorab aus dem Umstand, daß man Übersetzen nicht, wie es vermutlich unter dem Einfluß der Maschinenübersetzung geschehen ist, als rein „linguistische Operation“ (Federov 1958) bezeichnet darf, sondern als psycholinguistischen und soziolinguistischen Prozeß auffassen muß, der sich einer exhaustiven wissenschaftlichen Darstellung nur schwer erschließt.

³¹⁸ Ein Überblick über die (Irr-)Wege der Translationswissenschaft durch verschiedene Disziplinen brachte dabei folgende Ergebnisse: Übersetzungs- und dolmetschwissenschaftliche Belange wurden lange Zeit von den verschiedensten Disziplinen gewissermaßen „nebenher“ mitbetreut; die Untersuchungen wurden im Hinblick auf die jeweiligen einzelfachlichen Interessen durchgeführt, ohne dass auf eine Gesamtschau des Gegenstandes abgezielt wurde; die Integration und Positionierung der Übersetzungswissenschaft innerhalb anderer Disziplinen – allen voran der Sprachwissenschaft – war nie wirklich eindeutig.

flutuações da Linguística, com consequências especialmente graves para a própria noção de tradução:

Dessa forma, definições linguísticas do conceito de tradução são amparadas pelos interesses das pesquisas linguísticas dominantes de uma época e integraram, com o passar do tempo, os níveis da palavra, da frase e, enfim, do texto, sendo que a existência de uma relação de equivalência entre original e tradução sempre constituiu uma característica definitiva essencial³¹⁹. (KAINDL, 2004, p. 321, tradução nossa)

A essa conclusão também chegamos no capítulo anterior. Dada a dependência da linguística, até a década de 1970, a Ciência da Tradução esteve restrita ao plano teórico, o que representa um claro obstáculo ao intercâmbio entre teoria, prática e didática da tradução. Vejamos a seguir os pormenores dessa relação no contexto da formação de tradutores em instituições europeias, em especial as alemãs.

6.1.2 A formação de tradutores e intérpretes na Alemanha

Como previamente exposto, com o término da Segunda Guerra Mundial instaurou-se uma nova dinâmica entre as nações, com ênfase na comunicação e na cooperação internacional. Atrelada à nova conjuntura esteve o aumento da demanda por traduções e interpretações e, com isso, a valoração positiva da atividade tradutória e o estímulo necessário para sua profissionalização. Conforme explica Wilss (1999), um dos sinais mais inconfundíveis de expansão dos movimentos de profissionalização de uma dada camada profissional é a criação de institutos de formação. No caso da tradução, o aumento significativo no número de instituições fundadas no Pós-Guerra para o treinamento de tradutores e intérpretes corrobora essa afirmação: entre as décadas de 1940 e 1960, segundo os dados levantados por Wilss, foram fundados centros de treinamento em Graz e Innsbruck (Áustria, 1946), em Mainz/Germersheim e Saarbrücken (Alemanha, respectivamente, 1947 e 1948), em Georgetown/Washington (Estados Unidos, 1949), em Trieste (Itália, 1954) e Paris (França: ESIT e ISIT, ambas em 1957)³²⁰.

³¹⁹ So werden linguistische Definitionen des Übersetzungsbegriffs von den jeweils dominierenden sprachwissenschaftlichen Forschungsinteressen getragen und haben im Lauf der Zeit die Wort-, die Satz- und schließlich die Textebene miteinbezogen, wobei immer eine in Form von Äquivalenzbeziehung zwischen Original und Übersetzung bestehende Relation ein wesentliches definitorisches Merkmal bildet.

³²⁰ WILSS, 1999, p. 138.

Com a fundação dos institutos em Germersheim e Saarbrücken, estavam erguidos os quatro centros de formação de tradutores e intérpretes mais representativos para os Estudos da Tradução na Alemanha: no final da Segunda Guerra Mundial, as universidades de Heidelberg e Leipzig já haviam iniciado os seus próprios programas de formação. O Instituto de Interpretação (al. *Dolmetscher Institut*; hoje: *Seminar für Übersetzen und Dolmetschen* - SÜD) da Universidade de Heidelberg foi fundado em 1928 e esteve vinculado à Instituição de Ensino Superior de Mannheim, sendo incorporado à Universidade de Heidelberg em 1930³²¹. A partir da Escola de Línguas Estrangeiras da cidade de Leipzig (al. *Fremdsprachenschule der Stadt Leipzig*), criada em 1945, foi concebido, por seu turno, o Departamento de Interpretação e Tradução do Instituto de Pedagogia da Universidade de Leipzig, em 1953³²².

Fundados num contexto histórico diferente, os institutos em Germersheim e Saarbrücken resultaram da interferência das Forças de Ocupação francesas na região; sua constituição, no entanto, envolveu processos bastante desiguais. Ao relatar a criação desses institutos, Wilss (1999) comenta que, se por um lado o *Auslands- und Dolmetscherinstitut* [Instituto de Relações Exteriores e Interpretação] da Universidade de Mainz (campus Germersheim) contou desde o princípio com corpo docente próprio, o que, em sua opinião, teria sido a razão de seu crescimento, o *Institut für Übersetzen und Dolmetschen* [Instituto de Tradução e Interpretação] da Universidade de Saarbrücken, além de não possuir corpo docente próprio, teve reconhecimento tardio nos grandes círculos: isso ocorreu apenas após a década de 1960, quando sua manutenção foi assegurada ao constituir-se como instituto independente³²³.

Restrito apenas à Alemanha Ocidental, Wilss (1977) destaca a posição dos institutos em Heidelberg, Germersheim e Saarbrücken na formação de tradutores durante a década de 1970:

A formação de tradutores e intérpretes com elevado grau de qualificação linguística e técnica foi uma tarefa assumida, no que concerne à Alemanha Ocidental e em se tratando de cursos universitários, por três universidades, Heidelberg, Mainz/Germersheim e Saarbrücken; seus cursos destacam-se daqueles conduzidos por institutos de tradução não universitários e escolas de línguas por oferecerem também cursos que não buscam primariamente objetivos didáticos práticos, mas que servem à elucidação analítica do processo de cognição e formulação ao se traduzir

³²¹ Cf. SAGAWÉ, Helmut. Vom Dolmetscher-Institut der Handelshochschule Mannheim zum Seminar für Übersetzen und Dolmetschen der Universität Heidelberg. 2012 (Disponível em <<http://www.uebersetzungswissenschaft.de/iued-historie.htm>>, acesso em: 03 out. 2013)

³²² Informações disponível no site oficial do Instituto: <<http://www.uni-leipzig.de/~ialt/JOOMLA/content/view/51/66/>> (Acesso em: 03 out. 2013).

³²³ WILSS, 1999, p. 141 et seq.

ou interpretar, e sua compreensão como processo de sincronização interlingual³²⁴. (WILSS, 1977, p. 26, tradução nossa).

Essas linhas foram escritas numa época, como Wilss depois relata, em que não havia uma orientação comum quanto à formação de tradutores e intérpretes. Embora se tenha publicado com alguma profusão no âmbito da formação de mediadores linguísticos, não se havia até então concebido uma diretriz válida a todos os programas de formação³²⁵. Como causas para incerteza quanto aos objetivos do ensino de tradução e interpretação, ele menciona: (1) a falta de preparo das universidades alemãs e austríacas, no momento da fundação desses institutos; e (2) o fato de não se ter claro para quais necessidades do mercado de trabalho esses institutos deveriam preparar seus alunos. Em comum, eles teriam tão somente a prioridade conferida às línguas inglesa e francesa, a clara distinção entre a formação de tradutores e a formação de intérpretes e a ênfase na formação de tradutores técnicos³²⁶.

Wilss (1999) relata ainda que a criação dos institutos não foi vista com bons olhos por membros dirigentes das universidades, que se opunham à destinação da atividade acadêmica para fins práticos. Além disso, ou talvez em decorrência disso, em vez de um planejamento significativo, os programas de formação foram conduzidos por meio de improvisações e relegados à condição de programas marginais, uma condição que, segundo o autor, perduraria até os dias de hoje. Consequentemente, os programas costumam ser de duração mais curta, se comparados aos demais programas de formação universitária, e por longo tempo não houve qualquer coordenação científica – e, assim, tampouco houve matérias que abordassem a tradução como objeto de estudo científico³²⁷.

Não obstante, ele enfatiza os esforços, sobretudo dos institutos em Saarbrücken, GERMERSHEIM e HEIDELBERG, no sentido de fornecer a seus alunos qualificação profissional voltado para a prática e com bases científicas. De sua própria formação profissional, ele relata um episódio em que foi implementada uma matéria voltada à abordagem científica da tradução: “a base para isso era o pensamento de que a investigação científica com a constelação de

³²⁴ [...] die Ausbildung von sprachlich und fachlich hochqualifizierten Übersetzern und Dolmetschern, eine Aufgabe, der sich, wie gesagt, im Rahmen der Bundesrepublik Deutschland, soweit es sich um einen universitären Studiengang handelt, drei Universitäten, Heidelberg, Mainz/Germersheim und Saarbrücken, angenommen haben; ihre Studiengänge heben sich von denen nichtuniversitärer Dolmetschsinstitute und Sprachenschulen dadurch ab, daß sie auch Lehrveranstaltungen anbieten, die keine primär praktischen Übungs- und Lernziele verfolgen, sondern dazu dienen, den Denk- und Formulierungsprozeß beim Übersetzen und Dolmetschen analytisch zu erhellen und ihn als interlingualen Synchronisationsvorgang verständlich zu machen.

³²⁵ WILSS, 1999, p. 145.

³²⁶ Ibid., p. 146 et seq.

³²⁷ Ibid., p. 148.

fatos determinantes para o estudo estabeleci- am os padrões conceituais e metodológicos para a atividade profissional posterior³²⁸” (WILSS, 1999, p. 150)

A rejeição ao movimento de “cientização”, isto é, da inclusão de bases teóricas para a formação de tradutores e intérpretes teve origem numa acalorada controvérsia entre teoria e prática³²⁹. A acusação geral, de acordo com Wilss, é de que a Ciência da Tradução se manteve isolada em sua torre de marfim e, assim, que elaborava argumentações sem qualquer valor para a prática tradutória:

A Ciência da Tradução, que a todo o momento e de forma completamente alheia à realidade, é equiparada a Teoria de Tradução [...], opera ‘antecipadamente’, isto é, antes da prática tradutória ou ‘posteriormente’, isto é, depois da prática tradutória, mas não ‘paralelamente’, isto é, em cooperação com a prática tradutória³³⁰. (WILSS, 1999, p. 154, tradução nossa)

Wilss contra-argumenta, no entanto, afirmando que a teoria parte da prática e, por isso, a prática deve estar no centro das reflexões teóricas. Ele distingue dois caminhos possíveis para uma teoria de tradução: o exame das condições, possibilidades e limites do traduzir ou o exame dos critérios de avaliação objetiva de uma tradução. Em ambos os casos, o ambiente cultural de que se origina o texto de partida teria função fundamental, bem como a pessoa do tradutor, o ambiente cultural a que pertence e a base de seus conhecimentos, e, por fim, a função e o grupo receptor do texto de chegada³³¹.

Os relatos de teorizadores que se formaram nesse período são bastante reveladores no que diz respeito à segregação entre teoria e prática na didática da tradução. Como descreve Christiane Nord (2004), a formação em Heidelberg na década de 1960 esteve pautada pela aquisição de competências linguísticas e culturais³³². Sigrid Kupsch-Losereit (2004), por sua vez, revela que, mesmo durante o doutorado, o ensino seguia o “padrão tradicional”, ou seja, traduzir independentemente da natureza do texto, do receptor e da situação extralinguística, mantendo apenas a invariância semântica e estilística³³³.

A falta de critérios objetivos para o ensino também se refletia nas avaliações. Hönig (2004) expressa sua profunda frustração, quando, durante a formação em Tübingen, as suas

³²⁸ Ihr liegt die Übersetzung zugrunde, daß die wissenschaftliche Auseinandersetzung mit den das Studium bestimmenden Sachverhalten die begrifflichen und methodischen Maßstäbe für die spätere Berufsarbeit setzt.

³²⁹ WILSS, 1999, p. 153.

³³⁰ Die Übersetzungswissenschaft, die ständig und völlig wirklichkeitsfremd mit Übersetzungstheorie gleichgesetzt wird [...], arbeitet „vorgängig“, das heißt vor der Übersetzungspraxis, oder „nachgängig“, das heißt nach der Übersetzungspraxis, aber nicht „mitgängig“, das heißt in Kooperation mit der Übersetzungspraxis.

³³¹ WILSS, op. cit., p. 155.

³³² NORD, 2004, p. 251.

³³³ KUPSCH-LOSEREIT, 2004, p. 216.

traduções para o alemão recebiam sinalizações de erro fundamentadas num suposto conhecimento mais profundo, por parte seus professores, da obra a ser traduzida. O traduzir era menos um exercício prático e mais um exercício literário, que pouca semelhança tinha com a rotina profissional:

Embora eu tente descrever minhas experiências com o traduzir, está claro para mim que elas representam apenas uma parte da consciência que eu tinha à época. De fato, também tinha consciência de que me faltava inteiramente uma experiência, a de produzir traduções em troca de honorários e sob pressão de tempo, cuja qualidade seria então avaliada. Ainda que a maioria dos colegas tivesse que reconhecer esse déficit, isso parecia incomodar apenas poucos deles. Bem ao contrário, pois me explicaram que não era a tarefa de uma universidade treinar os estudantes para a rotina profissional. Antes, tratava-se de praticar o traduzir de textos realmente desafiadores, de modo exemplar e metódico – quem aprendia isso, estaria então certamente em condições de cumprir uma rotina tradutória³³⁴. (HÖNIG, 2004, p. 133s., tradução nossa)

Essa deficiência acompanhou-o no início de sua carreira docente, na década de 1970, e foi agravada por uma clara concepção de tradução por parte de colegas e alunos, caracterizada pela ilusão de simetria entre os textos, de equivalência entre as palavras e de um significado único do texto. Na época, compreendia-se a competência tradutória como conhecimentos das “regras e regularidades da língua” (HÖNIG, 2004, p. 134).

Embora fosse essa a situação em muitos centros de formação, havia exceções como, por exemplo, o Departamento de Linguística Aplicada da Universidade de Leipzig, na Alemanha Oriental. Gerd Wotjak (2006) revela que, já na década de 1960, a Universidade de Leipzig conciliava formação e pesquisa, inclusive com a divulgação de resultados em eventos científicos internacionais:

A formação de tradutores e intérpretes era o campo de trabalho empírico para investigações do processo de translação, bem como para estudos contrastivos entre as línguas, cujos resultados foram apresentados sobretudo nos congressos internacionais “Grundfragen der Übersetzungswissenschaft” [Questões Fundamentais da Ciência da Tradução], organizados a cada cinco anos desde 1965, e encontraram expressão em artigos do periódico *Fremdsprachen*, assim como nas séries *Übersetzungswissenschaftliche Beiträge* e *Linguistische Arbeitsberichte (LAB)*³³⁵. (WOTJAK, 2006, p. ix, tradução nossa, grifos do autor)

³³⁴ Obwohl ich versuche, meine mit dem Übersetzen gemachten Erfahrungen zu beschreiben, ist mir klar, dass sie nur einen Teil meines damaligen Bewusstseins ausmachen. Mir war nämlich auch bewusst, dass mir eine Erfahrung gänzlich fehlte, nämlich die, gegen Honorar und unter Zeitdruck Übersetzungen zu machen, deren Qualität dann beurteilt wurde. Obwohl sich auch die meisten Kolleginnen und Kollegen zu diesem Defizit bekennen mussten, schien es nur wenige zu beunruhigen. Eher im Gegenteil, denn mir wurde erklärt, dass es nicht die Aufgabe einer Universität sei, Studierende für den Berufsalltag abzurichten. Es ginge vielmehr darum, das Übersetzen von wirklich anspruchsvollen Texten exemplarisch und akribisch zu üben – wer dies gelernt habe, sei dann gewiss auch in der Lage, die übersetzerischen Routinegeschäfte zu erledigen.

³³⁵ Die Dolmetscher- und Übersetzer Ausbildung war das empirische Arbeitsfeld für Untersuchungen des Translationsprozesses sowie für sprachvergleichende Studien, deren Ergebnisse vor allem auf den seit 1965 alle fünf Jahre stattfindenden

O contexto descrito por Wotjak foi essencial para a constituição da chamada “Escola Translatológica de Leipzig”, que contou com representantes como Otto Kade, Albrecht Neubert e o próprio Wotjak (v. capítulos 4 e 5). Na Alemanha Ocidental, as mudanças no panorama começaram a ser articuladas apenas no início da década de 1970, e efetivadas na década de 1980.

Nesse ínterim, reinava o descompasso entre os avanços da tradução no campo teórico e sua estagnação no campo didático: embora o período histórico testemunhasse notáveis avanços no campo da linguística, e essas mudanças tivessem claro efeito sobre as teorias de tradução, colocando-as num curso de aproximação da prática, a concepção de tradução vigente nos cursos de formação de tradutores não acompanhou essas mudanças. Para mitigar o problema, novos modelos teóricos, capazes de unir teoria, prática e didática da tradução, eram absolutamente necessários.

6.1.3 As manifestações funcionalistas

O pouco prestígio conferido pela gestão universitária à formação prática de tradutores e intérpretes, em larga medida consequente da controvérsia estabelecida entre o desenvolvimento teórico acadêmico e o ensino prático profissionalizante, teve efeitos bastante negativos na estrutura dos centros de formação. Gerzymisch-Arbogast (2004) relata que, quando ingressou no *Institut für Übersetzen und Dolmetschen* da Universidade de Heidelberg como docente, o instituto padecia de uma debilidade estrutural inerente a instituições de natureza semelhante naquela época, que incluía: (1) o lugar de subordinação do componente científico e a prevalência da orientação prática; (2) a impossibilidade de fornecer títulos de doutoramento e livre-docência e, com isso, a pouca consciência científica da formação no sentido humboldtiano de associar pesquisa e ensino; (3) a omissão em fornecer, fomentar uma nova geração de cientistas; e (4) o pouco apoio recebido das instituições alemãs de fomento. Segundo a teorizadora, seriam essas as causas do distanciamento entre teoria (compreendida como a pesquisa

internationalen Tagungen zu „Grundfragen der Übersetzungswissenschaft“ vorgestellt wurden und in Beiträgen der Fachzeitschrift Fremdsprachen sowie in den Schriftenreihen *Übersetzungswissenschaftliche Beiträge* und *Linguistische Arbeitsberichte (LAB)* ihren Niederschlag fanden.

filológica, linguística ou literária) e a prática (compreendida como o deslocamento concreto de textos de uma língua ou cultura em outra)³³⁶.

Como vimos, o panorama acima se mantivera praticamente inalterado desde o final da Segunda Guerra Mundial, havendo, no entanto, relatos de esforços empreendidos desde os anos 1960 para que houvesse, por um lado, cooperação entre a pesquisa teórica e o ensino prático e, por outro, para que se constituísse uma disciplina dedicada especificamente ao processo tradutório.

Um dos momentos de virada destacados pela historiografia dos Estudos da Tradução de língua alemã é a publicação, em 1971, de *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik* [Possibilidades e Limites da Crítica de Tradução] de Katharina Reiss. O livro, conforme a autora, veio sendo formulado desde 1965, em função de sua atividade docente na Universidade de Heidelberg³³⁷. Christiane Nord (2004) rememora que, em suas aulas, Reiss costumava destacar critérios até então pouco considerados na crítica da tradução, tais como o “sentimento linguístico” (al. *Sprachgefühl*), a estilística comparada e a relação com a situação e o tempo de produção³³⁸.

Katharina Reiss graduou-se em Língua Espanhola em 1944. Durante seus estudos, a tradução sempre lhe causara fascinação, embora também a intrigassem as críticas de tradução conduzidas sem fundamento ou justificativa³³⁹. Com a experiência tradutória, sobretudo após receber o título de doutora, vieram-lhe as vivências fundamentais para suas teorizações:

As experiências obtidas na prática individual da tradução são, a meu ver, imprescindíveis para quem queira se ocupar com a teoria do traduzir – até para que ele se previna de construir “castelos de vento” teóricos. Junto com a experiência adquirida com a prática da tradução, a prática docente deu então o impulso determinante para a sistematização de questões teóricas³⁴⁰. (REISS, 2004, p. 274, tradução nossa)

Se a atividade prática lhe proveu os subsídios para a sua produção teórica, a atividade docente deu-lhe o impulso: passados seis anos desde que assumira a chefia do Departamento de Espanhol da Universidade de Heidelberg, publicou o seu famoso modelo de crítica tradutória (REISS, 1971). Na época, segundo relata, não poderia imaginar a repercussão que ele teria

³³⁶ GERZYMISCH-ARBOGAST, 2004, p. 106 et seq.

³³⁷ REISS, 2004, p. 274 et seq.

³³⁸ NORD, 2004, p. 253.

³³⁹ REISS, op. cit., p. 273.

³⁴⁰ Die bei eigener Übersetzungspraxis gemachten Erfahrungen sind m.E. unverzichtbar für jeden, der sich mit der Theorie des Übersetzens befassen will – schon damit er davor bewahrt wird, theoretische „Luftschlösser“ zu bauen. Neben der aus der Übersetzungspraxis gewonnenen Erfahrung gab dann den entscheidenden Anstoß zur systematischen Befassung mit theoretischen Fragen die Unterrichtspraxis.

– hoje, o livro conta com traduções para o russo, o turco, o chinês, o espanhol, o inglês e o francês³⁴¹.

Com a escassez de materiais teóricos apropriados para o ensino de tradução, o livro de Katharina Reiss tornou-se obra de referência nos anos de 1970. Kupsch-Losereit revela ter tomado conhecimento dessa obra através da indicação de uma colega em Germersheim. Os determinantes extralinguísticos e a demonstração de sua importância para o processo tradutório foram-lhe como uma revelação, “quase um choque pragmático” (KUPSCH-LOSEREIT, 2004, p. 217), tornando-se, assim, a base teórica de suas aulas.

Em meados da década de 1970, apareciam, com cada vez mais frequência, novos indícios de mudanças no campo da didática da tradução. Como descreve Kussmaul³⁴², “o pensamento de que se deveria atribuir mais peso à cultura de chegada, naquela época, pairava no ar, ao menos em Germersheim, para mim e para outros colegas³⁴³” (KUSSMAUL, 2004, p. 223, tradução nossa). No entanto, quem viria a articulá-lo seria o também professor em Germersheim, Hans J. Vermeer.

Nascido em Iserlohn, Alemanha, Vermeer graduou-se tradutor do inglês e do espanhol pela Universidade de Heidelberg em 1952. Após uma estada na Universidade de Lisboa, formou-se tradutor e intérprete do português. Tendo defendido sua tese de doutorado, em 1962, sobre o uso de expressões adjetivais e verbais de línguas indo-germânicas e seus problemas de tradução, permaneceu na Universidade de Heidelberg até 1971, quando passou a ocupar a cadeira de Linguística Aplicada no campus de Germersheim da Universidade de Mainz, onde lecionou até 1983. Em 1984, retornou à Universidade de Heidelberg como membro do Departamento de Língua Portuguesa, compondo o corpo docente da instituição até a aposentadoria, em 1992. Vermeer ainda atuou como professor visitante em Innsbruck, Istambul e novamente em Germersheim. Ele faleceu em Heidelberg em 2010.

Foi durante a primeira parada em Germersheim que Vermeer concebeu o seu quadro teórico para uma teoria geral de tradução. Como observa Hönig (2004), embora tivesse assumido a cadeira de Linguística Aplicada, Vermeer compreendeu que sua tarefa era elucidar o *status* das teorias de tradução³⁴⁴. Durante o ano letivo de 1976-1977, ele desenvolveu suas considerações teórico-metodológicas que ele viria depois a sistematizar no artigo “Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie” [Um quadro para uma teoria geral de trans-

³⁴¹ REISS, 2004, p. 274.

³⁴² A grafia alemã, Kußmaul, foi alterada, dado que a letra ß não existe em português.

³⁴³ Der Gedanke, dass man der Zielkultur ein stärkeres Gewicht verleihen müsse, lag damals, zumindest in Germersheim, bei mir und einigen meiner Kollegen und Kolleginnen in der Luft.

³⁴⁴ HÖNIG, 2004, p. 135.

lação] (VERMEER, 1978). Na plateia estavam os colegas Hans G. Hönig, Paul Kussmaul e Sigrid Kupsch-Losereit. Kussmaul (2004) comenta o nascimento da *Skopostheorie*:

Ele se articulou num curso que, se bem me lembro, foi ministrado no semestre de verão de 1977. Hans Josef Vermeer falou em suas aulas sobre teorias de translação e eu participei delas junto com Sigrid Kupsch-Losereit e Hans Hönig. A princípio, as aulas começavam da maneira tradicional: Vermeer expunha o seu conteúdo e nós e os estudantes o ouvíamos. Mas logo se desenvolvia uma vívida discussão entre nós três e Vermeer que normalmente durava toda a aula, de modo que eu me perguntava o que faria Vermeer depois com o script de suas aulas. Eu achava esse estilo de aula excepcionalmente instigante. O que diziam os estudantes a respeito e quantos deles aguentavam até o final, eu não sei mais. Não se pode dizer ao certo quanto de seu planejamento Vermeer conseguia de fato expor, mas o curso teve, talvez se possa dizer assim, um resultado extremamente importante para a Ciência da Tradução. Em 1978, foi publicado um artigo de Vermeer no periódico *Lebenden Sprachen* com o título “Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie”. Esse artigo foi o marco-zero da *Skopostheorie*³⁴⁵. (KUSSMAUL, 2004, p. 223, tradução nossa)

Em Kussmaul, a proposta teórica de Vermeer teria tido efeito libertador, “como se a teoria da tradução finalmente fosse posta nos eixos” (KUSSMAUL, 2004, p. 223). Hönig (2004) salienta que o maior mérito de Vermeer foi “retirar a teoria da tradução do domínio da Linguística Contrastiva e da Linguística Normativa, enquadrá-la na Pragmática e abri-la a abordagens interdisciplinares, psicolinguísticas, relativas aos Estudos Culturais e à Teoria da Ação³⁴⁶” (HÖNIG, 2004, p. 135, tradução nossa). Kupsch-Losereit, por sua vez, declara ter tido naquela época a impressão, embora ainda difusa, de testemunhar o nascimento de uma nova disciplina. Apesar do furor, ela conta que a *Skopostheorie* não foi aceita por todos, resultando em discussões acaloradas mesmo entre o corpo docente do instituto. A controvérsia teria lhes rendido a designação de “funcionalistas”, a qual, segundo Kupsch-Losereit (2004), eles ostentavam como título honorário³⁴⁷.

Hönig e Kussmaul atribuem ao intercâmbio com Vermeer a motivação e a base teórica para escrever *Strategie der Übersetzung* [Estratégia de tradução], publicado em 1982, onde,

³⁴⁵ Er artikulierte sich in einer Vorlesung, die, wenn ich mich recht erinnere, im Sommersemester 1977 stattfand. Hans Josef Vermeer las über Translationstheorie, und ich nahm daran zusammen mit Sigrid Kupsch-Losereit und Hans Hönig teil. Die Vorlesung begann zunächst in traditioneller Manier: Vermeer trug vor und die Studenten und wir hörten zu. Doch schon bald entwickelte sich eine lebhaft Diskussion zwischen uns dreien und Vermeer, die oft die ganze Vorlesungszeit einnahm, so dass ich mich fragte, was Vermeer wohl mit seinem Vorlesungsskript machen werde. Ich fand diesen Vorlesungsstil ungemein anregend. Was die Studenten dazu sagten und wie viele von ihnen bis zum Schluss durchhielten, weiß ich nicht mehr. Wie viel Vermeer von seinem Manuskript in die Vorlesung einbringen konnte, ließ sich auch nicht feststellen, aber die Vorlesung hatte, das darf man wohl sagen, ein für die Übersetzungswissenschaft äußerst wichtiges Resultat. Im Jahr 1978 erschien in den *Lebenden Sprachen* ein Aufsatz von Vermeer mit dem Titel „Ein Rahmen für eine allgemeine Translations-theorie“. Dieser Aufsatz war der Grundstein für die Skopostheorie.

³⁴⁶ Vermeers großes Verdienst war und ist es, die Übersetzungstheorie dem Herrschaftsanspruch der kontrastiven und normativen Sprachwissenschaft zu entziehen, sie in der Pragmatik anzusiedeln und sie für handlungstheoretische, kulturwissenschaftliche, psycholinguistische und interdisziplinäre Ansätze zu öffnen.

³⁴⁷ KUPSCH-LOSEREIT, 2004, p. 218.

como relata Hönig (2004), ele e Kussmaul tentaram desenvolver critérios objetivos para fundamentar as decisões tradutórias e atestar a qualidade das traduções:

Já a palavra “estratégia” no título revela aos iniciados que nós queríamos considerar as ações tradutórias em relação a seu destinatário e queríamos considerá-las e analisá-las levando em conta o seu sucesso, visto que uma estratégia só é bem sucedida quando determina e conecta todos os parâmetros que definem uma situação³⁴⁸. (HÖNIG, 2004, p. 136, tradução nossa)

Segundo Hönig, mesmo depois de trinta anos, o livro ainda tem um volume considerável de vendas³⁴⁹.

O intercâmbio teórico entre Katharina Reiss e Hans J. Vermeer começou quando, após deixar a Universidade de Heidelberg e receber o título de livre-docente pela Universidade de Mainz, ela passou a pendular entre Würzburg e Germersheim. Lá, segundo a teorizadora, ela teria mantido uma estreita cooperação com Vermeer, através da qual passou a ocupar-se cada dia mais de temas relativos à tradução³⁵⁰. Da parceria entre eles resultou o livro de 1984, *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie* [Fundamentos de uma teoria geral de translação].

No mesmo ano, Justa Holz-Mänttari publicou em Helsinque, Finlândia, *Translatorisches Handeln* [Ação translacional]. O livro, submetido à apreciação de uma banca examinadora para obtenção do título de doutora, teve como base, segundo relata a autora, a sua experiência profissional como “designer de textos” desde sua imigração para a Finlândia em 1960³⁵¹. Num relato não linear de sua trajetória pela tradução, Holz-Mänttari conta de diversos momentos em que o seu caminho e o de Hans Vermeer se cruzaram, bem como da cooperação que nasceu desse contato. Em uma dessas passagens, ela conta de uma vez em que, graças a uma bolsa concedida pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), ela retornou à Alemanha e encontrou-se com Vermeer para discutir alguns tópicos da proposta teórica do autor:

Bastou um telefonema e, numa tarde de domingo, lá estava eu a caminho do apartamento de Vermeer em Heidelberg. Conversamos sem parar. Até a meia-noite, Hans Vermeer andou de um lado para o outro e sua esposa abasteceu-nos com chás finos da cozinha indiana. Nós debatedores tínhamos, cada qual, suas próprias concepções teóricas e experiências práticas – Hans Vermeer, sobretudo como intérprete em Portugal. Eu exercia a profissão autônoma de designer de textos na Finlândia, sobretudo

³⁴⁸ Schon das Wort „Strategie“ im Titel verrät dem Eingeweihten, dass wir übersetzerische Handlungen in Relation zu ihren Adressaten betrachten und im Hinblick auf ihren Erfolg betrachten und analysieren wollten, denn eine Strategie kann immer nur dann glücken, wenn sie alle Parameter bestimmt und vernetzt, die eine Situation definieren.

³⁴⁹ HÖNIG, 2004, p. 136.

³⁵⁰ REISS, 2004, p. 274 et seq.

³⁵¹ HOLZ-MÄNTTÄRI, 2012, p. 78 et seq.

no âmbito do comércio exterior, mas também em muitas outras áreas – com permissão especial do reitor de minha universidade. Para Hans J. Vermeer, essas experiências eram novas. Mas com a receptividade que lhe era própria, também para o novo, discutimos o que poderíamos e deveríamos agregar a nossas aulas e de que forma. Em nossa única publicação conjunta trabalhamos com discussões prolongadas³⁵². (HOLZ-MÄNTTÄRI, 2012, p. 79s., tradução nossa)

Mary Snell-Hornby, que ocupou o posto de professora substituta no Departamento de Inglês da Universidade de Heidelberg entre 1981 e 1983, atribui expressamente à abordagem funcional de Holz-Mänttari e Hans Vermeer o papel de propulsora do desenvolvimento da área num campo disciplinar autônomo³⁵³. No entanto, mesmo entre os “funcionalistas”, a proposta de Holz-Mänttari não foi aceita sem ressalvas. Hönig (2004) afirma que a teorizadora, ao mesmo tempo em que expandiu o olhar sobre a tradução, estreitou-o novamente. Ela teria elevado o tradutor a um “designer de textos”, dotado de uma competência tradutória que o habilitaria a satisfazer as necessidades comunicativas interculturais de seu cliente (o qual Holz-Mänttari denomina “portador de demanda”). Hönig, contudo, questiona a natureza dessa competência tradutória. Para ele, o tradutor deve não apenas fornecer uma tradução de qualidade, como poder esclarecer a seu cliente e a si mesmo em que consiste essa qualidade³⁵⁴.

De volta à Universidade de Heidelberg em 1984, Vermeer engajou-se no desenvolvimento da didática da tradução. Além de, em 1986, fundar o periódico *TextconText* junto com Holz-Mänttari e outros teorizadores³⁵⁵, iniciou, como conta Nord (2004), um círculo de discussões do qual participava parte do corpo docente do instituto. O grupo voltou-se a discutir o ensino de tradução e a sua ligação com a teoria, com a prática e a didática. Para Nord, o grupo de discussão comprovou a perpetuação de alguns problemas comuns ao ensino de tradução desde sua época de estudante:

Aqui ficou mais uma vez claro algo que eu já havia pensado com frequência e que essencialmente se confirma ainda hoje: quem hoje escolhe a profissão de “professor de tradução”, no fundo enfrenta o mesmo problema que eu enfrentava. Imitar o que se aprendeu com aqueles que se consideram bons professores, tentativa e erro e o gradual desenvolvimento de um estilo próprio, contanto que a vida não aponte outro caminho, são ainda as etapas de formação de professores de tradução *on the job*.

³⁵² Ein Anruf genügte, und ich war an einem Sonntagnachmittag unterwegs zu Vermeers Wohnung in Heidelberg. Wir redeten und redeten. Bis nach Mitternacht lief Hans Vermeer im Zimmer auf und ab, und seine Frau versorgte uns mit feinen Tee aus der indischen Teeküche. Wir Disputanten hatten je eigene theoretische Vorstellungen und praktische Erfahrungen – Hans Vermeer vor allem als Dolmetscher in Portugal. Ich war als freiberufliche Textdesignerin in Finnland vor allem im Außenhandel aktiv, aber auch in vielen anderen Bereichen – mit Sondergenehmigung des Rektors meiner Universität. Für Hans J. Vermeer waren diese Erfahrungen neu. Doch mit der ihm eigenen Offenheit, auch für Neues, diskutierten wir, was auf welche Weise in unsere Studiengänge eingebracht werden könnte und sollte. An der einzigen gemeinsamen Veröffentlichung arbeiteten wir mit ausgedehnten Diskussionen.

³⁵³ SNELL-HORNBY, 2004, p. 340.

³⁵⁴ HÖNIG, 2004, p. 137.

³⁵⁵ Contribuíam para a manutenção do periódico Helga Ahrens, Margret Ammann e Annette Wußler.

Dessas reflexões surgiu o meu primeiro livro sobre a didática da tradução, *Textanalyse und Übersetzen* (NORD, 1988) e a maioria de minhas outras publicações. Pois logo ficou evidente que eu havia esbarrado numa lacuna que causava (e naturalmente ainda causa) muito trabalho a colegas nos centros de formação que se proliferam no mundo todo: a falta de uma formação institucionalizada e de uma didática para docentes na formação universitária de tradutores³⁵⁶. (NORD, 2004, p. 255, tradução nossa)

Nord discrimina dois pilares de sua obra de 1988, a Linguística Textual e o Funcionalismo. Por um lado, a Linguística Textual ofereceu-lhe material não apenas para a análise dos textos, como para a tradução³⁵⁷. Por outro, o Funcionalismo forneceu resposta para uma pergunta que lhe afligia desde a sua formação: “como se traduz?” Segundo Nord, “função” parecia-lhe uma resposta muito mais adequada do que um mero “depende...”. Tamanha foi a satisfação com que recebeu a *Skopostheorie* que passou desde então a exercer uma “profissão paralela”: “‘Missionária’ em assuntos relacionados à Translação Funcional” (NORD, 2004, p. 256).

Assim como Nord, outros teorizadores publicaram aplicações dos preceitos funcionalistas ao longo da década de 1980. Nord (2012) cita como exemplos os modelos de avaliação de traduções de Kupsch-Losereit (1985; 1986), de Hönig (1986) e Kussmaul (1986), o modelo de crítica de traduções de Ammann (1989), o ensaio sobre os aspectos culturais da tradução de Löwe (1989) e o artigo de Schmitt (1989) sobre tradução técnica. A esses autores, bem como a ela mesma, Nord aplica a denominação “Segunda Geração Funcionalista”. Ela observa que, visto que a segunda geração não era muito mais jovem do que a primeira, essas primeiras aplicações dos preceitos funcionalistas podem ser consideradas o ponto de partida para o que inicialmente se considera “Funcionalismo” no âmbito internacional dos Estudos da Tradução³⁵⁸.

Para a circulação de sua produção teórica, os funcionalistas dispuseram de dois meios: o já mencionado periódico *TextconText*, publicado pela Universidade de Heidelberg entre 1986 e 2005 (com a exceção do ano de 1996) e a série de publicações *th* (= *translatorisches handeln*), cuja organização contava com a participação de Margret Ammann e na qual foram

³⁵⁶ Hier wurde mir einmal mehr etwas deutlich, was ich schon oft gedacht hatte und was auch immer noch im Wesentlichen zutrifft: Wer heute den Beruf des "Übersetzungslehrers" ergreift, steht im Grunde vor dem gleichen Problem, dem ich mich 1967 gegenüber sah. Nachahmen, was man bei geschätzten Lehrern selbst erfahren hat, Trial-and-Error, und allmählich die Entwicklung eines eigenen Lehr-Stils, sofern nicht das Leben irgendwann andere Wege weist, sind immer noch die Stufen der Übersetzungslehrausbildung "on the Job". Aus diesen Überlegungen heraus entstanden mein übersetzungsdidaktischer Erstling *Textanalyse und Übersetzen* (Nord 1988) und die meisten meiner anderen Publikationen. Denn sehr bald stellte sich heraus, dass ich hiermit in eine Lücke gestoßen war, die den Kolleginnen und Kollegen an den weltweit wie Pilze aus dem Boden schießenden Ausbildungsstätten zu schaffen machte (und offenbar noch macht): das Fehlen einer institutionalisierten Ausbildung und einer Didaktik für Lehrende in der universitären Übersetzungsausbildung.

³⁵⁷ NORD, 2004, p. 254 et seq.

³⁵⁸ Id., 2012, p. 27.

publicados cinco volumes. A organização de ambos, do periódico e da série de publicações, foi encabeçada por Vermeer.

Alegando uma disputa por poder acadêmico em curso, Pym (2010) sistematiza o contexto institucional em que a abordagem funcional teve origem:

O contexto institucional não foi efêmero. A Alemanha e a Áustria tinham naquela época uma quantidade muito grande de escolas de tradução oferecendo programas completos de formação. Um levantamento (CAMINADE; PYM, 1995³⁵⁹) revelou o seguinte número de estudantes: Germersheim, 2900; Viena, 2500; Innsbruck, 1800; Heidelberg, 1350; Graz, 1300; Saarbrücken, 1200; e Hildesheim, 600. Esses números representam muitos postos acadêmicos, uma demanda real por pesquisa e o consequente espaço para publicação. Essas são as fontes para o poder acadêmico e os teorizadores lutam para obter essas coisas. Além disso, depois da queda do Muro de Berlim em 1989, houve uma disputa pelas escolas de treinamento de tradutores na Europa Central e no Leste Europeu, com *Mary Snell-Hornby* buscando, muito logicamente, uma “abordagem integrada” em parte ao insistir que os professores de tradução do leste “cortassem o cordão umbilical com os departamentos de Letras Modernas³⁶⁰” (1994, p. 433). O novo paradigma parecia pronto para criar um pequeno império na Europa.

Podemos também acompanhar a geografia dos próprios teorizadores. *Koller* estava em Heidelberg, mas então se mudou para Bergen, na Noruega, no final dos anos de 1970. *Reiss* também estava em Heidelberg até 1969, quando então se mudou para Würzburg; *Vermeer* estava na cidade próxima, Germersheim, onde coincidiu com pesquisadores da tradução como Hönig, Kussmaul e Kupsch-Losereit. A conexão em Germersheim também viabilizou o contato com o antropólogo Göhring, que forneceu fundamento significativo para a perspectiva cultural mais ampla. Vermeer então se mudou para Heidelberg na metade da década de 1980, onde sua abordagem teria influenciado *Christiane Nord* (graças a quem tomamos conhecimento desses detalhes). Nord mudou-se para Hildesheim e Viena, onde, com *Snell-Hornby*, o “funcionalismo” passou a dar as cartas. Mais tarde, Nord mudou-se para Magdeburg, na antiga Alemanha Oriental. Enquanto isso, Saarbrücken permaneceu fiel por bastante tempo à Linguística Aplicada como quadro teórico, assim como muitos docentes em todos os institutos mencionados. O resultado, ao longo de toda a década de 1980 e no início dos anos de 1990, foi uma série de rixas institucionais, que é melhor não relatarmos aqui. Nesse contexto, a teoria de tradução desempenhou um papel ativo na política acadêmica³⁶¹. (PYM, 2010, p. 49s., tradução nossa, grifos do autor)

³⁵⁹ CAMINADE, Monique; PYM, Anthony. *Annuaire mondiale des formations en traduction et en interprétation*. Special issue of *Traduire*. Paris: Société des Traducteurs Français, 1995.

³⁶⁰ SNELL-HORNBY, Mary; MOTAS, Doina; WILLIAMS, Jennifer. New translation departments - Challenges of the future. In: SNELL-HORNBY, Mary; PÖCHHAKER, Franz; KAINDL, Klaus (Hrsg.): **Translation Studies: An Interdisciplinary**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994, p. 431-434.

³⁶¹ The **institutional context** was not ephemeral. Germany and Austria at the time had a handful of very large translation school offering full degree programs. A survey (Caminade and Pym 1995) gave the following student numbers: Germersheim 2,900, Vienna 2,500, Innsbruck 1,800, Heidelberg 1,350, Graz 1,300, Saarbrücken 1,200, and Hildesheim 600. Those students numbers represent many academic jobs, a real demand for research, and consequent publication space. Those are the sources of academic power, and theorists can fight to get those things. Further, after the fall of the Berlin Wall in 1989, there was a struggle for the translator-training schools in Central and Eastern Europe, with **Mary Snell-Hornby** quite logically seeking an “integrated approach” in part by insisting that translation teachers in the East should “cut the umbilical cord with the department of Modern Languages” (1994: 433). The new paradigm seemed set to create a small empire in Europe. We can also follow the geography of the theorists themselves. **Koller** was at Heidelberg but moved to Bergen, Norway, in the late 1970s. **Reiss** was also at Heidelberg until 1969, when she moved to Würzburg; **Vermeer** was at nearby Germersheim, where he coincided with translation researchers including Hönig, Kussmaul, and Sigrid Kupsch-Losereit. The Germersheim connection also enabled contact with the anthropologist Göhring, who provided significant support for the broader cultural view. Vermeer then moved to Heidelberg in the mid-1980s, where his approach influenced **Christiane Nord** (whom we thank for these details). Nord moved to Hildesheim and Vienna where, with **Snell-Hornby**, “functionalism” became the order of the day. Nord later moved to Magdeburg, in former East Germany. Saarbrücken, meanwhile, has long remained faithful to Applied Linguistics as its frame, as indeed have many scholars within all the institutions mentioned. The

À parte o conteúdo político, sobre o qual não comentaremos neste ponto do trabalho, pela citação acima e pelo exposto até aqui fica evidente que a articulação institucional foi um fator essencial para a constituição de uma corrente funcionalista. Com a adesão de um grupo significativo de teorizadores e a posse de meios de publicação, ainda que tivessem um alcance apenas regional, os funcionalistas puderam fortificar a nova vertente teórica.

Todavia, o agrupamento de teorizadores em torno de um aporte teórico não era exclusividade das teorias de língua alemã: em Israel, na Bélgica e nos Países Baixos reuniu-se, na década de 1970, um grupo de teorizadores sob a designação “descritivistas”. A existência do grupo dos descritivistas no mesmo momento histórico demonstra que orientar a tradução ao público receptor do texto de chegada pertencia ao *Zeitgeist* das teorias de tradução. Faremos agora, portanto, um breve desvio de nosso percurso diacrônico, dedicando algumas páginas aos Estudos Descritivos da Tradução.

6.2 Os Estudos Descritivos da Tradução

Segundo a literatura especializada, os Estudos Descritivos da Tradução, corrente teórica com origens em Leuven (Bélgica), Amsterdã (Holanda) e Tel Aviv (Israel), teriam sido, de par com a abordagem funcional, responsáveis pela constituição dos Estudos da Tradução como campo disciplinar. Apesar de sua importância na constituição do próprio campo de pesquisa, devemos entretanto ressaltar que não pretendemos nos delongar no eixo sincrônico dessa investigação, posto que ele, por si só, poderia ser objeto de uma investigação específica. As observações a seguir têm o único intuito de demonstrar que parte dos preceitos determinantes na evolução da abordagem funcional pertencia ao clima intelectual da época, o que faz do Funcionalismo um movimento não isolado. Vejamos, assim, algumas das propostas teóricas dos Estudos Descritivos da Tradução, assim como um pouco de sua história.

result, throughout the 1980s and into the 1990s, was a series of institutional tussles that are best not recounted here. In that context, translation theory was playing an active role in academic politics.

6.2.1 O eixo Leuven-Amsterdã

O desenvolvimento dos Estudos Descritivos da Tradução ocorreu de modo paralelo à abordagem funcional, ladeado pelas fronteiras que separam Alemanha, Bélgica e Países Baixos. Ao traçar um perfil dessa vertente teórica, Gentzler (1993) destaca o papel fundador de três personalidades: James Holmes, Raymond van den Broeck e André Lefevere³⁶².

James Stratton Holmes nasceu em Collins, nos Estados Unidos. Formado em inglês e história, Holmes imigrou aos Países Baixos em 1949, onde trabalhou como poeta e tradutor. Em 1964, iniciou a atividade docente na Universidade de Amsterdã. Nessa época, como observam Gentzler (1993) e Snell-Hornby (2006), havia uma clara cisão no campo de investigação da tradução: de um lado estavam as abordagens literárias, que rejeitavam as pressuposições teóricas, as regras normativas e o jargão linguístico; do outro, as abordagens “científicas”, focadas em questões linguísticas, rejeitando as soluções alógicas e a especulação subjetiva³⁶³. Frequentador assíduo tanto das conferências organizadas pela *Applied Linguistics Association* como aquelas sediadas pela *International Comparative Literature Association*, Holmes “foi um espírito independente e inovador circulando entre mundos tão distantes, tanto no sentido acadêmico quanto no sentido geográfico, e ele teve sucesso em aproximá-los pela tradução³⁶⁴” (SNELL-HORNBY, 2006, p. 41, tradução nossa).

Em 1972, Holmes conduziu uma conferência no Third International Congress of Applied Linguistics, em Copenhague, em que chamou a atenção para as limitações impostas à área por estar dispersa em outras disciplinas a pesquisa em tradução. O texto da conferência foi posteriormente publicado, em 1988, com o título “The Name and Nature of Translation Studies” [O nome e a natureza dos Estudos da Tradução]. Nesse ensaio, Holmes propõe uma estrutura para um campo disciplinar dedicado exclusivamente à problemática da tradução.

Holmes inicia o artigo demonstrando que, diferentemente do que poderiam presumir alguns linguistas, a tradução consiste, sim, num campo interdisciplinar. Com o crescente interesse na tradução, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, especialistas de diversas áreas – linguistas, literatos e filólogos, mas também matemáticos e teorizadores do campo da lógica e

³⁶² GENTZLER, 1993, p. 90.

³⁶³ Ibid., p. 74; SNELL-HORNBY, 2006, p. 40 et seq.

³⁶⁴ James Holmes was an independent and innovative spirit moving in such separate worlds, both in the academic and the geographical sense, and he succeeded in bringing them closer together through translation.

da teoria da informação – dedicaram-se ao tema. O que a princípio poderia parecer o prenúncio do caos, para Holmes era a concretização de uma “utopia disciplinar”³⁶⁵.

Ele vê, no entanto, algumas carências para o seu desenvolvimento: (1) canais próprios de comunicação; (2) um nome para o campo disciplinar; (3) uma estrutura organizacional. A fim de oferecer um nome à disciplina, Holmes avalia diversas designações de sua época. Uma vez que nem todos os campos de estudos podem ser, a seu ver, considerados campos científicos, marcados pela precisão, pela formalização e formação de paradigmas, Holmes rejeita a denominação “Ciência da Tradução”. Em seu lugar, ele propõe *Translation Studies*, considerando o termo “o mais apropriado de todos disponíveis em inglês” e justificando que “sua adoção como termo padrão para a disciplina como um todo dissiparia uma quantidade considerável de confusões e mal-entendidos”³⁶⁶, (HOLMES, 1972/2000, p. 175, tradução nossa).

Além de um nome comum, há também em sua proposta uma ampla estrutura de pesquisa. Holmes define os Estudos da Tradução como uma disciplina empírica, que, como tal, se propõe a descrever fenômenos particulares e a estabelecer princípios gerais. A partir desses dois objetivos, ele define duas ramificações do que nomeia “estudos puros da tradução”, a saber, os *estudos descritivos da tradução* e os *estudos teóricos da tradução*. Os estudos descritivos da tradução, segundo explica, representam “o ramo da disciplina que mantém constantemente o contato mais próximo com os fenômenos empíricos a serem estudados”³⁶⁷, (HOLMES, 1972/2000, p. 176, tradução nossa). Os estudos teóricos, por sua vez, se definem por “usar os resultados dos estudos descritivos da tradução, em combinação com as informações disponíveis dos campos e disciplinas relacionados para desenvolver princípios, teorias e modelos que servirão para explicar e prever o que são e serão tradução e traduzir” (HOLMES, 1972/2000, p. 177s., tradução nossa).

Paralela à ramificação “pura” dos Estudos da Tradução está a ramificação “aplicada”, voltada à didática, à criação de ferramentas para o tradutor, a elucidar o papel do tradutor na sociedade e à crítica de tradução³⁶⁸. Embora à primeira vista esteja estabelecida uma sequência lógica entre elas, Holmes atribui às inter-relações um caráter dialético. Assim, ainda que

³⁶⁵ HOLMES, 1972/2000, p. 173.

³⁶⁶ Nevertheless, the designation “translation studies” would seem to be the most appropriate of all those available in English, and its adoption as the standard term for the discipline as a whole would remove a fair amount of confusion and misunderstanding.

³⁶⁷ Of these two, it is perhaps appropriate to give first consideration to *descriptive translation studies*, as the branch of the discipline which constantly maintains the closest contact with the empirical phenomena under study.

³⁶⁸ HOLMES, op. cit., p. 181 et seq.

as necessidades do campo possam variar num dado momento, é preciso dar atenção aos três ramos, se o objetivo é o crescimento e fortalecimento da disciplina³⁶⁹.

A proposta de um nome e de uma estrutura para o campo disciplinar bastaria para fazer de Holmes um sério candidato à liderança organizacional da área, não fosse sua morte precoce, em 1986. No entanto, como releva Snell-Hornby (2006), Holmes também foi responsável por reunir pesquisadores de todo o mundo em congressos, conferências e colóquios, estabelecendo diversos contatos internacionais. Além das conferências, Holmes sempre incentivou a circulação de teorias, estimulando a tradução de textos teóricos produzidos no Leste Europeu para as línguas do oeste e vice-versa³⁷⁰.

Se Holmes definiu o nome e a estrutura do novo campo disciplinar, foi André Lefevere quem circunscreveu o aspecto fundamental do problema teórico. Como relata Gentzler (1993), em “Translation: The Focus of The Growth of Literary Knowledge³⁷¹” [Tradução: o foco do crescimento do conhecimento literário] (1978), Lefevere aborda a cisão, nos Estudos da Tradução, entre as correntes que ele mesmo denomina *hermenêuticas* e *neopositivistas*, argumentando que teorias de tradução baseadas em abordagens como essas, além de pouco contribuir para o conhecimento literário, teriam motivações ideológicas e corporativas. Assim, ele propõe que se mude o foco teórico dos Estudos da Tradução para um “conceito evolucionário de metaciência”³⁷².

Embora houvesse convergência no plano organizacional, a proposta teórica de Holmes parece afastar-se fundamentalmente das propostas de seus contemporâneos. Gentzler (1993) avalia da seguinte forma o panorama teórico dos primórdios dos *Estudos da Tradução*:

Enquanto Holmes tentava de todo modo evitar generalizações teóricas acerca de como o objeto (o texto traduzido) deve se parecer antes de confrontado com o texto-fonte, analisadas as incompatibilidades linguísticas e pesadas as opções que determinarão a metodologia, Van den Broeck, André Lefevere e Susan Bassnett confrontaram o problema descritivo com padrões avaliativos já existentes³⁷³. (GENTZLER, 1993, p. 101, tradução nossa)

³⁶⁹ HOLMES, 1972/2000, p. 183.

³⁷⁰ SNELL-HORNBY, 2006, p. 44 et seq.

³⁷¹ LEFEVERE, André. Translation: The Focus of The Growth of Literary Knowledge. In: HOLMES, James; LAMBERT, José; VAN DEN BROECK, Raymond. (Eds.) **Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies with a Basic Bibliography of Books on Translation Studies**. Leuven: Acco, 1978.

³⁷² GENTZLER, 1993, p. 74 et seq.

³⁷³ Whereas Holmes was trying very hard to avoid making theoretical generalizations about what the object (the translated text) should look like before the source text has been confronted, the language incompatibilities analyzed, and options weighed which will dictate methodology, Van den Broeck, André Lefevere, and Susan Bassnett confronted the descriptive problem with evaluative standards already in place.

De fato, Holmes foi não apenas o primeiro a propor uma postura teórica descritiva, como o primeiro a ela se ater. Lefevere, Van den Broeck e Bassnett, por sua vez, complementavam suas descrições com claros critérios de equivalência. As diferenças, no entanto, não os impediram de continuar a colaborar mutuamente. Com o tempo, eles se associaram a outros teóricos, em especial a dois docentes da Universidade de Tel Aviv: Itamar Even-Zohar e Gideon Toury³⁷⁴.

6.2.2 Teoria dos Polissistemas – Conexão Tel Aviv

O contato entre Even-Zohar e o grupo de Leuven/Amsterdã iniciou-se em 1976, no *Translation Studies Colloquium*, em Leuven, Bélgica. No entanto, a sua teorização data do início da década de 1970, quando, ao analisar o desenvolvimento da literatura hebraica, desenvolvera a hipótese dos polissistemas. Para a concepção de seu modelo, Even-Zohar tomou por empréstimo ideias desenvolvidas pelos Formalistas Russos, em especial por Iuri Tinianov. Segundo Even-Zohar,

A importância para a história da literatura das correlações entre literatura central e periférica, bem como entre tipos “elevados” e “baixos”, foi salientada pelos Formalistas Russos tão logo abandonaram sua atitude parcialmente a-histórica, no princípio de sua história. A natureza dessas correlações tornou-se uma de suas principais hipóteses para explicar os mecanismos de mudanças na história da literatura³⁷⁵. (EVEN-ZOHAR, 1978b, p. 10, tradução nossa)

Conforme observa Gentzler (1993), Tinianov opôs-se a uma concepção linear do desenvolvimento da literatura defendida por seus colegas formalistas, propondo, em seu lugar, um desenvolvimento descontínuo, caracterizado pela constante desconstrução e reconstrução. O exame da literariedade de uma obra, de seu caráter inovador, não poderia, a seu ver, ser conduzido sem que se tivesse em vista suas inter-relações, seja no plano sincrônico, seja no plano diacrônico. Assim, de modo a sistematizar essas inter-relações, Tinianov introduziu a noção de sistema: numa dada cultura, a literatura liga-se a outras instâncias (sistemas) sociais e culturais. Essas, por sua vez, dividem-se em subsistemas – no caso do sistema literário,

³⁷⁴ GENTZLER, 1993, p. 101.

³⁷⁵ The importance for literary history of the correlations between central and peripheral literature as well as between “high” and “low” types was raised by Russian Formalists as soon as they abandoned their partially a-historically attitude, early in their history. The nature of these correlations became one of their major hypotheses in explaining the mechanisms of change in literary history.

em diferentes gêneros literários e até mesmo em obras singulares. Para determinar o que nesses sistemas está em processo de mudança, Tinianov reiterou o conceito de norma como atributo essencial dos sistemas literários e sociais³⁷⁶.

Curioso notar a relação descrita entre o sistema literário e o sistema social. Para Tinianov, o sistema literário é o espaço da inovação, é sistema dinâmico, em contraste com uma suposta estagnação do sistema social. O sistema literário torna-se, assim, fonte de interferência no sistema social, e não o inverso. Gentzler avalia que, ainda que se proclamasse o contrário, a literatura era, de fato, caracterizada como um sistema autônomo, adjacente ao mundo real³⁷⁷.

Os princípios de Tinianov foram depois utilizados por Even-Zohar para analisar a dinâmica dos sistemas literários, levando em conta, inclusive, a literatura traduzida. O papel dessa no interior de um determinado sistema literário foi explorado especialmente no texto “The position of translated literature within the literary polysystem” [A posição da literatura traduzida no interior do polissistema literário]. O termo “polissistema” é empregado com o mesmo sentido que Tinianov atribuiu ao termo “sistema” e inclui as estruturas literárias, semi-literárias e extraliterárias³⁷⁸.

Segundo Even-Zohar (1978/1990³⁷⁹), as obras literárias são selecionadas para tradução segundo orientações advindas do sistema literário meta e obedecem a normas também relacionadas à posição da literatura traduzida nesse mesmo sistema. A literatura traduzida está, dessa forma, não apenas integrada ao respectivo sistema literário, como representa o sistema mais ativo desse polissistema. No entanto, é impossível dizer *a priori* se ela ocupa posição central ou periférica num dado polissistema, mesmo após se observar o lugar da tradução nos Estudos Literários desta cultura³⁸⁰.

Dizer que a literatura traduzida ocupa uma posição central num dado polissistema significa que ela tem participação ativa em moldar o centro desse polissistema, representando uma parte significativa de suas forças inovadoras. Nesses casos, a tradução tem a finalidade de trazer novos modelos, técnicas e linguagens. Even-Zohar observa que a literatura traduzida é mais suscetível de ocupar o centro de um dado polissistema literário quando se trata de um sistema jovem, “fraco”, ou de um sistema que experimentou momentos de crise³⁸¹.

³⁷⁶ GENTZLER, 1993, p. 110 et seq.

³⁷⁷ Ibid., p. 113 et seq.

³⁷⁸ Ibid., p. 115.

³⁷⁹ Aqui utilizamos a versão revista em 1990, incluída na antologia organizada por Lawrence Venuti (VENUTI, 2000).

³⁸⁰ EVEN ZOHAR, 1978/1990, p. 193.

³⁸¹ Ibid., loc. cit.

Por outro lado, a literatura traduzida costuma ocupar posição periférica em sistemas dominantes, nos quais a tradução não teria qualquer influência em processos significativos de inovação. Nesses casos, as traduções tendem ao conservadorismo, tornando-se um espaço de preservação de um gosto tradicional. Trabalhando apenas no plano hipotético, Even-Zohar afirma que, como indicam alguns estudos, a posição “normal” assumida pela literatura traduzida é a posição periférica, posto que, segundo o seu entendimento, os sistemas literários tendem a se fortalecer e a não depender mais dos modelos externos³⁸².

Uma conclusão bastante significativa a que chega Even-Zohar é a de que a posição que a literatura traduzida ocupa no polissistema não determina apenas o status socioliterário da tradução, como orienta a própria prática tradutória: “Visto desse ponto de vista, a tradução não é mais um fenômeno cuja natureza e contornos são dados de uma vez por todas, mas uma atividade que depende das relações no interior de um sistema cultural definido³⁸³” (EVEN-ZOHAR, 1978/1990, p. 197, tradução nossa). Desse modo, Even-Zohar coloca em cheque as concepções de tradução previamente definidas e universalmente válidas, em especial aquelas que elevam o texto de partida à posição de critério único de adequação tradutória.

O quadro teórico formulado por Even-Zohar encontra aplicação num estudo conduzido por Gideon Toury, entre 1972 e 1976, acerca das condições culturais relevantes para a tradução de textos literários para o hebraico. Através desse estudo, Toury chegou a algumas conclusões inquietantes. Segundo comenta Gentzler (1993), por seguir as normas de tradução da época, foram aceitas como traduções mesmo aquelas que são apenas parcialmente equivalentes, seja a partir de um critério linguístico, seja a partir de um critério funcional. Assim, o conceito mesmo de tradução foi relativizado de acordo com as forças da história e da cultura. O foco, por sua vez, foi deslocado do texto-fonte para o texto-meta, em especial para a relação deste com o texto-fonte³⁸⁴.

A mudança de olhar, menos retrospectivo e mais prospectivo, tanto ao traduzir como ao avaliar uma tradução, foi, sem qualquer dúvida, a grande novidade das teorias de tradução a partir do final da década de 1970. Não obstante, nas reflexões teóricas de Toury estão ainda manifestos resquícios da fonte formalista de que bebeu a Teoria dos Polissistemas, sobretudo em sua busca pelas “normas em tradução”. Em “The nature and role of norms in translation” [A natureza e o papel das normas em tradução] (TOURY, 1978³⁸⁵), Toury define traduzir co-

³⁸² EVEN ZOHAR, 1978/1990, p. 196.

³⁸³ Seen from this point of view, translation is no longer a phenomenon whose nature and borders are given once and for all, but an activity dependent on the relations within a certain cultural system.

³⁸⁴ GENTZLER, 1993, p. 127 et seq.

³⁸⁵ Aqui utilizamos a versão revista em 1995, incluída na antologia organizada por Lawrence Venuti (VENUTI 2000).

mo desempenhar um papel social, ao qual, como a qualquer papel social, estão vinculadas determinadas normas de conduta³⁸⁶. Em seu texto, *normas* são compreendidas como construtos sociais, assimiladas no processo de socialização, que servem à organização social e à avaliação comportamental:

Normas são o conceito-chave e o ponto focal em qualquer tentativa de contemplar a relevância social das atividades, pois a sua existência e o amplo espectro de situações às quais elas se aplicam (com a conformidade que isso implica) são os principais fatores que asseguram o estabelecimento e a retenção da ordem social. Isso se aplica também às culturas, ou a qualquer dos sistemas que as constituem, os quais são, no final das contas, instituições sociais *ipso facto*³⁸⁷. (TOURY, 1978/1995, p. 200, tradução nossa)

Toury distingue fundamentalmente três tipos de normas: *norma inicial*, *normas preliminares* e *normas operacionais*. A “norma inicial” é constituinte da escolha elementar entre dois sistemas normativos diferentes. Nesse caso, caberia ao tradutor optar por se submeter às normas do texto-fonte, a despeito dos conflitos com as normas da cultura-meta, a fim de conferir *adequação* à tradução, ou por se submeter às normas da cultura-meta, as quais, embora possam conflitar com as normas do sistema-fonte, assegurariam a *aceitabilidade* do texto-meta em sua cultura. O conceito de norma inicial tem valor elucidativo, sendo empregado para descrever uma relatividade não absoluta, havendo, portanto, o espaço para a ação do tradutor³⁸⁸.

Normas preliminares, por sua vez, estão relacionadas a uma política tradutória que determina quais obras traduzir e qual o grau de tolerância de que desfrutam as traduções indiretas num dado sistema literário. As normas operacionais vinculam-se à atividade mesma da tradução, acerca da conformação do texto, da distribuição dos elementos linguísticos em seu interior e, em última instância, da relação entre texto-fonte e texto-meta. Embora haja uma sequência lógica e cronológica entre elas, Toury procura evitar classificações estanques³⁸⁹.

As normas operacionais, assim explica Toury, servem como modelo de tradução, o qual encerra limites e possibilidades. Independente da decisão do tradutor – se ele privilegia a adequação ou a aceitabilidade – ela será tomada à custa da outra, e o texto, ora será confor-

³⁸⁶ TOURY, 1978/1995, p. 198.

³⁸⁷ Norms are the key concept and focal point in any attempt to account for the social relevance of activities, because their existence, and the wide range of situations they apply to (with the conformity this implies), are the main factors ensuring the establishment and retention of social order. This holds for cultures too, or for any of the systems constituting them, which are, after all, social institutions *ipso facto*.

³⁸⁸ TOURY, op. cit., p. 201.

³⁸⁹ Ibid., p. 202 et seq.

mado numa linguagem e num modelo artificial, ora será uma versão do texto-fonte³⁹⁰. Desse modo, seria impossível estabelecer um critério de equivalência atemporal:

A aparente contradição entre qualquer conceito tradicional de equivalência e o modelo limitado no qual uma tradução supostamente é moldada só pode ser resolvido ao se postular que *são as normas que determinam a (extensão e o tipo de) equivalência manifesta em traduções reais*³⁹¹. (TOURY, 1978/1995, p. 204, tradução nossa, grifos do autor)

Logo, como explica Toury, equivalência consiste num conceito historicamente determinado, relacionado à posição da literatura traduzida no sistema literário da cultura para a qual se está traduzindo.

Gentzler (1993) destaca, entre as contribuições de Toury para a nova disciplina: (1) o abandono de noções de correspondência direta e de equivalência linguística/literária; (2) a influência do sistema literário na produção de traduções; (3) a desestabilização da noção de mensagem original imutável; e (4) a integração de texto-fonte e texto-meta na rede semiótica de sistemas culturais interseccionados³⁹². Como veremos a seguir, essas mudanças repercutiram gravemente no andamento dos Estudos Descritivos da Tradução da década de 1980.

6.2.3 Os Estudos Descritivos da Tradução nos anos de 1980

A partir da década de 1980, os grupos de Tel Aviv e de Leuven/Amsterdã alinharam suas teorias, passando então a adotar uma postura teórica mais descritiva. Segundo Gentzler (1993), a fusão entre os dois grupos foi consequência, dentre outros fatores, de uma perspectiva similar sobre a tradução: o fato de pertencerem a culturas literárias minoritárias e a afinidade de suas propostas teóricas fizeram por aproximá-los, reunindo-os numa única vertente³⁹³. Para Snell-Hornby (2006), o marco dessa nova fase dos Estudos Descritivos da Tradução foi a publicação de *The Manipulation Of Literature* [A manipulação da literatura], antologia editada por Theo Hermans em 1985. O objetivo da obra, como expresso em sua introdução, era o de “simplesmente estabelecer um novo paradigma para o estudo da tradução literária sobre as

³⁹⁰ TOURY, 1978/1995, p. 203.

³⁹¹ The apparent contradiction between any traditional concept of equivalence and the limited model into which a translation has just been claimed to be moulded can only be resolved by postulating that **it is norms that determine the (type and extent of) equivalence manifested by actual translations**.

³⁹² GENTZLER, 1993, p. 133 et seq.

³⁹³ Ibid., p. 106 et seq..

bases de uma teoria compreensível e uma prática de pesquisa contínua” (HERMANS, 1985³⁹⁴ apud SNELL-HORNBY, 2006, p. 48, tradução nossa). Ela reúne textos de Gideon Toury, Susan Bassnett, José Lambert e Hendrik van Gorp, André Lefevere, entre outros nomes associados à “Escola de Manipulação” [*Manipulation School*], outra designação atribuída ao grupo.

Na Europa, os descritivistas investiram em programas de pesquisa sistemática como, por exemplo, a análise da literatura original e traduzida da França do século XIX conduzida por Lambert na Universidade Católica de Leuven. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, os teorizadores distanciaram-se do modelo do polissistema, abordando temas relativos às relações de poder e à institucionalização da tradução. Destaca-se a contribuição de Lefevere para esse quadro: Lefevere teria explorado a influência da ideologia na tradução, introduzindo, a fim de demonstrar como as ideologias limitam o discurso literário, a noção de “refração” enquanto procedimento de processamento textual, destinado a atender as exigências de um público, uma poética ou uma ideologia específica. Além disso, ele trouxe a noção de *patronagem*, conceito referente às forças encorajadoras ou censoras na literatura, desempenhadas por indivíduos, grupos ou instituições³⁹⁵.

O desenvolvimento dos Estudos Descritivos da Tradução representou não apenas uma ruptura no plano teórico e metodológico, como também uma ruptura disciplinar. Embora os Estudos Descritivos da Tradução e o Funcionalismo constituam as correntes que motivaram a troca de paradigma, os primeiros destacaram-se nesse processo, dada a sua internacionalização precoce. Pela análise de obras funcionalistas, a seguir, desvelaremos pontos de contato significativos entre as duas vertentes.

³⁹⁴ HERMANS, Theo (Ed.). **The Manipulation of Literature**. Studies in Literary Translation. London: Croom Helm, 1985.

³⁹⁵ GENTZLER, 1993, p. 140 et seq.

7 A ABORDAGEM FUNCIONAL

As divergências quanto à definição de conceitos, métodos e fundamentos teóricos, bem como a posição marginal que ocupava no interior da linguística conduziram a Ciência da Tradução a uma irremediável crise de identidade. Sem que houvesse um grupo (salvo, talvez, a Escola de Leipzig) ou uma organização institucional que a legitimasse, houve quem questionasse a existência mesma de uma Ciência da Tradução. Mesmo entre seus defensores, não houve consenso acerca de sua posição na constelação das ciências, ou mesmo no interior da linguística.

O estado de indeterminação em que se encontrava a Ciência da Tradução, acrescido do fato de que as teorias de tradução se mantiveram preponderantemente no plano teórico, refletiu negativamente na formação de tradutores e intérpretes. Mesmo o crescente interesse na tradução e a consequente fundação de institutos de treinamento e formação, além dos avanços na linguística de que falamos anteriormente, pouco contribuíram para que houvesse, entre as décadas de 1960 e de 1970, uma formação prática de tradutores e intérpretes teoricamente fundada. Parte do distanciamento entre os planos teórico e didático foi devido a uma controvérsia sobre teoria e prática que perdurou nas universidades e nos institutos de formação. De um lado estavam aqueles que se opunham à ideia de que o espaço acadêmico fosse utilizado para fins práticos; de outro, aqueles que rejeitavam o emprego de teorias para o aprendizado do traduzir, sob a alegação de que as teorias não contemplavam a prática tradutória. Assim, a “cientização” da formação de tradutores e intérpretes ficou restrita a apenas alguns institutos ou aos esforços de poucos docentes.

A crise nos âmbitos teórico e didático levaram docentes de universidades no sul da Alemanha Ocidental a conceber modelos que combinassem formação prática e reflexão teórica. Pesquisadores das Universidades de Mainz e de Heidelberg deram desenvolvimento, em torno da figura de Hans J. Vermeer, à abordagem funcional a partir do final dos anos de 1970. Além de se constituírem como grupo, esses teorizadores também criaram os meios para que suas ideias circulassem ao menos regionalmente.

Um dos principais preceitos da Teoria Funcional, no entanto, a orientação prospectiva, foi compartilhada na mesma época por outro grupo: baseados na Bélgica, nos Países Baixos e em Israel, pesquisadores reuniram-se sob as designações “Estudos Descritivos da Tradução” e “*Manipulation School*”. Destacamos na seção anterior o papel de James S. Holmes, André Lefevere, Itamar Even-Zohar e Gideon Toury para a constituição do grupo. Em especial, a-

bordamos a Teoria dos Polissistemas de Even-Zohar e as normas de tradução de Toury, cada qual demonstrando, a seu modo, que não podem ser absolutos os critérios que orientam a tradução, uma vez que a esta se atribui um valor diferente de acordo com a posição da literatura traduzida em seu respectivo polissistema literário.

O presente capítulo pretende centrar-se em conceitos-chave da abordagem funcional, examinando-os em suas diferentes nuances. Para a seleção e análise de conceitos, selecionamos três obras, as quais compõem o nosso *corpus* principal de análise: o livro resultante da parceria entre Hans J. Vermeer e Katharina Reiss, *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*, publicado na Alemanha em 1984; a tese de Justa Holz-Mänttari, *Translatorisches Handeln: Theorie und Methode*, publicada na Finlândia em língua alemã também em 1984; a obra de Christiane Nord, *Textanalyse und Übersetzen*, lançada em 1988 na Alemanha. A análise será feita segundo critérios previamente estabelecidos e empregados anteriormente nessa dissertação (v. capítulo 5). Pela análise, pretendemos, em primeiro lugar, identificar as novidades trazidas pelos funcionalistas ao campo disciplinar para, em segundo lugar, compreender de que modo esses conceitos centrais à vertente teórica se desenvolveram durante a década de 1980.

7.1 Análise das obras do *corpus* principal

Essa seção está dedicada à análise dos principais conceitos reunidos nas obras de Reiss e Vermeer (1984), Holz-Mänttari, (1984) e Nord (1988). Para tanto, retomaremos aqui os parâmetros de análise adotados no capítulo 5, previamente destinados à análise de teorias pré-funcionalistas: trata-se, respectivamente, das noções referentes ao *ato de traduzir* em si, ao *objeto de tradução*, aos *procedimentos* de tradução e à relação estabelecida por essas teorias entre o *texto de partida* e o *texto de chegada* (v. tópico 3.3 em nossa descrição metodológica).

7.1.1 Exemplar nº. 1: Reiss e Vermeer, 1984

O volume *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie* [Fundamentos de uma teoria geral de translação], publicado em 1984, concentra os esforços preliminares de Katha-

rina Reiss e Hans Josef Vermeer em conceber bases teóricas próprias ao ensino e à prática de tradução³⁹⁶. O produto de longos anos de reflexão teórica foi, segundo o prefácio da obra, “revisto, refinado, ampliado e contraposto com importantes ou difundidas novas publicações no campo dos Estudos da Tradução” (REISS; VERMEER, 1984, p. vii). A estruturação em duas partes, respectivamente nomeadas “Teoria básica” (al. *Basistheorie*) e “Teorias especiais” (al. *Spezielle Theorien*), desvela, segundo Nord (1997), uma clara distinção entre a contribuição de cada um dos teorizadores na construção do todo (conforme comentamos no tópico 3.1 desta dissertação)³⁹⁷. Reiss e Vermeer defendem na segunda edição do livro, publicada em 1991, a cooperação entre eles:

Muitos quiseram enxergar uma discrepância entre a primeira e a segunda seção do livro. Nós não compartilhamos dessa opinião. O que há de especial na segunda seção é que ela parte do caso de uma constância de função entre o texto de partida e o texto de chegada, enquanto a primeira seção trata tal constância como um caso especial de divergência zero entre as funções dos dois textos. Ambos nos parecem procedimentos legítimos nos limites de uma teoria unitária³⁹⁸. (REISS; VERMEER, 1991, p. viii, tradução nossa)

Contudo, mesmo com a justificativa acima, Nord (1997) argumenta que, a seu ver, não há na somatória das propostas um todo coeso.

O livro foi concebido com o propósito de elaborar os fundamentos de uma teoria geral de tradução, aos quais pudessem ser vinculadas teorias voltadas a problemas específicos e a determinadas áreas de investigação do fenômeno tradutório³⁹⁹. Embora se tenha pretendido elaborar uma teoria geral de tradução, nunca foi manifesta a ambição de se esgotar o tema ou de se abordarem tópicos inéditos às teorias de tradução já existentes. Conforme expressam os autores, “não prometemos aqui uma teoria fechada e completa. Trata-se mais de apresentar alguns pontos de vista de novas formas do que de introduzir novos pontos de vista⁴⁰⁰” (REISS; VERMEER, 1984, p. 1, tradução nossa).

Uma das principais preocupações de Reiss e Vermeer para o quadro teórico geral foi estabelecer uma ponte entre teoria e prática. Para os autores, os Estudos da Tradução (referi-

³⁹⁶ Cf. REISS, 1971, 1976; VERMEER, 1978.

³⁹⁷ NORD, 1997, p. 12.

³⁹⁸ Man hat verschiedentlich eine Diskrepanz zwischen dem ersten und zweiten Teil des Buches sehen wollen. Wir teilen diese Ansicht durchaus nicht. Das spezielle des zweiten Teils geht vom angekommenen Fall einer Funktionskonstanz zwischen Ausgangs- und Zieltext aus, während der erste Teil eine solche Konstanz als Sonderfall der Zéro-Divergenz zwischen den Funktionen der beiden Texte behandelt. Beides scheint uns ein legitimes Vorgehen im Rahmen einer einheitlich Theorie zu sein.

³⁹⁹ REISS; VERMEER, 1984, p. vii

⁴⁰⁰ Hier wird keine in sich geschlossene und abgeschlossene Theorie versprochen. Es werden eher einige Gesichtspunkte neu eingeführt, als daß neue Gesichtspunkte eingeführt werden.

dos pelo termo *Translationswissenschaft*) visam não apenas a investigar a problemática que permeia a atividade do tradutor e do intérprete, como também a oferecer auxílio à prática para a resolução de problemas⁴⁰¹. O vínculo com a atividade prática estaria na própria razão de ser de uma teoria, posto que, segundo afirmam os teorizadores, compreende-se por teoria a “interpretação e a vinculação de ‘dados de observação’⁴⁰²” (REISS; VERMEER, 1984, p. vii) obtidos por meio da atividade empírica.

Reiss e Vermeer veem a tradução e a interpretação como fenômenos culturais e linguísticos. Por esse motivo, eles agregam à sua proposta noções advindas da Linguística e dos Estudos Culturais, além de incluir aspectos da Linguística Textual e da Hermenêutica. Segundo os autores, os Estudos da Tradução estão alocados no domínio da Pragmática e, assim, no escopo da Linguística Aplicada. Dado que, de acordo com a proposta funcionalista, a cultura tem prevalência sobre a língua, sendo, portanto, a ela superordenada, a Linguística Aplicada integraria, por seu turno, os Estudos Culturais⁴⁰³. Logo, observa-se que, diferentemente do movimento iniciado em Leuven e em Amsterdã, os Estudos Funcionais da Tradução não manifestam o desejo de fundar um novo campo disciplinar, rompendo assim com a linguística, mas, sim, a intenção de repensar o lugar dos Estudos da Tradução e da linguística na constelação das ciências.

O aspecto “revolucionário” da proposta – segundo o sentido atribuído ao termo por Thomas S. Kuhn (2011)⁴⁰⁴ – é aludido na introdução da obra por meio da reformulação terminológica. A fim de justificar a nova proposta, Reiss e Vermeer estabelecem um paralelo entre o seu objeto de investigação e a própria ciência:

Culturas – e as línguas em seu interior – são como paradigmas (KUHN, 1978). Novos paradigmas utilizam-se de uma nova terminologia ou da terminologia antiga com novos significados. Culturas/línguas não se seguem apenas umas às outras; ao mesmo tempo, elas são, naturalmente, paralelas umas às outras. Mas também aqui, como paradigmas de estados diferentes no tocante à compreensibilidade e à compreensão do ‘mundo’⁴⁰⁵. (REISS; VERMEER, 1984, p. 4, tradução nossa)

⁴⁰¹ REISS; VERMEER, 1984, p. vii.

⁴⁰² Unter “Theorie” versteht man die Interpretation und Verknüpfung von “Beobachtungsdaten”.

⁴⁰³ REISS; VERMEER, op. cit., p. 1.

⁴⁰⁴ KUHN, 2011, p. 15.

⁴⁰⁵ Kulturen – und Sprachen in ihnen – sind wie Paradigmen (Kuhn 1978). Neue Paradigmen benutzen eine neue Terminologie bzw. die alter Terminologie in neuer Bedeutung. Kulturen/Sprachen folgen nicht nur einander, sie sind natürlich auch gleichzeitig nebeneinander, aber auch hier wie Paradigmen unterschiedlichen Zustandes bezogen auf die Erfassbarkeit und Erfassung von “Welt”.

O novo uso terminológico representa, assim, uma nova compreensão do objeto e, por conseguinte, também um novo paradigma. Os termos consagrados pelo paradigma anterior (e concomitante) foram substituídos ou recebem uma nova significação.

Uma mudança terminológica, no entanto, não implica automaticamente uma mudança no estilo textual, sobretudo no caso de uma teoria formulada num campo de pesquisas que ainda pleiteia validação na disciplina em que está inserida. Vejamos a citação abaixo:

O tradutor parte de um texto pré-determinado, por ele compreendido e interpretado. Um texto é, por assim dizer, uma oferta de informação a um receptor por parte de um produtor. (O tipo de oferta depende de condições situacionais, como explicado acima.) O tradutor formula um texto de chegada que, enquanto texto, também é consequentemente uma oferta de informação a um receptor. Um *translato* é, assim, descritível como uma oferta de informação de uma determinada espécie acerca de uma oferta de informação⁴⁰⁶. (REISS; VERMEER, 1984, p. 19, tradução nossa)

Por ora, concentremo-nos no discurso, não na mensagem, assunto sobre o qual falaremos nos tópicos seguintes. Vê-se na citação acima que, concomitante a novos termos (“*tradutor*”, “*translato*”, “*oferta de informação*”), temos um estilo textual em que se observam o emprego de períodos compostos e a preferência pelas formas nominais dos verbos (adjetivação de verbos, orações subordinadas reduzidas de particípio). Como vimos, algumas dessas características são compartilhadas com os predecessores teóricos do Funcionalismo, um estilo textual próprio da escrita acadêmica. Desse modo, ao mesmo tempo em que há no texto funcionalista uma nova proposta terminológica, formulada com o objetivo de indicar uma ruptura com as noções cunhadas pelas teorias anteriores e, com isso, com o chamado “paradigma linguístico”, nota-se também o emprego de um estilo textual semelhante ao das teorias pré-funcionalistas – e, portanto, validado pela tradição –, o qual confere legitimidade à proposta teórica.

Assim, já a descrição mesma do livro aponta para elementos de continuidade e elementos de ruptura. Determinar em que medida esses elementos coexistem na proposta funcionalista é, no entanto, um desafio a ser superado na conclusão do presente estudo. Por ora, seguimos com a nossa investigação, com base nos mesmos critérios previamente abordados.

⁴⁰⁶ Der Translator geht von einem vorgegeben, von ihm verstandenen und interpretierten Text aus. Ein Text ist sozusagen ein Informationsangebot an einen Rezipienten seitens eines Produzenten. (Die Art des Angebots hängt von den situationellen Umständen ab, wie soeben dargelegt wurde.) Der Translator formuliert einen Zieltext, der als Text somit ebenfalls ein Informationsangebot an einen Rezipienten ist. Ein *Translat* ist somit als Informationsangebot bestimmter Sorte über ein Informationsangebot darstellbar.

7.1.1.1 O ato de transladar

Ao contemplar a produção teórica de Katharina Reiss (1971, 1976) e Hans J. Vermeer (1978) precedente à publicação de Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie, chega-se à inevitável constatação de que, de fato, a primeira seção do livro é de autoria de Vermeer e a segunda, de autoria de Reiss. Desse modo, endossamos a observação supracitada de Nord (1997), fazendo, nos tópicos a seguir, as devidas referências autorais.

Tradução e interpretação, processos mediante os quais um texto de partida é traduzido/interpretado para um determinado grupo receptor, são designados, no quadro teórico delimitado por Reiss e Vermeer, *Translation*. O termo, que optamos por traduzir como “translação”⁴⁰⁷, foi originalmente cunhado por Otto Kade (1968) e reúne em si os processos de tradução (al. *Übersetzen*) e interpretação (al. *Dolmetschen*); trata-se, portanto, de um conceito superordenado dos outros dois. Dele foram derivados *Translat*, traduzido aqui por “translato”, para designar o produto da translação, e *Translator*, que traduzimos por “translador”, para designar o tradutor ou o intérprete. Com a redefinição terminológica, Reiss e Vermeer estendem suas considerações teóricas também ao processo de interpretação, aumentando assim o escopo da teoria.

Embora o conceito seja fundamental não apenas à Teoria Funcional, mas às teorias de tradução como um todo, a primeira definição do termo, em si, é pouco reveladora: “translação” é definido como “um tipo especial de transferência cultural”⁴⁰⁸ (REISS; VERMEER, 1984, p. 13). Uma definição mais clara de “transferência” é fornecida por Vermeer numa publicação anterior:

Em uma translação, um texto em uma língua P [língua de partida] é transferido para uma língua C [língua de chegada] (ou melhor: um texto formulado em uma língua P é re-formulado numa língua C).

“Translação” é um tipo especial de *transferência* [*Transfer*] – cf. transferência de imagens em música, transferência de um desenho para uma construção... [...].⁴⁰⁹ (VERMEER, 1978, p. 99, tradução nossa, grifos do autor)

⁴⁰⁷ Cf. CARDOZO et al., 2009, p. 10.

⁴⁰⁸ Translation ist eine Sondersorte kulturellen Transfers.

⁴⁰⁹ Bei einer Translation wird ein Text aus einer Sprache A in eine Sprache Z übertragen (genauer: ein in einer Sprache A formulierter Text in einer Sprache Z re-formuliert). „Translation“ ist Sondersorte von *Transfer*— vgl. Transfer von Bildern in Musik, Transfer einer Zeichnung in ein Bauwerk, ... [...].

Nesse contexto, descreve-se transferência como a reformulação de um texto originalmente produzido num determinado sistema semiótico em outro sistema semiótico – o que Jakobson (1959) chama de “tradução inter-semiótica” (in. *intersemiotic translation*) ou “transmutação” (in. *transmutation*)⁴¹⁰. Observa-se que, neste caso, o conceito de *transferência* alude menos a uma noção procedimental de transporte – à qual, como vimos, ele esteve associado nas teorias pré-funcionalistas – e mais à noção de ação produtiva, ou melhor, de ação “re-produtiva”. “Re-produção”, por sua vez, não traz no contexto funcionalista o mesmo sentido que o termo “reprodução” traz no contexto pré-funcionalista: com “re-produzir”, não se pretende criar um texto de chegada que seja necessariamente a representação mais equivalente possível do conteúdo e da forma do texto de partida, posto que, como veremos adiante, o critério que orienta a tradução, segundo a Teoria Funcional, deixou de ser o modelo ofertado pelo texto de partida (v. tópico 7.1.1.4).

Por outro lado, nota-se no excerto acima que, assim como define a abordagem linguística da tradução, a transferência translatorial envolve *línguas*. Tendo isso em vista, podemos afirmar que a inovação do modelo de Vermeer está propriamente em considerar a linguagem humana como um componente cultural: “Uma língua (= *lectus*) é elemento de uma cultura. A língua é o meio convencional de comunicação e pensamento de uma cultura⁴¹¹” (REISS; VERMEER, 1984, p. 26, tradução nossa). Assim, transita-se de uma definição de tradução que enfatiza o aspecto *linguístico* do processo, como ocorria com as definições pré-funcionalistas, para uma noção de translação que destaca o seu aspecto *cultural*.

O conceito de “cultura” é compreendido por Vermeer sob um viés antropológico. Ele recorre à definição de Göhring⁴¹² (1977), segundo o qual, cultura consiste em “tudo aquilo que se precisa poder saber, dominar e sentir, a fim de se poder avaliar em que medida os nativos de uma sociedade, em seus diferentes papéis, comportam-se conforme as expectativas ou contrariamente a elas [...]”⁴¹³ (GÖHRING, 1978/2002, p. 108, tradução nossa). A cultura encerra, portanto, as convenções vigentes naquele meio, sendo interpretada, assim, como “norma”. Entre os conhecimentos, as competências e as impressões que compõem a cultura está, naturalmente, a língua⁴¹⁴.

⁴¹⁰ Cf. JAKOBSON, 1959/2010, p. 81.

⁴¹¹ Eine Sprache (=Lekt) ist Element einer Kultur. Die Sprache ist das konventionelle Kommunikations- und Denkmittel einer Kultur.

⁴¹² Cf. REISS; VERMEER, 1984, p. 26. Para uma abordagem mais pormenorizada da presente definição, cf. HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 34, no tópico 7.1.2.1 deste capítulo.

⁴¹³ Kultur ist all das, was man wissen, beherrschen und empfinden können muß, um beurteilen zu können, wo sich Einheimische in ihren verschiedenen Rollen erwartungskonform oder abweichend verhalten [...].

⁴¹⁴ REISS; VERMEER, op. cit., p. 26.

Como observa Snell-Hornby (2006), o conceito de “norma”, empregado por Coseriu (1952/1973) na esfera da língua, é trazido por Göhring e Vermeer para a esfera da cultura, sendo a língua parte da cultura (v. tópico 4.2). Além disso, nota-se também que o uso que Vermeer faz de “norma” nessa passagem de seu livro guarda muitas similaridades com o conceito introduzido por Toury (1978): em ambas as teorias, compreende-se *norma* como um construto social voltado à organização social e à avaliação comportamental. Não obstante, reconhece-se nos dois casos a liberdade do tradutor em agir conforme as expectativas ou contrariamente a essas mesmas normas. Sendo assim, ao retomar um conceito tão relevante à teoria de Toury, o idealizador da *Skopostheorie* demonstra que há outros pontos de contato entre sua teoria e os Estudos Descritivos da Tradução além da mencionada orientação comum pela cultura de chegada.

Vermeer observa que, uma vez que cada tradução parte de um texto de partida produzido anteriormente e cria um texto de chegada em outra cultura, uma teoria de produção textual pertence, num duplo sentido, aos requisitos de uma teoria de translação. As condições por meio das quais um texto é produzido são caracterizadas da seguinte forma:

O ser humano vive no mundo do cotidiano, dos pensamentos, tradições, convenções, em mundos reais (para ele) e fictícios. Digamos que, no contínuo de “mundos possíveis”, alguém diga/escreva algo significativo num lugar específico e em um tempo específico: ele produz (como “produtor”) um “texto”.

Um texto como esse é produzido para alguém com um propósito (mais ou menos) definido. É uma “ação”, conduzida para um outro (ou para vários outros) para alcançar um objetivo. Por meio de tal ação, pretende-se estabelecer a troca de ideias etc. – ou, como dizemos geralmente: a “interação” – com um outro (ou com vários outros). Na medida em que se trata primordialmente de uma interação verbal, falamos de “comunicação”⁴¹⁵. (REISS; VERMEER, 1984, p. 18, tradução nossa)

Um texto é, assim, descrito como o produto de uma interação ancorada num tempo e num espaço. A produção de um texto, enquanto ação, ocorre numa determinada situação e é dela dependente. A não observação do contexto situacional pode, conforme Vermeer, acarretar problemas de compreensão ou, até mesmo, sanções sociais. Nesse contexto, compreende-se por situação o conjunto de “elementos culturais prévios, elementos atuais externos e condi-

⁴¹⁵ Der Mensch lebt in der Welt des Alltags, der Gedanken, Traditionen, Konventionen, in (für ihn) realen und fiktiven Welten. Nehmen wir an, im Kontinuum der “möglichen Welten” sage/schreibe jemand etwas Sinnvolles an einem bestimmten Ort zu einer bestimmten Zeit: Er produziert (als “Produzent”) einen “Text”.

Ein solcher Text wird zu einem (mehr oder minder) bestimmten Zweck für jemanden produziert. Er ist eine “Handlung”, die man im Hinblick auf einen anderen (oder mehrere andere) zur Erreichung eines Zwecks ausführt. Mit einer solchen Handlung will man mit einem oder mehreren anderen in Gedankenaustausch usw. – wir sagen allgemein: in “Interaktion” – treten. Soweit es sich um primär sprachliche Interaktion handelt, sprechen wir von “Kommunikation”.

ções internas e sociais dos parceiros da comunicação e de sua relação um com o outro⁴¹⁶, (REISS; VERMEER, 1984, p. 18, tradução nossa).

Essa determinação advém da Teoria da Ação de Wright⁴¹⁷ (1968), Rehbein⁴¹⁸ (1977) e Harras⁴¹⁹ (1978), segundo a qual agir consiste em proceder direcionado por um propósito, no contexto de uma determinada situação. Logo, considera-se não apenas que se age sobre uma situação com a finalidade de alterá-la, mas também o próprio objetivo dessa ação é, em parte, determinado pela situação. Dessa forma, se falar é agir, a própria enunciação será então orientada pela situação enunciativa.

Vermeer descreve a translação como um tipo especial de ação⁴²⁰. Segundo afirma, a translação difere das demais ações contempladas pela Teoria da Ação na medida em que principia numa ação prévia, à qual dá continuidade. Por conseguinte, ele postula que a teoria de translação deva tocar em aspectos específicos da Teoria da Ação, ou melhor, que “a teoria de translação é então uma *complexa* teoria da ação⁴²¹” (REISS; VERMEER, 1984, p. 95, tradução nossa, grifo do autor).

Como vimos, descreve-se o texto como o produto da ação enunciativa, seja essa o ato de transladar ou a ação de que ele parte. A seguir, vejamos qual é o lugar do texto no presente quadro teórico, examinando a sua natureza.

7.1.1.2 O objeto de *translação*

O texto é, no âmbito da Teoria Funcional, ao mesmo tempo objeto e unidade de translação. Vermeer admite que já havia nas teorias de tradução vinculadas à abordagem linguística da tradução o reconhecimento do texto como unidade legítima de tradução (v. tópico 5.1.2). No entanto, ele salienta também o protagonismo de um “significado” textual nessas teorias e o pouco valor atribuído por elas às condições situacionais individuais que envolvem

⁴¹⁶ Die “Situation” besteht aus kulturellen Vorgegebenheiten, aktuellen äußeren Gegebenheiten und inneren und sozialen Bedingungen der Kommunikationspartner und ihres Verhältnisses zueinander.

⁴¹⁷ WRIGHT, Georg Henrik v. An Essay in Deontic Logic and the General Theory of Action. **Acta Philosophica Fennica**, Amsterdam: North Holland, n. XXI, 1968.

⁴¹⁸ REHBEIN, Jochen. **Komplexes Handeln**. Elemente zur Handlungstheorie der Sprache. Stuttgart: Metzler, 1977.

⁴¹⁹ HARRAS, Gisela. **Kommunikative Handlungskonzepte**: oder eine Möglichkeit, Handlungsabfolgen als Zusammenhänge zu erklären, exemplarisch an Theatertexten. Tübingen: De Gruyter, 1978. (= Reihe Germanistische Linguistik 16)

⁴²⁰ Cf. VERMEER, 1978, p. 99; REISS; VERMEER, 1984, p. 22 et seq.

⁴²¹ “die Frage ist also nicht: ob und wie gehandelt, sondern ob, was und wie weitergehandelt (übersetzt/gedolmetsch) werden soll. Unter diesem Gesichtspunkt ist eine Translationstheorie also eine *komplexe* Handlungstheorie.

o processo⁴²². De sua parte, Vermeer reafirma a absoluta relevância da situação no processo de significação do texto:

Não é possível entender translação como transcodificação *toute simple* do/de um significado [cf. VERMEER, 1972, p. 61-71] de um texto. Translação pressupõe a compreensão de um texto e, com isso, a interpretação do objeto “texto” numa situação. Desse modo, a translação não está ligada apenas ao significado, mas ao sentido/intencionado [cf. VERMEER, 1972, p. 221⁴²³], logo, ao sentido-do-texto-em-situação.⁴²⁴ (REISS; VERMEER, 1984, p. 58, tradução nossa)

Se, de acordo com a abordagem funcional, a situação exerce um papel tão significativo na produção do texto, esse papel não seria menos significativo em sua recepção. Conforme afirma Vermeer, “[...] um texto não *é* um texto, mas é respectivamente recebido como tal e tal texto e – por exemplo, interpretado por um tradutor – é em cada caso transmitido de uma forma particular⁴²⁵” (REISS; VERMEER, 1984, p. 58, tradução nossa, grifo dos autores). O dinamismo do texto advém do dinamismo da interpretação de seu receptor: “Algo não *é*, por excelência, um texto; um texto é constituído inteiramente apenas na recepção – para essa situação⁴²⁶” (REISS; VERMEER, 1984, p. 90, tradução nossa, grifo dos autores).

Esse posicionamento tem claras raízes hermenêuticas. Como vimos, segundo Gadamer (1965), textos são “expressões de vida fixadas permanentemente” que ganham voz apenas pela interpretação de seu receptor. Traduzir, por sua vez, é definido como a recriação de um texto através da compreensão desse texto por parte do tradutor (v. tópico 5.1.3). Assim, Vermeer agrega da tradição hermenêutica um importante preceito para o seu quadro teórico.

A principal inovação do livro de Reiss e Vermeer (1984) está em conceber o texto como uma *informação*,

[...] aqui empregada como conceito superordenado para funções da linguagem, na medida em que um produtor comunique (mais especificamente: queira comunicar) a um (grupo) receptor almejado, de acordo com a forma e a situação, o que ele gostaria que fosse compreendido de sua proposição e como.⁴²⁷ (REISS; VERMEER, 1984, p. 61, tradução nossa)

⁴²² REISS; VERMEER, 1984, p. 30.

⁴²³ VERMEER, Hans J. **Allgemeine Sprachwissenschaft**. Eine Einführung. Freiburg i. Br.: Rombach, 1972.

⁴²⁴ Es ist nicht möglich, Translation als Transkodierung *toute simple* der/einer Bedeutung [vgl. Vermeer 1972, 61-71] eines Textes zu verstehen. Translation setzt Verstehen eines Textes, damit Interpretation des Gegenstandes “Text” in einer Situation voraus. Damit ist Translation nicht nur an Bedeutung, sondern an Sinn/Gemeintes [vgl. Vermeer 1972, 221], also an Textsinn-in-Situation, gebunden.

⁴²⁵ [...] ein Text *ist* kein Text, sondern wird als je der und der Text rezipiert und, z. B. durch einen Translator interpretiert, in je eigener Weise tradiert.

⁴²⁶ Etwas *ist* nicht schlechthin ein Text; ein Text wird in der Rezeption erst voll und ganz konstituiert – für diese Situation.

⁴²⁷ Information wird hier insofern als Oberbegriff für Sprachfunktionen gebraucht, als ein Produzent einem intendierten Rezipienten(kreis) formal und situationsbedingt mitteilt (genauer: mitteilen möchte), was und wie er seine Äußerung verstanden wissen möchte.

Desse modo, Vermeer afasta a noção de “informação” da tradicional concepção cifrada no conteúdo de uma mensagem ou de um texto⁴²⁸.

A observação remete às funções da linguagem descritas pelo psicólogo e linguista alemão Karl Bühler. A fim de propor um modelo para elucidar o “evento linguístico concreto”, Bühler (1934) resgata de Platão o conceito de língua como um *organon* (do grego, “instrumento”) por meio do qual um indivíduo (o *emissor*) informa outro (o *receptor*) acerca de algo (os *objetos* ou a *constelação de fatos* do mundo). Para Bühler, a relação entre emissor, receptor e os objetos ou fatos do mundo é a mais rica das manifestações de um evento linguístico concreto⁴²⁹, servindo, assim, como base para descrever todos os demais eventos linguísticos.

O modelo de Bühler constitui-se da seguinte forma: emissor, receptor e os objetos e fatos do mundo estão dispostos, cada um, no vértice de um triângulo. No centro está o signo linguístico, o qual serve de conexão entre os demais elementos. Através da relação entre o signo linguístico e cada uma das extremidades do modelo, Bühler distingue uma função da linguagem correspondente: a função de *representação* (al. *Darstellung*) do signo linguístico origina-se da propriedade do signo de se relacionar com os objetos e fatos da realidade; a função de *expressão* (al. *Ausdruck*) do signo linguístico advém de sua propriedade de expressar a “interioridade do emissor”; a função de *apelo* (al. *Appell*) do signo linguístico, por sua vez, tem origem na propriedade do signo linguístico em desencadear uma ação por parte do leitor⁴³⁰.

Figura 4 – *Organonmodell* de Bühler

⁴²⁸ REISS; VERMEER, 1984, p. 66 et seq.

⁴²⁹ BÜHLER, 1934/1990, p. 30.

⁴³⁰ Ibid., p. 34 et seq.

Anos mais tarde, com a finalidade de defender a inclusão da linguagem poética no plano de investigação da linguística, Roman Jakobson (1960) expande o modelo desenvolvido por Bühler, isolando outras funções do signo linguístico: para além das funções de representação, expressão e apelo, que recebem, respectivamente, as denominações *função referencial* (in. *referential function*), *função emotiva* (in. *emotive function*) e *função conativa* (in. *conative function*), Jakobson enumera: a *função fática* (in. *phatic function*), relativa à gestão do processo comunicativo; a *função metalinguística* (in. *metalinguistic function*), por meio da qual os participantes da comunicação tematizam a própria língua através da qual estão em contato; e a *função poética* (in. *poetic function*), ou “o enfoque da mensagem por ela própria” (JAKOBSON, 1960/2010, p. 163).

As funções da linguagem, especialmente tal como descritas por Bühler (1934), deram uma contribuição bastante significativa à Teoria Funcional, especialmente à proposta de tipologia textual de Katharina Reiss (1971; 1976; posteriormente 1984, v. tópico 7.1.1.4). Vermeer, por sua vez, vê nas funções da linguagem a indicação das intenções com as quais o texto foi concebido⁴³¹. Ele observa, contudo, que com a mudança de cultura e de situação comunicativa há também mudança nas funções linguísticas do texto⁴³². Como mencionado anteriormente, segundo a proposta funcionalista, um texto adquire completude apenas na recepção. Determinar exatamente como cada receptor interpretará o texto não está, nesse sentido, sob o controle do produtor:

A proposição de um produtor relaciona-se, a princípio, apenas à situação do produtor e, dentro dela, entre outros, à expectativa do produtor sobre a situação do receptor, e não à situação em si. Apenas na interação comprova-se se e em que medida surgem (ou podem surgir) ou há coisas em comum – se e em que medida os dois modelos de realidade (!) são tão equivalentes que não vale a pena o protesto contra as diferenças (cf. VERMEER, 1978, p. 101 = 1983, p. 55ss) –, ou seja, se e em que medida a interação “tem sucesso” [...] ⁴³³ (REISS; VERMEER, 1984, p. 69, tradução nossa).

Posto isso, Vermeer compreende o texto como uma tentativa do produtor de ir ao encontro do receptor, isto é, uma tentativa de estabelecer correspondências, tantas quantas pos-

⁴³¹ REISS; VERMEER, 1984, p. 59.

⁴³² Ibid., p. 62.

⁴³³ Eine Produzentenäußerung bezieht sich zunächst nur auf die Produzentensituation und darin u. a. auf die *Erwartung* des Produzenten über die Rezipientensituation, nicht auf diese selbst. Erst in der Interaktion erweist sich, ob und wie weit Gemeinsamkeiten aufkommen (können) bzw. vorhanden sind – ob und wie weit die beiden Wirklichkeitsmodelle (!) so äquivalent sind, daß sich ein Protest zu Unterschieden nicht lohnt (vgl. Vermeer 1978, 101 = 1983, 55 f) –, d. h., ob und in wie weit Interaktion “glückt” [...]

síveis, entre as intenções do produtor e a interpretação do receptor. O texto constitui-se assim numa oferta de “informação” (al. *Informationsangebot*) (REISS; VERMEER, 1984, p. 76), a qual cabe apenas ao receptor aceitar ou recusar, a ela reagindo de modo positivo ou negativo. Vermeer observa, no entanto, que o texto resultante de uma translação constitui uma espécie distinta de oferta de informação (OI), posto que o texto informa acerca de uma oferta de informação pré-existente, produzida num contexto situacional e cultural muito diferente daquela em que o texto é recebido⁴³⁴. Daí conclui que

Decisivo para a nossa teoria, enquanto teoria unitária, indivisa de translação, é que *todo* translató (tradução e interpretação), independentemente de sua função [...] e gênero textual, pode ser compreendido como uma oferta de informação em uma língua e cultura de chegada (OI_C) sobre uma oferta de informação de uma língua e cultura de partida (OI_P).⁴³⁵ (REISS; VERMEER, 1984, p. 76, tradução nossa, grifos dos autores)

Postular o translató como uma “oferta de informação sobre uma oferta de informação” não apenas possibilita que vejamos a translação por outra perspectiva, mas também incide decisivamente na definição de procedimentos translacionais, como veremos a seguir.

7.1.1.3 Procedimentos⁴³⁶

A partir de um elenco de definições do conceito de tradução contemporâneas da sua própria produção teórica ou que a antecederam em apenas alguns anos, Vermeer fornece um panorama das teorias de tradução⁴³⁷ de seu tempo. Ele distribui as respectivas definições de tradução em dois grupos distintos: no primeiro grupo estão aquelas que compreendem a tradução como um processo comunicativo composto por duas etapas (al. *zweistufiger Kommunikationsvorgang*); no segundo grupo, as que compreendem a tradução como uma

⁴³⁴ REISS; VERMEER, 1984, p. 19.

⁴³⁵ Entscheidend für unsere Theorie als einheitlicher Translationstheorie ist, daß *jedes* Translat (Übersetzung und Verdolmetschung) unabhängig von seiner Funktion [...] und Textsorte als Informationsangebot in einer Zielsprache und deren –kultur (IA_Z) über ein Informationsangebot aus einer Ausgangssprache und deren –kultur (IA_A) gefaßt wird.

⁴³⁶ Os procedimentos descritos a seguir referem-se àqueles sugeridos por Hans J. Vermeer na primeira parte do livro. Para os procedimentos enumerados por Katharina Reiss no mesmo livro, v. tópico 7.1.1.4. Essas estão definidas no tópico a seguir, pois possuem relação estreita com as noções introduzidas pela teorizadora, concernentes à relação entre os textos de partida e de chegada.

⁴³⁷ Com exceção de alguns adeptos à Escola de Leipzig, até a proposta de Vermeer (1978), não se falava em “translação”, mas em *tradução*.

“informação” acerca de um texto de partida. Essa divisão foi feita sobretudo em consideração a como cada uma das definições compreende o processo de tradução e seus procedimentos.

O primeiro conceito de tradução, estruturado em duas etapas comunicativas, é comumente atribuído à abordagem linguística da tradução. Consiste num processo de “transcodificação”, por meio do qual um texto de partida é recebido pelo tradutor e reformulado num texto de chegada⁴³⁸. Segundo Vermeer, as definições de tradução inseridas nesse grupo compartilham três características: (1) a tradução desenvolve-se exclusivamente no âmbito linguístico, (2) os fenômenos culturais são sempre vistos como dificuldades de translação, sendo o sucesso da tradução, nesses casos, apenas parcial; e (3) casos em que a função do texto de chegada difere da função do texto de partida são desconsiderados do âmbito da translação⁴³⁹.

Como observa Vermeer, o princípio que rege o processo tradutório baseado na transcodificação é o princípio de *equivalência*. Nesse caso, o texto seria portador de um conteúdo textual não restrito a um sistema linguístico: “O significado seria, independentemente de qualquer língua específica, constante a todas as línguas [...]. O significado seria ‘universal’ (FISIÁK, 1980)⁴⁴⁰” (REISS; VERMEER, 1984, p. 31, tradução nossa). Por conseguinte, o translató “perfeito” representaria o texto de partida em sua totalidade e uma retrotranslação, em teoria, levaria a um texto idêntico ao texto de partida (Sobre o conceito de *equivalência*, veja o capítulo anterior e o tópico 7.1.1.4 do presente capítulo).

Entretanto, através de exemplos, Vermeer demonstra que a translação envolve procedimentos que vão além da transcodificação, estando igualmente envolvidos no processo também fatores relativos ao contexto situacional e à cultura de chegada⁴⁴¹. Assim, contraposta a essa noção do processo translacional está a concepção defendida por Vermeer. Ele argumenta que a noção de tradução pautada pela transcodificação não contempla todos os casos de tradução:

Foram evidenciados casos em que a translação não representa a continuação de uma comunicação com outro código, mas uma nova comunicação sobre uma comunicação anterior. Nesses casos, o termo “informação” englobou as funções da segunda comunicação [...]. A segunda comunicação “informa” acerca de fenômenos da primeira, p. ex. o seu sentido ou o seu efeito. Pode-se também informar acerca da forma da primeira comunicação (quando, por exemplo, hexâmetros são traduzidos por hexâmetros).⁴⁴² (REISS; VERMEER, 1984, p. 66, tradução nossa)

⁴³⁸ REISS; VERMEER, 1984, p. 41.

⁴³⁹ Ibid., p. 45.

⁴⁴⁰ Bedeutung wäre unabhängig von einer je gegebenen spezifischen Sprache für alle Sprachen konstant [...]. Bedeutung wäre ein “Universale” (Fisiak 1980).

⁴⁴¹ REISS; VERMEER, op. cit., p. 64 et seq.

⁴⁴² Es zeigten sich Fälle, in denen die Translation keine Fortsetzung einer Kommunikation mit anderem Kode, sondern eine neue Kommunikation über eine vorausgehende darstellt. In diesen Fällen deckte der Terminus “Information” die Funktionen

Entre os textos do acervo de teorias de tradução considerados representativos dessa segunda forma de proceder tradutoriamente estão as reflexões de Neubert (1970⁴⁴³), House (1977) e Diller e Kornelius (1978). Segundo Vermeer, ao propor uma tipologia tradutória (v. tópico 5.1.4), esses teorizadores teriam, enfim, compreendido que há mais de uma forma de se traduzir um texto, isto é, que entender a tradução como uma comunicação em duas etapas não poderia contemplar todos os casos em que se traduz um texto.

Não obstante, embora essas sejam teorias que compreendam a tradução como um “informar” acerca de outro texto, o processo de tradução continua norteado, mesmo nessas propostas, por uma determinada noção de equivalência. Cada um desses modelos possui, na opinião do teorizador, as suas próprias limitações. De acordo com Vermeer, a tipologia tradutória de Neubert aproxima-se de uma tipologia textual, na qual, todavia, cada tipo textual teria uma função inequívoca. Além de não considerar que um texto possa exercer diferentes funções, sua tipologia estaria voltada primariamente a uma análise do conteúdo, ao passo que, para a translação, um modelo de análise da *função* do texto seria mais adequado. De modo semelhante, House também teria associado determinadas funções a determinados tipos textuais. Ela teria, no entanto, reconhecido que um texto de um determinado tipo pode eventualmente ser traduzido segundo uma função que, no tocante ao tipo textual, não lhe é própria. Vermeer argumenta, entretanto, que esses casos seriam para House a exceção, e não a regra, e afirma ainda que é muito mais produtivo considerar as diferentes funções que um texto pode ter, pois assim estariam contemplados os casos em que as funções do texto de partida e do texto de chegada coincidem, bem como os casos em que o mesmo não ocorre. Sobre a dicotomia de Diller e Kornelius, por fim, ele afirma que, a exemplo de Neubert, os autores também teriam preservado a associação entre tipos textuais e funções, para cada qual haveria uma estratégia específica de tradução. Em suma, as três tipologias, apesar de reconhecerem outras formas de tradução, rejeitariam a ideia de que um mesmo texto possa exercer diferentes funções.

Para Vermeer, as vantagens de se conceber o *translato* como uma oferta de informação sobre uma oferta de informação está em (1) elucidar os casos em que os objetivos com que o texto de chegada é empregado não são os mesmos reservados ao texto de partida e (2) deter-

der zweiten Kommunikation ab [...]. Die zweite Kommunikation “informiert” über Phänomene der ersten, z. B. deren Sinn oder Wirkung. Es läßt sich auch über die Form der ersten Kommunikation informieren (wenn z. B. Hexameter in Hexameter übersetzt werden).

⁴⁴³ NEUBERT, Albrecht. Elemente einer allgemeinen Theorie der Translation. In: **Actes du Xe Congrès International des Linguistes**. Bucarest 1970, p. 451-456. Sua proposta de tipologia tradutória, no entanto, repete-se em Neubert (1968), utilizado na presente dissertação.

minar a função de uma translação a partir do contexto situacional de recepção: “Translação como oferta de informação depende primordialmente da situação do receptor (mais exatamente: da expectativa em relação a ela) e, com isso, da cultura e língua de chegada” (REISS; VERMEER, 1984, p. 83, tradução nossa). Ao enfatizar o caráter dinâmico do texto, Vermeer nega a transcodificação ao atacar o seu alicerce: a concepção de um significado unívoco e universal.

Visto que um texto realiza suas potencialidades interpretativas apenas no ato de recepção, Vermeer destaca a interpretação do tradutor (enquanto receptor do texto de partida) como um “fator decisivo para a translação⁴⁴⁴” (REISS; VERMEER, 1984, p. 57. Mais sobre esse tema, v. no tópico 7.1.1.4 do presente capítulo). Além disso, como especialista da interação intercultural, cabe ao tradutor avaliar como o trabalho de translação deve ser conduzido: “Ele [o tradutor] é quem decide, em última instância, o que, quando e como será traduzido ou interpretado, e isso graças ao seu conhecimento acerca da cultura *e* da língua de partida *e* de chegada⁴⁴⁵” (REISS; VERMEER, 1984, p. 86, tradução nossa, grifos dos autores).

Contudo, observa-se que, à parte de definir a translação como um “informar” acerca de outro texto, Vermeer não fornece qualquer outra descrição de como proceder metodologicamente. De fato, encontramos uma breve descrição do processo de translação no referido artigo inaugural da *Skopostheorie*: “De um emissor (E), um tradutor (tradutor-como-receptor: T_R) recebe uma mensagem (M), transfere-a num sistema heterocultural e reemite-a (enquanto tradutor-como-emissor: T_E) a um receptor (R) almejado⁴⁴⁶” (VERMEER, 1978, p. 100, tradução nossa). A mensagem (al. *Nachricht*), por sua vez, sofre contínuas transformações durante o processo: uma mensagem idealizada pelo emissor (M_{Eid}) é verbalizada, ou melhor, codificada (al. *enkodiert*) (M_{Ec}) por ele. Então, ela é decodificada (al. *dekodiert*) pelo tradutor-como-receptor (M_{TRd}), interpretada (M_{TRipr}) por ele e, já no papel de tradutor-como-emissor, é idealizada em sua mente (M_{TEid}). O tradutor codifica a mensagem (M_{TEc}), a qual será decodificada (M_{Rd}) por um receptor. Por fim, com base em seu contexto situacional, o receptor interpreta a mensagem (M_{Ripr})⁴⁴⁷. As etapas pelas quais passa a mensagem são sintetizadas da seguinte forma:

⁴⁴⁴ Einmal ist die Interpretation des Ausgangstexts durch den Translator als Rezipienten ein entscheidender Faktor für die Translation.

⁴⁴⁵ Er ist es, der letzten Endes entscheidet, was, wann und wie übersetzt bzw. gedolmetscht wird, und zwar kraft seiner Kenntnis von Ausgangs- und Zielkultur und -sprache.

⁴⁴⁶ Von einem Sender (S) empfängt ein Translator (Translator-als-Empfänger: T_E) eine Nachricht (N), transferiert sie in ein heterokulturelles Gefüge und sendet sie (als Translator-als-Sender: T_S) an einen intendierten Empfänger (E) weiter.

⁴⁴⁷ VERMEER, 1978, p. 101.

$$\begin{aligned}
 &M_{Eid} \rightarrow M_{Ec} \rightarrow M_{TRd} \rightarrow M_{TRipr} \\
 &\rightarrow M_{TEid} \rightarrow M_{TEc} \rightarrow M_{Rd} \rightarrow M_{Ripr}
 \end{aligned}$$

À primeira vista, a descrição procedimental acima pouco difere de um processo comunicativo em duas etapas: a mensagem pretendida por um emissor encontra o caminho até o receptor pela ação do tradutor. Mesmo o uso terminológico, com verbos como “decodificar”, “codificar”, “receber” e “emitir”, evoca o discurso da abordagem linguística, o que demonstra que Vermeer escreveu o artigo num período em que a sua proposta ainda estava bastante vinculada às teorias de tradução de sua época. Essa breve descrição, no entanto, serve para demonstrar que a mensagem não permanece a mesma em nenhuma das etapas do processo, dada a variedade de fatores que influenciam o processo cognitivo. Esses fatores compreendem a situação de produção ou recepção de uma mensagem, fatores relativos às próprias capacidades cognitivas do indivíduo, fatores de ordem linguística e cultural, entre outros⁴⁴⁸. Assim, Vermeer subverte as noções mais rígidas do critério de equivalência, as quais postulam que a mensagem do texto deve manter-se a mesma em todo o processo de translação. Em seu lugar, ele introduz outro critério: o *skopos* do translato em seu contexto de recepção.

7.1.1.4 Relações entre o texto de partida e o texto de chegada

Devido à sua condição biológico-fisiológica, o ser humano, segundo Vermeer (1984), não é capaz de perceber a “realidade objetiva” em toda sua complexidade, mas apenas as suas manifestações. Por conseguinte, a percepção humana do mundo e, portanto, também a sua representação da realidade são condicionadas, em parte, por valores compartilhados por indivíduos no interior de uma mesma cultura e, em parte, por fatores situacionais, os quais incluem atributos do próprio indivíduo⁴⁴⁹.

Desse modo, o texto enquanto representação de mundo de um indivíduo (no caso, o produtor) carrega em si valores determinados culturalmente. De forma análoga, a interpretação que um receptor faz de um texto também é influenciada por valores próprios, comumente

⁴⁴⁸ VERMEER, 1978, p. 101.

⁴⁴⁹ REISS; VERMEER, 1984, p. 27 et seq.

diferentes daqueles que subjazem a sua produção⁴⁵⁰. Assim, como observa Vermeer, a translação, enquanto transferência cultural, fatalmente implica mudança de valores⁴⁵¹.

Por outro lado, na proposta funcional, a mudança não é senão consequência da translação. Como vimos, Vermeer define a translação como uma forma especial de ação. A Teoria da Ação preconiza: “Uma ação tem por objetivo alcançar uma meta e, com isso, a mudança de um determinado estado. A motivação para uma ação consiste no fato de que a meta almejada é estimada como superior ao estado atual⁴⁵²” (REISS; VERMEER, 1984, p. 95, tradução nossa). É evidente, portanto, que, além de consequência, a mudança é também objetivo da translação.

Nesse ponto, é importante não confundir “mudança” com perdas ou ganhos. Como observam Reiss e Vermeer, um texto de partida consiste numa oferta de informação de um produtor, dirigida a um público específico. O translador, enquanto produtor, também destina uma oferta de informação a um público determinado, que difere, no entanto, do público receptor do respectivo texto de partida. Isso, naturalmente, afeta a informação ofertada pela translação:

Está claro que essas expectativas e, com isso, a informação a elas destinada, deverão ser diferentes em forma, conteúdo, volume, valores etc., que do caso da primeira oferta, visto que os receptores do texto de chegada e do texto de partida pertencem a comunidades culturais e linguísticas diferentes e culturas e línguas constroem estruturas individuais. O importante aqui é que se trata de informação(ões) *outra(s)* daquelas do texto de partida⁴⁵³. (REISS; VERMEER, 1984, p. 123, tradução nossa, grifos dos autores)

Como vimos, a especificidade da translação ante as demais formas de ação está no fato de a translação partir de uma “ação primária”, a saber, o texto de partida⁴⁵⁴. As teorias pré-funcionalistas estabelecem a *equivalência* como princípio que orienta a continuidade dessa ação. No caso da *Skopostheorie*, todavia, o princípio norteador é a *função*: “O dominante de toda a translação é seu objetivo⁴⁵⁵” (REISS; VERMEER, 1984, p. 96, tradução nossa). Aqui, os termos “objetivo”, função e *skopos* (gr. “objetivo”, “propósito”) são empregados como sinônimos.

⁴⁵⁰ Cf. a definição mesma de texto abordada no tópico 7.1.1.2 desse capítulo; cf. REISS; VERMEER, 1984, p. 58.

⁴⁵¹ REISS; VERMEER, op. cit., p. 29.

⁴⁵² Eine Handlung bezweckt die Erreichung eines Zieles und damit die Änderung eines bestehenden Zustandes. Die Motivation für eine Handlung besteht darin, daß das angestrebte Ziel höher eingeschätzt wird als der bestehende Zustand.

⁴⁵³ Es ist klar, daß diese Erwartungen und damit die Information für sie in Form, Inhalt, Menge, Werten usw. andere sein müssen als im Fall des Erstangebots, denn Ziel- und Ausgangstextrezipienten gehören zu verschiedenen Kultur- und Sprachgemeinschaften, und Kulturen und Sprachen bilden je individuelle Gefüge [...]. Wichtig ist hier, daß es sich um *andere* Information(en) handelt als beim Ausgangstext.

⁴⁵⁴ REISS; VERMEER, op. cit., p. 123.

⁴⁵⁵ Die Dominante aller Translation ist deren Zweck.

Visto que transladar é agir, e que se age para atingir um objetivo, o critério de função é inerente à própria essência da translação. Além de se agir para um determinado fim, age-se de acordo com uma situação dada, de modo que uma ação é concluída com sucesso quando está em adequação com a situação. Essa ação é motivada por intenções do produtor e avaliada pela interpretação do receptor. Ao longo do processo, ambos os lados procuram avaliar a perspectiva do parceiro e, assim, orientar a interação. Para Vermeer, o sucesso da interação está na correspondência entre a constatação de cada uma das partes sobre o entendimento do outro no processo comunicativo⁴⁵⁶.

A regra fundamental é formulada da seguinte forma: “Uma ação é determinada por seu objetivo (é uma função de seu objetivo)⁴⁵⁷” (REISS; VERMEER, 1984, p. 101, tradução nossa). Função, nesse caso, descreve a codependência regular entre duas grandezas, a ação e o objetivo. Visto que a translação é tida como um processo orientado ao receptor, ele é visto como fator decisivo na definição do *skopos* de uma translação: “O *skopos* é descritível como uma variável dependente do receptor (regra sociológica)⁴⁵⁸” (REISS; VERMEER, 1984, p. 101).

Como observa Vermeer, o *skopos* atribuído ao *translato* pode diferir do *skopos* atribuído ao texto de partida, visto que (1) a translação é uma ação produtiva diferente da produção do texto de partida e, portanto, pode servir a outros propósitos; (2) enquanto uma forma especial de oferta de informação, a informação é oferecida pelo emissor apenas quando ele a considera de interesse do receptor – e o interesse do receptor pode estar em outro *skopos*; (3) na medida em que culturas (e línguas) são estruturas distintas umas das outras, e que os textos contêm implicações das culturas (e línguas) de que tiveram origem, estes também são estruturas distintas (al. *Individua*). Para Vermeer, durante a translação (definida como transferência cultural) essas implicações mudam. Assim, para que o texto se aproxime o máximo possível do texto de partida, é justamente aí que uma mudança de função é necessária⁴⁵⁹.

Além do *skopos*, Vermeer afirma que o tradutor deve também guardar a relação entre o receptor e o texto: “Uma mensagem pode ser considerada ‘compreendida’ quando é ou pode ser interpretada pelo receptor como suficientemente coerente em si e suficientemente coerente com a sua situação (de recepção)⁴⁶⁰” (REISS; VERMEER, 1984, p. 109, tradução

⁴⁵⁶ REISS; VERMEER, 1984, p. 98 et seq.

⁴⁵⁷ Eine Handlung wird von ihrem Zweck bestimmt (ist eine Funktion ihres Zwecks).

⁴⁵⁸ Der Skopos ist als rezipientenabhängige Variable beschreibbar (soziologischer Regel)

⁴⁵⁹ REISS; VERMEER, op. cit., p. 103 et seq.

⁴⁶⁰ Eine Nachricht gilt als “verstanden”, wenn sie vom Rezipienten als in sich hinreichend kohärent und als hinreichend kohärent mit seiner (Rezipienten-)Situation interpretiert werden kann bzw. wird.

nossa). Compreender, segundo o teorizador, significa, nesse contexto, poder “classificar” a mensagem em sua própria situação.

Assim, Vermeer formula a regra da coerência:

Uma interação é bem-sucedida quando é interpretada pelo receptor como suficientemente coerente com a sua situação e não resulta em protesto, não importa de que forma, contra a transmissão, língua ou contra seu sentido (“intencionado”)⁴⁶¹. (REISS; VERMEER, 1984, p. 112, tradução nossa)

O sucesso de uma ação depende da ausência de protestos no tocante: (1) à transmissão (veicular a mensagem por meio de um suporte inadequado) e ao tipo (veicular a mensagem de forma errada); (2) ao *skopos* ou mesmo à mensagem do texto⁴⁶². Ao se avaliar uma translação, cumpre avaliar primeiro a coerência intratextual (al. *intratextuelle Kohärenz*), depois a coerência com o texto de partida⁴⁶³. Esta, no entanto, não está descartada, pois, como observa Vermeer, “diferente do que afirma Toury (1980), a translação é para nós, ao mesmo tempo, um fenômeno da cultura-P [de partida] e da cultura-C [de chegada]. Uma translação tem seu início na cultura-P; ela pode reagir direta ou indiretamente sobre a cultura-P⁴⁶⁴” (REISS; VERMEER, 1984, p. 83, tradução nossa).

Desse modo, Vermeer dá uma nova significação ao conceito de fidelidade (al. *Fideli-tät*). No âmbito da *Skopostheorie*, a fidelidade refere-se à coerência entre o translato e o texto de partida, a coerência intertextual (al. *intertextuelle Kohärenz*). A regra da fidelidade está formulada da seguinte forma: “Uma translação visa à transferência coerente de um texto de partida⁴⁶⁵” (REISS; VERMEER, 1984, p. 114, tradução nossa). Nesse contexto, devem ser coerentes, segundo Vermeer, (1) a mensagem codificada pelo produtor do texto de partida, (2) a mensagem interpretada pelo tradutor enquanto receptor e (3) a mensagem decodificada pelo tradutor enquanto (re-)produtor⁴⁶⁶.

A mudança da função da translação não viola, no entanto, a regra da fidelidade; ela apenas acrescenta outras regras relativas ao novo *skopos*. A proposta da translação, conforme

⁴⁶¹ Geglückt ist eine Interaktion, wenn sie vom Rezipienten als hinreichend kohärent mit seiner Situation interpretiert wird und kein Protest, in welcher Form auch immer, zu Übermittlung, Sprache und deren Sinn (“Gemeinten”) folgt.

⁴⁶² REISS; VERMEER, 1984, p. 108 et seq.

⁴⁶³ Ibid., p. 113.

⁴⁶⁴ Anders als bei Toury (1980) ist Translation für uns zugleich ein Phänomen von A- und Z-Kultur. Eine Translation nimmt ihren Anfang in der A-Kultur; sie kann auf die A-Kultur direkt oder indirekt zurückwirken [...].

⁴⁶⁵ Eine Translation strebt nach kohärentem Transfer eines Ausgangstexts.

⁴⁶⁶ REISS; VERMEER, op. cit., p. 114 et seq.

Vermeer, não é exclusivamente “estender” um *skopos*, mas informar um receptor sobre um texto-como-ação numa nova situação comunicativa⁴⁶⁷.

Os princípios formulados por Vermeer para sua teoria geral da translação seriam válidos, a princípio, para qualquer concepção de translação em qualquer ambiente cultural. Como vimos, ao definir o *skopos* como o critério decisivo do processo translacional, desloca-se o olhar do ambiente de retrospecção para o da prospecção: o texto de partida deixa de ser o critério predominante para o processo translacional; em seu lugar, entram o receptor e o contexto cultural e situacional do ambiente de recepção. Nessa constelação de coisas, como discutir a questão da equivalência, se o texto de partida não é mais o critério pelo qual se orienta o processo de translação? Essa discussão só é possível a partir de uma visão mais particular do fenômeno, trazida por Reiss na segunda parte do livro, denominada “Teorias especiais” (*Spezielle Theorien*).

Reiss observa que, nas teorias de tradução, o conceito de equivalência tem sido definido das formas mais diversas, o que ocasiona sua completa imprecisão: “Não é contestado aqui o fato de que com ‘equivalência’ se expressa na translato-logia [al. *Translatologie*] uma relação entre (elementos de) um texto de partida e (elementos de) um texto de chegada; mas a natureza dessa relação continua difusa⁴⁶⁸” (REISS; VERMEER, 1984, p. 124, tradução nossa). A partir do exame de diversas definições de equivalência, ela conclui:

Como resultado dessa breve discussão, pode-se talvez constatar que todos os conceitos introduzidos pelos autores citados tem algo a ver com equivalência enquanto uma relação específica entre um texto de partida (ou elementos de um texto de partida) e um texto de chegada (ou elementos de um texto de chegada), mas ou esses conceitos são demasiado pouco diferenciados ou tocam apenas em aspectos parciais da equivalência textual.⁴⁶⁹ (REISS; VERMEER, 1984, p. 127s., tradução nossa)

Para Reiss, um conceito de equivalência deve levar em conta o fato de que os sistemas linguísticos e culturais possuem constituições diferentes, não podendo, assim, basear sua existência na igualdade de elementos que são, via de regra, heterogêneos⁴⁷⁰. Em sua própria defi-

⁴⁶⁷ REISS; VERMEER, 1984, p. 115.

⁴⁶⁸ Daß mit „Äquivalenz“ in der Translatologie eine Relation zwischen einem Ausgangstext (oder –textelement) und einem Zieltext (oder –textelement) gemeint ist, dürfte hier unbestritten sein; aber die Natur dieser Relation bleibt nach wie vor diffus.

⁴⁶⁹ Als Fazit dieser kurzen Diskussion darf wohl festgehalten werden, daß alle von den genannten Autoren aufgeführten Begriffe etwas mit Äquivalenz als einer spezifischen Relation zwischen einem Ausgangstext (bzw. –element) und einem Zieltext (bzw. –element) zu tun haben, aber entweder zu wenig differenziert sind oder nur Teilaspekte einer Textäquivalenz betreffen.

⁴⁷⁰ REISS; VERMEER, op. cit., p. 131 et seq.

nição do conceito, a autora distingue “equivalência” de “adequação” (al. *Adäquatheit*), justificando a distinção entre elas da seguinte forma:

A necessidade de tal diferenciação resulta do fato de que traduzir enquanto “informação acerca de uma oferta de informação” almeja conceder comumente apenas informações parciais sobre uma oferta de informação em uma língua de partida e às vezes só pode conceder informações parciais (ex. quando, como é o caso de textos mais antigos, a informação “original” não pode ser mais deduzida em todas as suas dimensões)⁴⁷¹. (REISS; VERMEER, 1984, p. 133, tradução nossa)

A partir dessa diferenciação, ela define os dois termos:

Adequação na tradução de (elementos de) um texto de partida designaria a relação entre texto de partida e texto de chegada, pautada na consideração coerente de um objetivo (*skopos*), que se persegue com o processo de translação.[...]

Equivalência, por outro lado, designaria uma relação entre duas grandezas que possuem valor igual, a mesma posição em um determinado campo e pertencem à mesma categoria; em nosso caso, pode-se formular tal definição da seguinte forma:

Equivalência designaria uma relação entre um texto de chegada e um texto de partida que preenche (ou pode preencher), em uma dada cultura, funções comunicativas iguais em níveis iguais. [...]

A equivalência é, em nossa definição, um tipo especial de adequação, mais especificamente a adequação estabelecida entre texto de partida e texto de chegada, mantida a função constante.⁴⁷² (REISS; VERMEER, 1984, p. 139s., tradução nossa, grifos da autora)

Segundo Reiss, a adequação aos diferentes tipos de *skopos* demanda estratégias particulares de tradução. Desse modo, ela formula uma tipologia de estratégias tradutórias, cujas categorias estão dispostas numa escala que se principia com a máxima preservação formal e termina com liberdade criativa⁴⁷³:

- Versão interlinear (al. *Interlinearversion*): consiste numa tradução “palavra por palavra”, supostamente útil na representação de estruturas linguísticas para a pesquisa

⁴⁷¹ Die Notwendigkeit einer solchen Differenzierung ergibt sich aus der Tatsache, daß Übersetzen als „Information über ein Informationsangebot“ oft nur eine Teilinformation über ein Informationsangebot in einer Ausgangssprache geben will und zuweilen nur Teilinformation geben kann, (z.B. wenn, wie es bei älteren und alten Texten der Fall ist, die „originale“ Information gar nicht mehr in allen ihren Dimensionen erschlossen werden kann).

⁴⁷² *Adäquatheit* bei der Übersetzung eines Ausgangstextes (bzw. -elements) bezeichne die Relation zwischen Ziel- und Ausgangstext bei konsequenter Beachtung eines Zwecks (*Skopos*), den man mit dem Translationsprozeß verfolgt. (..)

Äquivalenz bezeichne demgegenüber eine Relation zwischen zwei Größen, die den gleichen Wert, denselben Rang in je eigenen Bereich haben und derselben Kategorie angehören; in unserem Zusammenhang läßt sich also folgende Definition aufstellen:

Äquivalenz bezeichne eine Relation zwischen einem Ziel- und einem Ausgangstext, die in der jeweiligen Kultur auf ranggleicher Ebene die gleiche kommunikative Funktion erfüllen (können). [...]

Äquivalenz ist in unserer Definition Sondersorte von *Adäquatheit*, nämlich *Adäquatheit* bei Funktionskonstanz zwischen Ausgangs- und Zieltext.

⁴⁷³ REISS; VERMEER, 1984, p. 134 et seq.

e o aprendizado de línguas. Além disso, segundo Reiss, esse também é o método utilizado para a tradução de textos bíblicos.

- Tradução literal (al. *wörtliche Übersetzung*): consiste também numa tradução “palavra por palavra”, cuja principal diferença para a versão interlinear está no respeito à sintaxe da língua de chegada. Ela é também própria à aquisição de língua estrangeira.
- Tradução filológica (al. *philologische Übersetzung*): Reiss evoca o postulado de Schleiermacher de “fazer com o leitor vá ao encontro do escritor”⁴⁷⁴ para elucidar a noção de tradução filológica. O objetivo da estratégia filológica de tradução é informar o leitor do texto de chegada o modo pelo qual o autor do texto de partida se comunica.
- Tradução “comunicativa” (al. *“kommunikatives” Übersetzen*): trata-se de uma estratégia por meio da qual o translatato não se parece com um translatato. Segundo Reiss, uma tradução comunicativa é “uma tradução que pode servir, na cultura de chegada e com função igual, diretamente à comunicação (cotidiana, literária ou artístico-estética) e, assim, é de igual valor, equivalente (o máximo possível) ao original em todas as suas dimensões (sintática, semântica e pragmática)”⁴⁷⁵ (REISS; VERMEER, 1984, p. 135, tradução nossa).
- Tradução criativa ou “linguocriacional” (al. *“sprachschöpferische” Übersetzung*): considerada um tipo de estratégia de tradução à parte, refere-se a casos em que é necessária a criação de novos conceitos, formas de pensar, imagens, objetos etc., uma vez que esses não estão ainda presentes na cultura de chegada. Nesse caso, não haveria meios para a equivalência, visto que ainda não há na cultura de chegada elementos para se estabelecer essa equivalência.

Nota-se que a teorizadora aborda o caso específico da tradução, em oposição ao que é feito por Vermeer, cujas considerações são supostamente válidas também para a interpretação. Embora todos os casos acima sejam motivados por uma adequação ao *skopos*, Reiss explica que apenas as traduções comunicativas constroem equivalência no nível textual⁴⁷⁶.

⁴⁷⁴ Cf. SCHLEIERMACHER, 1813/2010, p. 57.

⁴⁷⁵ [...] eine Übersetzung, die in der Zielkultur bei gleicher Funktion unmittelbar der (alltäglichen, literarischen oder künstlerisch-ästhetischen) Kommunikation dienen und dabei dem Original (möglichst) in allen seinen Dimensionen (syntaktisch, semantisch und pragmatisch) gleichwertig, äquivalent ist.

⁴⁷⁶ REISS; VERMEER, 1984, p. 136.

Ainda que a equivalência se construa no nível do texto, diversos outros fatores estão também implicados na equivalência textual⁴⁷⁷. Esses fatores, conforme Reiss, são o produtor, o receptor, o texto, o tipo textual, o gênero textual, o contexto sociocultural e a cultura, inter-relacionados numa “rede” que determina como um texto é produzido⁴⁷⁸.

Por conta das diferenças entre as línguas, contextos e culturas, Reiss observa que em quase nenhum caso de tradução os signos linguísticos podem ser simplesmente substituídos por signos de outra língua. Em lugar da mera substituição, deve haver uma reorganização das relações semântica e formal dos signos – e isso deve ser feito de acordo com a função conferida ao texto. E como a equivalência não pode se manifestar em todas as esferas do texto, há a necessidade de uma hierarquização que estabeleça sobre quais propriedades textuais deve incidir a equivalência⁴⁷⁹. Para tanto, a autora desenvolve uma tipologia textual⁴⁸⁰ voltada à tradução, que tem por base as funções da linguagem descritas por Bühler (1934). Sua tipologia é composta por três tipos de texto:

1. *tipo informativo*: “No tipo informativo, o nível referencial-semântico do conteúdo ocupa a posição mais elevada entre os critérios de equivalência [...]”⁴⁸¹,
2. *tipo expressivo*: “No tipo expressivo exige-se equivalência prioritariamente no nível da organização artística e do aspecto formal da língua [...]”⁴⁸²,
3. *tipo operativo*: “No tipo operativo, a equivalência está orientada sobretudo à manutenção da organização linguística e textual persuasiva [...]”⁴⁸³, (REISS; VERMEER, 1984, p. 157, tradução nossa).

Para Reiss, a tipologia textual presta-se a diferenciar, de forma rudimentar e abstrata, o comportamento geral de textos antes mesmo do processo tradutório. Essa classificação está voltada não apenas ao translato, mas também ao texto de partida, a fim de se obter clareza sobre o status desse texto em sua respectiva situação⁴⁸⁴. Sua tipologia, no entanto, não tem

⁴⁷⁷ REISS; VERMEER, 1984, p. 147.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 154.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 156.

⁴⁸⁰ Para mais informações acerca da tipologia textual de Katharina Reiss, cf. AZENHA JR., 1999.

⁴⁸¹ Im informativen Typ nehmen referenz-semantische Inhaltsebene den obersten Rang unter den Äquivalenzkriterien ein [...]

⁴⁸² Beim expressiven Typ wird vorrangig Äquivalenz auf der Ebene der künstlerischen Organisation und der formbetonten Sprache gefordert [...].

⁴⁸³ Beim operativen Typ ist die Äquivalenz in erster Linie auf die Erhaltung der persuasiven Sprach- und Textgestaltung ausgerichtet [...].

⁴⁸⁴ REISS; VERMEER, op. cit., p. 204.

caráter absoluto, posto que nenhum dos textos é puramente informativo, expressivo ou operativo.⁴⁸⁵

Um quarto tipo textual, o tipo multimedial (al. *multi-medialer Texttyp*), reúne textos em que o nível verbal associa-se a signos de outros sistemas semióticos (imagens, sons, gestos etc.) na construção de sentido. Reiss comenta que, posto que o texto multimedial pode reunir atributos dos outros três tipos textuais, esse é o tipo textual mais abrangente de sua tipologia⁴⁸⁶.

A classificação de textos em tipologias textuais compreende um procedimento de análise do texto de partida, capaz de indicar quais elementos devem ser preservados e, sobretudo, a *função* desses textos. O texto apresenta comumente alguns sinais indicativos do tipo textual em que pode ser classificado, tais como o título e a designação de gêneros textuais⁴⁸⁷.

A discussão de exemplos demonstra que há equivalência entre o texto de partida e o texto de chegada em diferentes níveis de um texto enquanto meio de comunicação. Os elementos de cada um dos diferentes níveis não podem, na maioria dos casos, permanecer invariantes ou equivalentes na mesma proporção, em razão da diferença entre línguas e culturas⁴⁸⁸ (REISS; VERMEER, 1984, p. 169, tradução nossa).

Não obstante, embora tenha concebido uma tipologia textual, Reiss não oferece nessa obra um método analítico próprio. Assim, a decisão acerca de quais elementos são mais relevantes funcionalmente, quais devem ser reproduzidos de forma equivalente e quais compensações podem ser feitas cabe ao tradutor mediante sua competência tradutória, que não se restringe ao domínio das línguas envolvidas.

Definir a equivalência segundo a correspondência de funções, segundo a teorizadora, torna o conceito mais dinâmico, na medida em que demanda uma reordenação da relevância de cada um dos fatores que influenciam, caso a caso, o processo tradutório⁴⁸⁹. Estabelecer uma relação entre os conceitos de equivalência e função não é, como vimos, exclusividade de sua proposta teórica. Juliane House (1977) utilizou o conceito de função conforme introduzido por Halliday (1970), o qual guarda muitas similaridades com a definição funcionalista: a função de um texto estaria, em ambas as teorias, condicionada ao uso que é feito desse mesmo texto numa determinada situação comunicativa. Nos casos em que não há a correspondência

⁴⁸⁵ Ibid., p. 207.

⁴⁸⁶ REISS; VERMEER, 1984, p. 211.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 208.

⁴⁸⁸ Aus der Beispieldiskussion geht hervor, daß es Äquivalenz zwischen Ziel- und Ausgangstext auf verschiedenen Ebenen eines Textes als Kommunikationsmittel gibt. Die einzelnen Elemente auf den verschiedenen Ebenen können aufgrund der Verschiedenheit der Sprachen und Kulturen in den meisten Fällen nicht invariant und nicht alle zugleich äquivalent gehalten werden.

⁴⁸⁹ REISS; VERMEER, op. cit., p. 170.

entre a função do texto de partida e a função do texto de chegada, para House, assim como para Reiss, a equivalência é apenas parcial, num segundo nível funcional⁴⁹⁰.

Apesar de trazer de volta, a seu modo, o foco sobre o conceito de equivalência, Katharina Reiss ressalta o dinamismo de sua aplicação, a fim de contrapor-lo ao imobilismo e à imprecisão do conceito nas teorias pré-funcionalistas. Com Holz-Mänttäre (1984), no entanto, a abordagem funcional parece distanciar-se definitivamente da noção de equivalência em translação.

7.1.2 Exemplar nº 2: Holz-Mänttäre 1984

No mesmo ano em que foi publicado o quadro teórico geral de Reiss e Vermeer, Justa Holz-Mänttäre defendeu sua tese, intitulada *Translatorisches Handeln: Theorie und Methode* [Ação translacional: teoria e método], na Universidade de Tampere, Finlândia. Nela foram reunidos anos de reflexões da teorizadora, frutos de sua prática docente e de sua atividade profissional como “designer de textos”, exercida desde a sua imigração, nos anos de 1960, à Finlândia⁴⁹¹.

Como docente na Universidade de Tampere e na Universidade de Turku, Holz-Mänttäre confrontou-se com um sistema de formação de tradutores e intérpretes que, a seu ver, esteve pautado por critérios subjetivos e por quadros metodológicos que, advindos da linguística e da Linguística Textual, pouco tinham a contribuir. Déficit de mesma natureza foi detectado nas teorias de tradução, consideradas incapazes de fornecer os fundamentos necessários para uma didática tradutória⁴⁹². Para Holz-Mänttäre, a falta de vínculo entre as esferas teórica, prática e didática da translação resulta na perpetuação, sobretudo na mente dos *portadores de demanda* (al. *Bedarfsträger*), ou, dito de outro modo, daqueles que solicitam a translação, de uma noção restrita de translação, semelhante aos modelos empreendidos em aulas de aquisição de língua estrangeira. Essa noção de translação alimenta o pré-conceito acerca da atividade profissional e obriga o tradutor, à custa de seu tempo e energia, a explicar a cada novo cliente a natureza do seu trabalho⁴⁹³.

⁴⁹⁰ HOUSE, 1977/1981, p. 191.

⁴⁹¹ HOLZ-MÄNTTÄRI, 2012, p. 78.

⁴⁹² Id., 1984, p. 18 et seq.

⁴⁹³ Ibid., p. 20.

Holz-Mänttari concebe o mundo (ou, pelo menos, o mundo ocidental capitalista) organizado numa estrutura de divisão de trabalho conduzido por especialistas. Como forma de assegurar que o trabalho seja desempenhado por pessoas dotadas da respectiva competência profissional, a sociedade criou instituições de formação de especialistas. Essas mesmas instituições têm também a atribuição de desenvolver a pesquisa científica no campo:

Uma comunidade cumpre essa tarefa ao criar instituições de formação. A elas é dada a tarefa de elaborar, através de pesquisa, as condições para uma base teórica e uma organização metodológica e de, mediante o emprego didático dos resultados relevantes da pesquisa, formar especialistas que façam jus à sua função com competência teórica específica e qualificação pragmática. Essa tarefa deve referir-se, ao mesmo tempo, à própria instituição científica, posto que ela mesma, por sua vez, precisa de especialistas que tragam consigo um conceito acional voltado à pesquisa e ao ensino que seja da mesma constelação de demanda e oferta voltados à pesquisa e ao ensino. Ela necessita formar-se a si mesma⁴⁹⁴. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 164, tradução nossa)

O mesmo princípio é válido também para a formação de tradutores e intérpretes. Segundo a teorizadora, a missão de conceber os fundamentos teóricos para a prática profissional e a didática da translação foram conferidas aos Estudos da Tradução (referidos aqui através do termo *Translatologie*)⁴⁹⁵. No entanto, o que Holz-Mänttari observa em sua época é a produção de conhecimento teórico sem qualquer aplicabilidade:

A partir de uma perspectiva translatológica, a qual de fato representa um aspecto ou um dos papéis no complexo sistêmico comum, é possível constatar como *status quo* o fato de que, até agora, faltava em grande parte do campo científico a orientação teórica e pragmática de especialistas: *não havia um perfil científico*, nenhum conceito acional de translatologia. Uma consequência disso é que, até agora, também faltava em grande parte do campo profissional a orientação teórica e pragmática de especialistas: *não havia um perfil profissional*, nenhum conceito acional de translação. E a última consequência disso é que, no âmbito profissional, o portador de demanda enquanto não técnico no campo de especialidade age sem orientação, isto é, não de forma funcional; de fato, seu papel não consiste de maneira alguma em investigar os fundamentos. Portanto: *Faltavam claras noções do padrão cooperativo translatacional e de suas inerentes possibilidades*⁴⁹⁶. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 165, tradução nossa, grifos da autora)

⁴⁹⁴ Diese Aufgabe löst eine Gemeinschaft, indem sie Ausbildungsinstitutionen schafft. Ihnen ist aufgegeben, durch Forschung die Bedingungen für eine theoretische Basis und eine methodologische Organisation zu erarbeiten und durch didaktische Umsetzung von relevanten Forschungsergebnissen funktionsgerechte Experten mit sachtheoretischer Kompetenz und pragmatischer Qualifikation auszubilden. Diese Aufgabe ist gleichzeitig auf die eigene wissenschaftliche Institution zu beziehen, die ja ihrerseits Experten mit dem forschungs- und lehrbezogenen Handlungskonzept derselben Bedarfs- und Angebots-Konstellation braucht. Sie muss sie selbst ausbilden.

⁴⁹⁵ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 92.

⁴⁹⁶ Aus translatologischer Sicht, die ja einen Aspekt oder eine der Rollen im Gesamtgefüge repräsentiert, ist zum Status quo festzustellen, dass im Wissenschaftsbereich theoretische und pragmatische Orientierung der Experten bisher weitgehend fehlte: *Es gab kein Wissenschaftsprofil*, kein translatologisches Handlungskonzept. Eine Folge ist, dass auch im Praxisbereich die theoretische und pragmatische Orientierung des Experten bisher weitgehend fehlte: *Es gab kein Berufsprofil*, kein translatologisches Handlungskonzept. Und der letzte Folgeschritt ist, dass im Praxisbereich der Bedarfsträger als Nicht-Fachmann im Sachgebiet orientierungslos, also nicht funktionsgemäss, handelt; zu seiner Rolle gehört es ja keinesfalls, die Grundlagen zu

A única possibilidade de dissolução do *status quo* estaria, na sua opinião, em mudanças no campo científico. Holz-Mänttari desenvolveu o referido estudo com o objetivo de ofertar fundamentos teóricos e metodológicos para a translação a partir da sistematização de fatores comuns ao fenômeno translacional⁴⁹⁷. A importância de se oferecer não apenas um quadro teórico, mas também um quadro metodológico, está em viabilizar a aplicação dos preceitos teóricos no ensino e na prática de translação e, assim, afastar da teoria o perigo da esterilidade⁴⁹⁸.

A sugestão de que a *Teoria da Ação Translacional* de Justa Holz-Mänttari possui afinidades com a *Skopostheorie* de Hans J. Vermeer e Katharina Reiss encontra-se já no prefácio da publicação. Holz-Mänttari (1984) vê sua obra como uma contribuição aos esforços iniciados por Reiss e Vermeer (1984), no entanto, “por outros meios”, isto é, através da fundamentação das competências cooperativas e comunicativas do indivíduo para a ação translacional⁴⁹⁹.

O ponto de partida para o desenvolvimento de uma teoria da ação translacional é a capacidade humana de comunicação e a referida organização social pela divisão do trabalho⁵⁰⁰. De fato, a teorizadora observa que, por um lado, a capacidade comunicativa em si pertence aos aparatos humanos fundamentais e ela é posta em uso quando há a necessidade elementar de comunicação. A ação translacional entra em cena, assim, no contexto da comunicação humana, quando a necessidade de comunicação envolve a transposição uma barreira cultural. Por outro lado, a existência humana não é autônoma, o que implica a necessidade de cooperação e de organização⁵⁰¹.

Nesse contexto, o tradutor assume o posto de especialista na translação (al. *Translations-Experte*); outra pessoa, o posto de portador de demanda. Essa divisão de trabalho é vista por Holz-Mänttari de modo *co-operativo*, no qual dois ou mais indivíduos atuam orientados por uma meta comum superior. Em vista do quadro apresentado, Holz-Mänttari seleciona as teorias sistêmicas e a *Teoria da Ação* de Rehbein (1977) e noções da *Skopostheorie* para compor a base teórica de seu quadro metodológico⁵⁰².

erforschen. Ergo: *Es fehlten klare Vorstellungen vom translatorischen Kooperationsmuster und den darin liegenden Möglichkeiten.*

⁴⁹⁷ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 17.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 162.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 5 et seq.

⁵⁰⁰ Ibid., p. 164.

⁵⁰¹ Ibid., p. 23.

⁵⁰² Ibid., p. 23 et seq.

O livro está estruturado em cinco partes fundamentais. A primeira parte, “Standort” [Estado de coisas], apresenta e discute o estado de coisas dos Estudos da Tradução de língua alemã à época através a obra de Werner Koller (1979). A segunda parte, “Grundlegung für eine Theorie über translatorisches Handeln” [Fundamentos para uma teoria da ação translacional], apresenta e define os conceitos fundamentais do quadro teórico e metodológico proposto. A terceira parte, “Basistheorie über translatorisches Handeln” [Teoria de base da ação translacional], concentra o foco sobre o conceito acional de translação, o padrão cooperativo “portador de demanda + especialista em translação” e enfatiza a importância da teoria para a prática e a didática da translação, destacando o seu aspecto científico. A quarta parte, “Methodologie translatorischen Handelns” [Metodologia da ação translacional], detalha e exemplifica o quadro metodológico. Por fim, a quinta parte “Zusammenfassung und Fazit” [Resumo e resultado], traz uma súmula do que foi visto na obra e apresenta as conclusões da teorizadora.

A inovação está numa proposta terminológica consideravelmente nova. Holz-Mänttari justifica a nova terminologia como forma de afastar dos conceitos propostos em seu livro o significado consagrado pela tradição do campo teórico⁵⁰³. No entanto, essa novidade, aliada a um estilo que, segundo Snell-Hornby (2006), era então exigido de trabalhos acadêmicos em língua alemã, torna o texto bastante hermético – “exótico e excêntrico”, como pontua ainda Snell-Hornby, mesmo entre teorizadores da tradução⁵⁰⁴. Consideremos a citação abaixo:

Translação seria um complexo sistêmico acional com função especializada, voltado à produção, num sistema complexo e organizado hierarquicamente de ações de diversas naturezas; características constituintes seriam o agir analítico, sintético, avaliativo e criativo, entre aspectos de diferentes culturas e voltado à transposição de distâncias.

Objetivo da ação translacional seria a produção de textos, os quais são empregados por portadores de demanda como portadores de mensagem em ligação com outros para a transferência transcultural de mensagem;

Objetivo da transferência de mensagem seria a coordenação das cooperações acionais e comunicativas;

Objetivo da coordenação seria alinhamento das cooperações segundo uma meta comum; ‘transcultural’ marcaria o tipo e a função especial das medidas adotadas para a transposição acional e comunicativa de barreiras culturais⁵⁰⁵. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 87, tradução nossa)

⁵⁰³ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 8.

⁵⁰⁴ SNELL-HORNBY, 2006, p. 57 et seq.

⁵⁰⁵ Translation sei ein mit Expertenfunktion auf Produktion gerichtetes Handlungsgefüge in einem komplexen und hierarchisch organisierten Gefüge verschiedenartiger Handlungen; konstituierende Merkmale seien analytisches, synthetisches, evaluatives und kreatives Handeln unter den Aspekten verschiedener Kulturen und gerichtet auf die Überwindung von Distanzen. Zweck translatorischen Handelns sei die Produktion von Texten, die von Bedarfsträgern als Botschaftsträger im Verbund mit anderen für transkulturellen Botschaftstransfer eingesetzt werden; Zweck des Botschaftstransfers sei die Koordinierung von aktionalen und kommunikativen Kooperationen;

Muitas das características do discurso, comuns às teorias pré-funcionalistas e à obra de Reiss e Vermeer (1984) repetem-se nesse excerto: longos períodos, o uso recorrente de formas nominais do verbo para reduzir orações subordinadas, a criação abundante de substantivos por meio do processo de composição (atributo da língua alemã extremamente produtivo para a criação de neologismos), uso de formas conjuntivas (na tradução, expressas em língua portuguesa pelo futuro do pretérito) com a finalidade de marcar o discurso indireto etc. O que torna a linguagem empregada por Holz-Mänttari tão menos acessível é que, concomitante a esses recursos estilísticos, as frases por vezes concentram uma quantidade substancial de conceitos translológicos, muitos dos quais são introduzidos pela própria teorizadora e, portanto, ainda incomuns nos Estudos da Tradução. Como exemplo, temos os conceitos “complexo sistêmico” (ou “sistema”), “ação translacional”, “portador de demanda”, “portador de mensagem”, entre outros.

Vejamos a seguir como esses novos conceitos são introduzidos e em que medida podem ser, de fato, considerados novos. Pontualmente faremos menções a eventuais semelhanças entre os conceitos abordados por Holz-Mänttari e os conceitos introduzidos por Reiss e Vermeer (1984).

7.1.2.1 O ato de transladar

Para nos aventurarmos no vasto e complexo “universo teórico e metodológico” criado por Holz-Mänttari, partimos de sua noção mais elementar: o conceito de ação translacional (al. *translatorisches Handeln*), que, de tão importante, intitulou a obra que o elucida. À primeira vista, o favorecimento deste em lugar de “translação” parece trazer consigo poucas implicações teóricas: “ação translacional”, que destaca o “agir” em translação, também consiste num conceito superordenado utilizado para designar os processos de “tradução” e “interpretação”. Naturalmente, podemos supor que haja mais por trás de uma redefinição terminológica do que o mero destaque a um aspecto particular do processo. Assim, em busca de um proceder metodológico mais minucioso e aproveitando as possibilidades que o binômio nos traz,

Zweck der Koordinierung sei Ausrichtung von Kooperationen auf ein Gesamtziel; ‘transkulturell’ markiere die besondere Art und Funktion der Massnahmen zur aktionalen und kommunikativen Überwindung von Kulturbarrieren.

analisaremos a seguir, respectivamente, o que Holz-Mänttari compreende por “agir” e por “translação”.

Agir, segundo a teorizadora, consiste num “complexo sistêmico”, que “pressupõe a existência de um actante motivado, que deseja alcançar uma meta comum. Agir tem como propósito alterar constelações de fatos e ocorre numa situação”⁵⁰⁶ (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 29, tradução nossa). Do excerto, podemos afirmar que a meta comum da ação é propriamente a mudança de um estado, a mudança de uma porção do contínuo do mundo, o que torna a constelação de fatos (al. *Sachverhalt*) o objeto da ação numa determinada situação⁵⁰⁷. Assim como postulam Reiss e Vermeer (1984), Holz-Mänttari também vê na mudança a consequência e o objetivo da ação.

O conceito de *complexo sistêmico* (al. *Gefüge*) é central à própria definição de “ação”. Um “complexo sistêmico” ou “sistema” (al. *System*) é composto de *elementos* que lhe dá corpo, de uma *estrutura* que o organiza, e por metas que ele deve cumprir e para cuja realização ele existe. Nesse contexto, actantes, propósito e situação são elementos do complexo sistêmico acional, entre os quais há *relações* e *conexões* a organizá-los⁵⁰⁸. “Relações” (al. *Beziehungen*) consistem em totalidades de dependências entre propriedades que permanecem inalteradas, enquanto “conexões” (al. *Zusammenhänge*) são totalidades de dependências entre propriedades que se alteram. Denomina-se “estrutura” (al. *Struktur*) a rede de relações e conexões, dissociada de elementos. Somente o conjunto de estruturas e elementos formam os complexos sistêmicos⁵⁰⁹.

O primeiro pressuposto de uma ação é a presença de actantes voltados a uma meta comum (al. *Gesamtziel*). Embora sejam considerados elementos de um complexo sistêmico acional, cada um dos actantes de uma ação é visto como um complexo sistêmico em si, ao mesmo tempo distinto (por meio do processo de aculturação) dos demais e coligado (por meio da socialização) a eles⁵¹⁰. Para Holz-Mänttari, os indivíduos passam apenas a integrar um complexo sistêmico acional, isto é, eles se tornam actantes somente quando há relações estabelecidas entre eles:

Actantes numa situação acional só podem ser indivíduos que estejam em relação um com o outro. Se não houver relação, o indivíduo não participa da ação. A participa-

⁵⁰⁶ Handeln setzt das Vorhandensein eines motivierten Aktanten voraus, der ein Gesamtziel erreichen will. Handeln hat den Zweck, Sachverhalte zu verändern und findet in einer Situation statt.

⁵⁰⁷ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 41.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 29.

⁵⁰⁹ Ibid., p. 39.

⁵¹⁰ Ibid., p. 6.

ção não significa que todos fazem o mesmo. Ao contrário, geralmente um indivíduo ou um grupo faz algo e outros são afetados por isso⁵¹¹. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 38, tradução nossa)

Actantes realizam ações num determinado tempo e espaço, o que torna a situação acional também parte do quadro de fatores que determinam o curso de uma ação. Assim como os demais complexos sistêmicos, a situação compõe-se de elementos e relações. Todavia, em vez de um mero recorte ou momento singular, a situação estende-se pelo tempo. Segundo a teoria sistêmica, ações podem ser influenciadas tanto por fatores relativos a um ponto único no tempo e no espaço, como por fatores ligados a momentos vindouros ou passados. Fosse de outro modo, isto é, compreendesse a situação acional apenas um episódio, um marco temporal, não seria possível vislumbrar a dinamicidade de suas relações⁵¹².

Assim, os elementos que integram uma ação em particular podem, eles mesmos, ser considerados como complexos sistêmicos singulares, postos em relação uns com os outros. Conforme explica Holz-Mänttäre, no contexto de um complexo sistêmico acional, “a situação transforma-se em situação acional, o indivíduo transforma-se em actante exercendo um papel. Conexões tornam os elementos de um complexo sistêmico relevantes quando eles são ativados em situação. É criada uma estrutura de relevância no complexo sistêmico.”⁵¹³ (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 38, tradução nossa). O que é legítimo para os elementos de uma ação, também é válido para a ação em si: ações, como seus elementos, também podem integrar um complexo sistêmico superordenado. Nestes casos, o todo determina as partes: a meta comum almejada pelo complexo sistêmico superordenado determina o propósito de cada um de seus complexos sistêmicos subordinados. Esse posicionamento apoia-se em preceitos da *Teoria da Ação* de Rehbein (1977), segundo a qual as ações integradas num “sistema produtivo” obtêm da meta comum (referida aqui por “objetivos sociais”) o seu próprio objetivo:

A tarefa da Teoria da Ação consiste em examinar e classificar ações enquanto componentes elementares de *formas de organização da divisão social do trabalho*. Logo, a Teoria da Ação parte de objetivos sociais, a partir dos quais as ações são organizadas e dos quais, por meio da análise, podem ser derivadas. Os objetivos sociais penetram cada um dos objetivos internos de uma ação e determinam dessa forma o

⁵¹¹ Aktanten in einer Handlungssituation können nur Individuen sein, die miteinander in Beziehung stehen. Besteht keine Relation, hat das Individuum auch nicht teil an der Handlung. Das Teilhaben bedeutet nicht, dass alle das Gleiche tun. Im Gegenteil, oft tut einer oder eine Gruppe etwas und andere sind davon betroffen.

⁵¹² HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 32.

⁵¹³ Die Situation wird zur Handlungssituation, das Individuum zum Aktanten in Rollen. Zusammenhänge machen Gefügeelemente, wenn sie in Situation aktiviert werden, relevant. Es entsteht eine Relevanzstruktur im Gefüge

mecanismo, a estrutura interna, até mesmo o padrão dessa ação⁵¹⁴. (REHBEIN, 1977 apud HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 43, tradução nossa, grifos de Rehbein)

O conceito de complexo sistêmico é útil para explicar a relação entre actantes, sobretudo nas culturas capitalistas ocidentais: nessas culturas, como vimos, os indivíduos organizam as relações sociais através da divisão do trabalho, a qual, por sua vez, tem na cooperação entre os indivíduos a sua razão de ser. A divisão social do trabalho é comumente marcada pela segmentação, pelo planejamento e pela especialização dos agentes⁵¹⁵. O indivíduo exerce um determinado papel social, que o localiza no interior do respectivo complexo sistêmico social e ao qual estão associadas determinadas expectativas, direitos, deveres e responsabilidades, bem como pressupostas determinadas competências⁵¹⁶. O papel social do indivíduo é uma convenção, uma “instituição”, composta por padrões de cooperação (al. *Kooperationsmuster*) e por conceitos acionais (al. *Handlungskonzept*). Definem-se “padrões de cooperação” como formas convencionais de cooperação entre os indivíduos. Conceitos acionais, por sua vez, consistem em diretrizes, ou como define a teorizadora, conceitos de orientação (al. *Orientierungskonzepte*) para a execução de uma ação por parte de um especialista. Os conceitos acionais são comumente transferidos aos especialistas durante a sua formação nos institutos de formação, de modo que a ação do especialista corresponda às expectativas que a sociedade tem sobre o seu papel social⁵¹⁷.

Tal como as demais atividades profissionais, a atividade do tradutor possui um padrão de cooperação (“especialista em translação + portador de demanda”) e um conceito acional, sendo “translação” o conceito acional da ação translacional. Desse modo, deixamos por ora o conceito de ação e passamos a observar o segundo componente do termo. Holz-Mänttari define “translação” da seguinte forma:

Translação está relacionada à produção profissional de textos para um tipo de situação e monitoramento no qual a comunicação ou cooperação direta não é mais possível. Sob esse aspecto, o mesmo pode ser dito sobre a interpretação: aqui a comunicação direta é impedida pelas barreiras culturais e linguísticas⁵¹⁸. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 6, tradução nossa)

⁵¹⁴ Als Aufgabe der Handlungstheorie leitet sich ab, Handlungen als elementare Bestandteile von *Organisationsformen gesellschaftlicher Arbeit* zu untersuchen und zu klassifizieren. Daher hat die Handlungstheorie von den gesellschaftlichen Zwecken auszugehen, auf die hin Handlungen organisiert und aus denen sie in die Analyse herzuleiten sind. Die gesellschaftlichen Zwecke gehen jeweils in den inneren Zweck einer Handlung ein und determinieren auf diese Weise den inneren Mechanismus, die Struktur, eben das Muster dieser Handlung.

⁵¹⁵ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 41.

⁵¹⁶ Ibid., p. 40 et seq.

⁵¹⁷ Ibid., p. 42 et seq.

⁵¹⁸ Translation hat es mit der professionellen Produktion von Texten für eine Situations- und Steuerungstyp zu tun, in dem die direkte Kommunikation bzw. Kooperation nicht mehr möglich ist. Das gilt unter diesem Aspekt auch für das Dolmetschen: hier wird ebenfalls die direkte Kommunikation durch Kultur- und Sprachbarrieren verhindert.

Ao caracterizar o processo como uma ação produtiva, Holz-Mänttari demonstra clara afinidade entre a sua proposta teórica e a de Vermeer, aproximando a sua noção de translação daquela defendida por ele: transladar como produzir profissionalmente um texto em face de uma barreira cultural e linguística⁵¹⁹ (v. tópico 7.1.1.1 deste capítulo). As diferenças culturais são a própria razão de ser da translação, pois, de outra maneira, a interferência do tradutor seria absolutamente desnecessária⁵²⁰. Aqui retorna a definição de “cultura” dada por Göhring (1978), embora Holz-Mänttari destaque aspectos que não foram abordados por Vermeer em sua arguição:

Cultura é tudo aquilo que se precisa poder saber, dominar e sentir, a fim de se poder avaliar em que medida os nativos de uma sociedade, em seus diferentes papéis, comportam-se conforme às expectativas ou contrariamente a elas, e para poder comportar-se na sociedade em questão conforme às expectativas, caso se queira isso e não se esteja pronto a enfrentar as consequências advindas de um comportamento adverso às expectativas. *Nesta definição reformulada* [cf. GOODENOUGH, 1964, p. 86] *é considerada a diferença entre competência ativa e passiva de papéis, assim como a circunstância em que o sujeito atuante dispõe da opção de agir, seja conforme às expectativas, seja contrariamente a elas*⁵²¹. (GÖHRING, 1978/2002, p. 108, nossa tradução e nossos grifos; v. HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 34)

Em primeiro lugar, ela ressalta a diferenciação feita entre competência cultural ativa e passiva, bem como a liberdade de agir em convergência com ou em divergência das expectativas. Esse pensamento, conforme Holz-Mänttari, é essencial à transferência transcultural de mensagens, visto que, graças à liberdade de comportamento, são possíveis estratégias bem-sucedidas de translação⁵²².

Em segundo lugar, ela salienta o fato de a percepção do mundo ser determinada culturalmente:

Além disso, leva-se em conta a observação de que, em algumas sociedades, o comportamento “sem sotaque” de um estrangeiro pode ser sentido como incômodo, de alguma forma “agramatical”, pois se atribui ao “forasteiro” não apenas uma determinada “liberdade de um tolo”, de se fazer o que quiser, mas espera-se diretamente a ocorrência de interferências em seu comportamento.

⁵¹⁹ Cf. REISS; VERMEER, 1984, p. 13 et seq.

⁵²⁰ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 86.

⁵²¹ Kultur ist all das, was man wissen, beherrschen und empfinden können muß, um beurteilen zu können, wo sich Einheimische in ihren verschiedenen Rollen erwartungskonform oder abweichend verhalten, und um sich selbst in der betreffenden Gesellschaft erwartungskonform verhalten zu können, sofern man dies will und nicht etwa bereit ist, die jeweils aus erwartungswidrigem Verhalten entstehenden Konsequenzen zu tragen. In dieser abgewandelten Definition wird der Unterschied zwischen passiver und aktiver Rollenkompetenz wie auch der Umstand berücksichtigt, daß der handelnden Subjekt jeweils die Option des erwartungskonformen und des abweichenden Verhaltens offensteht.

⁵²² HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 35.

Visto que a definição acima menciona apenas comportamentos ligados a papéis, faz-se necessário o seguinte adendo: *Da cultura também faz parte tudo aquilo que se deve saber e sentir para se estar apto a perceber o mundo natural e o mundo moldado ou criado pelo ser humano assim como um nativo*⁵²³. (GÖHRING, 1978/2002, p. 108, nossa tradução e nossos grifos; v. HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 34)

Sem o acesso às percepções de mundo comuns às culturas envolvidas na translação, o tradutor não teria fundamentos para trabalhar, uma vez que ele é confrontado, a todo o momento, pelo desafio de entender e decidir a partir do *contexto*, que subjaz a uma ação e lhe aponta a direção⁵²⁴.

Como Vermeer, Holz-Mänttari defende que a língua seja vista como parte de uma cultura. Para tanto, ela evoca Wilhelm von Humboldt (1830-35/1979⁵²⁵), que define a língua como uma construção em constante troca com outros fenômenos humanos, modificando-os e sendo modificada por eles: “Não é apenas um jogo de palavras vazio quando se representa a língua como, em atividade autônoma, fonte de si mesma e divinamente livre, mas as línguas como fixas e dependentes das nações às quais pertencem⁵²⁶.” (HUMBOLDT, 1979 apud HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 37, tradução nossa)

Textos são o produto de ações linguísticas. Eles servem à cooperação mediante a comunicação. Consequentemente, a ação linguística não se resume à mera enunciação de palavras: emprega-se uma linguagem com a finalidade de coordenar a cooperação entre actantes, seja ao executar uma ação, seja na comunicação entre eles⁵²⁷. É evidente, portanto, que há uma forte ligação entre as noções de *comunicação* e *cooperação*:

Portanto, comunicação é compreendida como um tipo de instrumento para monitorar a cooperação (cf. BACKHAUSEN, s/d., p. 2). (v. também o ‘modelo cibernético da comunicação linguística’ de Bühler, como representa UNGEHEUER, 1972, p. 171-190) Caso um indivíduo planeje agir em conjunto com um outro, é necessário então que ele se entenda com o outro e que cheguem a um acordo. Para esse fim, os parceiros precisam trocar mensagens, o que ocorre através de portadores de mensagem, os quais são realizados em canais enquanto complexos sistêmicos. [...]

⁵²³ Außerdem wird der Beobachtung Rechnung getragen, daß in manchen Gesellschaften das "akzentfreie" Auftreten eines Ausländers als störend, als irgendwie "ungrammatisch" empfunden wird, weil man dem "Fremden" nicht nur eine gewisse "Narrenfreiheit" zugesteht, sondern Interferenzerscheinungen in seinem Verhalten direkt erwartet. Da in obiger Definition nur von Rollenverhalten die Rede ist, bedarf es noch des folgenden Zusatzes: *Zur Kultur gehört auch all das, was man wissen und empfinden muß, um in der Lage zu sein, die natürliche und die vom Menschen geprägte oder geschaffene Welt wie ein Einheimischer wahrzunehmen.*

⁵²⁴ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 35.

⁵²⁵ HUMBOLDT, Wilhelm v. Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts. 1830-1835. **Werke in fünf Bänden III**, Schriften zur Sprachphilosophie. 5. unveränd. Aufl. Stuttgart: J. G. Cotta, 1979, p. 368-756.

⁵²⁶ Es ist kein leeres Wortspiel, wenn man die Sprache als in Selbstthätigkeit nur aus sich entspringend und göttlich frei, die Sprachen aber als gebunden und von den Nationen, welchen sie angehören, abhängig darstellt.

⁵²⁷ HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 42.

Cooperantes e comunicantes cooperam e comunicam-se numa situação de cooperação e de comunicação acerca de uma ação e de uma comunicação a ela ligada⁵²⁸. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 54, tradução nossa)

Através da comunicação, os cooperantes chegam a um acordo quanto ao seu papel na cooperação e fazem da meta comum seu próprio objetivo. Para tanto, é necessário que haja a transferência de mensagens através de textos. A comunicação revela-se, portanto, uma ocasião para que os actantes discutam seus papéis e suas ações e diminuam, assim, as distâncias entre eles⁵²⁹.

Enquanto ação, a translação representa um complexo sistêmico subordinado a um complexo superior, do qual obtém o seu objetivo. Em geral, o objetivo da translação é viabilizar a comunicação. A ação translacional, no entanto, não é a própria representação do processo comunicativo, nem o tradutor faz diretamente parte dele:

Vemos o tradutor como um especialista no âmbito de uma sociedade marcada pela divisão do trabalho, mais especificamente como produtor de portadores de mensagem (em especial, textos), que podem ser comprados dele, assim como se compra um aparelho para um determinado fim de um produtor especializado nisso. O tradutor não produz em série ou em grandes quantidades; antes, ele é comparável a um produtor criativo-artesanal de peças únicas. Sua situação acional pode ser descrita da seguinte forma: ele produz num determinado tempo e num determinado espaço um determinado produto para um determinado uso com base em dados determinados num determinado intervalo de tempo em condições pré-definidas. Para tanto, ele estabelece com o portador de demanda um contrato (cf. HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984b), e ele garante o sucesso de sua ação. A sua é uma ação translacional, não comunicativa⁵³⁰. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 65s., tradução nossa)

Desse modo, Holz-Mänttäre segue na direção oposta às vertentes que definem a translação um processo comunicativo. O tradutor é, no contexto da Teoria da Ação Translacional, o profissional especialista na produção de textos quando há uma barreira cultural entre os

⁵²⁸ Kommunikation sei deshalb als eine Art von Instrument zur Steuerung von Kooperation (vgl. Backhausen o.J., 2) aufgefasst. (Vgl. dazu Böhlers 'kybernetisches Modell sprachlicher Kommunikation', wie es Ungeheuer 1972, 171-190 darstellt.) Hat ein Individuum den Plan gefasst, gemeinsam mit einem anderen zu handeln, dann muss es sich mit ihm darüber verständigen und zu Vereinbarung kommen. Zu diesem Zweck müssen die Partner Botschaften austauschen, was über Botschaftsträger geschieht, die in Medien als Gefüge realisiert werden. [...]

Kooperanten und Kommunikanten kooperieren und kommunizieren in Kooperationssituation und Kommunikationssituation über eine aktionale Handlung und eine damit zusammenhängende kommunikative Handlung.

⁵²⁹ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 57 et seq.

⁵³⁰ Wir sehen den Translator als einen Experten im Rahmen einer arbeitsteiligen Gesellschaft, und zwar als Produzenten von Botschaftsträgern (speziell Texten), die man bei ihm kaufen kann, wie man etwa ein Gerät für einen bestimmten Zweck bei einem darauf spezialisierten Hersteller kauft. Der Translator stellt nicht gerade in Serie und auf Vorrat her, eher ist er mit einem kreativ-handwerklich arbeitenden Unikat-Produzenten zu vergleichen. Seine Handlungssituation lässt sich so beschreiben: Er produziert an einem bestimmten Ort zu einer bestimmten Zeit ein bestimmtes Produkt für einen bestimmten Verwendungszweck aufgrund bestimmter Daten in einem bestimmten Zeitraum zu vereinbarten Bedingungen. Dafür schließt er mit dem Bedarfsträger einen Werkvertrag (vgl. Holz-Mänttäre 1984b), und er steht für den Erfolg seines Handelns ein. Sein Handeln ist translatorisches Handeln, nicht kommunikatives.

actantes; o que essencialmente o diferencia do leigo é a sua competência teórica e a sua qualificação pragmática:

Ele é especialista na produção de portadores de mensagem e age conscientemente e com eficiência quanto ao objetivo, o que leigos fazem comumente de forma intuitiva e orientados meramente por padrões acionais que, como demonstramos no tocante ao âmbito comunicativo, não precisam de forma alguma estar no mais novo *status* da demanda⁵³¹. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 62, tradução nossa)

Embora seja o especialista em translação, há outros actantes envolvidos na ação translacional (v. tópico 7.1.2.3). Logo, além de produzir textos para a cooperação intercultural, o translador deve coordenar a ação de seus cooperantes⁵³². Para tanto, é necessário que ele tenha pleno conhecimento do padrão cooperativo de sua especialidade. Com isso, Holz-Mänttari alerta à necessidade, por parte dos programas de formação de tradutores e intérpretes, de um ensino mais próximo da prática, com informações acerca das condições que envolvem a atividade profissional do translador, com o apoio de uma base didática que possibilite o desenvolvimento de métodos de trabalho específicos para cada caso, a formação baseada em atividades com justificação teórica e apoiadas na prática profissional e a pesquisa no campo dos Estudos da Tradução⁵³³.

A translação, como vimos, é definida como uma ação produtiva para a transferência transcultural de mensagens. A seguir, voltaremos nossos olhos ao papel das mensagens no contexto da ação translacional.

7.1.2.2 O objeto de translação

Segundo Holz-Mänttari (1984), quando um indivíduo, que ela designa “iniciador” (al. *Initiator*), não é capaz de desempenhar, ele mesmo, uma determinada ação, ele se vê compelido a recorrer a outros actantes, mesmo que ele conheça as condicionantes e os meios necessários para realizar a ação. Ao integrar outros indivíduos a seu complexo sistêmico acional, é necessário um novo planejamento para a ação, de modo a considerar os demais cooperantes.

⁵³¹ Er ist Fachmann für Botschaftsträgerproduktion und tut bewusst und zweckbezogen effizient, was Laien üblicherweise intuitiv und lediglich orientiert an Handlungsmustern tun, die, wie wir für den Kommunikationsbereich aufgezeigt haben, keineswegs auf dem neuesten Stand des Bedarfs sein müssen.

⁵³² HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 118.

⁵³³ Ibid., p. 118 et seq.

Além disso, é também preciso comunicar-lhes o novo planejamento, o que pode ser feito pela concepção e veiculação de uma mensagem (al. *Botschaft*)⁵³⁴. Holz-Mänttari define “mensagem” como

[...] a formulação mental dos objetivos almejados com a ação, sob uma meta comum superordenada voltada a situações cooperativas acionais, mais especificamente através do abastecimento, com elementos estratégicos, de representações da constelação de fatos, a fim de orientar a cooperação acional⁵³⁵. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 30, tradução nossa)

A mensagem, um conceito em certa medida similar ao conceito de “informação” como definido por Vermeer, representa as intenções comunicativas do emissor ou do iniciador. Conforme a autora, a concepção de mensagens deve incluir os conteúdos referenciais (designados por “representações da constelação de fatos”, al. *Sachverhaltsvorstellungen*) e componentes estratégicos, voltados a orientar a cooperação. A mensagem é produzida a partir do ponto de vista do iniciador, com vistas à meta geral da ação⁵³⁶. Depois de concebida, ela deve ser veiculada por meio de um “portador de mensagem” (al. *Botschaftsträger*):

O portador de mensagem é assim composto por conteúdos referenciais e estratégicos, relativos tanto à cooperação acional quanto à cooperação comunicativa. Os conteúdos são representados de formas específicas à função e ao caso, nas quais é necessário distinguir elementos de expressão de elementos de ligação. Portadores de mensagem empregados simultaneamente, em referência uns aos outros, mas concretizados por diferentes canais atuam em conjunto⁵³⁷. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 31, tradução nossa)

Em oposição à mensagem, o portador de mensagem deve nortear-se pela situação de recepção. Nesse processo, conforme descreve Holz-Mänttari, cabe ao translador repensar os dados da mensagem de modo a considerar o receptor⁵³⁸. Ela explica que, quando concebido de modo funcional, o portador de mensagem deve engajar o receptor no complexo sistêmico acional, bem como mobilizá-lo à meta comum:

⁵³⁴ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 68.

⁵³⁵ Dann folgt die Konzeption von Botschaften als gedankliche Fassung von intendierten Handlungszwecken unter einem übergeordneten gemeinten Gesamtziel auf aktionale Kooperationssituationen hin, und zwar durch Aufladung von Vorstellungen über Sachverhalte mit strategischen Elementen zwecks Steuerung aktionaler Kooperation.

⁵³⁶ HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 70.

⁵³⁷ Der Botschaftsträger besteht demnach aus Sach- und Strategie-Inhalten, und zwar bezogen auf die aktionale wie auf die kommunikative Kooperation. Die Inhalte sind dargestellt in fall- und funktionsspezifischen Formen, bei denen Ausdruckselemente von Verknüpfungselementen zu unterscheiden sind. Gleichzeitig eingesetzte, aufeinander bezogene, aber in verschiedenen Medien realisierte Botschaftsträger fungieren im Verbund.

⁵³⁸ HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 71.

O receptor deve ser motivado a adotar, ele mesmo, uma postura ativa, a estabelecer e processar em seu próprio espaço intelectual aquilo que é almejado e intencionado pelo iniciador, a tornar a meta comum literalmente sua, sob as suas próprias condições⁵³⁹. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 72, tradução nossa)

Para tanto, todos os fatores que tenham influência na transferência de mensagem precisam ser considerados na produção do portador de mensagem, o que demanda de seu produtor determinadas competências de um especialista⁵⁴⁰.

A concepção de um portador de mensagem é elucidada e sistematizada da seguinte forma:

A concepção de portador de mensagem é – diferente em grau da concepção de mensagem, preponderantemente voltada à cooperação acional – notadamente influenciada por componentes antecipados da situação comunicativa de recepção e pelos meios de realização, caso se deva produzir um portador de mensagem que faça jus à função. A mensagem precisa, em primeiro lugar, ser repensada de acordo com a situação de recepção. Isso significa dizer que ocorre mais uma transferência, dessa vez de representações da constelação de fatos abastecidas de elementos estratégico-acionais (mensagem) para uma forma comunicável (portador de mensagem), voltadas a um receptor numa situação de recepção e ao campo de função do portador de mensagem, realizadas em um ou mais canais (sistemas sónicos) e transportadas com o auxílio de técnicas de transporte. Posto que também na concepção e recepção de portadores de mensagem trata-se de um complexo sistêmico acional no contexto de um complexo sistêmico superordenado, todos os fatores relevantes podem ser compreendidos através do emprego do método analítico de estrutura e função⁵⁴¹.” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 78s., tradução nossa) [Nota: sobre o método analítico de estrutura e função, v. tópico 7.1.2.3]

No âmbito da ação translacional, “texto” é o termo convencionalmente adotado para designar o portador de mensagem. *Textos* são, conforme a definição de Holz-Mänttari, “portadores de mensagem compostos por conteúdos referenciais e estratégicos estruturados funcionalmente, representados com o auxílio de elementos de textura” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 31). Nessa definição estão referidas as estruturas de organização do conteúdo e da forma do texto, que recebem, respectivamente, as designações “tectônica” (al. *Tektonik*) e “textura” (al. *Textur*). Extraído do campo de estudos da arquitetura e dos estudos literários, o

⁵³⁹ Der Rezipient muss motiviert werden, selbst aktiv zu werden, das vom Initiator Intendierte und das Gemeinte in seinem eigenen Denkraum anzusiedeln und zu verarbeiten, sich das gemeinsame Ziel unter den eigenen Bedingungen buchstäblich zu eigen zu machen.

⁵⁴⁰ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 72.

⁵⁴¹ Die Botschaftsträger-Konzeption ist – graduell anders als die vorwiegend auf aktionale Kooperation ausgerichtete Botschaftskonzeption – deutlich von antezipierten Komponenten der kommunikativen Rezeptionssituation und der Realisationsmittel beeinflusst, wenn ein funktionsgerechter Botschaftsträger produziert werden soll. Die Botschaft muss in erster Linie auf die Rezeptionssituation umgedacht werden. Das bedeutet, es findet nochmals ein Transfer statt, diesmal von aktional-strategisch aufgeladenen Sachverhaltsvorstellungen (Botschaft) in kommunizierbare Form (Botschaftsträger), ausgerichtet auf einen Rezipienten in Rezeptionssituation und auf das Botschaftsträgerfunktionsfeld, realisiert in einem oder mehreren Medien (Zeichengefügen) und transportiert mit Hilfe von Transporttechniken. Da es sich auch bei Botschaftsträger-Konzeption und –Rezeption um Handlungsgefüge im Rahmen übergeordneter Handlungsgefüge handelt, sind alle relevanten Faktoren durch Einsatz der Bau- und Funktionsanalysemethode erfassbar.

termo “tectônica” designa a construção artística interna de uma obra. Segundo Holz-Mänttari, esse é o aspecto do conteúdo do texto de maior interesse para o tradutor. Ela distingue, como vimos, os elementos da constelação de fatos (al. *Sachverhaltselemente*), isto é, o conteúdo da mensagem em si, normalmente estruturado no texto de forma lógico-argumentativa e lógico-formal, dos componentes relativos ao monitoramento estratégico da cooperação acional e comunicativa⁵⁴². Por seu turno, a “textura” consiste na organização dos elementos textuais, por meio dos quais expressões verbais formam, através de recursos verbais e não verbais, uma tessitura própria⁵⁴³. Trata-se da estruturação dos meios de expressão (as palavras ou frases de que se forma um texto) e dos elementos de ligação (conjunções e outras marcas textuais, bem como a pontuação e até mesmo as repetições), esses últimos responsáveis por conferir coerência formal ao texto⁵⁴⁴.

Segundo a Teoria da Ação Translacional, textos são o pré-requisito para a translação. Eles compõem, respectivamente, o material de partida e o material de chegada. O texto de partida, a princípio, é o texto designado por um iniciador como material de partida para a ação translacional. Ele faz parte de todo o material de partida usado pelo tradutor. O texto de chegada resultante da ação translacional consiste, por sua vez, num texto a ser utilizado pelo próprio iniciador ou por outros⁵⁴⁵.

Entretanto, a forma verbal não é, segundo Holz-Mänttari, a única forma que um portador de mensagem pode assumir. Ela pode co-ocorrer com outros meios (texto verbal + melodia; texto verbal + imagem etc.), os quais formam, juntos, um “complexo portador de mensagem” (al. *Botschaftsträger im Verbund*)⁵⁴⁶. De modo semelhante, a ação do tradutor não se restringe ao meio verbal:

No âmbito da presente construção teórica, é essencial a constatação de que comunicação, via de regra, não se restringe a *um* meio, mas a vários empregados em interconexão e de forma complementar, sendo que a dominância é possível e a troca é comum. Teoricamente, todos os meios de comunicação em sua funcionalidade devem estar ao alcance do tradutor. Ele precisa, enquanto textualizador, poder empregar os meios verbal-comunicativos de forma ativa. O emprego dos outros meios, como especialista na transferência transcultural de mensagens, ele deve saber gerenciá-lo⁵⁴⁷. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 37, grifos da autora)

⁵⁴² HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 131.

⁵⁴³ Ibid., p. 31.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 134.

⁵⁴⁵ Ibid., loc. cit.

⁵⁴⁶ Ibid., p. 82 et seq.; cf. SCHÄFFNER, 2010, p. 158.

⁵⁴⁷ Im Rahmen der anstehenden Theoriebildung ist die Feststellung wesentlich, dass Kommunikation sich in der Regel nicht auf *ein* Mittel beschränkt, sondern mehrere im Verbund und komplementär einsetzt, wobei Dominanz möglich und Wechsel üblich ist. Dem Translator müssen theoretisch alle kommunikativen Mittel in ihrer Funktionsweise zugänglich sein. Aktiv einsetzen können muss er als Texter die verbal-kommunikativen. Den Einsatz anderer muss er als Experte für transkulturellen Botschaftstransfer steuern können.

Dessa forma, o conceito mesmo de ação translacional deve ser reinterpretado: “‘Ação translacional’ não significa, então, traduzir palavras, nem frases, nem mesmo textos; significa, em todos os casos: possibilitar comunicação funcional a fim de coordenar a almejada cooperação para além de barreiras culturais⁵⁴⁸.” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 7s., tradução nossa)

Para conceber mensagem e portador de mensagem, é fundamental, segundo Holz-Mänttari, empregar um método analítico, a fim de identificar quais elementos de uma situação são ativados no processo de produção⁵⁴⁹. Ela defende que, além do método de análise, seja também imprescindível um modelo que descreva os principais componentes de um portador de mensagem, que seja dinâmico o bastante para contemplar a grande variedade de portadores de mensagem. O modelo “deve permitir compreender fatores para a concepção e análise de portadores de mensagem, descrever sua estrutura e função, avaliar sua funcionalidade em situação e sugerir outras medidas para a concepção e a análise⁵⁵⁰” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 79, tradução nossa).

Visto que o portador de mensagem é também um complexo sistêmico, ele é também composto por elementos – por exemplo, o produtor, o receptor, a função textual, a situação de produção, a situação de recepção, a forma e o conteúdo – e conexões⁵⁵¹. O tradutor, portanto, não pode contentar-se apenas com analisar as estruturas superficiais do texto: caso queira lidar com um texto e avaliá-lo, um tradutor deve compreender a fundo sua tectônica e sua textura⁵⁵². A análise textual é, contudo, apenas um dos procedimentos de translação elencados pela teoria. Vejamos a seguir como Holz-Mänttari detalha o processo de translação.

7.1.2.3 Procedimentos

Vimos que a ação translacional é um dentre outros complexos sistêmicos inseridos num sistema superordenado, da qual fazem parte indivíduos em cooperação mediante a co-

⁵⁴⁸ ‘Translatorisches Handeln’ heisst also weder Wörter, noch Sätze, noch einfach Texte übersetzen, es heisst in jedem Fall: zwecks Steuerung intendierter Kooperation über Kulturbarrieren hinweg funktionsgerechte Kommunikation ermöglichen.

⁵⁴⁹ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 78.

⁵⁵⁰ Es soll erlauben, für Botschaftsträger-Konzeption und -Analyse Faktoren zu erfassen, ihre Bau- und Funktionsweise zu beschreiben, ihre Funktionsgerechtigkeit in Situation zu bewerten und für den Konzeptions- oder Analysezweck weitere Massnahmen vorzuschlagen.

⁵⁵¹ HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 79.

⁵⁵² Ibid., p. 99 et seq.

municação entre eles. O processo comunicativo, assim descreve Holz-Mänttari (1984), começa com um iniciador, que deseja transferir uma mensagem aos demais cooperantes⁵⁵³. A questão, no entanto, é como fazer isso, sobretudo quando o iniciador não detém, ele mesmo, as competências necessárias para transferir a mensagem de maneira funcional:

COMO ele [o portador de demanda] obtém a mensagem e o portador de mensagem que façam jus à sua função quando há uma barreira cultural intransponível para ele mesmo?

- entre outros, através do emprego do padrão cooperativo ‘portador de demanda + especialista em translação’. Em outras palavras: ele coopera com um especialista na produção de portadores de mensagem transculturais. Este elucida os fatores de seu conceito acional específicos ao caso, através da definição da função de todas as ações relevantes⁵⁵⁴. [...] (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 113, tradução nossa, grifos da autora)

O padrão cooperativo *portador de demanda + especialista em translação* pressupõe a cooperação mútua entre cliente e especialista, na qual é permitido a nenhum dos dois adotar uma postura passiva. Conforme Holz-Mänttari, para o sucesso da cooperação é imprescindível que ambos mantenham uma estreita relação de trabalho. A fim de explicar de que forma isso pode se suceder, ela recorre à biologia, trazendo-nos o conceito de “coadaptação”. O termo é empregado com o propósito de designar a codependência entre dois complexos sistêmicos (no caso, o portador de demanda e o translador):

‘Adaptação’ ou ‘coadaptação’ é teoricamente considerado, então, especialmente significativo para um complexo sistêmico apenas se a sua existência depender de outro complexo sistêmico e ambos puderem cooperar entre si de forma bem sucedida, se ambos forem capazes de aprender com a cooperação⁵⁵⁵. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 160).

Nesse contexto, o translador é detentor de uma especialidade que falta ao portador de demanda; o portador de demanda depende, portanto, do translador para que a ação se concretize. Por outro lado, o translador só poderá realizar a ação caso conheça a fundo as condições que circundam o portador de demanda. Assim, ambos aprendem com a cooperação mútua⁵⁵⁶.

⁵⁵³ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 59.

⁵⁵⁴ WIE bekommt er die funktionsgerechte Botschaft und den funktionsgerechten Botschaftsträger, wenn eine für ihn selbst unüberwindliche Kulturbarriere besteht?

- u.a. durch Anwendung des Kooperationsmusters ‘Bedarfsträger + Translations-Experte’. Mit anderen Worten: Er kooperiert mit einem Experten für transkulturelle Botschaftsträgerproduktion. Dieser klärt durch Funktionsbestimmung aller relevanten Handlungen die fallspezifischen Faktoren seines Handlungskonzepts. [...]

⁵⁵⁵ Adaptation oder Koadaptation ist theoretisch gesehen dann für ein Gefüge von besonderer Bedeutung, wenn seine Existenz von einem anderen Gefüge abhängt und beide nur erfolgreich kooperieren können, wenn beide aus der Kooperation zu lernen vermögen.

⁵⁵⁶ HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 160.

Segundo Holz-Mänttari, para atuar como gestor da cooperação, o tradutor deve ter em mãos alguns instrumentos que o auxiliem nesse processo. Esses instrumentos devem ser obtidos a partir de um proceder analítico, voltado a identificar dados referentes tanto ao receptor e à sua situação quanto à produção do texto de partida e de sua intenção. Assim, de um perfil do texto de partida e de diretrizes estabelecidas para a formulação do texto de chegada, formulados a partir dos dados recolhidos durante a análise, seria possível traçar um perfil do texto de chegada. Depois disso, entraria a expertise do tradutor para que o texto seja concebido segundo a sua função⁵⁵⁷. Em poucas palavras, esses seriam, conforme Holz-Mänttari, os procedimentos básicos da ação translacional.

Muitas são as justificativas para proceder analiticamente. Como observa a teorizadora, o fato mesmo de se problematizar uma ação traz dificuldades para a sua execução, o que pode ser evitado com o desenvolvimento de um método que permita vislumbrar o objeto de estudos a partir de diversos ângulos e compreender a sua organização sem negligenciar quaisquer fatores. Isso, no entanto, só é possível se o método permitir o analista verificar reiteradamente se todos os fatores relevantes foram compreendidos de modo correto⁵⁵⁸.

Assim, Holz-Mänttari propõe uma metodologia própria, uma extensão de sua proposta teórica. A relevância (e novidade) de seu método está no fato de ele:

- (1) permitir transpor a dependência intuitiva do falante nativo;
- (2) servir a quaisquer tipos de casos;
- (3) voltar-se à compreensão e à avaliação de fenômenos translacionais relevantes e, assim, permitir e fundamentar escolhas durante a translação;
- (4) ter fins didáticos⁵⁵⁹.

Dois objetos de análise são contemplados pelo modelo analítico de Holz-Mänttari, sendo o primeiro deles os fatores relativos à demanda acional (al. *Bedarfsfaktor*). Visto que a ação translacional é desencadeada por uma demanda externa, isto é, sua motivação não está nela mesma, mas sim, numa ação superordenada (que pode ser, por exemplo, a comunicação entre um emissor e um receptor para além de uma barreira cultural), as condições de ação são determinadas, ao menos em parte, pela meta comum e pelo objetivo que norteia a ação translacional, sendo que o segundo, como vimos, é derivado da primeira. Ambos, a meta comum e

⁵⁵⁷ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 113 et seq.

⁵⁵⁸ Ibid., p. 45.

⁵⁵⁹ Ibid., p. 98.

o objetivo da ação translacional, alteram-se a cada novo caso. Assim, através da análise dos fatores que circundam a demanda, é possível deduzir o objetivo da ação translacional e do complexo sistêmico acional superordenado, bem como o objetivo a ser alcançado pelo texto de chegada⁵⁶⁰. O segundo objeto de análise, por sua vez, são os portadores de mensagem, isto é, o material de partida, o texto de chegada e as fontes de pesquisa. Para a teorizadora, mesmo o trabalho com portadores de mensagem deve ser regulado por diretrizes claras, o que também implica o emprego de um modelo de análise⁵⁶¹.

A proposta metodológica de Holz-Mänttari pauta-se por dois procedimentos: segmentação e avaliação. A segmentação tem o propósito de clarificar estruturas, elementos e relações, destacando os elementos-chave e revelando a sua estrutura de relevância⁵⁶². Ela consiste na formulação de questões-chave acerca dos objetos de análise: as questões fundamentais são “QUEM-(Elemento gestor)-O QUÊ?”; as complementares, “POR QUÊ-PARA QUÊ-COMO?” etc. QUANDO e ONDE delineiam os elementos situacionais. Essas questões voltam-se a todos os papéis desempenhados na ação: Quem encomenda o texto? Quem produz o texto de partida? Quem recebe o texto de chegada? Quando, onde, sob quais circunstâncias e para qual fim será utilizado o texto de chegada? etc.⁵⁶³

Após a segmentação, temos a avaliação. Como alerta Holz-Mänttari, os dados obtidos da análise não podem ser avaliados segundo critérios subjetivos, sob o risco de faltar-lhe comprovação objetiva⁵⁶⁴. Desse modo, a teorizadora propõe um processo avaliativo composto por seis etapas:

- (1) Em primeiro lugar, determina-se o objeto de análise por meio da segmentação (seja esse os elementos da constelação de fatos, fatores relativos aos papéis dos actantes, elemento da estrutura textual etc.). Ex.: “Qual é o objeto de análise?” – A resposta é sempre um elemento destacado pelo processo de segmentação, como, por exemplo, o iniciador da translação ou o fio condutor do texto de partida.
- (2) O resultado é primeiro descrito em sua estrutura e função, para depois ser elucidado. Ex.: “O que é e como funciona?” – A resposta é a descrição e elucidação do objeto de análise, como, por exemplo, a descrição de um determinado elemento textual e o motivo pelo qual ele está lá.

⁵⁶⁰ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 94 et seq.

⁵⁶¹ Ibid., p. 96.

⁵⁶² Ibid., p. 47.

⁵⁶³ Ibid., p. 99.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 100.

- (3) O resultado é classificado num “fator de referência”, a partir do qual será avaliado. Ex.: “Qual é o fator de referência?” – A resposta é a classificação do objeto de análise determinado pela segmentação num fator do quadro de ação translacional, como, por exemplo, o fator de referência “estratégia de coordenação” para uma anedota contada num discurso.
- (4) O resultado é avaliado em face do seu fator de referência, no tocante à adequação à função. Ex.: “O segmento é funcional no que concerne o seu fator de referência?” – A resposta é uma avaliação, feita sempre com base num parâmetro específico, como, por exemplo, se um procedimento descrito no texto é funcional quanto a seu estilo textual.
- (5) O resultado, em face de seu fator de referência, é avaliado no interior de uma situação, quanto à sua relevância no quadro do material de partida e no quadro do modelo de chegada. Ex.: “O segmento é funcional no que concerne ao aspecto de partida/de chegada?” – A resposta é uma decisão a que se chega ao se pesar a adequação desse objeto ao contexto de partida e ao contexto de chegada. Um elemento pode, por exemplo, ser apropriado no contexto do texto de partida e não igualmente apropriado no contexto de chegada.
- (6) Chega-se a uma resolução para medidas posteriores. Ex.: “O que fazer então, no que diz respeito à funcionalidade da ação?” – A resposta deve ser encontrada após deliberação acerca do problema da quinta etapa, a fim de se chegar a uma solução⁵⁶⁵.

Esse método assegura, segundo a autora, a objetividade do trabalho do tradutor. Com isso, ele teria argumentos à sua disposição para a defesa de sua translação, justificando-se e o comentando cada resolução e cada decisão. Só assim a ação translacional é passível de discussão e críticas objetivas, o que, na opinião de Holz-Mänttari, é uma atitude responsável do tradutor. Ela defende a tese de que, com a compreensão sistemática da função de elementos e relações em situação, é possível estabelecer um perfil dos portadores de mensagem, de modo que o texto seja visto na análise como um indivíduo com determinadas características e funções e, assim, com base nesse perfil, chegue-se ao texto almejado⁵⁶⁶.

Como mencionamos, a primeira etapa descrita pelo quadro metodológico proposto por Holz-Mänttari é a análise dos fatores relativos às necessidades acionais e comunicativas do portador de demanda. Com isso, espera-se identificar a função atribuída ao texto de chegada.

⁵⁶⁵ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 101 et seq.

⁵⁶⁶ Ibid., p. 98.

Especialmente produtivo nessa etapa é a análise dos papéis desempenhados pelos actantes no contexto da ação translacional. Cada um desses actantes suas próprias motivações, intenções, visão de mundo, formação etc.⁵⁶⁷ A teorizadora identifica seis papéis com função-chave no complexo sistêmico da ação translacional:

- (1) o papel do *iniciador* (al. *Initiator*) ou *portador de demanda* (al. *Bedarfsträger*): o iniciador principia a ação translatória pois ele, para alcançar um objetivo específico, necessita de uma mensagem concebida e textualizada de forma transcultural;
- (2) o papel do solicitador (al. *Besteller*): ele recorre ao tradutor em busca de um texto voltado a uma determinada função para uma determinada situação;
- (3) o papel do “textualizador” de partida (al. *Ausgangstext-Texter*): ele escreve o texto de partida, seja para fins específicos de translação, seja para outros fins;
- (4) o papel do tradutor (al. *Translator*): é ele quem produz o texto de chegada no âmbito do conceito de ação translacional. Ele pode agir em equipe, com a presença de outros especialistas;
- (5) o papel do aplicador do texto de chegada (al. *Zieltext-Applikator*): ele trabalha com o texto, reproduz esse texto, vende-o etc.;
- (6) o papel do receptor do texto de chegada (al. *Zieltext-Rezipient*): é para ele que a mensagem é textualizada⁵⁶⁸.

Para cada papel há um ou mais objetivos, derivados da meta geral, que motivam seus actantes a envidarem esforços para o sucesso tanto de sua ação individual, como da ação superordenada. O iniciador principia o processo: dele vêm os diversos objetivos e a meta comum, estando os demais objetivos subordinados a essa meta comum. Holz-Mänttari enfatiza como é fundamental para o processo que o tradutor compreenda a cadeia de relações no interior do complexo sistêmico acional de que a ação translacional faz parte, o que inclui as relações entre os actantes, visto que também elas influenciam a ação mesma do tradutor⁵⁶⁹.

Essa tessitura de relações numa situação translacional constrói, segundo a autora, o quadro para o trabalho analítico, sintético e avaliativo:

⁵⁶⁷ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 105.

⁵⁶⁸ Ibid., p. 110 et seq.

⁵⁶⁹ Ibid., p. 111 et seq.

A solicitação ancora o complexo sistêmico da ação translacional no tempo e no espaço, coloca cada uma das sequências acionais e seus objetos em situações, submete-as a condições de diferentes tipos e determina também o contexto do receptor e o campo de função dos textos de partida e de chegada⁵⁷⁰. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 105, tradução nossa)

Cada uma dessas condicionantes devem ser analisada e descrita como fator constituinte da demanda acional⁵⁷¹.

A análise dos fatores relativos à demanda acional inclui ainda as especificações do produto. Holz-Mänttäre nota que, por um lado, para que a ação translacional obtenha sucesso, o portador de demanda deve oferecer especificações claras sobre o produto, que contenham informações sobre o tipo de mensagem e o tipo de portador de mensagem, sobre a situação comunicativa, a finalidade e o efeito sobre o receptor intencionado. A qualidade das informações, dos dados e materiais fornecidos pelo portador de demanda é, assim, decisiva para a velocidade e a qualidade da ação do translador⁵⁷².

Por outro lado, a responsabilidade do translador não está restrita apenas à produção do texto. Holz-Mänttäre argumenta que a escassez de discussões acerca dos padrões cooperativos envolvidos na ação translacional impede uma clara identificação de quais seriam as responsabilidades do translador sobre o produto. Para a autora, (1) o layout de um texto influencia a textura do texto e, portanto, o translador é corresponsável por ele; (2) o translador também deve responder, ao menos parcialmente, pelas revisões feitas no texto, devendo, assim, cooperar com os revisores; e (3) em publicações impressas com padrões altos de qualidade, o translador deve receber as provas tipográficas para evitar complicações de leitura provocadas pela impressão. Mesmo as condições contratuais, caso interfiram na ação do translador, devem ser compreendidas também de forma sistemática⁵⁷³.

Após a análise dos fatores relativos à própria demanda por tradução, segue a operação com os textos. Holz-Mänttäre define a ação translacional como um tipo de ação, ao mesmo tempo, analítica, sintética, avaliativa e criativa; ela sustenta a sua definição da seguinte forma⁵⁷⁴: **analítica** – pois o texto, mesmo sendo visto como um todo, deve ser compreendido como um todo formado por elementos em relação –, visando a análise, com base no conhecimento de mundo e no conhecimento técnico do translador, a ressaltar componentes em função

⁵⁷⁰ Die Bestellung verankert das translatorische Handlungsgefüge in Zeit und Raum, stellt die einzelnen Handlungsstränge und ihre Gegenstände in Situationen, unterwirft sie Bedingungen verschiedener Art und bestimmt nicht zuletzt das Umfeld des Rezipienten und die Funktionsfelder des Ausgangs- und des Zieltextes.

⁵⁷¹ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 105.

⁵⁷² Ibid., p. 114.

⁵⁷³ Ibid., p. 115 et seq.

⁵⁷⁴ Ibid., p. 119 et seq.

e a separar o útil do dispensável; **sintética** – pois os elementos destacados pela análise devem ser vistos em conjunto, o panorama servindo não apenas à produção, mas também à crítica e a conclusões; **avaliativa** – pois, por um lado, a tomada de decisões é algo intrínseco à ação translacional e, por outro, o trabalho do tradutor deve ser reavaliado em cada nova etapa; e **criativa** – pois o agente translacional deve ativar seu conhecimento de mundo e seus conhecimentos técnicos e também dar uma contribuição de sua parte para possibilitar a criação e a compreensão do texto.

Do material de partida recolhem-se os dados referentes ao conteúdo e à forma do texto de partida; depois, essas informações são contrapostas aos dados que se tem sobre o texto de chegada, a fim de verificar quais e em que medida os atributos do texto de partida são compatíveis com as diretrizes estabelecidas para a produção do texto de chegada⁵⁷⁵. Holz-Mänttari explora alguns casos que podem resultar em complicações:

- (1) quando a função do texto de partida e a função do texto de chegada não são as mesmas, o que pode ocorrer por diversos motivos: seja porque ambos os textos foram produzidos com propósitos e em canais diferentes e o solicitador não tem ciência dessas diferenças; seja porque na cultura de chegada, sobretudo para a translação de textos literários, convencionou-se a “tradução fiel”; seja, enfim, quando o texto, embora em teoria seja voltado à translação, tenha sido escrito diretamente para o tradutor;
- (2) quando o textualizador do texto de partida não é especialista na produção de textos e o texto de partida, por conseguinte, não faz jus à sua função⁵⁷⁶.

A análise textual tem como objetivo, dentre outros, entender o conteúdo e a forma do texto de partida e avaliar a sua competência funcional. Para Holz-Mänttari, o texto de partida compreende apenas parte do material de partida: “Através das operações textuais translacionais constrói-se uma noção geral do texto de partida como portador de mensagem e de seu desempenho no âmbito da função. Caso ocorram questionamentos, buscam-se outros materiais⁵⁷⁷.” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 127, tradução nossa) O perfil do texto de partida é contraposto às diretrizes definidas para a produção do texto de chegada e, assim, constrói-se um

⁵⁷⁵ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 120 et seq.

⁵⁷⁶ Ibid., p. 121.

⁵⁷⁷ Durch die translatorischen Textoperationen bildet sich eine Gesamtvorstellung vom Ausgangstext als Botschaftsträger und seiner Leistung in seinem Funktionsfeld. Ergeben sich Fragen, wird weiteres Material recherchiert.

modelo do texto de chegada. A função a que o texto de chegada será destinado é o critério fundamental para a ação translacional⁵⁷⁸ (v. tópico 7.1.2.4).

Holz-Mänttari descreve os procedimentos analíticos necessários para a criação de perfis de portadores de mensagem: a primeira etapa consiste na compreensão do material textual, mediante o procedimento analítico de segmentação. As questões feitas durante a segmentação são referentes às informações sobre o conteúdo das frases de que se constrói o portador de mensagem. O objetivo, no entanto, não é compreender as relações gramaticais a partir das quais o texto é construído, mas sim, dos próprios conteúdos do texto. Desse modo, em vez de decompostas em estruturas sintáticas, as frases são decompostas em unidades de sentido, havendo a separação entre as expressões centrais e as expressões complementares ao sentido do texto⁵⁷⁹.

Após a compreensão do material, procura-se desvendar a “**tectônica**” do texto. Como vimos, a tectônica textual é composta por constelações de fatos, comumente estruturadas de forma lógico-argumentativa e lógico-material, e por componentes relativos a uma estratégia de coordenação, introduzidos com o propósito de gerir a cooperação acional e a cooperação comunicativa. Nessa fase são focalizadas as expressões centrais do texto. Posteriormente essas expressões são reformuladas com a própria voz do tradutor, livrando-se assim da formulação do texto de partida, cujo fio condutor também é indentificado por esse processo. Quanto aos componentes referentes à estratégia da coordenação acional, esses podem tanto aparecer manifestos verbalmente, como também implícitos na organização das expressões centrais⁵⁸⁰. Também a **textura** é abordada num estágio próprio. O exame, no entanto, lança foco sobre questões de coesão e coerência textual. Nesse ponto, a Estilística pode ser de grande ajuda: dedicada especialmente à textura de um texto, a Estilística examina seleções e formas de disposição e ligação do material textual⁵⁸¹.

Apenas destacar elementos da tectônica e da textura de um texto não é o bastante: é necessário também compreender a relação entre eles, posto que, para que o texto se estruture com harmonia, tanto sua textura como sua tectônica devem ser concebidas funcionalmente: “Para a harmonia de um complexo sistêmico é necessário que todas as suas partes sejam em si

⁵⁷⁸ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 127.

⁵⁷⁹ Ibid., p. 130.

⁵⁸⁰ Ibid., p. 131 et seq.

⁵⁸¹ Ibid., p. 134.

funcionais e que, sintonizadas entre si, construam um novo todo funcional⁵⁸².” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 136, tradução nossa)

Como anteriormente mencionado, o método analítico demanda pesquisa, seja para esclarecer conteúdos e estratégias de coordenação específicas de uma dada cultura, seja para lidar com os meios de expressão e de ligação na língua de especialidade ou com outras estruturas semióticas⁵⁸³. A aquisição de conhecimento técnico por meio de textos complementares é considerada uma das formas elementares de pesquisa, uma vez que, segundo Holz-Mänttari, é imprescindível para a ação translacional que o tradutor compreenda o texto de partida e tenha informações acerca do tema sobre o qual versa o texto de chegada:

Quem nada sabe acerca da administração autônoma municipal, não pode escrever sobre o tema, nem numa língua estrangeira e nem na própria. Isso está relacionado à questão detalhadamente discutida da compreensão, pois apenas o compreendido e o experimentado são passíveis de expressão. Por isso, é necessário, em primeiro lugar, adquirir, em casos de déficit de conhecimento técnico, as informações necessárias⁵⁸⁴. (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 150, tradução nossa)

Entretanto, não é necessário que o tradutor se torne um especialista no campo de especialidade do texto, pois “pesquisar sistematicamente significa empregar os meios de trabalho de forma objetiva e proposital. Isso significa: construção de uma hierarquia de meios de trabalho⁵⁸⁵”. Em geral, consiste em adquirir um panorama através de livros e revistas técnicas, em familiarizar-se com a terminologia e, até mesmo, em partir de exemplos de textos produzidos na própria cultura do tradutor – isto é, fazer uma seleção criteriosa de materiais para o caso específico⁵⁸⁶.

A pesquisa, conforme alerta a autora, não deve contemplar somente o conteúdo textual, uma vez que, para o profissional responsável pela produção de textos funcionais, além de compreender o conteúdo do texto, ele deve ter o conhecimento dos meios de expressão e de ligação característicos de textos produzidos nessa área de especialidade numa dada cultura⁵⁸⁷. Suas fontes, porém, não precisam resumir-se a dicionários e enciclopédias do campo de especialidade correspondente. Na ação translacional, outros cooperantes podem estar envolvidos

⁵⁸² Für die Harmonie eines Bauwerks ist wichtig, dass alle seine Teile in sich funktionsgerecht sind und dass sie aufeinander abgestimmt ein funktionsgerechtes neues Ganzes bilden.

⁵⁸³ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 149.

⁵⁸⁴ Wer nichts über die kommunale Selbstverwaltung weiss, kann nicht darüber schreiben, nicht in einer fremden Sprache und auch nicht in der eigenen. Das hängt mit der ausführlich diskutierten Frage des Verstehens zusammen, weil nur Verstandenes und Erfahrenes ausdrückbar ist. Es ist deshalb notwendig, bei Sachwissendefiziten zunächst das nötige Wissen zu erarbeiten.

⁵⁸⁵ Systematisches Recherchieren heisst, die Arbeitsmittel gezielt und zweckmässig einsetzen. Das bedeutet: Aufbau einer Hierarchie der Arbeitsmittel.

⁵⁸⁶ HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 150 et seq.

⁵⁸⁷ Ibid., p. 151 et seq.

na pesquisa de alguma forma. Mesmo o portador de demanda, caso pertença ao campo de especialidade (conceitual e formal) em que está inserido o texto, pode exercer o papel de consultor e revisor⁵⁸⁸.

O trabalho analítico e a pesquisa são procedimentos voltados para um mesmo fim: compreender os atributos que caracterizam o texto de partida, as diretrizes do texto de chegada e avaliar se há, dadas as especificações do encargo de translação, compatibilidade entre elas. O critério de avaliação, segundo a proposta teórica de Holz-Mänttari, resume-se numa única palavra: *função*.

7.1.2.4 A relação entre o texto de partida e o texto de chegada

Oferecer métodos para identificar os fatores que coordenam a ação translacional, eis o objetivo do livro:

A presente sistematização tem como objetivo teórico e metodológico tornar tangíveis os fatores que gerenciam a ação translacional. A ação mesma é medida segundo a sua função: PARA QUE algo é feito? Através desse processo, o resultado torna-se passível de avaliação.⁵⁸⁹ (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 17, tradução nossa, grifos no original)

Função desempenha um papel essencial na proposta teórica e metodológica de Justa Holz-Mänttari. Sua definição do conceito pauta-se pela antropologia de Malinowski (1960⁵⁹⁰), segundo a qual *função* consiste na satisfação de uma necessidade através da cooperação entre pessoas, em formas de organização social que ele denomina “instituição”⁵⁹¹ (v. tópico 7.1.2.1 acima). Nessa definição estão mencionados ambos os aspectos de uma ação: o caráter proposital de uma ação enquanto instituição e o caráter final do resultado de uma ação enquanto produto⁵⁹².

A partir da definição acima, Holz-Mänttari demonstra a posição central do conceito de função no quadro teórico e metodológico da ação translacional. Por um lado, o conceito de

⁵⁸⁸ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 157 et seq.

⁵⁸⁹ Die folgende Systematisierung zielt theoretisch und methodisch darauf ab, die Faktoren greifbar zu machen, die das translatorische Handeln steuern. Das Handeln selbst wird an seiner Funktion gemessen: WOZU wird etwas getan? Dadurch wird sein Resultat beurteilbar.

⁵⁹⁰ MALINOWSKI, Bronislaw. *A Scientific Theory of Culture and other Essays*. New York: Oxford University Press, 1960.

⁵⁹¹ MALINOWSKI, 1960 apud HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 27.

⁵⁹² HOLZ-MÄNTTÄRI, op. cit., p. 27.

função justifica a localização do produto da ação translacional, isto é, o portador de mensagem, no complexo sistêmico de uma situação de demanda humana, condicionada especialmente “pela da capacidade humana de falar, em especial a capacidade de se comunicar com parceiros com o objetivo de coordenar ações intencionais” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 26). Por outro lado, permite a classificação da ação translacional na rede institucional de um sistema socialmente organizado, isto é, no fenômeno cultural “sociedade da divisão de trabalho” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 26).

Para Holz-Mänttari, a função representa não apenas a finalidade de uma ação, mas também as suas próprias diretrizes:

‘Função’ é o conceito chave do agir intencional como o objetivo a se cumprir sob determinadas condições numa situação definida, isto é, a meta a ser alcançada. Função é a dimensão gestora que ativa todos os elementos de um complexo sistêmico dinâmico aberto de forma relevante. ‘Relevante’ está, ao mesmo tempo, relacionado à situação, pois ela constrói para cada elemento, para cada cooperante o recorte do contínuo do mundo determinado pela relação dos objetos uns com os outros e com o espaço e o tempo.⁵⁹³ (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 30, tradução nossa)

Como vimos, a ação translacional é descrita como parte de um complexo sistêmico acional superordenado, o qual teria a sua própria meta. O campo de ação do iniciador abrange as demais ações, enquanto a sua meta comum coordena essas ações: “Através dessa constelação, atribui-se à ação translacional o seu valor e ela recebe um ponto de referência externo, um ‘*tertium comparationis*’ específico que a torna verificável: a função do produto ‘texto’ como resultado da ação translacional no contexto de um complexo sistêmico acional superordenado⁵⁹⁴” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 106s.). Cada uma das ações teria, assim, o seu próprio objetivo, todos derivados da meta comum⁵⁹⁵.

Posto que a ação translacional é definida como a produção de portadores de mensagem para a transferência transcultural de mensagens, a função lhe é atribuída segundo a cultura de chegada:

Por isso, o sucesso da ação comunicativa depende de em que medida o produtor da mensagem e do portador de mensagem consegue antecipar os fatores de cooperação

⁵⁹³ ‘Funktion’ ist der Schlüsselbegriff intentionalen Handelns als der Zweck, der unter bestimmten Bedingungen in gegebener Situation zu erfüllen, bzw. das Ziel, das zu erreichen ist. Funktion ist die Steuergrösse, die in offenen dynamischen Gefügen alle Elemente in je relevanter Weise aktiviert. ‘Je relevant’ ist gleichzeitig auf die Situation bezogen, denn sie bildet für jedes Element, für jeden Kooperanten, den Ausschnitt aus dem Weltenkontinuum, der durch die Relation von Objekten zueinander und zu Zeit und Raum bestimmt ist.

⁵⁹⁴ Durch diese Konstellation erhält das translatorische Handeln seinen Stellenwert und einen externen Bezugspunkt, ein fallspezifisches ‘tertium comparationis’, das es kontrollierbar macht: die Funktion des Produkts ‘Text’ als Resultat translatorischen Handelns im Rahmen übergeordneter Handlungsgefüge.

⁵⁹⁵ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 41.

e recepção do outro lado da barreira cultural, tornar os meios de realização eficientes e, dessa forma, otimizar o acesso para o receptor. Posto que os resultados da ação comunicativa entram como fatores gestores no complexo sistêmico superordenado da ação acional, as mensagens e os portadores de mensagem podem satisfazer essa função apenas quando são concebidos e produzidos caso a caso e em relação à função.⁵⁹⁶ (HOLZ-MÄNTTÄRI 1984: 83)

Até o momento, a ação translacional foi descrita como uma atividade, em tese, com o objetivo de produzir portadores de mensagem, em especial textos, mediante a competência técnica de um especialista. Dessa forma, a translação é considerada um complexo sistêmico acional proposital, final, dentro de uma hierarquia de complexos sistêmicos acionais, voltada a uma meta superior. Ela não poderia, assim, ser voltada apenas a um de seus elementos – tais como o texto de partida, por exemplo⁵⁹⁷.

Em torno desse posicionamento constrói-se a crítica de Holz-Mänttäre contra as noções de translação baseadas na equivalência. Segundo a teorizadora, o texto de partida foi, por muito tempo, erroneamente usado como parâmetro para avaliar um texto que, a seu ver, tem função própria numa cultura diferente e em meio a um diferente público receptor:

Se se fala tanto da cultura de chegada e se falará no presente trabalho – onde fica então o texto de partida, o qual é tão bem visto como apoio do tradutor? Eu devolvo a pergunta: Será que ele já não foi mal empregado em tantos casos como muleta? – Ele é parte do mundo de partida, no qual e através do qual ele vive – e também funciona. Sua função é portar mensagens no mundo de partida, as quais podem ser vistas como constelações de fatos, carregadas de estratégias de coordenação. Também a função do texto de chegada é portar mensagens – no interior do mundo de chegada. As mesmas mensagens, semelhantes, outras – isso depende da cooperação a qual deve ser coordenada através do texto enquanto meio de comunicação. O texto de partida só pode ser o elemento funcional de um complexo sistêmico num mundo o qual o tradutor examina sistematicamente, mas do qual ele também deve se desprender, como ele quer e precisa compreender as condições de vida do novo mundo de chegada enquanto complexo sistêmico superordenado para seu texto de chegada. O novo texto é sempre um novo indivíduo textual com suas próprias relações e referências intertextuais, inclusive as referências ao texto de partida.⁵⁹⁸ (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 7, tradução nossa)

⁵⁹⁶ Deshalb hängt das Glücken der kommunikativen Handlung davon ab, inwieweit es dem Botschafts- und Botschaftsträgeskonzipienten gelingt, die Kooperations- und Rezeptionsfaktoren jenseits der Kulturbarriere zu antizipieren, die Realisierungsmittel effizient und auf diese Weise den Zugriff für den Rezipienten zu optimieren. Da die Resultate der kommunikativen Handlung als Steuerungsfaktoren in das übergeordnete Gefüge der aktionalen Handlung eingehen, können Botschaften und Botschaftsträger diese Funktion nur erfüllen, wenn sie fallspezifisch und funktionsbezogen konzipiert und produziert werden.

⁵⁹⁷ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 84.

⁵⁹⁸ Wenn so oft von der Zielkultur die Rede ist und in der vorliegenden Arbeit sein wird – wo bleibt dann der Ausgangstext, den man so gern als Stütze des Übersetzers ansieht? Meine Gegenfrage: Wird er nicht in viel zu vielen Fällen als Krücke missbraucht? – Er ist Teil der Ausgangswelt, in der und durch die er lebt und eben – funktioniert. Seine Funktion ist es, innerhalb dieser Ausgangswelt Botschaften zu tragen, die als Sachverhalte angesehen werden können, welche mit Koordinationsstrategien aufgeladen sind. Auch die Funktion des Zieltextes ist es, Botschaften zu tragen – innerhalb der Zielwelt. Dieselben Botschaften, ähnliche, andere – das hängt von der Kooperation ab, die durch den Text als Kommunikationsmittel gesteuert werden soll. Der Ausgangstext kann also nur funktionsgebundenes Gefügeelement einer Welt sein, die der Translator systematisch erforscht, von der er sich aber auch in dem Masse freimachen muss, wie er die Lebensbedingungen der

Nesse contexto, Holz-Mänttari vê a equivalência como um critério extremamente subjetivo para orientar e avaliar translações. As tipologias textuais formuladas com o intento de estabelecer critérios de equivalência (o que incluiria a tipologia textual formulada por Reiss 1971; 1976, v. tópico 7.1.1.4 acima) são, na opinião da teorizadora, procedimentos claramente limitadores, pois contemplam apenas parte das situações em que a translação é possível, não todas elas⁵⁹⁹. O texto de partida, por seu turno, constitui apenas parte do material de partida. Com um status notadamente menos expressivo do que o status de que desfruta em teorias pré-funcionalistas de tradução, a produção do translatato estaria sujeita a procedimentos que podem, de certa forma, destoar do perfil do texto de partida, caso alguns de seus elementos não sejam considerados funcionais: “Na produção transcultural de um texto, pode perfeitamente surgir a necessidade de se substituir mesmo conteúdos do texto de partida por conteúdos mais funcionais.⁶⁰⁰” (HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 126, tradução nossa)

Eis o ponto em que, segundo alguns teorizadores (v. tópico 3.1), Holz-Mänttari teria ido longe demais. Ao diminuir o status do texto de partida a tal ponto que conteúdos do mesmo possam ser substituídos por conteúdos mais funcionais na produção do translatato, qual seria ainda o limite da translação? Estaria Holz-Mänttari propondo que se poderia eventualmente prescindir do texto de partida? Em seu livro de 1988, Christiane Nord faz algumas observações especificamente referentes a essas questões.

7.1.3 Exemplar n° 3: Nord 1988

Em 1988 foi publicado na Alemanha Ocidental *Textanalyse und Übersetzen: Theoretische Grundlagen, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse* [Análise textual e tradução: fundamentos teóricos, metodologia e aplicação didática de uma análise textual relevante à tradução]. O livro é resultado de anos de reflexões teóricas e da atividade docente de sua autora, Christiane Nord, no âmbito da formação de tradutores no Instituto de Tradução e Interpretação (IÜD) da Universidade de Heidelberg. Ele foi

neuen, der Zielwelt, als übergeordnetes Gefüge für seinen Zieltext erfassen will und muss. Der neue Text ist immer ein neues Textindividuum mit eigenen Relationen und intertextuellen Bezügen, eingeschlossen die Bezüge zum Ausgangstext.

⁵⁹⁹ HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 51.

⁶⁰⁰ Bei transkultureller Textproduktion kann sich durchaus die Notwendigkeit ergeben, selbst Inhalte des Ausgangstextes durch funktionsgerechtere zu ersetzen.

pensado com o intuito de oferecer aos tradutores em formação um quadro metodológico coerente⁶⁰¹ a partir de um modelo de análise textual que permitisse o tradutor identificar os fatores textuais relevantes ao processo tradutório e interpretá-los em face da função da tradução⁶⁰².

O modelo proposto por Christiane Nord destina-se não apenas a estudantes de tradução, mas também a docentes e a tradutores profissionais. Segundo a teorizadora, enquanto aqueles teriam nele, ao mesmo tempo, um método de ensino e um suporte para a avaliação objetiva de traduções, estes disporiam sobretudo de recursos para defender suas escolhas tradutórias. Ademais, Nord menciona o objetivo de destacar, através do modelo, a contribuição direta ou indireta de ciências afins, tais como a linguística e os Estudos Literários, ao novo campo disciplinar dos Estudos da Tradução⁶⁰³.

Para tanto, Nord apoiou-se em duas bases teóricas: no âmbito dos Estudos da Tradução, recorreu à concepção funcionalista do processo translacional (o que inclui parte da terminologia empregada); no âmbito da Pragmática e da Linguística Textual, retomou a noção de texto como *ação*⁶⁰⁴. Apesar das continuidades, ela inovou ao propor um modelo relevante para a prática e para a didática tradutória, dada a carência de modelos de análise textual próprios no âmbito dos Estudos da Tradução. Embora houvesse em seu tempo, nos Estudos Literários, na Linguística Textual e nas teorias do texto, recursos que pudessem auxiliar o tradutor na interpretação, esses recursos não eram suficientes para fornecer argumentos para as decisões de tradução. Assim, ela sustenta a defesa de um método especialmente adequado para nortear o processo tradutório⁶⁰⁵.

O corpo do livro está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, “Theoretische Voraussetzungen” [Pressupostos teóricos] detalha o processo tradutório, destacando o papel do iniciador (al. *Initiator*) e do tradutor, além de explicitar noções atreladas ao conceito de “texto” empregado no quadro metodológico. O segundo capítulo, “Aufgaben der Ausgangstextanalyse” [Tarefas da análise do texto de partida], localiza a análise textual no interior da constelação de procedimentos de que se forma o processo tradutório. Antes, no entanto, discute-se o conceito mesmo de tradução, com base em algumas noções estabelecidas na história das teorias de tradução. No terceiro capítulo, “Faktoren der Ausgangstextanalyse” [Fatores da análise do texto de partida], o modelo de análise textual é descrito em pormenores,

⁶⁰¹ NORD, 1988, p. v.

⁶⁰² Ibid., p. 1.

⁶⁰³ Ibid., p. 2 et seq.

⁶⁰⁴ Ibid., p. 4 et seq.

⁶⁰⁵ Ibid., p. 1.

detalhando-se cada um dos fatores extratextuais e intratextuais destacados em seu curso. O quarto capítulo, “Die didaktische Verwendbarkeit des Modells” [A utilização didática do modelo] demonstra, passo a passo, como o modelo pode ser empregado em aulas de tradução. Por fim, o quinto capítulo, “Textbeispiele” [Exemplos textuais], utiliza-se de três exemplos selecionados para representar a utilização do modelo, com foco em relações particulares entre a intenção do emissor e a função do texto, entre a temática, a estrutura e o efeito do texto e entre função textual e o receptor.

Antes de darmos início à análise da obra, inserimos uma breve nota acerca da linguagem empregada pela autora, a exemplo do que foi feito no tocante aos demais componentes de nosso *corpus* principal de análise. Observemos o trecho abaixo:

Uma análise textual é relevante para a tradução, no meu entender, apenas quando assegura não só a compreensão e a interpretação do TP (como também fazem as análises textuais dos Estudos Literários) ou elucida as estruturas linguístico-textuais, a sua relação com sistema e norma etc. (que papéis elas desempenham, afinal, para a tradução?), mas quando ela fornece a quem traduz um fundamento confiável para cada uma das decisões tradutórias. E ela só pode fazer isso se estiver integrada a um modelo do processo tradutório e criar um ponto de referência permanente para o tradutor.

Para tanto, necessita-se de um modelo de fatores da análise textual aplicável a todos os gêneros e exemplares textuais possíveis e que se faça útil a todas as tarefas de tradução futuras; de um esquema de análise que coloque o tradutor em posição de compreender funcionalmente características do TP conteudísticas e conformativas identificadas e interpretá-las tendo o objetivo da tradução em vista⁶⁰⁶ (NORD, 1988, p. 1, tradução nossa)

Percebe-se na citação, sobretudo no trecho em alemão (v. notas de rodapé desta página), algumas das características de que falamos anteriormente: períodos bastante longos (os quais chegam a ocupar sozinhos um único parágrafo), uso de reduções de orações subordinadas através do uso de formas no particípio, a abundante composição de palavras etc. Essas características ocorrem concomitantemente a outras mais inovadoras, dentre as quais destacamos o emprego da primeira pessoa singular do verbo, numa clara expressão do ponto de vista da autora. O que de certo modo diferencia o discurso de Nord em comparação a de seus predecessores funcionalistas é o uso menos frequente de conceitos inteiramente novos. Em

⁶⁰⁶ Übersetzungsrelevant ist eine Textanalyse meines Erachtens aber nur dann, wenn sie nicht nur Verständnis und Interpretation des AT sichert (wie literaturwissenschaftliche Textanalysen das auch tun) oder die sprachlich-textuellen Strukturen, ihr Verhältnis zu System und Normen etc. Erklärt (welche Rolle spielen diese überhaupt für die Übersetzung?), sondern wenn sie dem Übersetzenden eine verlässliche Grundlage für jede einzelne übersetzerische Entscheidung liefert. Und das kann sie nur, wenn sie in einen permanenten Bezugspunkt für den Übersetzer bildet.

Dafür bedarf es eines auf alle mögliche Textsorten und –exemplare anwendbaren und für alle vorkommenden Übersetzungsaufgaben nutzbar zu machenden Faktorenmodells der Textanalyse, eines Analyseschemas, das den Translator in die Lage versetzt, die wahrgenommenen inhaltlichen und gestalterischen Merkmale des AT funktional zu verstehen und im Hinblick auf das Übersetzungsziel zu interpretieren.

geral, os conceitos empregados foram introduzidos por Reiss e Vermeer (1984), Holz-Mänttari (1984) ou por outros autores que compõem os pressupostos teóricos de Nord. Esta é uma demonstração, no plano da terminologia, de como Nord inclui sua proposta no quadro funcionalista, ora revisando conceitos estabelecidos, ora acrescentando outros conceitos. Essa, no entanto, é uma discussão que encontra na análise o seu lugar próprio.

7.1.3.1 O ato de transladar

A distinção fundamental entre o livro de Christiane Nord e as demais obras analisadas neste capítulo está, como vimos acima, no fato de Nord não propor um novo quadro teórico, mas sim, de fazer uso de quadros teóricos já estabelecidos e, em especial, do quadro teórico funcionalista. Embora o intervalo entre a publicação dos trabalhos de Reiss e Vermeer (1984) e Holz-Mänttari (1984) e o livro de Nord (1988) tenha sido de apenas quatro anos, Nord considera-se de uma “Segunda Geração Funcionalista”, honrando, em especial, Katharina Reiss e Hans J. Vermeer como mentores⁶⁰⁷. Sobretudo a influência de Vermeer em seus estudos é declarada no prefácio como bem colocada demonstração de gratidão:

Meus agradecimentos dirijo também a Hans J. Vermeer, de Heidelberg, que me deu coragem para publicar aqui o produto da experiência prática de longos anos, junto com a compreensão teórica e metodológica adquirida ao longo do trabalho, e cujos conselhos me foram de inestimável valor⁶⁰⁸. (NORD, 1988, p. v, tradução nossa)

Vermeer, no entanto, ofereceu não apenas estímulo e conselhos, como também os fundamentos teóricos em que repousa a concepção de translação (bem como parte da terminologia) empregada por Nord⁶⁰⁹. Ao definir o conceito pela primeira vez, a autora ressalta duas propriedades do mesmo, a saber, a ligação com uma determinada situação comunicativa e o fato de a atividade translacional lidar com textos: “Pode-se constatar empiricamente [...] que a translação se desenvolve numa situação comunicativa e envolve unidades que, a princípio,

⁶⁰⁷ NORD, 2012, p. 26 et seq.

⁶⁰⁸ Mein Dank gilt auch Hans J. Vermeer, Heidelberg, der mir Mut gemacht hat, die Ergebnisse langjähriger praktischer Erfahrung zusammen mit den im Laufe der Arbeit gewonnen theoretischen und methodischen Einsichten hier vorzulegen, und dessen Ratschläge mir von unschätzbarem Wert waren.

⁶⁰⁹ NORD, 1988, p. 4.

designei intuitivamente por ‘texto’ – texto de partida e texto de chegada⁶¹⁰” (NORD, 1988, p. 13, tradução nossa).

Como observa Nord, a comunicação em que está alocado o processo translacional, diferentemente das demais formas de comunicação, geralmente envolve duas situações comunicativas discrepantes de produção e recepção de texto. A ação do tradutor ocorre na interseção entre as duas situações comunicativas; a do intérprete, na mesma situação⁶¹¹. Além de comumente envolver duas situações diferentes, a translação também aproxima duas culturas (e, portanto, duas línguas, v. tópico 7.1.1.1). Outra característica da translação é a mediação, no processo, do translador e do iniciador ou comitente (al. *Auftraggeber*), a fim de possibilitar a comunicação entre o emissor do texto de partida e o receptor do texto de chegada⁶¹². Mesmo que a interpretação ocorra numa mesma situação comunicativa, as demais características (mediação do iniciador e do translador, envolvimento de duas culturas) permanecem as mesmas.

Nord, a exemplo de Holz-Mänttari (1984), considera o *iniciador* o agente, ao mesmo tempo desencadeador e gestor da translação (v. tópico 7.1.2.3)⁶¹³. Ele “dá o impulso para o processo de translação, pois precisa de um determinado texto de chegada, o ‘translato’⁶¹⁴” (NORD, 1988, p. 8, tradução nossa). Esse texto será posteriormente utilizado para um determinado fim. Não obstante, para que o texto seja produzido de maneira funcional, é imprescindível considerar o fim a que esse texto está destinado ainda em sua produção. A translação deve ser conduzida segundo as especificações dadas pelo iniciador, expressas de modo sistemático no “encargo de tradução” (al. *Übersetzungsauftrag*). O encargo de tradução, como explica Nord, contém as informações necessárias para orientar a translação de acordo com as especificações e necessidades do iniciador, bem como as especificações para a produção do translato⁶¹⁵.

Apesar da grande importância conferida ao iniciador, em última instância, a responsabilidade pela translação está mesmo nas mãos do translador: ele está no centro do processo e é quem, enquanto especialista em translação, decide se ela é possível e, caso o seja, cabe a ele avaliar quais métodos são necessários para a sua concretização⁶¹⁶.

⁶¹⁰ Empirisch ist festzustellen [...] daß Translation sich in einer kommunikativen Situation abspielt und es mit Einheiten zu tun hat, die ich zunächst einmal intuitiv als „Text“ – Ausgangstext und Zieltext – bezeichnet habe.

⁶¹¹ NORD, 1988, p. 7 et seq.

⁶¹² Ibid., p. 13.

⁶¹³ Cf. HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 111 et seq.

⁶¹⁴ Der Initiator gibt den Anstoß zu dem Translationsvorgang, weil er einen bestimmten Zieltext, das “Translat” benötigt.

⁶¹⁵ NORD, 1988, p. 9.

⁶¹⁶ Ibid., loc. cit.

O conceito de translação recebe no livro uma segunda definição, em que, assim como proposto por Vermeer (v. tópico 7.1.1.1) e Holz-Mänttari (v. tópico 7.1.2.1)⁶¹⁷, *transladar* é descrito como produção textual:

Translação é a produção de um texto de chegada direcionado para uma função com um vínculo específico com um texto de partida pré-existente, conforme a função almejada ou exigida do texto de chegada (*skopos* do translato). A translação torna possível uma ação comunicativa sem a qual as barreiras culturais e linguísticas existentes não seriam transpostas⁶¹⁸. (NORD, 1988, p. 31, tradução nossa)

Definir a tradução como um processo de produção textual afeta diretamente a imagem que se tem do tradutor numa dada formulação teórica. Nord contradiz posições pré-funcionalistas, que definem o traduzir como a continuação de uma comunicação iniciada na língua de partida, na qual o tradutor exerceria o papel de emissor da mensagem do texto de partida. Em vez disso, ela o localiza no processo no papel de produtor do texto de chegada, “o qual assume para si a intenção do emissor ou do iniciador, e produz na cultura de chegada um *instrumento* comunicativo ou um *documento* de uma comunicação na cultura de partida⁶¹⁹,” (NORD, 1988, p. 12, tradução nossa, grifos da autora). Falaremos sobre os dois tipos de transferência posteriormente (v. tópico 7.1.3.4). Por ora, afirmamos apenas que o aspecto *documental* da tradução, embora não refute o critério de funcionalidade, parece reabilitar e reenquadrar a questão do texto de partida e de sua relevância no quadro teórico funcionalista, posto que, ainda que motivado pelo objetivo da tradução, reestabelece, em certa medida, o texto de partida como diretriz para a tradução. Este é, naturalmente, um elemento diferenciador da contribuição de Nord à Teoria Funcional de Tradução.

Atreladas ao conceito de translação estão outras noções igualmente relevantes, em especial aquelas referentes ao objeto de translação e à relação entre o texto de partida e o texto de chegada. Complementaremos a conceituação do ato de translação, portanto, à medida que abordarmos essas demais noções.

⁶¹⁷ Cf. HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984, p. 17.

⁶¹⁸ Translation ist die Produktion eines funktionsgerechten Zieltextes in einer je nach der angestrebten oder geforderten Funktion des Zieltextes (Translatoskopos) unterschiedlich spezifizierten Anbindung an einen vorhandenen Ausgangstext. Durch die Translation wird eine kommunikative Handlung möglich, die ohne sie aufgrund vorhandener Sprach- und Kulturbarrieren nicht zustandegekommen wäre.

⁶¹⁹ Der Translator ist nicht Sender der Botschaft des AT, sondern ein Textproduzent in Z, der sich die Intention des Senders oder Initiators zu eigen macht und ein zielkulturelles Kommunikationsinstrument oder ein zielkulturelles Dokument einer ausgangskulturellen Kommunikation herstellt.

7.1.3.2 O objeto de translação

Ao definir-se *translação* como a *produção* de um texto sob determinadas condições, o conceito mesmo de texto passa a influenciar a representação do processo como um todo. Para compor o seu quadro metodológico, Nord (1988) evoca, da Linguística Textual de Beaugrande e Dressler (1981), a definição de texto como uma “ocorrência comunicativa” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 3, ver tópico 4.2). Segundo a teorizadora, para uma “ocorrência comunicativa” dessa ordem são necessários uma dada situação, fixada no espaço e no tempo, e ao menos dois parceiros interessados em se comunicar. O texto é, assim, compreendido como um instrumento de comunicação, voltado ao cumprimento de um objetivo comunicativo específico no interior de uma situação comunicativa específica⁶²⁰.

Uma evidência da interdependência entre texto e situação comunicativa está em casos em que o texto mantém os critérios de coesão e coerência (como, por exemplo, postulados por BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981) apenas e tão somente no contexto de sua situação comunicativa. Com esses casos em vista, Nord afirma que a textualidade é uma característica não apenas da estrutura textual, mas também é característica de um uso linguístico:

Se então a textualidade [*Textualität* ou *Texthaftigkeit*] pode ser compreendida não apenas como característica da estrutura de uma forma de enunciação linguística, mas primariamente como característica de seu uso comunicativo, o conceito de texto em que deve se apoiar uma análise textual relevante para a tradução precisa abranger ambos os componentes: o aspecto estrutural e o aspecto pragmático-situativo do texto⁶²¹. (NORD, 1988, p. 15, tradução nossa)

Esses aspectos, por seu turno, são mutuamente dependentes. Textualidade (al. *Textualität*) é aqui compreendida como uma característica estrutural de ações comunicativas entre parceiros de um processo comunicativo, compartilhada por diversas ações dessa natureza. Trata-se, portanto, de uma abstração de características identificadas em textos em geral⁶²². Texto, em contrapartida, é a realização concreta dessa estrutura, num dado espaço e tempo. O vínculo

⁶²⁰ NORD, 1988, p. 13.

⁶²¹ Wenn also Textualität oder Texthaftigkeit nicht nur als Merkmal der Struktur einer sprachlichen Äußerungsform, sondern primär als Merkmal ihrer kommunikativen Verwendung aufzufassen ist, muss der Textbegriff, auf den sich eine Übersetzungsrelevante Textanalyse stützen soll, beide Komponente umfassen: den strukturellen und den pragmatisch-situativen Aspekt des Textes.

⁶²² Cf. BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 3 et seq.

com a situação comunicativa é tão forte que a própria classificação do produto de uma enunciação verbal como “texto” só pode ser feita no contexto de uma situação comunicativa⁶²³.

O conceito de texto acima, assim como o conceito de textualidade, são contribuições da Teoria do Texto (SCHMIDT, 1976⁶²⁴) e da Linguística Textual (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981) para a proposta teórica de Nord, em conformidade com o reclamo de Coseriu (1978), de associar a Linguística Textual às teorias de tradução. Essas definições demonstram a influência das novas vertentes da linguística nas teorias de tradução, numa época em que os Estudos da Tradução já estavam em curso de consolidação – ou, ao menos, no início desse processo. Elas são, portanto, um claro sinal de continuidade na abordagem funcional.

Nord define o texto como “uma ação comunicativa que pode ser realizada através da combinação de recursos verbais e não verbais⁶²⁵” (NORD, 1988, p. 16, tradução nossa). Esse conceito traz consigo algumas consequências. Em primeiro lugar, a noção de texto de Nord assemelha-se em grande medida à noção de texto defendida por Holz-Mänttari, como veículo de mensagens com fim comunicativo, composto não apenas por enunciações verbais, mas também por outros recursos comunicativos.

Em segundo lugar, se produzir um texto é *agir*, e transladar é, como vimos, produzir um texto de chegada, ao mesmo tempo com um objetivo específico e com um vínculo com um texto de partida pré-existente, o que é dito acerca da produção de textos, mesmo num contexto monocultural e monolíngue, pode também ser dito acerca da translação:

Apenas com base em um conceito de texto orientado para a ação é que se pode compreender também a translação de um texto como um “agir”, através do qual outro texto, um novo texto, possa também “funcionar”, isto é, possa desempenhar uma determinada função, almejada e concretizada por outros parceiros da comunicação⁶²⁶. (NORD, 1988, p. 276, tradução nossa)

Esse é outro aspecto do conceito de translação que, como pudemos observar, é reiterado das propostas teóricas funcionalistas anteriores. Sem dúvida, esse é um princípio caro à abordagem funcional, posto que, enquanto ação, a translação é conduzida segundo um propósito determinado, isto é, ela tem uma *função*, para a qual a intenção do emissor do texto de

⁶²³ NORD, 1988, p. 14 et seq.

⁶²⁴ SCHMIDT, Siegfried J. *Texttheorie*. 2. Aufl. München: Fink, 1976.

⁶²⁵ Der Text ist eine kommunikative Handlung, die durch Kombination aus verbalen und nonverbalen Mitteln realisiert werden kann.

⁶²⁶ Nur auf der Grundlage eines solchen handlungsorientierten Textbegriffs läßt sich auch die Translation eines Textes als “Handeln” begreifen, durch das in einer neuen, anderen Situation ein neuer, anderer Text ebenfalls “funktionieren”, d. h. eine bestimmte, von anderen Kommunikationspartnern intendierte und verwirklichte Funktion erfüllen kann.

partida contribui apenas em parte. Nord observa que a intenção comunicativa do emissor do texto de partida raramente encontra expressão completa no texto; mesmo que isso ocorra, isso não impede o receptor de conferir ao texto uma função diferente da intenção do emissor, segundo a sua própria situação comunicativa. Desse modo, é seguro afirmar que a função do texto é condicionada de forma mais preponderante pela recepção:

O texto enquanto realização da intenção de seu produtor permanece provisório até ser recebido por um receptor. A recepção completa a situação comunicativa e, com isso, a função textual; o texto só é completamente ‘realizado’ pelo receptor⁶²⁷ (NORD, 1988, p. 18, tradução nossa).

Nessas condições, o texto poderia ter tantas funções quanto receptores houvesse. Além disso, mesmo um único receptor poderia receber o texto de diferentes formas em diferentes momentos de sua vida, de acordo com as diferentes experiências acumuladas e as diferentes situações comunicativas⁶²⁸.

Destarte, com ênfase no caráter acional do processo translacional e no papel significativo da função do texto e do receptor (e sobre eles falaremos de forma mais detalhada nos tópicos seguintes), a definição de Nord para o transladar alinha-se às definições de Reiss e Vermeer (1984) e de Holz-Mänttari (1984). Assim como faz Vermeer na primeira parte de seu livro e Holz-Mänttari no primeiro capítulo de sua obra, Nord opõe a sua concepção do traduzir à mera transposição de elementos linguísticos da língua de partida para elementos (equivalentes, de igual significado) da língua de chegada⁶²⁹.

Se, conforme a proposta funcionalista, diferentes situações, diferentes receptores e, consequentemente, diferentes funções textuais resultam em diferentes translações, a variedade de translações possíveis atingiria, então, números incalculáveis. Nord observa que, em face da presente orientação, pode parecer ilógico considerar a possibilidade de apenas *uma* tradução para um determinado texto de partida e, dessa forma, não haveria critérios para quaisquer formas de crítica de tradução. Assim, ela oferece ao tradutor uma solução, a seu ver, plausível em face dessa “arbitrariedade”: ao mesmo tempo nortear a própria recepção do texto de partida mediante uma rigorosa análise textual que abarque todos os elementos textuais relevantes para a tradução, e produzir um texto de chegada segundo as orientações estritas do encargo de

⁶²⁷ Der Text als Realisat der Intention des Textproduzenten bleibt so lange vorläufig, bis er von einem Rezipienten aufgenommen wird. Die Rezeption vervollständigt erst die Kommunikationssituation und damit die Textfunktion; der Text wird erst durch den Rezipienten endgültig “realisiert”.

⁶²⁸ NORD, 1988, p. 18.

⁶²⁹ Ibid., p. 276.

tradução⁶³⁰. Essas medidas afetam especialmente o processo de translação, que abordaremos a seguir.

7.1.3.3 Procedimentos

Com poucas palavras, Nord (1988) enuncia os elementos constituintes do processo translacional, bem como explica as motivações para o seu início:

O processo de translação é, via de regra, desencadeado quando um comitente, que chamarei de iniciador (I), dirige-se a um tradutor (TRL) porque precisa de um determinado texto de chegada (TC) para um determinado receptor (R-TC), ou porque ele mesmo quer receber, na língua de chegada (LC), um texto (TP) escrito numa língua de partida (LP) e sob condições específicas de partida por um produtor (P-TP) e/ou emitido por um emissor (E-TP)⁶³¹. (NORD, 1988, p. 4, tradução nossa)

Nota-se que Nord distingue no excerto o produtor (P-TP) do texto de partida do emissor (E-TP) do texto de partida. A distinção, segundo a autora, é feita com a finalidade de contemplar os casos em que um emissor contrata ou delega a alguém a tarefa de produzir um texto. Nesses casos, como se trata de pessoas diferentes, pode haver discrepâncias entre a intenção do emissor e a realização do produtor⁶³². Compõem o processo de translação o *produtor do texto de partida*, o *emissor do texto de partida*, o *texto de partida*, o *receptor* desse texto, o *iniciador*, o *tradutor*, o *texto de chegada* e seu *receptor*. Alguns desses agentes ocasionalmente assumem mais de um papel: por exemplo, o iniciador (I) pode ser, ao mesmo tempo, também o emissor do texto de partida (E-TP) ou o receptor do texto de chegada (R-TC)⁶³³.

A translação é definida como a produção de um texto de chegada vinculado, de modo específico, a um determinado texto de partida. Como vimos, o tradutor não é mais visto como o emissor da mensagem veiculada pelo texto de partida; ele exerce, em vez disso, o papel de produtor do texto de chegada (P-TC). Além disso, ele também acumula o papel de

⁶³⁰ NORD, 1988, p. 19.

⁶³¹ Der Translationsvorgang wird in der Regel dadurch in Gang gesetzt, daß sich ein Auftraggeber, den ich Initiator (I) nennen will, an einen Translator (TRL) wendet, weil er einen bestimmten Zieltext (ZT) für einen bestimmten Rezipienten (ZT-R) benötigt bzw. weil er einen in einer Ausgangssprache (AS) und unter bestimmten A-kulturellen Bedingungen von einem Textproduzenten (AT-P) verfaßten und/oder von einem Textsender (AT-S) gesendeten Text (AT) selbst in der Zielsprache (ZS) rezipieren will.

⁶³² NORD, op. cit., p. 4 et seq.

⁶³³ Ibid., p. 5 et seq.

receptor do texto de partida (R-TP); a sua recepção, porém, distingue-se significativamente da recepção dos demais, posto que determinada pelo encargo de tradução. O tradutor, segundo a teorizadora, é um “receptor crítico”, que deve agregar diferentes pontos de vista à sua recepção, especialmente o ponto de vista do receptor do translato⁶³⁴. Como mencionado anteriormente, da mesma ideia compartilha House (1977/1981, p. 196ss.) ao introduzir o conceito de “filtro cultural” (vide o tópico 5.1.4.2 dessa dissertação).

Sabemos que o propósito do livro está na introdução de um modelo de análise textual relevante para o ensino e para a prática de translação. No entanto, como alocá-lo no processo translacional? Para responder a essa indagação, Nord (1988) propõe, em primeira instância, uma representação esquemática da translação, construída a partir de representações utilizadas em teorias de tradução precedentes⁶³⁵. Ela observa que esquemas de tal natureza costumam possuir duas formas, denominadas respectivamente *esquema bifásico* e o *esquema trifásico* (explicações detalhadas sobre cada um deles, v. tópico 5.1.3).

O esquema bifásico, baseado em procedimentos de análise e síntese, consiste, segundo Nord, numa operação de “troca de código” (al. “*code-switching*”-*Operation*), a qual, no entendimento da autora, apenas em raros casos corresponde à realidade do proceder tradutório, especialmente em processos “semiautomáticos” de tradução⁶³⁶. O esquema trifásico, por sua vez, embora mais completo que o anterior, pressupõe que o objetivo da tradução seja “a realização da comunicação linguística entre pessoas que falam línguas diferentes” (KOMISSAROV, 1977⁶³⁷ apud NORD, 1988, p. 36), o que, para a teorizadora, não parece ser uma afirmação consistente. O tradutor, por sua vez, é visto como mero receptor do texto de partida e *emissor* do texto de chegada, ao passo que Nord, como vimos, considera o tradutor o *produtor* do texto de chegada⁶³⁸. Ao nomeá-lo “produtor” em vez de “emissor”, Nord salienta que o tradutor não é, ele mesmo, a fonte da mensagem veiculada pelo texto e, portanto, comumente não produz o texto segundo intenção própria.

Em comum, os dois modelos atribuem ao texto de partida o *status* de “encargo de tradução” imanente, posicionamento ao qual a teorizadora se opõe veementemente por acreditar que o texto de partida não poderia sozinho oferecer todas as informações acerca da translação. Desse modo, prefere retomar o entendimento funcionalista da translação como oferta de in-

⁶³⁴ NORD, 1988, p. 17 et seq.

⁶³⁵ Ibid., p. 34.

⁶³⁶ Ibid., p. 35.

⁶³⁷ KOMISSAROV, Villen N. Zur Theorie der linguistischen Übersetzungsanalyse. In: KADE, Otto (Hrsg.). **Vermittelte Kommunikation, Sprachmittlung, Translation**. Leipzig: Verl. Enzyklopädie, 1977, p. 44-51.

⁶³⁸ NORD, op. cit., p. 36.

formação⁶³⁹, mas com um pequeno ajuste: “O tradutor cria uma oferta de informação por ordem do iniciador. Conforme o *skopos* do translato podem ser oferecidas informações sobre diferentes aspectos do TP-em-situação⁶⁴⁰” (NORD, 1988, p. 37, tradução nossa). Além disso, Nord reformula o esquema trifásico, transformando-o num esquema circular (al. *Zirkelschema*), cujos procedimentos são descritos da seguinte forma:

O processo começa com a fixação do *skopos* (situação de chegada e função do texto de chegada) pelo iniciador, ocasionalmente com o apoio do tradutor, e a análise dos dados correspondentes pelo tradutor, as quais devem ser as mais detalhadas possível. Depois disso, o tradutor analisa o TP-em-situação com referência ao material de translação nele contido. Ele isola os elementos do TP relevantes à tradução, transfere-os à cultura de chegada, de acordo com o *skopos* e produz um TC correspondente à situação de chegada e ao modelo do texto de chegada e, com isso, faz jus à função⁶⁴¹. (NORD, 1988, p. 38s., tradução nossa)

Ela pontua que cada uma das etapas tem um movimento ao mesmo tempo prospectivo e retrospectivo, cada novo passo sendo corrigido ou confirmado pelo resultado de passos anteriores⁶⁴². Uma representação pictórica do esquema circular encontramos abaixo:

Figura 5 – Esquema circular (NORD, 1989, p. 39, tradução nossa)

O modelo é estruturado por meio de uma série de questões referentes a fatores extra-textuais e intratextuais. São questões que envolvem características *externas* ao texto:

⁶³⁹ Cf. REISS; VERMEER, 1984.

⁶⁴⁰ Der Translator macht ein Informationsangebot im Auftrage des Initiators. Je nach dem Translatioskopos können Informationen über verschiedene Aspekte des AT-in-Situation angeboten werden (sic).

⁶⁴¹ Der Vorgang beginnt bei der Festlegung des Skopos (Z-Situation und Zieltextfunktion) durch den Initiator, eventuell unterstützt vom Translator, und der Analyse der betreffenden Angaben, die möglichst detailliert sein sollen, durch den Translator. Danach analysiert der Translator den AT-in-Situation in bezug auf das darin erhaltene Translationsmaterial. Er isoliert die übersetzungsrelevanten AT-Elemente, transferiert sie gemäß dem Skopos in die Z-Kultur und produziert einen ZT, der in der Z-Situation den Zieltextvorgaben entspricht und damit funktionsgerecht ist.

⁶⁴² NORD, 1988, p. 39 et seq.

- **Quem?** – questão referente ao produtor e/ou emissor do texto.
- **Para quê?** – questão referente à intenção do emissor com a produção/veiculação do texto.
- **A quem?** – questão referente ao pretenso receptor do texto, sobretudo no tocante a determinadas características desse receptor, tais como as expectativas, o conhecimento prévio etc.
- **Por qual meio?** – questão referente ao canal (oral ou escrito) e ao suporte (discurso político, prospecto de viagens etc.) através dos quais o texto será veiculado.
- **Onde?** – questão referente ao lugar de produção do texto.
- **Quando?** – questão referente ao momento histórico em que o texto foi produzido.
- **Por quê?** – questão referente à ocasião comunicativa de produção do texto, isto é, os fatores que motivaram a produção textual.

Nord afirma que, a partir das respostas a essas questões, constata-se também a resposta à questão “**com qual função?**” (função do texto; sobre o tema, v. tópico 7.1.3.4). Nota-se que, segundo a metodologia proposta, as respostas a essas indagações devem ser, em primeira instância, obtidas de elementos exteriores ao texto, por exemplo, através da análise de paratextos ou da situação comunicativa⁶⁴³.

Em contraposição, referem-se a características internas ao texto as seguintes questões⁶⁴⁴:

- **Sobre o quê?** – questão referente à temática do texto de das diferentes partes desse texto.
- **O quê?** – questão referente ao conteúdo textual e às unidades de informação contidas no texto.
- **O que não?** – questão referente às pressuposições do texto, ao que não está verbalmente manifesto, sobretudo em relação às circunstâncias que envolvem a comunicação e à realidade evocada pelo texto.
- **Em que sequência?** – questão referente à macroestrutura textual, isto é, à disposição dos elementos no texto.

⁶⁴³ NORD, 1988, p. 41 et seq.

⁶⁴⁴ Ibid., p. 90 et seq.

- **Quais elementos não verbais?** – questão referente a elementos de sistemas semi-óticos não verbais que complementam, esclarecem, desambigüizam ou intensificam o conteúdo verbal expresso no texto.
- **Que palavras?** – questão referente à escolha lexical feita para a construção do texto.
- **Que frases?** – questão referente à organização sintática dos elementos lexicais no texto.
- **Com que tom?** – questão referente às características suprasegmentais do texto, que incluem a prosódia, a entonação, as ênfases, a estrutura rítmica etc.

No entanto, a última delas, relativa ao **efeito** do texto, teria menos a ver com o texto e mais com o receptor (sobre o tema, v. tópico 7.1.3.4)⁶⁴⁵.

Nord salienta duas propriedades de seu modelo: (1) a interdependência entre os fatores extratextuais e intratextuais; e (2) a sua recursividade. Ela observa que, ao examinar um determinado fator textual, obtêm-se também informações sobre outros fatores⁶⁴⁶, de modo que, a partir dessas informações, é possível levantar hipóteses sobre eles antes mesmo de serem examinados. Com o andamento da análise, essas hipóteses podem ser confirmadas ou refutadas, e mesmo as informações obtidas numa etapa do processo podem ser complementadas em etapas seguintes. Dadas a interdependência e a recursividade do modelo, a teorizadora observa que não há um rigor extremo na análise textual no que concerne à sequência dos fatores analisados⁶⁴⁷.

Os dados resultantes da análise do texto de partida devem ser contrastados com o encargo de tradução. Nord explica que o encargo de tradução deve ser formulado de modo análogo ao modelo de análise textual, com base na mesma sequência de questões. Os fatores que compõem o encargo de tradução não precisam estar descritos explicitamente, e nem sempre é possível compor um encargo de tradução com todas as informações necessárias. Ela comenta, no entanto, que quanto mais detalhadas forem as informações fornecidas pelo iniciador em seu encargo de tradução, menor é a liberdade de decisão do tradutor⁶⁴⁸. No quadro proposto, a contrapartida positiva à perda de liberdade de decisão está justamente no aumento das chances de sucesso de uma translação, o que pode ser especialmente benéfico para tradutores em

⁶⁴⁵ NORD, 1988, p. 41 et seq.

⁶⁴⁶ Ibid., p. 85.

⁶⁴⁷ Ibid., p. 149.

⁶⁴⁸ Ibid., p. 170 et seq.

formação, dada a insegurança trazida pela falta de experiência em traduzir profissionalmente. O modelo confirma, assim, o seu caráter didático.

Embora a análise textual e o encargo de tradução pressuponham um encadeamento de fatores que diferem caso a caso, há critérios na proposta de Nord que devem ser considerados em todos os casos, principalmente os critérios relativos à relação entre o texto de partida e o seu respectivo texto de chegada. Sobre esses, discutiremos a seguir.

7.1.3.4 Relações entre o texto de partida e o texto de chegada

Ainda que a análise do texto de partida compreenda uma importante etapa do processo translacional, Nord (1988) defende que nem o texto de partida, nem o efeito almejado por seu produtor (P-TP) podem coordenar o processo de translação, como postula o conceito de equivalência. Em seu lugar, ela defende um processo de translação norteado pelos objetivos estabelecidos pelo iniciador e com vista a um determinado receptor (R-TC)⁶⁴⁹. Segundo a autora, essa postura teórica corresponde aos preceitos da *Skopostheorie* de Reiss e Vermeer (1984), em especial a seu critério essencial: a orientação segundo o *skopos*.

Conforme postula a *Skopostheorie*, o objetivo da translação é o critério preponderante nas decisões translacionais. Segundo Nord, a função a que se destina um texto determina as estratégias de produção textual, refletindo-se, assim, na estrutura desse mesmo texto. No entanto, a teorizadora argumenta que a relação entre a função e estrutura textual não é de correspondência direta, isto é, raramente a função atribuída a um texto ganhará manifestação de mesma forma na estrutura textual; em vez disso, a função manifesta-se por meio de uma combinação de propriedades textuais⁶⁵⁰. Nesses casos, a discriminação de tipos textuais poderia favorecer a sistematização dessas propriedades textuais, posto que, como afirma a teorizadora, a definição tipológica apoia-se essencialmente em convenções:

São reunidos em tipos textuais textos cujas combinações de propriedades desenvolveram-se como ‘formas de enunciação oral e escrita relativas a situações tipificadas, as quais tornaram-se padrões e ação oral/escrita fixadas em maior ou menor grau e

⁶⁴⁹ NORD, 1988, p. 9.

⁶⁵⁰ Ibid., p. 19.

sancionadas socialmente' (BECK, 1973, p. 73)⁶⁵¹. (NORD, 1988, p. 20, tradução nossa)

A vantagem da abstração é, conforme Nord, poder inferir características internas ou externas do texto quando essas não são conhecidas. Para a translação, a autora considera especialmente significativas as tipologias textuais voltadas ao fenômeno tradutório⁶⁵². Ela, no entanto, abdica das tipologias textuais com a alegação de que elas poderiam perpetuar a ilusão de serem classificações unívocas. Em seu lugar, sugere uma análise exaustiva dos fatores internos e externos ao texto, por meio da qual seria possível identificar a “função-em-cultura” de um texto a ser traduzido. Contrapondo-a à “função-em-cultura” do texto de chegada, seria possível isolar e descrever os elementos textuais a serem “preservados” ou “adaptados” no processo tradutório⁶⁵³.

O critério de “fazer jus à função” (al. *Funktionsgerechtigkeit*) é, como vimos, parte da herança da abordagem funcional na proposta teórica de Christiane Nord. Entretanto, esse não é o único critério. Conforme a pesquisadora, tão importante quanto orientar o processo translacional pela função comunicativa do texto de chegada é manter um “vínculo” com o texto de partida. O compromisso com uma tradução funcional e a manutenção da conexão com o texto de partida reflete-se também na relação com os diversos participantes do processo:

O tradutor está, então, compromissado bilateralmente: com o texto de partida e com a situação (do texto) de chegada, e ele tem responsabilidades tanto para com o emissor do TP (ou com o iniciador, contanto que esse assuma a função de emissor) quanto para com o receptor do texto de chegada. Essa responsabilidade denomino “lealdade” – ‘lealdade’ é uma qualidade ética no convívio entre pessoas; a ‘fidelidade’ [*Treue*] de uma tradução refere-se a uma relação de imitação entre textos⁶⁵⁴. (NORD, 1988, p. 32, tradução nossa)

A inclusão do critério de lealdade (al. *Loyalität*), conceito mais relevante da proposta teórica de Nord, ao quadro teórico funcionalista teria sido motivada, segundo afirma a autora, por uma releitura crítica de alguns dos princípios do Funcionalismo. Nord dirige a crítica principalmente à concepção de translação defendida por Justa Holz-Mänttari (1984):

⁶⁵¹ Zu Textsorten werden Texte zusammengefaßt, deren Merkmalkombinationen sich als “situationstypische Verwendungsweise mündlicher und schriftlicher Sprachäußerung, welche zu mehr oder minder festen und gesellschaftlich sanktionierten Sprech-/Schreibhandlungsmustern geworden sind” (BECK 1973, 73), herausgebildet haben.

⁶⁵² NORD, 1988, p. 22; Cf. REISS, 1971, 1976; ver também REISS; VERMEER, 1984.

⁶⁵³ Ibid., p. 24.

⁶⁵⁴ Der Translator ist demnach bilateral gebunden: an den Ausgangstext und an die Ziel(text)situation, und er trägt Verantwortung sowohl gegenüber dem AT-Sender (oder dem Initiator, sofern dieser Sender-Funktion übernimmt) als auch gegenüber dem Zieltextempfänger. Diese Verantwortung bezeichne ich als “Loyalität” – “Loyalität” ist eine ethische Qualität im Zusammenleben von Menschen; die “Treue” einer Übersetzung bezeichnet ein Abbildungsverhältnis zwischen Texten [...].

Embora HOLZ-MÄNTTÄRI também preveja, de todo modo, um texto de partida e um tipo de “análise textual” (ela a denomina “análise estrutural e funcional”, cf. 1984a, p. 139ss.) em seu modelo, é necessário perguntar-se, em face da definição citada, que papel o texto de partida desempenha aqui para o processo de translação. Formulado com algum exagero: Precisamos mesmo de um texto de partida? [...] Contudo, a produção de um determinado texto (de chegada) sob condições próximas à translação ou não translacionais, mas sem vínculo com um texto de partida existente não pode, segundo o meu entendimento (sem dúvidas moldado pelo conceito vigente de tradução em nossa cultura) ser designada “translação”⁶⁵⁵. (NORD, 1988, p. 30s., tradução nossa)

Vimos que Nord, de modo semelhante a Holz-Mänttari, define a translação como uma ação produtiva. Contudo, por meio do princípio de lealdade, ela reafirma o compromisso da translação com o texto de partida, sem, no entanto, diminuir a importância da função comunicativa do translato. Além disso, enquanto princípio *ético*, o conceito de lealdade reafirma a natureza interpessoal da translação, em oposição a uma natureza *intertextual*, enfatizada, como exposto, por algumas teorias vinculadas à abordagem linguística – e mesmo pelas teorias funcionalistas é o caso.

O modelo de análise de Nord descreve fatores constituintes do texto de partida, definidos por um emissor com determinada intenção para determinado fim. Não obstante, dentre a constelação de fatores textuais externos e internos, um dos fatores é referente sobretudo ao receptor. Como define a teorizadora, o “efeito” (al. *Wirkung*) é “o resultado (provisório ou definitivo) de um processo comunicativo entre emissor e receptor”⁶⁵⁶ (NORD, 1988, p. 153, tradução nossa). Posto que a tradução, especialmente ela, é considerada uma ocorrência comunicativa “unidirecional”, o efeito estaria ligado apenas ao receptor. Ao emissor cabe somente influenciá-lo, dada a sua competência em prever a recepção, os atributos textuais (e a sua relação com a situação comunicativa do receptor) e o estilo textual, este último sobretudo se atrelado a uma determinada tipologia textual à qual estão associadas determinadas expectativas “convencionais”⁶⁵⁷.

⁶⁵⁵ Obwohl auch HOLZ-MÄNTTÄRI durchaus einen Ausgangstext und auch eine Art “Ausgangstextanalyse” (sie nennt sie “Bau- und Funktionsanalyse”, vgl. 1984a, 139ff.) in ihrem Modell vorsieht, muß man sich angesichts der zitierten Definition fragen, welche Rolle hier der Ausgangstext für den Translationsprozeß spielt. Überspitzt formuliert: Brauchen wir hier überhaupt einen Ausgangstext? [...]

Die Produktion eines bestimmten (Ziel)Textes unter translationsähnlichen oder nicht-translatorischen Bedingungen, aber ohne Anbindung an einen vorgegebenen Ausgangstext, ist jedoch nach meinem (durch den in unserer Kultur geltenden Übersetzungsbegriff zweifellos geprägten) Verständnis nicht als “Translation” zu bezeichnen.

⁶⁵⁶ Als “Wirkung” betrachte ich das (vorläufige oder endgültige) Resultat eines Kommunikationsprozesses zwischen Sender und Empfänger.

⁶⁵⁷ NORD, 1988, p. 153 et seq.

A fim de sistematizar a análise do efeito comunicativo de um texto sobre o seu receptor e incluir essa sistematização em seu modelo de análise, Nord propõe três escalas de efeito, com base em três relações de fatores:

- (1) o grau de correspondência entre *efeito* e *intenção*: contrapostos os resultados das análises das características internas e externas do texto, bem como as análises das características da recepção, o tradutor estaria apto a dizer em que grau a intenção do emissor corresponde à expectativa de seu pretenso receptor, relação esta representativa especialmente na comunicação intercultural, posto que as intenções do emissor voltam-se, em princípio, ao receptor do texto de *partida*, não às expectativas do texto de *chegada*;
- (2) o grau de distância cultural: o efeito da “realidade” do texto sobre o receptor é determinado pela distância cultural entre o mundo representado no texto e a cultura do receptor. Nord enumera uma vasta gama de possibilidades dessa relação na comunicação intercultural: segundo a autora, o mundo retratado no texto pode corresponder à cultura-P e, assim, afastar-se da cultura-C, como pode afastar-se da cultura-P e, eventualmente, corresponder à cultura-C. Uma terceira possibilidade é a “desculturação” do texto, neutralizando, assim, as diferenças;
- (3) o grau de convencionalidade do texto (e de seu efeito): Nord observa que quanto mais características intratextuais tiver um texto, as quais estiverem normalmente associadas a uma determinada função, mais “convencionais” serão os efeitos evocados por elas e, portanto, mais fácil será prever o efeito do texto sobre o receptor. Essas características, conforme mencionado anteriormente, estão normalmente vinculadas a determinados tipos textuais. A originalidade e, com isso, a imprevisibilidade do efeito estão associados às características intratextuais inovadoras ou a usos inovadores de características convencionais⁶⁵⁸.

Nord declara não ser possível orientar a tradução pela “equivalência de efeito”, posto que, ocasionalmente, manter um “tipo” de efeito constante pode excluir os demais “tipos”. A manutenção da distância cultural, por exemplo, pode, em alguns casos, interferir na interpretação de um texto e, com isso, na correspondência entre a intenção do emissor e o efeito do texto sobre o receptor.

⁶⁵⁸ NORD, 1988, p. 161 et seq.

Para Nord, o efeito de um texto é, em grande medida, influenciado pela função que norteou a produção do translado: se de *documento* ou de *instrumento*⁶⁵⁹. A oposição entre os dois tipos de função, embora mencionada na obra de 1988⁶⁶⁰ foi, no entanto, desenvolvida numa tipologia tradutória em outro ensaio de Christiane Nord, publicado no ano seguinte (NORD, 1989). Nele, além de defender a relevância do conceito de “lealdade” de que falamos acima, Nord propõe uma tipologia tradutória em que se dividem formas *documentais* e formas *instrumentais* de tradução. Embora a divisão pareça, em princípio, dicotômica, as variadas formas de traduzir de fato formam uma escala, que tem num extremo a mais fidedigna representação da estrutura textual do texto de partida e, no outro, a forma mais livre de versão.

Formas *documentais* de tradução, como vimos no capítulo 3, têm a função de documentar uma comunicação ocorrida na cultura de partida, aproximando-a do receptor do texto de chegada⁶⁶¹. São formas documentais de tradução:

- (1) “Tradução palavra por palavra” (al. *Wort-für-Wort-Übersetzung*) ou “versão interlinear” (al. *Interlinearversion*): na qual o foco está no nível das estruturas morfológicas, lexicais e sintáticas do texto de partida, com o objetivo de transmitir ao receptor conhecimentos acerca do *sistema* linguístico da língua de partida. Nesses casos, a estrutura frasal, a estrutura textual, a função textual e a situação comunicativa são completamente negligenciadas. A versão interlinear está bastante presente no ensino de línguas; no passado, ditou o padrão de tradução de textos bíblicos.
- (2) “Tradução literal” (al. *wörtliche Übersetzung*): a tradução literal (termo por WILLS, 1977) difere da versão interlinear na medida em que, em vez de preservar a estrutura sintática da língua de partida, as frases são organizadas segundo as regras sintáticas da língua de chegada. Nesse caso, consideram-se as estruturas frasais e textuais, mas não a função textual e a situação de comunicação.
- (3) “Tradução filológica” (al. *philologische Übersetzung*): que almeja um texto de chegada que seja o mais próximo possível do texto de partida. Nela, é marcante a adição de notas explicativas no rodapé da página ou no final do documento, com informações acerca da cultura de partida e de particularidades do texto, informações essas necessárias para a compreensão do mesmo. Forma frequente em edições bilíngues.

⁶⁵⁹ NORD, 1988, p. 155.

⁶⁶⁰ Id., 1989, p. 33.

⁶⁶¹ Ibid., p. 102.

- (4) “Tradução exotizante” (al. *exotisierende Übersetzung*): embora até o momento a tipologia de Nord (1989) tenha correspondido à tipologia proposta por Reiss (REISS; VERMEER, 1984, v. tópico 7.1.2.4), inclusive nos termos que nomeiam cada um dos tipos de tradução, a partir desse tipo de tradução começam a surgir discrepâncias. Nord define como “exotizante” as formas de tradução “comunicativa” (REISS; VERMEER, 1984) que “imitam” o texto de partida em sua função e situação, atribuindo, no entanto, um caráter “exótico” ao texto de chegada. Nessa forma de tradução, o elemento estrangeiro é preservado. Em algumas culturas, essa é a forma mais comum de tradução de obras literárias⁶⁶².

Formas *instrumentais* de tradução, por sua vez, são definidas da seguinte forma:

No caso da tradução instrumental, o *translat* serve numa nova ação comunicativa na cultura de chegada como ‘instrumento’ para se alcançar um objetivo comunicativo, sem que o receptor [do texto] de chegada precise ter ciência de que ele, em certo sentido, não tem um texto ‘novinho em folha’ diante de si, mas um texto que, com outra forma, já serviu antes como instrumento noutra ação comunicativa⁶⁶³. (NORD, 1989, p. 103, tradução nossa).

Nord identifica três formas de tradução instrumental:

- (1) “Tradução com função constante” (al. *funktionskonstante Übersetzung*): nessa forma de tradução, o texto de chegada pode exercer, numa situação comunicativa comparável, a *mesma* função e atingir o *mesmo* objetivo comunicativo em ambas as culturas. Essa é a forma mais comum de tradução de textos de especialidade e de interpretação;
- (2) “Tradução com função variável” (al. *funktionsvariierende Übersetzung*): quando o texto de chegada não pode exercer a mesma função ou as mesmas funções em ambas as culturas, do mesmo modo e com o mesmo peso, embora possa exercer algumas das funções do texto de partida, eventualmente em graus de relevância diferentes. É característica da tradução em clássicos da literatura mundial para o público infantil-juvenil.

⁶⁶² NORD, 1989, p. 103.

⁶⁶³ Bei der instrumentellen Übersetzung dient das *Translat* in einer neuen, zielkulturellen Kommunikationshandlung als „Instrument“ zur Erreichung eines kommunikativen Ziels, ohne daß der Zielempfänger sich dessen bewußt sein muß, daß er gewissermaßen nicht einen „brandneuen“ Text vor sich hat, sondern einen, der in anderer Form bereits früher in einer anderen Kommunikationshandlung als Instrument gedient hat.

- (3) “Tradução correspondente” (al. *korrespondierende Übersetzung*): refere-se a traduções de textos artísticos e reescrituras “que, no contexto da cultura, literatura e língua de chegada, adquirem um valor próprio em homologia ao valor atribuído ao texto de partida⁶⁶⁴”. (NORD, 1989, p. 104, tradução nossa) Nessa forma de tradução, a coerência entre textos de uma mesma cultura são mais valorizadas do que a coerência intertextual entre texto de partida e texto de chegada. São bastante comuns na tradução de poesias⁶⁶⁵.

Segundo Nord (1988), os limites da tradução estão na quantidade de elementos preservados e modificados pelas diversas formas de tradução. Para que seja considerado um *translato*, é imprescindível que haja ao menos um grau mínimo de preservação de ao menos uma característica do texto de partida, e um grau mínimo de adaptação segundo a cultura de chegada. Desse modo, a transcrição de um texto de partida, em que há a completa preservação da superfície textual, e a livre produção textual, quando não há a preservação de quaisquer elementos do texto de partida, estariam, segundo a presente proposta teórica, fora dos limites da tradução⁶⁶⁶.

O modelo teórico de Nord, complementar à *Skopostheorie* de Vermeer, à taxonomia de Reiss e à Teoria da Ação Translacional de Holz-Mänttari, permite, com isso, definir tradução a partir de um longo espectro. Ele é, ao mesmo tempo, bastante permissivo no que se refere a procedimentos de adaptação, de modo a incluir traduções que normalmente são designadas como “adaptações” pela prática editorial⁶⁶⁷, como reestabelece noções tradicionais de tradução, pautadas pelo conteúdo e pela forma do texto de partida.

7.2 Síntese das teorias de tradução funcionalistas

Em vez de uma pluralidade de conceitos e perspectivas, nossa análise revelou uma vertente teórica coerente, na qual as diferenças, em vez de incessantes “novas definições” dos preceitos teóricos, consistem em acréscimos e reavaliações. Portanto, uma mudança de atitude

⁶⁶⁴ In diese Kategorie gehören Übersetzungen künstlerischer Texte [...] und Nachdichtungen, die im Kontext der Zielkultur, -literatur und -sprache einen eigenen, in Homologie zu dem des Ausgangstexts zu betrachtenden Stellenwert einnehmen.

⁶⁶⁵ NORD, 1989, p. 103 et seq.

⁶⁶⁶ Id., 1988, p. 33.

⁶⁶⁷ Sobre o exemplo da tradução para o público infantil, cf. MOREIRA, 2009; AZENHA JR; MOREIRA, 2012.

é necessária de nossa parte: além de ressaltarmos as semelhanças, como fizemos na síntese das teorias de tradução pré-funcionalistas, destacaremos também as diferenças.

Principiamos nossa incursão pela descrição dos componentes de nosso *corpus*, a começar pela obra de Reiss e Vermeer (1984), recebida pela comunidade acadêmica como um manifesto dos preceitos funcionalistas. Nesse livro, os teorizadores reuniram reflexões feitas ao longo de sua carreira docente, com o intuito de conceber um quadro teórico da translação. A ênfase, como fica evidente em todo o livro, está mesmo na teoria, em detrimento de uma proposta metodológica.

Diferente do movimento iniciado na Bélgica e na Holanda, Reiss e Vermeer não manifestam o objetivo de fundar um novo campo disciplinar. Em vez disso, eles localizam os Estudos da Tradução no interior da linguística, um campo disciplinar já estabelecido no rol das Ciências Humanas. Essa filiação confere, assim, legitimidade à nova proposta. Nesse ponto, não podemos esquecer da importância do entorno histórico para os desdobramentos da teoria: mesmo que não manifestasse a intenção de romper com a linguística, o Funcionalismo em tradução contribuiu para o movimento de emancipação das teorias de tradução, em curso sobretudo no final da década de 1970 e durante toda a década de 1980.

Ainda que buscassem validação na linguística, Reiss e Vermeer manifestam a intenção de romper com a vertente linguística, anunciando-se como candidata à cinesura do campo teórico da tradução. A nova perspectiva, contudo, não pretende ser puramente teórica, mas sim, dialogar com a prática e a didática translatórias e oferecer subsídios a elas, indo ao encontro das necessidades da área de tradução e formação de tradutores. Sem pretender uma teoria fechada e concluída, Reiss e Vermeer mantiveram a proposta aberta a revisões e complementações.

Autora do segundo componente de nosso *corpus* de análise principal, Holz-Mänttari escreve de um contexto institucional muito semelhante ao contexto da formação de tradutores na Alemanha Ocidental. Ela formula não apenas um quadro teórico, como também um quadro metodológico complementar para fins didáticos. No entanto, é o translador em sua prática profissional quem tem o protagonismo de suas reflexões. Como observa a teorizadora, uma das consequências da manutenção do *status quo* nos Estudos da Tradução é a perpetuação de uma noção simplista de translação, semelhante àquela adquirida em aulas de língua estrangeira. Na teoria, ela identifica, assim, o caminho para uma mudança de perspectiva na própria noção de translação.

Os objetivos de Holz-Mänttari são os mesmos de Reiss e Vermeer: remediar um estado de debilidade na formação de tradutores e intérpretes. Ela admite em seu livro que os es-

forços para a transformação do campo teórico haviam sido iniciados por Reiss e Vermeer, e que sua proposta teórica, ainda que por outros meios, é uma contribuição a esses esforços. Os dois quadros teóricos apresentam, à primeira vista, discrepâncias no uso terminológico e na ênfase posta por Holz-Mänttari na atividade profissional do tradutor. O tom academicista de Holz-Mänttari, ainda mais acentuado do que em Reiss e Vermeer, dificulta, mesmo a pesquisadores da área, o acesso a seus preceitos teóricos.

O livro publicado por Nord, por sua vez, tem motivação didática dominante. Ele se volta a apresentar o modelo metodológico de análise textual, destinado à formação de tradutores e à sua avaliação, bem como para servir de auxílio ao tradutor em sua prática profissional, na defesa de suas decisões tradutórias. O foco sobre o modelo metodológico, sua apresentação e a linguagem empregada, comparativamente mais acessível, revelam-lhe a orientação didática. Ao mesmo tempo, ao incorporar o quadro teórico funcionalista a seu modelo de análise, Nord oferece uma contribuição à teoria. Esse é, por sinal, um dos principais indicativos de que o Funcionalismo, diferente do observado entre as teorias pré-funcionalistas, constitui-se como uma vertente teórica coerente, na qual os pressupostos teóricos são compartilhados. Sem a necessidade da constante redefinição de conceitos, as demais contribuições vêm a somar ao quadro teórico.

Dentre os textos analisados no presente capítulo, as diferenças manifestam-se de modo mais flagrante na escolha terminológica. Entre os quadros teóricos propostos por Vermeer e Holz-Mänttari, encontramos as discrepâncias mais significativas. Como vimos, Vermeer define a translação como uma ação produtiva com ancoragem numa dada situação comunicativa e no contexto de uma cultura. Enquanto ação, a translação é voltada a um objetivo, sendo a comunicação o seu objetivo mais elementar. Diferente de outras ações comunicativas, a translação está relacionada a uma ação prévia: a emissão de um texto de partida.

Já segundo Holz-Mänttari, “translação” designa o *conceito acional* da ação translacional. Trata-se de uma concepção teórica do processo, que é posta em prática pela ação translacional. Assim como Vermeer, a autora define a ação translacional como uma ação produtiva destinada à transposição de barreiras culturais, localizando-a, porém, no interior de um sistema de ação superordenado, no qual se articula a outras ações em prol de uma meta comum. Embora sirva à comunicação, a ação translacional não é a representação de um processo comunicativo ou, dito de outro modo, o tradutor não exerce o papel social de comunicador, mas sim, de especialista na produção de textos para transposição de barreiras culturais.

Nord, por sua vez, incorpora a seus fundamentos teóricos a definição de translação de seus antecessores funcionalistas. De sua parte, porém, vem o destaque dado à interferência do

tradador e do iniciador no processo: enquanto o primeiro tem a tarefa de produzir o texto a ser recebido na cultura de chegada, o segundo determina as especificações para o texto de chegada, as quais são reunidas no “encargo de tradução”.

Sem dúvida, o texto consagrou-se como a unidade de tradução. Como vimos, esse foi o resultado dos avanços das teorias de tradução ainda em sua fase pré-funcionalista, possivelmente impulsionadas pelo gradual crescimento da área de Linguística Textual. O que se coloca em discussão, todavia, é a própria noção de texto. Vermeer define “texto” como a reunião das mais diversas intenções comunicativas de um produtor. Ora, nomear “intenção” a contribuição do produtor não é, no âmbito das teorias de tradução, uma escolha leviana: ao produzir um texto, o produtor tem uma determinada expectativa acerca de como ele será compreendido e interpretado pelo receptor, bem como uma noção clara de como gostaria que o receptor o interpretasse. A recepção, no entanto, foge ao controle do produtor. O receptor compreende e interpreta um texto no contexto de sua cultura, de seu tempo e espaço, os quais podem diferir bastante do contexto em que o texto foi produzido. Por essa razão, Vermeer denomina o texto uma “oferta de informação”. Compreende-se o *translato* como uma comunicação acerca de uma comunicação prévia noutra cultura: uma “oferta de informação acerca de uma oferta de informação”.

Por outros caminhos, Holz-Mänttari chega a uma definição semelhante. “Texto”, a seu ver, é um “portador de mensagem”. “Mensagem”, um conceito em certa medida similar ao conceito de “informação” acima, representa as intenções comunicativas na mente do emissor ou do iniciador. Essas intenções estão geralmente associadas a formas de gerenciamento da cooperação entre os indivíduos. No entanto, para que a mensagem chegue aos cooperantes, é necessário dar-lhe uma forma comunicável: o portador de mensagem. Holz-Mänttari e Vermeer diferem quanto à imagem evocada nos termos empregados: Vermeer vê no texto uma “oferta” de uma informação (ou de informações) intencionada pelo produtor; Holz-Mänttari define o texto como suporte para uma mensagem. Em comum, os dois termos guardam uma dimensão concreta (“oferta” / “portador”) e uma dimensão abstrata (“informação” / “mensagem”) do texto, preenchida pelas intenções comunicativas do produtor/emissor ou do iniciador. Assim como Reiss e Nord, Holz-Mänttari também reconhece que num texto podem estar articulados ao meio verbal outros meios semióticos. Para designar textos dessa natureza, Reiss emprega a denominação “texto multimedial”.

A definição de “texto”, em Nord, baseia-se em preceitos da Linguística Textual de Beaugrande e Dressler (1981). Segundo a autora, o texto consiste numa ação comunicativa no contexto de uma situação da qual ele é dependente. Como ação, um texto volta-se a um obje-

tivo, definido especificamente segundo as condições de recepção. Assim como Vermeer e Holz-Mänttari, Nord também se opõe às teorias de translação que compreendem o texto de chegada como o resultado de um processo de transposição de elementos linguísticos, sob a alegação de que, se o receptor completa o significado do texto, o critério de translação não pode ser retrospectivo. No entanto, a teorizadora refuta a plena liberdade de agir translatorialmente: ela justifica o seu posicionamento com a alegação de que, se a pluralidade de situações, receptores e funções refletisse numa pluralidade de translações, as possibilidades de translação seriam inúmeras e, assim não haveria critérios para avaliar uma tradução.

Quanto à definição de procedimentos, Reiss e Vermeer diferenciam-se das demais teorizadoras menos no que propõem e mais no que *não* propõem. Visto que suas atenções estiveram voltadas à formulação de um quadro teórico geral que fosse suficientemente aberto para contemplar as diversas facetas do fenômeno translacional, não há a proposta de um quadro metodológico sistematizado. De seu trabalho conjunto (REISS; VERMEER, 1984), destacam-se as tipologias de Reiss: uma tipologia textual, mediante a qual se identifica de um texto a função que lhe é predominante, e uma tipologia tradutória, a qual, segundo a função do texto de chegada, determinará quais estratégias de tradução devem ser tomadas para que o translato faça jus à sua função.

Holz-Mänttari e Nord, por seu turno, trazem uma descrição do processo translacional e um modelo de análise de textos de partida que contemplam fatores muito mais abrangentes do que a função predominante desse texto. Segundo Holz-Mänttari, durante a translação, o tradutor recebe um texto de partida e, através dele, compõe um material de partida. Esse material será analisado a partir de um modelo de análise, e as informações obtidas com a análise servirão para que se estipule dele um perfil. Depois, a partir da análise dos fatores referentes à demanda, dentre os quais estão as especificações para o texto de chegada, obtém-se um perfil do texto de chegada. Por fim, com base nessas informações, em sua competência teórica e sua qualificação pragmática, o tradutor produz o texto de chegada. Nord descreve um processo semelhante, que, no entanto, começa com a análise do encargo de tradução. Segue-se a análise dos fatores intratextuais e extratextuais do texto de partida, mediante o modelo de análise textual proposto pela autora. Depois, a transferência para outra cultura é feita segundo o encargo de tradução. Por fim, verifica-se se a produção do texto de chegada e as especificações encontradas no encargo de tradução são correspondentes.

Os modelos de análise formulados por Nord e por Holz-Mänttari correspondem a uma parte importante de sua teoria. Em comum, esses dois modelos são compostos por procedimentos de decomposição e de avaliação. A decomposição, em ambos os casos, é feita através

de questões, referentes tanto a características do texto de partida como a especificações de produção do texto de chegada. Segundo alegam as teorizadoras, a partir do resultado da análise, o tradutor teria, nos dois casos, as informações necessárias para realizar a sua tarefa. A diferença entre os modelos está essencialmente na posição que ocupam, respectivamente, nas propostas teóricas e nos objetivos da teoria em si. Holz-Mänttari concebe inicialmente um quadro teórico ao qual está ligado um quadro metodológico, sendo o segundo, logicamente, complementar ao primeiro. O propósito do livro de Christiane Nord, por sua vez, é apresentar o modelo de análise textual. A teorização, portanto, é complementar ao quadro metodológico. Além disso, embora os dois modelos tenham sido detalhados e exemplificados, Holz-Mänttari foca em seu livro o universo do tradutor profissional. Assim, a despeito dos pormenores com que o modelo foi apresentado, alguns dos fatores a serem estudados devem ser deduzidos da parte teórica de seu livro. Nord, por sua vez, tem como objetivo primário o uso do modelo na formação de tradutores e intérpretes. Assim, a apresentação do modelo inclui a descrição detalhada de cada um dos fatores analisados, bem como a inter-relação entre esses fatores.

Ao longo da história, a relação entre um texto de partida e o respectivo texto de chegada foi descrita nas teorias de tradução pela noção de equivalência. Aqui referimo-nos não propriamente ao termo, nem ao sentido a ele atribuído pela Ciência da Tradução, mas ao sentido etimológico da palavra: *de igual valor* (v. observação de PYM, 2007, no tópico 5.1.4.1). Dessa forma, exigia-se da tradução que o texto de partida e o texto de chegada tivessem “igual valor” nas respectivas línguas. A tarefa do tradutor era, portanto, assegurar que essa igualdade de valores, definida *a priori*, fosse mantida. Os valores, no entanto, diferiam de teoria para teoria.

Uma das principais inovações da teoria funcional foi deslocar essa decisão para etapas posteriores do processo translacional, examinando-se caso a caso, mediante o critério de *função*. A função é, ao mesmo tempo, o critério central e o fio condutor das propostas teóricas funcionalistas. É um conceito inerente à própria essência da tradução, na medida em que o ato translacional é definido como uma ação proposital, isto é, voltada a um objetivo. Segundo Vermeer, a função é atribuída a um texto, em parte, por um emissor com determinadas intenções comunicativas e, em parte, por um receptor que interpreta o texto num dado contexto cultural e situacional. Posto que o texto é uma tentativa do emissor de aproximar-se de seu receptor, a interpretação que o receptor possa fazer dele é determinante na definição de sua função.

A seleção de critérios para a translação obedece uma hierarquia no quadro teórico de Vermeer, sendo que a função ocupa o posto mais alto. A translação, no caso, deve orientar-se

segundo a função do translato na cultura de chegada, a qual não é necessariamente similar à função do texto de partida, uma vez que se trata de um novo texto numa nova cultura e numa nova situação. É imprescindível, no entanto, que o texto seja coerente em sua estrutura e que ele, sobretudo, seja considerado pelo receptor como coerente com sua situação. Além da coerência intratextual, Vermeer salienta a importância de se manter a coerência intertextual com o texto de partida. Dado o vínculo da translação com a ação prévia da emissão do texto de partida, podemos afirmar que a coerência intertextual é condição para que haja translação. Vermeer estaria, assim, reafirmando o compromisso com o texto de partida.

Holz-Mänttari traz uma noção similar de função. Ela explica, no entanto, o lugar da função em sua representação da ação translacional no âmbito da divisão social do trabalho: visto que a ação translacional é parte de um complexo sistêmico acional superordenado, que é principiado por um iniciador com vistas a um objetivo, a função da ação translacional é derivada desse mesmo objetivo. Dito de outro modo, o produto da ação do tradutor deve viabilizar a continuidade da ação superordenada, de modo que esse objetivo se cumpra.

Assim, Holz-Mänttari acrescenta à noção de função introduzida por Vermeer uma dimensão social. Nord, por sua vez, incorpora essas noções em seu quadro metodológico, inclusive a dimensão social da definição de Holz-Mänttari, com quem comunga ao afirmar que a função da translação é determinada segundo especificações do iniciador, as quais estão incluídas no “encargo de tradução”. Ela também remete ao trabalho de Reiss ao reconhecer que, nos casos em que a função do texto se manifesta em sua estrutura por meio de características convencionais, as tipologias textuais podem ser úteis no reconhecimento da função do texto. A seu ver, no entanto, para esse propósito, mais eficiente do que classificá-lo de acordo com tipos textuais seria analisá-lo segundo um modelo relevante para a translação.

Nord incorpora as noções de função de Vermeer e Holz-Mänttari, porém não de forma acrítica. De fato, uma de suas principais contribuições teóricas ao Funcionalismo é a reavaliação do próprio critério de função. Por temer que a ênfase dada à função do translato no ambiente de recepção levasse o tradutor a negligenciar o texto de partida e as intenções de seu emissor, Nord introduz o conceito de *lealdade*. Conforme a definição do conceito, o tradutor deve orientar-se segundo a função do translato, mantendo um vínculo com o texto de partida e considerando a intenção com que o texto foi produzido. Desse modo, ele assume um compromisso ético, ao mesmo tempo, com o receptor do texto de chegada, com o iniciador da translação e com o emissor do texto de partida. Através do conceito de lealdade, Nord restabelece o lugar do texto de partida na translação sem trazê-lo de volta ao *status* de “encargo de

translação imanente” de que desfrutava nos anos de reinado da equivalência nas teorias de tradução.

Antes de encerrarmos esta síntese, gostaríamos de fazer algumas observações acerca da influências exercidas, em primeiro lugar, pela mudança no panorama da linguística na formulação do Funcionalismo. Em segundo lugar, fazemos menção a alguns pontos de contato entre a Teoria Funcional e os Estudos Descritivos da Tradução, ainda que, como observa Toury,

Interessantemente, as primeiras formulações da *Skopostheorie* por Vermeer (ex. 1978) quase coincidiram com o início de minha própria troca para a orientação à [cultura] meta (TOURY, 1977) – o que lança interessante luz a como ocorreram as mudanças de clima intelectual, especialmente considerando que, por um bom tempo, nós dois estivemos praticamente alheios ao trabalho do outro⁶⁶⁸ (TOURY, 1995, p. 25, tradução nossa).

Os preceitos defendidos por Coseriu (1952) e por Austin (1962) e Searle (1969) foram decisivos, se não para deslocar o foco da análise estrutural, ao menos para incluir os usos linguísticos no horizonte de preocupações da disciplina. Consequentemente, as teorias de tradução passaram a abdicar gradativamente de procedimentos baseados na busca por semelhanças entre as estruturas das línguas envolvidas no processo. Como resultado, as teorias de tradução passaram a admitir mais de uma forma de se traduzir um mesmo texto, uma orientação que está no cerne dos preceitos funcionalistas.

Como vimos, um dos alicerces da Teoria Funcional é a definição de translação como ação. Embora os funcionalistas tenham se voltado à Teoria da Ação para legitimar esse posicionamento, Coseriu e a Teoria dos Atos de Fala também veem o uso linguístico, a produção textual como atividade, como *agir*. Esse é, portanto, um vínculo indireto entre a abordagem funcional e as novas abordagens da linguística e da Filosofia da Linguagem.

Quanto à Gramática Sistemico-Funcional de Halliday, o principal ponto de contato entre as definições do conceito de função oferecidas, respectivamente, pelo linguista britânico e por Vermeer está no fato de que ambos definem função em relação com usos linguísticos. As semelhanças, no entanto, param por aí. Para Halliday, os usos que se fazem da língua determinam a própria natureza do sistema linguístico, de modo que elementos da estrutura das línguas apontam para essas funções. Vermeer, por sua vez, compreende o uso linguístico na

⁶⁶⁸ Interestingly, the first formulations of the *Skopostheorie* by Vermeer (e.g. 1978) almost coincided with the beginnings of my own switch to target-orientedness – which sheds interesting light on how changes of scholarly climate occur, specially considering that for quite a while, the two of us were practically unaware of each other’s work.”

forma de textos, e esses textos são destinados a cumprir uma determinada função, em parte pela intenção do emissor, em parte pela compreensão do receptor.

A Linguística Textual de Beaugrande e Dressler é fonte sobretudo para o quadro metodológico de Nord, que dela extrai o conceito de texto e de textualidade. Entretanto, a noção de coerência empregada por Vermeer assemelha-se à noção defendida por Beaugrande e Dressler, especialmente no que concerne à produção de sentido. Como mencionado, Beaugrande e Dressler argumentam que um texto faz sentido pela interação de seu conteúdo com o conhecimento de mundo do receptor. O receptor, por sua vez, está em posição de julgar se um texto é relevante ou não para a sua situação. Por isso mesmo, na *Skopostheorie* de Vermeer, o receptor ocupa posição tão importante na definição do *skopos* de um texto.

A relação entre o Funcionalismo e os Estudos Descritivos da Tradução é um tema digno de um estudo específico, não sendo, assim, o escopo desse trabalho determinar a profundidade dessa relação. Sabemos, no entanto, que essas vertentes se tangenciam através de uma orientação comum segundo a cultura de chegada. Todavia, trata-se de duas vertentes claramente independentes, o que é comprovável no uso que essas abordagens fazem de alguns termos comuns.

O primeiro exemplo é o uso que Even-Zohar (1978/1990) e Holz-Mänttari (1984) fazem do conceito de “sistema”. Segundo Even-Zohar, a noção de sistema está vinculada às diferentes instâncias sociais e culturais, das quais faz parte o (polis)sistema literário. No interior do polissistema literário está o sistema que reúne a literatura traduzida de uma dada cultura. As diretrizes de tradução resultam da dinâmica entre o sistema de literatura traduzida com o restante do sistema literário. Embora as diretrizes de tradução, no caso da teoria de Holz-Mänttari, também sejam advindas da dinâmica no interior de um sistema, este possui uma natureza diferente da que lhe concede o polissistema de Even-Zohar. “Sistema” está, no quadro teórico de Holz-Mänttari, menos relacionado a instâncias sociais e culturais e mais relacionado à ação de indivíduos diversos, postos em relação através da cooperação e do papel social desses mesmos indivíduos. A noção de “sistema” de Holz-Mänttari tem, portanto, cunho mais sociológico.

O segundo exemplo refere-se à noção de “norma” empregada pelas duas vertentes. Segundo Vermeer, norma é uma convenção cultural, mediante a qual é possível avaliar se um indivíduo comporta-se de acordo com uma cultura ou contrariamente a ela. Embora seja uma convenção social, como observa Holz-Mänttari, o indivíduo tem a liberdade de decidir se agirá em convergência ou em divergência a ela. Para Toury, norma também é consequência de um comportamento social. No entanto, não se trata exatamente do mesmo conceito, posto que

Toury emprega o termo menos para designar convenções relativamente estáveis de uma cultura e mais para referir-se a estratégias ou políticas de tradução. A noção de “norma inicial”, por exemplo, parece muito mais próxima da diferenciação feita por Nord, entre estratégias documentais e estratégias instrumentais de translação, do que a definição de “norma” em Vermeer.

No contexto do presente estudo, no entanto, mais importante do que encontrar usos comuns da terminologia é destacar que a orientação segundo a cultura de chegada é um fenômeno desse período, e talvez tenha sido esse o principal vínculo a fazer delas precursoras de um movimento de emancipação disciplinar. Agora chega o momento de tirarmos algumas conclusões.

8 CONCLUSÃO

Com o presente capítulo, chegamos ao término de nossa investigação. Tão próximos do fim, é hora de voltarmos nossos olhos para o início. No capítulo introdutório desta dissertação, estabelecemos duas hipóteses de trabalho: a primeira delas é a de que a Teoria Funcional, a despeito do caráter de ruptura com o qual é descrita pela historiografia dos Estudos da Tradução, constrói-se também sobre continuidades. A segunda hipótese é a de que os Estudos Funcionais da Tradução teriam constituído, durante a década de 1980, a base teórica que nortearia seus desdobramentos posteriores. Para fins de sistematização, organizamos nossas conclusões, de modo a contemplar, nessa mesma ordem, cada uma das hipóteses.

Passamos, assim, a abordar a primeira hipótese. Tão logo examinamos os caminhos da Ciência da Tradução, particularmente a partir da década de 1970, encontramos a área em profunda crise: quando, em 1966, foi decretado o “fracasso” da tradução automática e a consequente redução de investimentos, as pesquisas em tradução viram-se sem o referencial de um programa de investigação sistemática do tema. Isso, pois, em contraste com a tradução automática, as teorias voltadas à tradução humana mostravam-se notadamente menos “coerentes” no que concerne à definição de conceitos, métodos e fundamentos teóricos, de modo que cada teorizador fazia a sua própria proposta terminológica ou a redefinição de termos correntes na área, a fim de adequá-los à sua proposta teórica.

Não por acaso, a Ciência da Tradução dos anos de 1970 padecia de um acentuado problema de identidade: para alguns teorizadores, a Ciência da Tradução não havia ainda encontrado o seu lugar em meio à linguística e a outras disciplinas afins; para outros, o seu lugar era indubitavelmente nos domínios da linguística, ainda que não houvesse consenso quanto à ramificação a que pertencia a Ciência da Tradução. Nesse contexto, houve até mesmo aqueles que duvidassem de sua existência. Diante desse quadro de indeterminação do campo, a constatação da crise se faz inevitável. As teorias formuladas nesse período consistem, a seu modo, já numa resposta à crise, embora seus teorizadores, os mesmos que a reconheceram e procuraram soluções para ela, demonstrassem dificuldades em abdicar de conceitos e princípios da linguística ou de teorias de tradução precedentes.

Como vimos, a crise não esteve restrita à esfera teórica. Na mesma época, a didática da tradução enfrentava pleno estado de estagnação, alimentado, de um lado, pela posição secundária que a formação de tradutores e intérpretes ocupava nas universidades e, de outro, por uma controvérsia entre teoria e prática, motivadora da rejeição ao movimento de “cientização” do ensino de tradução. Consequentemente, apesar dos avanços tanto no campo da linguística como no campo mesmo das teorias de tradução, a didática pautava-se numa noção de tradução como um processo de reprodução de um texto, na qual estava pressuposta a simetria entre texto de partida e texto de chegada. Com isso, é possível constatar que, além de teorizadores, pois se mantiveram muito tempo restritos ao campo teórico, docentes, estudantes e a própria estrutura organizacional dos cursos de formação de tradutores e intérpretes compartilhavam a responsabilidade pela estagnação da didática tradutória.

O Funcionalismo surgiu, assim, como uma resposta a ambos os aspectos da crise. Em vez de uma ruptura com a linguística ou a criação de um novo campo disciplinar, a *Skopostheorie* de Hans J. Vermeer emergiu com o objetivo de romper com a abordagem linguística da tradução, repensar o lugar das teorias de tradução – e da linguística em si – na constelação de disciplinas das Ciências Humanas e em oferecer um quadro teórico que, no entanto, conciliasse teoria, prática e didática da tradução e da interpretação (reunidas no termo *Translation*).

A ruptura do Funcionalismo com a abordagem linguística da tradução é de especial interesse para nós. A fim de avaliar em que grau essas rupturas ocorreram, contrapomos aqui a síntese das teorias de tradução pré-funcionalistas (v. tópico 5.2) com a síntese das teorias de tradução funcionalistas (v. tópico 7.2). Um dos primeiros planos da relação de semelhanças e diferenças entre as duas abordagens é o plano do discurso. Como mencionamos, a linguagem empregada na formulação dos textos funcionalistas costumam trazer formas de argumentação e estruturação sintática semelhantes às aquelas empregadas pelas teorias pré-funcionalistas. No plano do léxico, no entanto, estão marcadas as diferenças. A redefinição terminológica tem o propósito de evitar o emprego de termos consagrados pelas teorias pré-funcionalistas, cuja acepção, no entanto, pouco tem em comum com os conceitos funcionalistas. Por outro lado, as mencionadas formas de argumentação e estruturação dialogam com a tradição acadêmica alemã, conferindo credibilidade a essas teorias, ao menos no plano do discurso.

Conforme constatado em nossa análise, as teorias pré-funcionalistas de tradução abordam o ato de traduzir sob perspectivas diferentes. Todavia, a estas subjaz uma ideia

que permanece constante: a existência de um texto de partida cuja essência, a despeito das mudanças de língua, deve ser preservada. Além disso, em grande parte dos casos, os obstáculos interpostos entre textos e interlocutores possuem, segundo os pré-funcionalistas, natureza linguística.

Com o Funcionalismo, há uma nova mudança de perspectiva: em vez de descrita como uma ação “reprodutiva”, a translação é considerada uma ação “produtiva”. Assim, em vez da criação de um texto na língua de chegada que seja a representação mais próxima possível do texto na língua de partida, o Funcionalismo determina que a translação se volte à criação de um texto que faça jus a sua função na cultura de chegada e na situação de recepção. No caso, a mudança de perspectiva foi de uma visão retrospectiva para uma visão mais prospectiva do processo.

Não tencionamos afirmar que, com isso, o processo de tradução tenha deixado de olhar para o texto de partida. Como afirma Vermeer, a translação é uma ação condicionada por uma ação prévia, sem a qual, no entanto, não haveria translação. Mesmo na descrição de procedimentos, encontramos instrumentos de análise e classificação do texto de partida, acrescidos, porém, de uma etapa de análise das condições de recepção e das especificações para o texto de chegada. Nessa última etapa, obtêm-se as informações necessárias para se produzir o texto de chegada segundo a função para ele estabelecida, definindo-se, assim, um perfil textual do texto de chegada. Não se trata, no entanto, de um procedimento inteiramente novo, posto que o uso de modelos de análise e a criação de perfis textuais já haviam sido introduzidos, dentre outros, por House (1977), com o objetivo de avaliar traduções.

No tocante à barreiras interpostas entre textos e interlocutores, segundo a abordagem funcional, são culturas, e não meramente línguas, que segregam ambos. A língua, no contexto do Funcionalismo, é considerada parte de uma cultura. As traduções, por sua vez, são definidas como “transferências culturais”, e não como “transferências linguísticas”. Desse modo, para não romper os laços com a linguística, a *Skopostheorie* reavalia o lugar da disciplina no âmbito das Ciências Humanas, deslocando a linguística para os domínios dos Estudos Culturais.

Para definir a translação, Vermeer examina um extenso conjunto de definições de tradução de sua época, identificando duas formas gerais de compreender o fenômeno: como “transcodificação” em duas etapas ou como “informação” acerca de uma comunicação prévia. Para compor o seu quadro teórico, ele rejeita a primeira em prol da segunda. Como exemplos de teorias que definem a tradução como “informação”, ele

menciona, no entanto, os trabalhos de Neubert (1970), House (1977) e Diller e Kornelius (1978). Embora esses autores vejam a tradução como um processo unidirecional, orientado por um texto em língua de partida que serve como modelo para o traduzir, suas definições são classificadas no segundo grupo, pois, com as tipologias tradutórias que propuseram (v. tópico 5.1.4.2), eles reconheceriam outras formas de traduzir. Entretanto, como Vermeer posteriormente observa, essas tipologias falham em considerar que um texto possa exercer mais de uma função em diferentes situações.

O texto prevalece sendo a unidade de tradução, seja em teorias funcionalistas, seja na maioria das teorias pré-funcionalistas. O texto é para a abordagem funcional o suporte das intenções do produtor/emissor, representadas com recursos verbais e também, eventualmente, por recursos não verbais. Todavia, esse mesmo texto é depois compreendido e interpretado pelo receptor, no contexto de sua cultura e da situação comunicativa em que se situa. Por meio de sua compreensão e de sua interpretação, o receptor completa o sentido do texto, de modo que esse sentido pode divergir, em maior ou menor grau, do sentido intencionado pelo produtor/emissor. Com isso, infere-se que o texto, diferente do que geralmente é proposto nas teorias pré-funcionalistas, não é um construto de sentido único e imutável.

Para a translação, isso significa dizer que o texto de partida não pode, ele mesmo, servir ao processo como critério de adequação. Antes de o texto chegar ao receptor, tem-se apenas a “expectativa de recepção”. O objeto de translação, por sua vez, será definido conforme a *função* atribuída ao texto de chegada em seu ambiente de recepção, sendo a função o critério-mor e o fio condutor das teorias funcionalistas. Dessa forma, de acordo com a função, o objeto de tradução pode ser o aspecto textual semântico, estrutural, estilístico, pragmático, ou um misto de todos esses aspectos (v. as tipologias tradutórias de Reiss e Nord, nos tópicos 7.1.1.4 e 7.1.3.4 respectivamente).

Entre as teorias pré-funcionalistas, o critério de adequação de traduções é a noção de equivalência. Como dissemos há pouco, subjacente às definições pré-funcionalistas do ato de traduzir está a existência de um texto de partida cuja essência deve ser preservada, mesmo havendo a troca de códigos linguísticos. Em nossa análise, observamos que o princípio de equivalência projeta-se principalmente sobre o conteúdo do texto. No entanto, observamos também que o conceito gradativamente tende, ao longo das décadas, a ganhar dinamismo com a inclusão de outros aspectos textuais. Consequentemente, o objeto de tradução também se torna mais amplo, abrangendo até mesmo o aspecto pragmático do texto de partida, relativo às relações entre emissor e receptor.

Não podemos considerar que essas mudanças tenham sido consequências de um real desdobramento dos conceitos defendidos por uma vertente teórica coerente. Podemos, sim, falar em tendências e inclinações. Assim, constatamos através do método analítico que as teorias demonstraram, ao longo dos anos 1970, uma inclinação a adotar um objeto de tradução mais abrangente e um conceito de equivalência mais dinâmico. A dinamicidade do conceito de equivalência culminou na distinção, feita por Koller (1979), de cinco diferentes formas de equivalência textual em processos tradutórios (v. tópico 5.1.4.2).

Por outro lado, o conceito de equivalência não é estranho à abordagem funcional. A partir de uma noção mais particular de tradução, Reiss aproxima os conceitos de “equivalência” e de “função”. De acordo com a teorizadora, o conceito de equivalência aplica-se aos casos em que são correspondentes as funções do texto de partida e do texto de chegada, mas sem excluir as formas de tradução em que há, entre as funções, apenas a correspondência parcial: nesses casos, trata-se de diferentes formas de *adequação* ao *skopos* do texto de chegada.

Como vimos, as mudanças de orientação entre as teorias pré-funcionalistas ocorreram, em parte, devido a transformações na própria linguística, com a emergência de novas teorias, algumas das quais tendo composto o arcabouço das próprias teorias pré-funcionalistas de tradução. É o caso, por exemplo, das propostas de House (1977) e Diller e Kornelius (1978), além do ensaio de Coseriu (1978) sobre a tradução. Algumas dessas mesmas “novas” teorias, no entanto, também acabaram por compor o arcabouço teórico da vertente funcionalista. Embora possamos mencionar, de modo mais flagrante, a Linguística Textual, vimos que noções da Teoria dos Atos de Fala também são aplicáveis ao caso.

Dentre os autores “pré-funcionalistas”, Coseriu é quem, a nosso ver, mais se aproxima dos teorizadores da abordagem funcional. Ele declara que o objetivo da tradução é a reprodução do sentido – ou, ao menos, das designações – do texto de partida na língua de chegada. O sentido, no entanto, não pode servir à tradução como critério de invariância, posto que, uma vez que a tradução é uma atividade “fim e historicamente condicionada”, definir um critério de adequação *a priori* pode conduzir ao risco de desconsiderar propriedades textuais relevantes para a tradução. Com isso, ele insinua uma mudança de perspectiva efetivada pelo Funcionalismo: a orientação segundo a função do *translato* no contexto de recepção.

Damos outro exemplo: Nord propõe uma tipologia de estratégias de tradução, as quais, embora componham uma escala, são metodologicamente distribuídas em dois grupos, a saber, formas *instrumentais* e formas *documentais* de tradução. Essa divisão, que alude a uma dicotomia (oni)presente entre as teorias de tradução desde Cícero (a dicotomia *tradução livre* vs. *tradução literal*), segue, no contexto da Teoria Funcional, a mesma orientação das dicotomias de House (1977) (*tradução covert* vs. *tradução overt*) e Diller e Kornelius (1978) (*tradução primária* vs. *tradução secundária*). Mesmo a tipologia de Neubert (1968), através da qual os textos são classificados segundo um critério pragmático de traduzibilidade, prevê o emprego de ambos os tipos de estratégia.

Além das graduais mudanças no âmbito da linguística, a qual passou a acrescentar linhas de estudo focadas menos na descrição estrutural de sistemas linguísticos do que no estudo das normas linguísticas ou mesmo do falar concreto (segundo os conceitos introduzidos por COSERIU, 1952), uma mudança de perspectiva estava em curso entre as próprias teorias de tradução. Como vimos, a inclusão do outro ocorreu gradualmente nas teorias pré-funcionalistas, na mesma medida em que o objeto de tradução e a noção de equivalência tornaram-se mais complexos. Além de envolver forma e conteúdo do texto, a equivalência passou também a envolver os parceiros do complexo processo comunicativo em que está inserida a tradução.

Acresce-se a isso o fato de os Estudos Descritivos da Tradução terem emergido quase concomitantemente à Teoria Funcional. Embora, como depois constatamos (v. tópico 7.2), funcionalistas e descritivistas não compartilhem propriamente dos mesmos conceitos, não pode passar despercebido o fato de serem duas vertentes teóricas de emergência contemporânea a se contraporem à orientação predominante entre as teorias de tradução; esse fato deve, isto sim, ser visto como uma comprovação de que a orientação prospectiva da tradução pertencia, afinal, ao clima intelectual daquele período.

Este é, portanto, momento de confirmar nossa primeira hipótese. O Funcionalismo, como vimos, surgiu como resposta a uma crise que assolava as esferas teórica, prática e didática da tradução. É inegável que a Teoria Funcional tenha, através da mudança de perspectiva, rompido com a abordagem linguística da tradução. Além de romper com a abordagem linguística, o Funcionalismo contribuiu para a consolidação dos Estudos da Tradução, ainda que essa não tenha sido a sua intenção inicial. Todavia, a formulação da *Skopostheorie* seguiu uma tendência para a qual a abordagem linguística mesma estava se encaminhando, de modo que alguns preceitos funcionalistas foram antecipados ou ao menos sugeridos por teorias pré-funcionalistas. Por outro lado, os

preceitos funcionalistas estão em consonância com o *Zeitgeist* do final da década de 1970. Com esses fatores em vista, não poderíamos, em última análise, considerar o Funcionalismo *quase* um desdobramento natural da abordagem linguística, diante dos rumos que ela tomou na década de 1970? Somos da opinião de que, guardadas as devidas proporções, não estaríamos muito longe da verdade ao responder positivamente a essa pergunta.

Contudo, não se pode afirmar, com base no exposto, que a virada cultural tenha tido completo sucesso em superar a abordagem linguística. Para afirmá-lo, seria necessário um novo estudo inteiramente dedicado ao tema. O que se pode dizer ou, ao menos, especular é que a abordagem linguística tornou-se um pouco mais próxima da abordagem funcional, sobretudo no que diz respeito à complexidade da representação do processo tradutório, bem como às diferentes formas de se traduzir.

Encerradas as observações sobre a primeira hipótese, neste segundo bloco de conclusões, reuniremos, em primeiro lugar, algumas observações acerca da formação de um grupo de teorizadores funcionalistas. Para tanto, recorreremos, dentre outros recursos oferecidos por nossos parâmetros teóricos (v. capítulo 2), aos diferentes estágios na formação de grupos científicos, conforme descritos por Mullins (1996). Em seguida, faremos algumas anotações sobre a evolução de alguns conceitos caros à abordagem funcional.

O Funcionalismo teve origem, conforme comentado neste mesmo capítulo, na Alemanha Ocidental, num momento de profunda crise para a Ciência da Tradução. Esse, que mais se assemelha a um *período pré-paradigmático*, foi marcado pela descentralização das pesquisas e, conseqüentemente, pela imprecisão conceitual e metodológica. Já havia, é bem verdade, a consciência da crise e o reconhecimento de que suas causas estavam, ao menos parcialmente, na própria descentralização da área. Todavia, não havia ainda uma proposta que fosse capaz de mobilizar pesquisadores para o trabalho conjunto.

Essa proposta nasceu em salas, corredores e gabinetes do campus de Germersheim da Universidade de Mainz, através das aulas ministradas por Hans J. Vermeer. Nessas aulas, Vermeer apresentou suas ideias, as quais, ainda que em fase de germinação, chamaram a atenção de Hans G. Hönl, Paul Kussmaul e Sigrid Kupsch-Losereit, seus colegas de instituto. Para eles, as ideias de Vermeer, ao mesmo tempo em que demonstravam potencial para solucionar a crise nos âmbitos teórico e didático da Ciência da Tradução, estavam em consonância com a opinião que eles mesmos tinham acerca do

que deveria ser a tradução. Posteriormente, essas ideias foram sistematizadas no artigo “Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie” (VERMEER, 1978), hoje considerado o “texto inaugural” da vertente teórica. Dentre os estágios descritos por Mullins, este é o momento de surgimento de uma *liderança intelectual*.

De fato, Vermeer preenche os principais requisitos de um líder intelectual definidos por Griffith e Mullins (v. capítulo 2): ele (1) define, com o seu quadro teórico, as bases conceituais para a pesquisa, (2) explica suas implicações para o campo de pesquisa – reavaliar o lugar das teorias de tradução na constelação das ciências, concedendo-lhe um lugar próprio, e introduzir um conceito de tradução mais prospectivo, ancorado na prática e na didática de tradução – e (3) avalia a adequação de outras teorias (REISS, 1971; HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984; NORD, 1988, entre outros) à *Skopostheorie*.

Ainda em Germersheim, teve início a cooperação entre Vermeer e Katharina Reiss. Em 1984, com a mudança de Vermeer para a Universidade de Heidelberg, iniciou-se o estágio dos *agrupamentos*. Nessa época, Vermeer passou a colaborar com outros teorizadores. No tópico 6.1.3 desta dissertação, destacamos as colaborações entre Vermeer e Reiss, da qual resultou o livro *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie* (REISS; VERMEER, 1984), em que a tipologia textual concebida por Reiss foi conformada ao quadro teórico de Vermeer. Destacamos também a colaboração entre Vermeer e Holz-Mänttari, idealizadora a *Teoria da Ação Translacional*, que guarda inegáveis e significativas afinidades com a *Skopostheorie*. No mesmo ano de publicação do “manifesto” de Reiss e Vermeer, Holz-Mänttari lançou *Translatorisches Handeln*, que reúne, de forma sistemática as suas próprias concepções teóricas.

Além da incontestável liderança intelectual, há alguns indícios de que Vermeer também representou uma liderança organizacional, ainda que não tenha exercido sozinho essa atividade. Paralelamente ao recrutamento de estudantes (como, por exemplo, Margret Ammann), ele organizou grupos de discussão entre docentes da Universidade de Heidelberg, com o objetivo de discutir o ensino de tradução e suas implicações teóricas. Christiane Nord fazia parte desse grupo. Ademais, em 1986, Vermeer criou com Holz-Mänttari o periódico *TextconText*, um dos principais canais de divulgação de teorias funcionalistas, e participou da manutenção desse periódico durante os anos todos de sua publicação. Com o auxílio de Margret Ammann, ele ainda organizou a série de livros *th* (= *translatorisches Handeln*), publicada pela editora da Universidade de Heidelberg e que conta com cinco volumes.

Em 1988, Nord publicou *Textanalyse und Übersetzen*, obra tida hoje como uma das mais importantes já publicadas no contexto do Funcionalismo. Mary Snell-Hornby, que esteve entre 1981 e 1983 em Heidelberg, levou a *Skopostheorie* para Viena no final da década de 1980. E, já quase ao final daquela década, Kohlmayer, também docente em Heidelberg, escreveu uma das primeiras críticas ao Funcionalismo (KOHLMAYER, 1988). Foi assim, aos poucos, que a abordagem funcional começou a caminhar rumo ao estágio de *especialidade*.

O exame das etapas de formação do grupo funcionalista revela-nos os desenvolvimentos da abordagem de um ponto de observação “de fora”. Para uma compreensão mais abrangente, porém, são necessárias algumas notas acerca de como determinados conceitos funcionalistas são representados nas obras do nosso *corpus* principal, ressaltando as diferenças essas representações.

Pela síntese das teorias funcionalistas (v. tópico 7.2), constatamos que, em cada uma das obras que compõem nosso *corpus* de análise principal (REISS; VERMEER, 1984; HOLZ-MÄNTTÄRI, 1984; NORD, 1988), ganha ênfase uma das colunas que sustentam a abordagem funcional: o objetivo do livro de Reiss e Vermeer (1984) é a proposta de um quadro teórico geral de translação, que é enriquecido pelas obras de Holz-Mänttari (1984) e Nord (1984). Aquela, como o título de seu livro informa, concebe teoria e método para a ação translacional, com foco na atividade prática do tradutor, enquanto esta propõe um modelo de análise textual com o propósito manifesto de contribuir para a didática da translação. Assim estão contempladas teoria, prática e didática da translação.

Retomamos os quatro parâmetros utilizados para a análise. À primeira vista, salta aos olhos a coerência entre a definição de conceitos entre os autores. O ato de transladar, por exemplo, é definido por Vermeer como uma ação produtiva da qual se obtém um texto voltado à “transferência cultural” (v. tópico 7.1.1.1), uma definição compartilhada pelas demais autoras. Nesse contexto, porém, Holz-Mänttari destaca-se ao representar a ação translacional como uma ação, executada por um profissional – o tradutor – no contexto da divisão social do trabalho. A ação do tradutor está articulada a outras ações, executadas por indivíduos em seus respectivos papéis sociais, num complexo sistêmico superordenado, a fim de alcançar uma meta comum. Essa meta comum é, por sua vez, definida pelo próprio iniciador do complexo acional superordenado e determina o objetivo de cada uma das ações que compõem o complexo acional individualmente. O

aspecto profissional da atividade do tradutor, bem como o papel desempenhado pelo iniciador são posteriormente salientados por Nord em sua definição.

O texto é considerado o suporte para as intenções comunicativas de um determinado emissor. Essas intenções, as quais Vermeer designa por “informação” e Holz-Mänttari por “mensagem”, são veiculadas por um texto, que será interpretado por um receptor no contexto de sua situação. Nesse sentido, haveria tantas interpretações possíveis quanto receptores ou situações houvesse. Assim, para que a pluralidade de recepções não se reflita numa inconcebível pluralidade de translações, Nord sugere que se proceda a uma criteriosa análise do texto de partida.

De fato, é na descrição de procedimentos, análises e métodos que estão algumas das discrepâncias mais significativas entre as obras. Reiss e Vermeer, conforme mencionamos, concentram suas atenções em formular um quadro teórico geral para a translação. Consequentemente, o quadro metodológico é relegado a segundo plano. Holz-Mänttari formula um quadro teórico e um quadro metodológico; o segundo, no entanto, tem função complementar ao primeiro. O quadro metodológico formulado por Nord, por sua vez, é a razão mesma de ser de seu livro. Para fundamentá-lo, Nord incorpora princípios teóricos defendidos nos dois outros componentes de nosso *corpus* principal.

Desse modo, em vez de propor uma teoria própria, como fizeram Reiss e Vermeer e Holz-Mänttari, Nord acrescenta elementos aos preceitos teóricos de seus mentores. Uma de suas principais contribuições à Teoria Funcional refere-se à relação entre o texto de partida e o texto de chegada. Como reconhecemos anteriormente neste trabalho (v. tópico 7.2), o conceito de função é fio condutor da abordagem funcional. A função do texto de chegada no ambiente de recepção é, segundo a vertente teórica, o critério elementar para a condução e a avaliação do processo translacional. Contudo, tão importante quanto produzir um translato que faça jus à função estabelecida para ele em seu contexto de recepção é, segundo Nord, a manutenção do vínculo, seja qual for a sua natureza, entre o texto de partida e o texto de chegada. Assim, a teorizadora introduz o conceito de *lealdade*, ressaltamos, a sua mais importante contribuição *teórica* para o Funcionalismo.

A bem da verdade, em nenhum dos textos funcionalistas abordados em nossa análise negou-se o vínculo com o texto de partida. Para a Teoria Funcional, esse vínculo é a razão mesma da translação. O translato, de acordo com a definição de Vermeer, é a “oferta de informação acerca de uma oferta de informação”, de modo que sem a segunda não haveria a primeira. Esse mesmo vínculo é reiterado pela regra da “fidelidade” (v.

tópico 7.1.1.4), que preconiza a coerência intertextual entre o texto de partida e o texto de chegada. Reiss dá um passo além nessa direção ao incorporar a equivalência ao quadro funcionalista e estabelecer uma tipologia textual em função desse mesmo critério. Holz-Mänttari, por sua vez, refere-se a esse vínculo na descrição de procedimentos, a partir da introdução do modelo de análise do texto de partida. Em suas definições de translação, no entanto, essa relação é consideravelmente menos acentuada.

Cumprе não esquecer que um dos propósitos para a formulação da Teoria Funcional foi o de romper com a abordagem linguística, para a qual o texto de partida representava o modelo de tradução. Dessa forma, enfatizar a função do *translato* sobre os demais critérios tem o objetivo claro de marcar a oposição dos preceitos funcionalistas frente aos princípios defendidos pela abordagem precedente.

O conceito de lealdade, por seu turno, é o contrapeso para o critério de função, com o propósito de impedir que esse critério seja exacerbado e, assim, que se torne a medida de todas as coisas. Em outras palavras, a lealdade estabelece o contraponto com a função, a fim de evitar que essa última sirva para justificar, no decorrer do processo translacional, a violação não apenas do vínculo com o texto de partida, mas também com as intenções do emissor. Com isso, ela salienta o comportamento *ético* do *translator*, reiterando o seu compromisso, ao mesmo tempo, com as expectativas do receptor, com as necessidades do iniciador e com as intenções do emissor. Além de enfatizar a ética na translação, Nord também restabelece o lugar do texto de partida, sem devolvê-lo, porém, à função de “encargo de tradução imanente”. Ademais, reiterar o vínculo com o texto de partida torna legítima e oportuna a proposta de um modelo detalhado de análise textual, formulado com fins didáticos e, mais especificamente, com o propósito de identificar propriedades do texto de partida e avaliá-las segundo a função do *translato* no ambiente de recepção.

Alguns indícios parecem confirmar a nossa segunda hipótese. Em primeiro lugar, o fato de Nord – com alguns poucos acréscimos e reavaliações, que provarão ser, afinal, uma contribuição bastante significativa ao Funcionalismo – incorporar os conceitos estabelecidos pelos quadros teóricos de Reiss e Vermeer (1984) e Holz-Mänttari (1984) só faz demonstrar a solidez dessas teorias. Como membro da “Segunda Geração Funcionalista”, Nord encontra, assim, através de seu quadro metodológico, uma aplicação para os preceitos introduzidos e defendidos por esses autores. Por outro lado, ao destacar o vínculo com o texto de partida, Nord ameniza o aparente radicalismo atribuído à Teoria Funcional: posto que a ênfase sobre a função do *translato* é o elemento “re-

volucionário” preponderante na proposta funcionalista, Nord faz um “ajuste” na retórica revolucionária, enfatizando um elemento que, para fins de ruptura, teve sua relevância diminuída no corpo de critérios fundamentais para a teoria. Fato que, por sua vez, pode ser considerado um indicativo de que Nord escreveu de uma posição segura, depois de Vermeer e Holz-Mänttari terem “aberto” o caminho para a abordagem.

Nesse sentido, o papel de Katharina Reiss para a emergência do Funcionalismo precisa ser posto em perspectiva. Sob a alegação de tratar-se de um aspecto particular da translação, Reiss mantém um determinado vínculo com a tradição, ao mesmo tempo em que se adéqua à nova proposta. É fato que a equivalência sempre permeou suas reflexões teóricas. No entanto, se voltarmos nossos olhos para a nossa primeira hipótese de trabalho, podemos reavaliar a posição de Reiss no grupo funcionalista de forma bastante positiva: chegamos à constatação de que, além das rupturas, a vertente teórica também se sustentou em continuidades. Nesse contexto, através de seus preceitos, Reiss estabeleceu a ponte entre o “velho” e o “novo”, marcando, assim, a transição entre a abordagem linguística e a abordagem funcional.

Agora que tivemos uma visão mais abrangente do quadro do qual emergiu e no qual se desenvolveu o Funcionalismo em sua primeira década de existência, podemos ensaiar um comentário em resposta à alegação de Pym (2010), de que aspirações “políticas” tivessem movido esses teorizadores. Nota-se: o Funcionalismo contemplou, através das obras de Reiss e Vermeer (1984), Holz-Mänttari (1984) e Nord (1988), todas as esferas em que se alastrou a crise, oferecendo preceitos e modelos condizentes com as necessidades da área e firmando-se, assim, como uma resposta às debilidades da Ciência da Tradução na Alemanha Ocidental. Com o auxílio de nossos parâmetros teóricos, observamos que a concorrência entre “paradigmas” é inerente ao próprio desenvolvimento científico; o mesmo pode ser dito acerca da busca por uma posição no centro do respectivo campo disciplinar, passando pelo recrutamento de pesquisadores e pelo acesso aos meios de reconhecimento. Logo, ainda que houvesse uma disputa política em curso (e, a nosso ver, afirmação carece de dados suficientes), esta é a condição inerente a toda nova proposta teórica que almeja alçar-se ao *mainstream* de uma dada disciplina.

Aqui termina, pois, a nossa investigação. O que não significa que não há nada mais a ser investigado. O presente estudo contemplou apenas uma parte da história do Funcionalismo em tradução. De fato, a nossa segunda hipótese não pode ser plenamente confirmada sem que haja um exame dos momentos posteriores àqueles sobre os quais nos debruçamos nesta dissertação. Um tema para futuras investigações.

Mas outros temas escaparam à nossa abordagem, a nos acenar como possíveis objetos de investigações futuras. Conforme mencionamos na introdução desse trabalho, a presença da Teoria Funcional no território brasileiro ainda está pendente de investigação. Outra sugestão, posto que no presente trabalho fizemos o exame *diacrônico* do contexto de emergência da abordagem funcional, seria estudá-lo *sincronicamente*, em especial em sua relação com as demais vertentes teóricas do período – tema apenas tangenciado nesta dissertação. A imagem do tradutor em teorias pré-funcionalistas e as mudanças dessa imagem com a emergência do Funcionalismo, outro tema ainda não ventilado, certamente poderá trazer resultados surpreendentes.

Como se vê, o Funcionalismo é um tema de investigação bastante fértil, esta não passando de uma pequena contribuição para as potencialidades do objeto de pesquisas. Esperamos, no entanto, ter salientado a importância do trabalho historiográfico não apenas como forma de compreender melhor o Funcionalismo, mas também como área de estudos para todo o campo disciplinar dos Estudos da Tradução.

REFERÊNCIAS⁶⁶⁹

Corpus de análise principal

HOLZ-MÄNTTÄRI, Justa. **Translatorisches Handeln**. Theorie und Methode. Helsinki: Soumalainen Tiedeakatemia, 1984.

NORD, Christiane. **Textanalyse und Übersetzen**. Theorie, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse. Heidelberg: Julius Gross, 1988.

REISS, Katharina; VERMEER, Hans Josef. **Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie**. Tübingen: Max Niemeyer, 1984.

Corpus paralelo de análise

COSERIU, Eugenio. Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie / O falso e o verdadeiro na Teoria da Tradução. 1978. In: HEIDERMAN, Werner (Org.). **Clássicos da Teoria da Tradução**. Tradução Ina Emmel. 2a ed. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010, p. 252-289. Vol. 1 – Alemão Português.

DILLER, Hans-Jürgen; KORNELIUS, Joachim. **Linguistische Probleme der Übersetzung**. Tübingen: Max Niemeyer, 1978.

FREIGANG, Karl-Heinz. Überlegungen zu einer theoretisch-linguistisch fundierten Methodologie der Übersetzungswissenschaft. 1978. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 150-170.

HOUSE, Juliane. **A Model for Translation Quality Assessment**. 2. Aufl. (1. Aufl. 1977). Tübingen: Gunter Narr, 1981.

KADE, Otto. Kommunikationswissenschaftliche Probleme der Translation. 1968. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 199-218.

⁶⁶⁹ Para as referências, adotamos o sistema autor-data, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023.

KOLLER, Werner. Anmerkungen zu Definitionen des Übersetzungs„vorgangs“ und zur Übersetzungskritik. 1974. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 263-274.

KOSCHMIEDER, Erwin. Das Problem der Übersetzung. 1965. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 48-59.

NEUBERT, Albrecht. Pragmatische Aspekte der Übersetzung. 1968. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 60-75.

PAEPCKE, Fritz. Sprach-, text-, und sachgemäßes Übersetzen. Ein Thesenentwurf. 1971. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 112-119.

VERNAY, Henri. Elemente einer Übersetzungswissenschaft. 1974. In: WILSS, Wolfram (Hrsg.). 1981, p. 236-249.

WILSS, Wolfram. **Übersetzungswissenschaft: Probleme und Methoden.** Stuttgart: Ernst Klett, 1977.

_____. (Hrsg.). **Übersetzungswissenschaft: Wege der Forschung.** Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.

Corpus de apoio

ALBRECHT, Jörn. Linguistik und Übersetzung. Tübingen: Max Niemeyer, 1973. Romanistische Arbeitshefte 4.

AMMANN, Margret. **Grundlagen der modernen Translationstheorie.** Ein Leitfaden für Studierende. (2. Aufl. 1990). Heidelberg: Institut für Übersetzen und Dolmetschen, 1989. th — translatorisches handeln, 1

AUSTIN, John Langshaw. **How To Do Things With Words.** The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955. Oxford: Clarendon Press, 1962.

_____. **Quando dizer é fazer.** Palavras e ação. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZENHA JR., João. **Tradução técnica e condicionantes culturais**. Primeiros passos para um estudo integrado. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 1999.

AZENHA JR., João; MOREIRA, Marcelo V. S. Translation and Rewriting: Don't Translators 'Adapt' When They 'Translate'? In: RAW, Lawrence (Ed.) **Translation, Adaptation and Transformation**. London: Continuum, 2012, p. 61-80. Continuum Advances In Translation

BARBOSA, María Magdalena Vila. Evolución Histórica do Concepto de Equivalencia en Tradutoloxía. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 11-29, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1894>>. Acesso em: 17 set. 2012.

BASSNETT, Susan. **Translation Studies**. 2nd ed. (1st ed. 1980) London-New York: Routledge, 1994.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to Text Linguistics**. London-New York: Longman, 1981.

BOWEN, Margareta et al. Os intérpretes que fizeram história. In: DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith (Ed.): **Os tradutores na história**. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 2003, p. 257-290.

BÜHLER, Karl. **Theory of Language**: the representational function of language. 1934. Translated by Donald Fraser Goodwin. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1990.

CARDOZO, Maurício Mendonça. Considerações sobre a recepção de Teoria da Tradução. In: _____; HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (Eds.), 2009, p. xiii-xvii.

CARDOZO, Maurício Mendonça; HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus Johannes (Eds.). **A Escola Tradutológica de Leipzig**. Frankfurt/Main u.a.: Peter Lang, 2009.

CATFORD, John Cunnison. **A Linguistic Theory of Translation**. London: Oxford University Press, 1965.

_____. **Uma teoria linguística da tradução:** um ensaio de Linguística Aplicada. Tradução Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax.** Cambridge: The M.I.T. Press, 1965.

_____. **Aspectos da Teoria da Sintaxe.** Tradução José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1975.

_____. **Estruturas Sintáticas.** Tradução Madalena Cruz Ferreira. Póvoa de Varzim: Edições 70, 1980.

_____. **Syntactic Structures.** 2nd ed. (1st ed. 1957) Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 2002.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. 1952. **Teoría del lenguaje y lingüística general.** Cinco estudios. 3ª ed. Madrid: Gredos, 1973, p. 11-113.

_____. **Principios de Semántica Estructural.** Trad. Marcos Martínez Hernández; Rev. Eugenio Coseriu. Madrid: Gredos, 1977. (Biblioteca Románica Hispánica)

_____. Sistema, norma e fala. **Teoria da linguagem e linguística geral:** Cinco estudos. Tradução Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1979, p. 13-85.

D'HULST, Lieven. Why and How to Write Translation Histories? **Crop.** São Paulo, v. 6, n. 1, p. 21-32, 2001. Edição temática.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística.** Direção/coordenação de tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem. 1978/1990. In: VENUTI, Lawrence (Ed.), 2000, p. 192-197.

_____. The Function of the Literary Polysystem in the History of Literature. **Papers in Historical Poetics.** Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1978, p. 10-15. Papers on Poetics and Semiotics 8. Disponível em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/>>. Acesso em: 13 out 2013.

FLEISCHMANN, Eberhard. Die Translationswissenschaft – eine linguistische Disziplin? In: WOTJAK, Gerd (Hrsg.), 2006, p. 1-15. CD-Rom anexo. Versão revista. [Publicação original: BURDINA, Z. G. (otv. red.). **Materialy meždunarodnoj konferencii, posvjaščennoj naučnomu naslediju Marii Dmitrievny Stepanovoj i ego dal'nejšemu razvitiju**. Moskau: Moskovskii gosudarstvennyi lingvističeskii universitet, Institut iazykoznanii (Rossiiskaia akademiia nauk), 2001, p. 64–72.]

GADAMER, Hans-Georg. Aus: Wahrheit und Methode / De: Verdade e método. 1960. In: HEIDERMAN, Werner (Org.). **Clássicos da Teoria da Tradução**. Tradução Fabrício Coelho. 2a ed. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010, p. 234-249. Vol. 1 – Alemão Português.

GENTZLER, Edwin. **Contemporary Translation Theories**. London-New York, Routledge, 1993. Translation Studies. (Também consultada a segunda edição revisada de 2001)

GERZYMISCH-ARBOGAST, Heidrun. Equivalence Parameters and Evolution. **Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal**, v. 46, n. 2, 2001, p. 227-242. Disponível em <<http://id.erudit.org/iderudit/002886ar>>. Acesso em: 03 maio 2013.

_____. Mein Weg in die Übersetzungswissenschaft: Spurensuche, Umwege, ein ‚ungepflügter Acker‘, das Ziel als Weg... In: PÖCKL, Wolfgang (Hrsg.), 2004, p. 103-113.

GÖHRING, Heinz. Interkulturelle Kommunikation: Die Überwindung der Trennung von Fremdsprachen- und Landeskundeunterricht durch einen integrierten Fremdverhaltensunterricht. 1978. **Interkulturelle Kommunikation**. Anregungen für Sprach- und Kulturmittler. Herausgegeben von Andreas F. Kelletat e Holger Siever. Tübingen: Stauffenburg, 2002, p. 107-111.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Functional Diversity in Language as Seen from a Consideration of Modality and Mood in English. **Foundations of Language**. n. 6, v. 3, ago. 1970, p. 322-361. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/25000463>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3rd ed. London: Arnold, 2004.

HEIDERMAN, Werner. A Escola Tradutológica de Leipzig. In: CARDOZO, Maurício; HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus J. (Eds.), 2009, p. ix-xii.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

HOLMES, James Stratton. The Name and Nature of Translation Studies. 1972. In: VENUTI, Lawrence (Ed.), 2000, p. 172-185. [Versão expandida em: _____. **Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies**. Amsterdam: Rodopi, 1988.]

HOLZ-MÄNTTÄRI, Justa. Translatorisches Handeln, Bewusstwerdung, Evolution und das Universum der Quantenphysik. **mTm**, Athens, v. 4, p. 66-90, 2012.

HÖNIG, Hans G. Übersetzen zwischen Reflex und Reflexion: ein Modell der übersetzungsrelevanten Textanalyse. In: SNELL-HORNBY, Mary (Ed.) **Übersetzungswissenschaft: eine Neuorientierung**. Tübingen: Francke, 1986, p. 230-251.

_____. Einige späte Einsichten und ein Ausblick. In: PÖCKL, Wolfgang (Hrsg.), 2004, p. 133-140.

HÖNIG, Hans G.; KUSSMAUL, Paul. **Strategie der Übersetzung**. Ein Lehr- und Arbeitsbuch. Tübingen: Gunter Narr, 1982.

HUTCHINS, John. ALPAC: The (in)famous report. **MT News International**, n. 14, p. 9-12, June 1996.

_____. Machine Translation: History. In: Keith Brown, (Ed.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2nd ed. Oxford: Elsevier, 2006, p. 375-383, v. 7.

HYMES, Dell Hathaway. Traditions and Paradigms. **Essays in the History of Linguistic Anthropology**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1983, p. 345-383.

JAKOBSON, Roman. On Linguistic Aspects of Translation. 1959. In: VENUTI, Lawrence (Ed.), 2000, p. 113-118.

_____. Closing Statements: Linguistic and Poetics. In: SEBEOK, Thomas A. (Ed.) **Style in Language**. New York: Wiley, 1960, p. 350-377.

_____. **Linguística e comunicação**. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22a ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

KAINDL, Klaus. *Übersetzungswissenschaft im interdisziplinären Dialog: Am Beispiel der Comiciübersetzung*, Tübingen: Stauffenburg, 2004.

KOERNER, Konrad. Models in Linguistic Historiography. **Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1989, p. 47-59.

KOHLMAYER, Rainer. Der Literaturübersetzer zwischen Original und Markt. Eine Kritik funktionalistischer Übersetzungstheorien. **Lebende Sprachen**, v. 33, n. 4, p. 145-156, 1988.

KOLLER, Werner. The Concept of Equivalence and the Object of Translation Studies. **Target**, Amsterdam, v. 7, n. 2, p. 191-222, 1995. (John Benjamins)

_____. **Einführung in die Übersetzungswissenschaft**. 7. Aufl. (1. Aufl. 1979; 4. Aufl. 1992) Wiebelsheim: Quelle & Meyer, 2004.

KUHN, Thomas Samuel. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2nd ed., enlarged. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

_____. **A estrutura das revoluções científicas**. 1962. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 10a ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. Coleção Debates.

KUPSCH-LOSEREIT, Sigrid. The problem of translation error evaluation. In: TITFORD, Christopher; HIEKE, A. E. (Eds.) **Translation in Foreign Language Teaching and Testing**. Tübingen: Narr, 1985, p. 169–179.

_____. Scheint eine schöne Sonne? oder: Was ist ein Übersetzungsfehler? **Lebende Sprachen**, v. 31, p. 12–16, 1986.

_____. Von den Teilen zum Ganzen. In: PÖCKL, Wolfgang (Hrsg.), 2004, p. 215-220.

KUSSMAUL, Paul. Kussmaul, Paul. Übersetzen als Entscheidungsprozeß. Die Rolle der Fehleranalyse in der Übersetzungsdidaktik. In: SNELL-HORNBY, Mary (Ed.) **Übersetzungswissenschaft: eine Neuorientierung**. Tübingen: Francke, 1986, p. 206-229.

_____. Entwicklung miterlebt. In: PÖCKL, Wolfgang (Hrsg.), 2004, p. 221-226.

LÖWE, Barbara. Funktionsgerechte Kulturkompetenz von Translatoren: Desiderata an eine universitäre Ausbildung (am Beispiel des Russischen). In: VERMEER, Hans J. (Hrsg.) **Kulturspezifik des translatorischen Handelns**. Heidelberg: Institut für Übersetzen und Dolmetschen, 1989, p. 89-111. [th — translatorisches handeln, 3]

MOREIRA, Marcelo Victor de Souza. **O reconto como categoria de tradução: Aspectos da tradução/adaptação em literatura infantil**. 2009. 86f. Trabalho de iniciação científica (Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Antes da Skopostheorie: As teorias de tradução em língua alemã nas décadas de 1960 e 1970. In: REICHMANN, Tinka; STRÄTER, Thomas (Hrsg.). **Übersetzen tut not – Traduzir é preciso**. Beiträge zur Übersetzungstheorie und –praxis in der deutsch- und portugiesischsprachigen Welt – Contribuições para a teoria e prática da tradução nos mundos lusófono e germanófono. Berlin: tranvía, 2013, p. 57-78.

MUNDAY, Jeremy. **Introducing Translation Studies: Theories and applications**. London-New York: Routledge, 2001.

MURRAY, Stephen O. Theory Groups in Science. **Theory Groups and the Study of Language in North America: A Social History**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1994, p. 1-26. Studies in the History of the Language Sciences – v. 69.

NEUBERT, Albrecht. Invarianz und Pragmatik: Ein zentrales Problem der Übersetzungswissenschaft. 1973. In: WOTJAK, Gerd (Hrsg.), 2006, p. 13-26.

NEWMARK, Peter. **Approaches to Translation**. Oxford-New York: Pergamon, 1984.

NIDA, Eugene A. **Toward a Science of Translating**. With special reference to principles and procedures involved in Bible Translating. Leiden: E. J. Brill, 1964.

_____. Science of Translation. **Language**, [s.l.] v. 45, n. 3, p. 483-498, sept. 1969.

NORD, Christiane. Loyalität statt Treue: Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie. **Lebende Sprachen**. [s.l.] v. 34, n. 3, 1989, p. 100-105.

_____. **Einführung in das funktionale Übersetzen:** am Beispiel von Titeln und Überschriften. Tübingen-Basel: Francke, 1993.

_____. **Translating as a Purposeful Activity.** Functionalist Approaches Explained. Manchester: St. Jerome, 1997.

_____. Textanalyse: pragmatisch/funktional. In: SNELL-HORNBY, Mary et al. (Hrsg.). **Handbuch Translation.** Tübingen: Stauffenburg, 1998, p. 350-355. [São ainda de autoria de C. Nord as entradas: Textlinguistik (p. 58-60); Das Verhältnis des Zieltexts zum Ausgangstext (p. 140-143); Ausrichtung an der zielkulturellen Situation (p. 143-146); Buchtitel und Überschriften (p. 292-294); Textanalyse: Bestimmung des Schwierigkeitsgrades (p. 355-358); Transparenz der Korrektur (p. 382-385).]

_____. Faszinosum Übersetzen: Einmal Wissenschaft und zurück. In: PÖCKL, Wolfgang (Hrsg.), 2004, p. 249-258.

_____. Die Übersetzung von Titeln und Überschriften aus sprachwissenschaftlicher Sicht. In: FRANK, Armin Paul et al. (Hrsg.): *Übersetzung - Translation - Traduction. Internationales Handbuch zur Übersetzungsforschung.* Berlin-New York: de Gruyter, 2005, p. 573-579. Vol. 1.

_____. Functionalist approaches. In: GAMBIER, Yves; VAN DOORSLAER, Luc (Ed.): *Handbook of Translation Studies.* Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2010, p. 120-128. V. 1.

_____. Quo vadis, functional translatology? **Target**, v. 24, n. 1, 2012, p. 25-41. [1st proofs version]

PÖCKL, Wolfgang (Hrsg.). **Übersetzungswissenschaft Dolmetschwissenschaft.** Wege in eine neue Disziplin. Wien: Edition Praesens, 2004.

PYM, Anthony. Natural and directional equivalence in theories of translation. **Target**, v. 19, n. 2, 2007, p. 271-294.

_____. **Exploring Translation Theories.** London-New York: Routledge, 2010.

REISS, Katharina. **Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik.** Kategorien und Kriterien für eine sachgerechte Beurteilung von Übersetzungen. München: Hueber, 1971.

_____. **Texttyp und Übersetzungsmethode.** Der operative Text. Kronberg: Scriptor, 1976.

_____. Wie ich unversehens eine Übersetzungswissenschaftlerin wurde. In: PÖCKL, Wolfgang (Hrsg.), 2004, p. 273-276.

REISS, Katharina; VERMEER, Hans J. **Mitä kääntäminen on.** Tradução P. Roinila Helsinki: Gaudeamus, 1986.

_____. **Fundamentos para una teoría funcional de la traducción.** Tradução Celia Martín de León & Sandra García Reina. Madrid: Akal, 1996.

_____. **Towards a General Theory of Translational Action.** *Skopos* Theory Explained. Tradução Christiane Nord; Revisão Marina Dudenhöfer. Manchester: St. Jerome, 2013.

SANTOYO, Julio-César. Blank Spaces in the History of Translation. In: BANDIA, Paul F.; BASTIN, Georges L. (Ed.). **Charting the Future of Translation History.** Ottawa: University of Ottawa Press, 2006, p. 11-43. Disponível em: <<http://www.ruor.uottawa.ca/en/handle/10393/12950>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst. Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens / Sobre os diferentes métodos da tradução. 1813. Tradução Celso R. Braida. In: HEIDERMAN, Werner (Org.), 2010, p. 38-101.

SCHMITT, Peter A. Kulturspezifik von Technik-Texten: Ein translatorisches und terminographisches Problem. In: VERMEER, Hans J. (Hrsg.) **Kulturspezifik des translatorischen Handelns.** Heidelberg: Institut für Übersetzen und Dolmetschen, 1989, p. 53-87. th — translatorisches handeln, 3.

SEARLE, John Rogers. **Speech Acts:** An essay in the Philosophy of Language. Cambridge: University Press, 1969.

_____. **Os actos de fala** – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SNELL-HORNBY, Mary. **The Turns of Translation Studies:** New paradigms or shifting viewpoints? Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2006.

ST. ANDRÉ, James. History. In: BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela (Ed.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. 2nd ed. London-New York: Routledge, 2011, p. 133-136.

STOLZE, Radegundis. **Übersetzungstheorien: Eine Einführung**. 4. Aufl. (1. Aufl. 1994) Tübingen: Gunter Narr, 2005.

ŠVEJCER, Aleksandr Davidovič. **Übersetzung und Linguistik**. Übs. Claus Cartellieri und Manfred Heine. Berlin: Akademie Verlag, 1987.

TOURY, Gideon. **Descriptive Translation Studies and Beyond**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1995. (Benjamins Translation Library 4)

_____. The Nature and Role of Norms in Translation. 1978/1995. In: VENUTI, Lawrence (Ed.), 2000, p. 198-211.

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução Rodolfo Ilari; revisão técnica Ingedore Villaça Koch, Thaís Cristófaros Silva. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VENUTI, Lawrence (Ed.). **The Translation Studies Reader**. London-New York: Routledge, 2000.

VERMEER, Hans J. Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie. **Lebende Sprachen**. [s.l.] v. 23, n. 3, 1978, p. 99-102.

VINAY, Jean-Paul; DARBELNET, Jean. A Methodology for Translation. 1995. Translated by J. Sager and M.-J. Hamel. In: VENUTI, Lawrence (Ed.), 2000, p. 84-93.

WILSS, Wolfram. **Übersetzen und Dolmetschen im 20. Jahrhundert: Schwerpunkt deutscher Sprachraum**. Saarbrücken: ASKO Europa-Stiftung, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig Josef Johann. **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli; revisão Emmanuel Carneiro Leão. 7a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2012.

WOODSWORTH, Judith. History of Translation. In: BAKER, Mona (Ed.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. London-New York: Routledge, 1998, p. 100-105.

WOTJAK, Gerd (Hrsg.). **50 Jahre Leipziger Übersetzungswissenschaftliche Schule**. Ein Rückschau anhand von ausgewählten Schriften und Textpassagen. Frankfurt/Main u.a.: Peter Lang, 2006.